

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

**O Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária – Ates e
a cooperativa do MST no Espírito Santo**

Jaqueline da Luz Ferreira

2011



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

**O Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária – Ates e
a cooperativa do MST no Espírito Santo**

JAQUELINE DA LUZ FERREIRA

Sob orientação da Prof.^a Dr.^a

Regina Angela Landim Bruno

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ

Fevereiro de 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

JAQUELINE DA LUZ FERREIRA

Dissertação/Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 25/03/2011

Regina Ângela Landim Bruno, Dra. CPDA/UFRRJ
(Orientadora)

Marcelo Miná Dias, Dr. UFV

Jorge Oswaldo Romano, Dr. CPDA/UFRRJ

**Mire, veja: o mais importante e bonito,
do mundo, é isto: que as pessoas não
estão sempre iguais, ainda não foram
terminadas - mas que elas vão sempre
mudando (...)**

(Guimarães Rosa)

AGRADECIMENTOS

Apesar do processo de construção de uma dissertação parecer ser muito solitário, ele se faz à muitas mãos. Essas “mãos” podem ser representadas, no meu caso, pelos meus familiares, amigos, professores, autores e também por aqueles que acolheram a pesquisa, que me concederam entrevistas, que me contaram suas vidas. Algumas destas pessoas não têm consciência do quanto contribuíram, de diferentes formas, para o desenvolvimento deste trabalho, e, dessa forma, lembrá-las disso é um dos objetivos destes agradecimentos.

Em primeiro lugar quero agradecer aos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Espírito Santo. Em especial à Sanuza, quem me acolheu e possibilitou que esta pesquisa fosse realizada. Mulher de luta, muito me ensinou com sua história de vida, da qual eu tenho muita admiração. Agradeço também às amigas que conquistei nesse processo de pesquisa: Raquel e Pablane. Obrigada por toda atenção dada a mim e às minhas questões nesses dias que passei no km 41.

Aos meus irmãos Diógenes e Ananda por todo apoio, cuidado e amor durante estes dois anos (e bem antes disso) do mestrado. A estes dois, não há palavras que descrevam minha gratidão. Foram várias as suas demonstrações de apoio (por vezes em pequenos gestos, por vezes explícitas). Muitas vezes, por conta dessa dissertação, me fiz ausente de suas vidas, seja nas vezes que não acompanhei o Diógenes em alguns jogos do nosso Botafogo, seja nas vezes que não dei a devida atenção aos casos e histórias sempre muito ilustrativas e gostosas de ouvir da Ananda. Embora estas e outras formas de ausência tenham sido algumas vezes cobradas, tenho certeza de que estas duas pessoas sabem o quanto eles foram (e são) importantes nesta minha caminhada. Obrigada a vocês irmãos por todo o apoio!

Gostaria também agradecer a minha mãe, que, mesmo sem conseguir entender direito o porquê de tantas horas dedicadas ao estudo, de tantas viagens, da falta de grana, do fato de eu trabalhar sempre em casa, conseguiu acompanhar-me durante estes dois anos, dando o apoio que julgara importante. Fizeram parte deste apoio as inúmeras massagens nos pés, os almoços (mesmo quando exagerava no sal), o cafezinho da tarde, o arrumar a casa, o estender a roupa no varal, ou seja, o “cuidar” cotidiano que permitiram que eu dedicasse mais tempo à dissertação. Muito obrigada mãe!

Outra pessoa muito importante também nestes dois anos foi meu namorado, Thiago. A ele tenho muito a agradecer por todo o carinho e apoio dado. Principalmente porque sofrera tanto com minhas intermináveis horas de estudo. Em meio a cobranças veladas, em grande medida soube compreender e estar ao meu lado. Sem ele, seria tudo mais difícil, sem cor, sem sabor. Meu companheiro no exercício de olhar para o rural, tivemos muitos diálogos instigantes e prazerosos sobre este universo. Obrigada pelas conversas, músicas, carinhos, viagens... Obrigada por tudo!

Não poderia deixar de agradecer ao meu pai, que embora distante nestes dois anos, todas as vezes que se fez presente demonstrou seu apoio às minhas escolhas. É claro que sua participação neste processo vai muito além disso, afinal foi este pai que me ensinara a olhar para os processos sociais de uma forma mais humana, mais crítica. Foi esse pai que me ensinara a estranhar o mundo (meus primeiros passos em direção à sociologia), seja por meio de longas conversas sobre as suas experiências, seja pela militância política, seja por meio da música do Bob Marley, dos Beatles, dos Novos Baianos ou do Raul Seixas. Muito obrigada pai.

Quero também agradecer aos meus amigos da Escola Politécnica/Fiocruz. Gladys, Maurício, José Paulo, Edilene, Aline, Kelly, Simone, Marilda, Batistella, entre outros foram muito importantes antes e durante esta caminhada. Obrigada pelo apoio dado a este meu projeto, obrigada por entenderem minha ausência durante estes dois anos, e, principalmente, obrigada por todas as experiências e aprendizados que pude vivenciar com vocês nesta instituição. Vocês têm grande parcela de culpa por eu estar concluindo este trabalho.

Essa minha passagem pelo CPDA me rendeu boas experiências e principalmente bons amigos. Como foi bom fazer parte de uma turma que a característica principal, a meu ver, foi a ausência de competitividade (característica tão presente no meio acadêmico).

Alguns destes colegas de turma e amigos, em especial, foram muito importantes nesse tempo. Quero agradecer especialmente aos amigos Marco e Luciano que encontrei por meio desta experiência. Com eles pude dividir as angústias e também as descobertas vivenciadas no CPDA. Muito obrigada Marco pelas inúmeras vezes que teve que me ouvir, pelo carinho e atenção. Como é bom ter alguém que entende completamente o que se vive nestes dois anos. Obrigada Luciano pela presença sempre alegre e divertida nas nossas conversas. É sempre muito bom ter você por perto. Enfim, obrigada aos dois

pelas conversas, fofocas, risadas, cervejas... Obrigada por me acompanharem nas palestras, seminários, congressos, trabalhos, estudos, e também por todo apoio nesta reta final.

Quero também agradecer a Débora e Dione que sempre me colocaram para cima, me apoiaram e, principalmente, com as quais dividi bons momentos. Foram também muito importantes nesta caminhada os amigos (as) Diógenes, Thiago, Wagner, Vanessa, Alex, Sílvia, e tantos outros. Também muito importantes Laécia e Fabrício, que muito me apoiaram neste finalzinho, e me ajudaram a pensar sobre as escolhas à fazer.

Agradeço a todos os meus professores, com os quais tive o privilégio de aprender. Entretanto, devo agradecimentos especiais ao professor Jorge Romano por toda atenção a mim dedicada e momentos de reflexão compartilhados, e também aos professores Jonh Comerford, Leonilde Medeiros e Renato Maluf.

Agradeço também aos funcionários do CPDA, em especial Teresa, Henrique, Sílvia e Reginaldo.

Agradeço também à Carolina Rabelo, pessoa dedicada com quem pude contar nos momentos de dificuldade com o inglês e também com as transcrições das entrevistas. Obrigada por poder contar com você Carol.

Deixo por fim o meu agradecimento à minha orientadora, a professora Regina Bruno. Àquela que me apresentou, apaixonadamente, o pensador Norbert Elias. Autor que marcou estes dois anos de mestrado e continuará presente nas minhas reflexões. Com ela aprendi também como ler e pensar os processos sociais. De alguma forma ela também me surpreendeu com toda a dedicação dada a este trabalho, e a minha pessoa. Foram muito boas as tardes em sua casa, apesar de cansativas, que passamos discutindo a militância, o MST, o Estado, as elites, e porque não o carnaval? Obrigada por todo apoio nesta reta final, e, principalmente por apoiar minhas escolhas.

RESUMO

FERREIRA, Jaqueline da Luz. **O Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates) no Espírito Santo e a cooperativa do MST.** 2011. 180p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2011.

Esta dissertação buscou descrever e refletir sobre a experiência de implementação do Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates) em alguns assentamentos da região norte do Espírito Santo por uma cooperativa criada e gerida por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST. O formato institucional do Programa Ates possibilitou que outras entidades além dos órgãos públicos recebessem os recursos para a prestação do serviço nos assentamentos, sob a coordenação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A partir de então, diversas expectativas sobre como prestar a assessoria são conjugadas no dia a dia da prestação dos serviços nos assentamentos. No caso do Espírito Santo, por exemplo, o MST toma para si a tarefa de prestar a assessoria técnica nos assentamentos em que se encontra presente por meio da Cooptraes. Com isso traz para esta experiência a dimensão da militância, que passa a ser a característica do trabalho da equipe técnica desta cooperativa. Dessa forma, essa configuração do Programa Ates no Espírito Santo promove alterações significativas nas relações entre os atores envolvidos, que podem ser percebidas no cotidiano da prestação dos serviços, seja por meio de disputa em torno dos recursos materiais e simbólicos, da geração de novas demandas, ou por meio da própria adaptação dos atores à dinâmica da execução do Programa. O objetivo deste trabalho foi analisar o posicionamento e compreensão dos atores sobre este processo, e a partir desta análise pensar os limites e potencialidades desta experiência. Para tanto, foram entrevistados servidores do Incra, técnicos, dirigentes do MST e famílias assentadas, assim como acompanhou-se o trabalho de uma das equipes técnicas da Cooptraes em quatro assentamentos da região norte do estado. A partir da análise dos dados produzidos e do diálogo com a bibliografia e documentos normativos do Programa (leis, manuais operacionais, normas executivas, entre outros) foi possível perceber um campo de tensões entre os atores que está diretamente relacionado ao fato do MST entrar em cena como executor do Programa, por conta de sua forma de atuação. A partir deste campo de tensões a pesquisa conseguiu identificar novas práticas e significados nas relações entre os agentes envolvidos (em especial Incra e MST). Se por um lado observamos que a entrada em cena do MST potencializou a execução do serviço (por conta da sua proximidade com o público beneficiário), por outro lado, observamos também existem nesta experiência algumas continuidades, no que diz respeito ao histórico da assistência técnica nos assentamentos, como por exemplo, a precariedade das condições de execução do serviço.

PALAVRAS CHAVES: Programa Ates, MST, assistência técnica e extensão rural.

ABSTRACT

FERREIRA, Jaqueline da Luz. **The Program of Social and Environmental Technical Assistance to Land Reform in Espírito Santo and the cooperative of Landless Workers Movement.** 2011. 180p. Dissertation (Master in Development, Agriculture and Society). Institute of Humanities and Social Sciences, Social Sciences Post Graduation Program in Agriculture, Development and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2011.

This work aims to describe and reflect on the experience of implementing the Program of Technical Assistance to Social and Environmental Reform (Ates) in some settlements in the northern region of Espírito Santo by a cooperative established and managed by members of the Landless Workers Movement. The institutional format of the program enabled entities other than public agencies to receive resources for service provision in the settlements, under the coordination of the National Institute of Colonization and Land Reform (INCRA). Since then, many expectations about how to provide assistance appear everyday during the provision of services in the settlements. In the case of Espírito Santo, for instance, the LWM takes on the task of providing technical assistance in settlements where it is present through Cooptraes. With this, the movement brings in the subject of political activism, which becomes the characteristic of the work of the cooperative's technical staff. Thus, this setup program Ates in Espírito Santo causes significant changes in the relationship between the actors involved, which can be seen everyday in services, either through dispute over material and symbolic resources, the appearance of new demands or through the actors' own adaptation to the dynamics of the program's execution. The aim of this study was to analyze the position and understanding of the actors on this process, and from this analysis, to examine the limits and possibilities of this experience. For both aims, we interviewed Incra employees, technicians, leaders and LWM settled families, and monitored the work of a technicians team of Cooptraes in four settlements in the northern region of the state. From the analysis of data and from the dialogue with the literature and policy documents of the Program (laws, operating manuals, executive standards, among others) we could identify a field of tensions between the actors, which is directly related to the fact that LMV is the executor of the Program, due to the way the movement operates. From this field research we could identify new practices and meanings in the relationship between the actors involved (especially Incra and MST). On one hand we observe that the presence of LWM has enhanced the performance of the service (because of its proximity to the target population), on the other hand, we found there are also some continuities in the experience with regard to the history of technical assistance in the settlements, for example, the poor conditions in which the services are provided.

LISTA DE ABREVIACÕES

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

Acar – Associações de Crédito e Assistência rural

AIA – *America International Association*

Asbraer - Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural

Ates – Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

Ceforma – Centro de Formação Maria Olinda

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento científico e Tecnológico

Cooptraes – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos da Reforma Agrária do Espírito Santo

Condraf – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CPT – Comissão Pastoral da Terra

Dater - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

DD – Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos do Incra

Embrater – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

Fao – Organizações das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

Faser – Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores de Assistência Técnica e Extensão Rural e Serviço Público do Brasil.

Fetaes – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no estado do Espírito Santo

Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz

Inbra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

Inda – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

Incaper – Instituto Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Mabe - Movimento dos Atingidos por Barragens

Mapa – Ministério de Agricultura Pesca e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG – Organização Não Governamental

PA – Plano de Assentamento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PE – Plano Estadual de Assentamento

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRA – Plano de Recuperação do Assentamento

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronater – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SAF – Secretaria de Agricultura Familiar

Seag – Secretaria de Estado da Agricultura

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Siber – Sistema Brasileiro de Extensão Rural

Sibrater – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

UDR – União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - Os caminhos da Ater como serviço público no Brasil	29
1.1 A institucionalização da Ater pública no Brasil e o processo de modernização da agricultura	29
1.2 Críticas ao modelo tradicional de ATER	38
1.3 Os assentamentos rurais e a Ater	42
1.4 Reforma do Estado, participação social, e o debate sobre a Ater pública	52
1.5 A Pnater e o Programa Ates	59
CAPÍTULO II - O Programa Ates no Espírito Santo e a experiência da cooperativa do MST	68
2.1 A presença do MST na região norte do Espírito Santo	69
2.2 A cooperativa do MST	80
2.3 O programa Ates e a Cooptraes na visão dos assentados	90
2.4 O Programa Ates e a Cooptraes na visão dos servidores do Incra-ES	97
2.5 O Programa ATES segundo os dirigentes do MST no Espírito Santo	113
2.6 Quando o Movimento social torna-se executor de uma política pública...	130
Capítulo III - O militante e o técnico	136
3.1 A Ater e a militância	137
3.2 A militante técnica	141
3.3 A técnica militante	161
3.4 Diferenças e Aproximações entre a militante técnica e a técnica militante	187
CONSIDERAÇÕES FINAIS	190
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	195
ANEXOS	203
A Roteiro de entrevista com os (as) assentados (as)	203
B Roteiro de entrevistas com servidor do Incra	204
C Roteiro de entrevistas com responsável do Incra pela coordenação estadual do Programa	206
D Roteiro de entrevista dirigente Estadual MST	208
E Roteiro entrevista técnica militante	210
F Roteiro de entrevista militante técnica	212
G Roteiro de entrevista responsável COOPTRAES	214
H Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	216

INTRODUÇÃO

O Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates), lançado em 2003, é fruto de um longo processo de críticas e reflexões à extensão rural tradicional ou convencional no Brasil – àquela associada a modernização do campo, considerada como um instrumento para difundir tecnologias, e que por isso esteve voltada somente para àqueles agricultores que poderiam dar respostas imediatas na adoção de novas tecnologias, ou seja, neste modelo o agricultor era considerado como um mero receptor destas inovações tecnológicas.

Essas críticas e reflexões evidenciaram o caráter excludente deste modelo convencional e colocaram, de uma maneira geral, a necessidade transformá-lo – aumentando o controle dos agricultores sobre o serviço; adotando metodologias participativas; combatendo a exclusão social no campo; promovendo a autonomia dos agricultores; promovendo a sustentabilidade social, econômica e ambiental no campo, etc. Embora ainda não haja um consenso sobre a melhor forma de operar tais mudanças consideradas necessárias.

Por outro lado, o Programa Ates representa também, junto à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (a qual está submetido), um processo de construção de uma alternativa a este modelo. Foram necessários alguns anos para que essas críticas e reflexões – gestadas por diversos setores da sociedade comprometidos, de alguma forma, com modelos de desenvolvimento rurais menos excludentes – ganhassem voz e corpo dentro do aparato estatal a ponto de serem incorporadas em uma política pública de assistência técnica e extensão rural (Ater) a nível nacional.

Neste sentido, a trajetória da extensão rural no país está conformada na atual Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), que tenta dar respostas a grande parte das demandas colocadas ao serviço ao longo desses anos. Exemplo dessa diversidade de demandas é a própria conformação do Programa Ates, no escopo da Pnater, visto que o Programa é voltado especificamente para atender os agricultores assentados da Reforma Agrária.

Se diferenciando da Pnater, o Programa Ates traz em seu escopo uma maior ênfase ao amplo papel que o serviço deve assumir nos assentamentos. Dentre os indicativos desta ênfase na amplitude do serviço nos assentamentos, são a troca do termo

assistência por assessoria – termo este que é considerado mais próximo de uma dimensão educadora e não extensionista¹ – e o acréscimo das dimensões social e ambiental ao nome do Programa.

A diversidade de demandas e orientações atribuídas ao serviço de Ater hoje no país é um claro componente conformado nas propostas da Pnater e do Programa Ates. Em recente documento oficial sobre os referenciais metodológicos do Programa, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Incra explicitam a necessidade de uma assessoria técnica polivalente, no sentido de que o serviço trabalhe as diversas dimensões dos assentamentos:

Cabe realçar aqui que a expectativa do Programa é que a assessoria fornecida pelas equipes de ATES para as famílias assentadas seja verdadeiramente polivalente ou ‘multi-facetada’. As equipes das entidades prestadoras deverão mobilizar as diferentes competências que este tipo de assessoria exige.

Assim, espera-se que as equipes de ATES trabalhem diversas dimensões da realidade dos assentados. Isto significa que elas deverão tratar dos sistemas produtivos, mas também de temas como o acesso aos mercados, a organização dos assentamentos, o acesso aos direitos básicos da cidadania, etc. (BRASIL, 2010b: 41).

A própria criação do Sistema Descentralizado de Ater é um indicativo da conformação desta diversidade. Dele participam entidades públicas, privadas (com ou sem fins lucrativos) e de representação dos trabalhadores rurais que tenham experiência com a Ater e com o público beneficiário. No caso do Programa Ates, por exemplo, o serviço é executado por estas entidades (que contratam as equipes técnicas) e coordenado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Incra.

Assim, por caracterizar de forma ampla o seu papel e por ser um serviço prestado com a participação de uma grande diversidade de entidades da sociedade civil, o serviço de Ater enfrenta hoje, como afirma Dias (2007b), uma pluralidade de concepções e, portanto, orientações a respeito de como deve ser prestado. Segundo o autor, se antes o papel do extensionista era bem definido, hoje, a partir da diversidade de experiências e

¹ Um documento recente sobre os referenciais metodológicos do Programa elaborado pelo MDA/Incra afirma que a diferença entre os dois termos (assistência e assessoria) está na postura e no enfoque metodológico, na medida em que, enquanto “o extensionista tradicional é o ‘dono do saber’, que deve ser ‘estendido’ de forma fidedigna para o agricultor” a assessoria “caracteriza-se por uma ‘dimensão educadora’”, em que se reconhece os saberes dos agricultores e a troca de conhecimentos (BRASIL, 2010a).

questionamentos à Ater tradicional, não há mais um consenso sobre o que é extensão rural e qual é o seu papel. Neste sentido, o autor acrescenta que, na medida em que se ampliam as competências e orientações sobre a ação extensionista, se ampliam também os desafios de executá-la (DIAS, 2007b).

Esse estudo chama atenção para a presença neste Sistema Descentralizado de Ater de entidades prestadoras do serviço criadas e geridas por organizações representativas dos trabalhadores assentados (como movimentos sociais, sindicatos, associações, etc.). Isso porque, especialmente no que diz respeito a formulação do Programa Ates, estas organizações participaram ativamente da defesa deste modelo institucional. Nesta experiência, essas organizações passam a desempenhar outros papéis nos assentamentos assim como na administração pública. Se antes se colocavam como mediadoras entre o Estado e as famílias assentadas, agora passam também a ser responsáveis pela execução de uma política pública nos assentamentos.

Considerando a importância de pensar as características dessa conformação de diversos atores – com lógicas de ação diferenciadas, como a dos movimentos sociais em relação a do Estado – no cotidiano da execução deste Programa, esta dissertação buscou descrever e analisar sobre a experiência de implementação do Programa Ates na região norte do Espírito Santo por uma cooperativa criada e gerida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST. E a partir desta análise pensar os limites e potencialidades da experiência estudada.

Por se tratar de uma experiência protagonizada pelo MST, a problemática na qual se insere este estudo diz respeito a própria inserção dos movimentos sociais nos espaços institucionais de produção e implementação de políticas públicas. Alguns autores já sinalizaram para a presença cada vez maior destes atores nos espaços de produção e gestão das políticas públicas. Para Ibarra *et. al.*, por exemplo, de alguma forma estes atores influenciam nos processos de conformação de políticas públicas:

Hoy en día los movimientos sociales y las redes críticas - actores de elevado dinamismo - están, de una u otra forma, *en el espacio de producción de políticas públicas*. En mayor o menor grado - por medio de diversos canales de causalidad y a partir de diferentes posiciones en la red de *governance* - las agendas de gobierno y la toma de decisiones públicas están siendo orientadas, influidas o directamente conformadas por la acción de los movimientos sociales (IBARRA, *et al.*, 2002: 10).

Na visão de Dagnino (2002), o diálogo e a negociação entre movimentos/organizações sociais e Estado se impõe como única saída possível aos espaços de decisão pública em um contexto democrático. O que, no entanto, não exclui a existência de tensões e conflitos nesses processos. Ao contrário, as políticas públicas podem ser entendidas "enquanto instrumento de ação do Estado e expressão de disputas em torno de recursos e regras definidoras e consolidadoras de interesses específicos" (NEVES, 1997: 28). Isso porque, as políticas públicas pressupõem uma redefinição na alocação dos recursos, a seleção e redefinição dos beneficiários e, portanto, a produção de exclusões. São espaços, que produzem conhecimento e reconhecem outros conhecimentos, que definem e redefinem normas e arranjos institucionais. Nesse sentido, Neves destaca que "pensar em políticas públicas é operar com campos de batalha, campos de tensão, campos de conflito e concorrência"².

O caso em questão (o Programa Ates), entretanto, diz respeito a conformação da demanda e reivindicação das organizações sociais do campo (como o MST) por assumir a própria execução do Programa nos assentamentos. E isso impõe não só a necessidade de realocar recursos e definir o público beneficiário, mas também redefinir as funções do Estado e sociedade civil (representadas por estas organizações) no próprio processo de execução do Programa.

A complexidade deste formato institucional torna-se mais evidente se reafirmarmos o quão são diferenciadas as lógicas de ação dos movimentos sociais em relação a do Estado. Claus Offe traz esta perspectiva ao refletir sobre o processo de inserção de grupos de interesses nos espaços de produção e gestão de políticas públicas. Para o autor, "o relacionamento variável entre o sistema de representação de interesses e a execução da política pública pode ser representado como o deslocamento de um tipo de racionalidade política para outro" (OFFE, 1989: 226). Isso porque, os atores tradicionalmente presentes nestes espaços de produção e execução de uma política pública não têm suas ações reguladas pelas coletividades "aqueles que fazem a política não têm muito controle sobre a intensidade e o conteúdo das reivindicações específicas que estão sendo formuladas no processo político, nem sobre o número e a identidade das coletividades organizadas pelas quais as demandas estão sendo feitas", e geralmente, têm como objetivos "atender o maior número possível de inputs de

² Fala proferida pela Prof^a Dr^a. Delma Pessanha Neves, na ocasião em que participava como palestrante da Mesa Redonda "Mediações e Projetos Políticos no mundo rural brasileiro" da VI Semana Acadêmica do CPDA, em 08 de abril de 2010, no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

demanda específicos”, sendo a única coisa que “pode e deve ser racionalizada por um “bom” executivo do governo é a boa eficiência e a efetividade dos resultados” (OFFE, 1989:226).

Nesse sentido, para o autor, a reorganização do sistema de representação de interesses, ou seja, a reorganização do relacionamento entre grupos de interesse e o Estado, ocorre a partir do momento em que o Estado percebe que os grupos de interesse têm grande capacidade de influenciar negativamente o governo. Dessa forma, “o fundamento lógico [da reorganização destas relações] consistiu em impor uma certa dose de autocontrole, disciplina e responsabilidade aos grupos de interesse e tornar mais prognosticável e cooperativa a interação entre interesses organizados, de um lado, e o Legislativo e o Executivo do governo, por outro” (OFFE, 1989: 231).

Considerando que os espaços de produção e execução de políticas públicas possuem uma racionalidade diferenciada dos grupos de interesses (que tem suas ações determinadas pelos interesses de seus membros), Offe coloca a necessidade que estes grupos de interesse têm de se adaptem a estas regras, e com isso se questiona até que ponto essa inserção garante ganhos ou perdas (de autonomia, por exemplo) para as organizações.

Pensando a partir da perspectiva trazida por Offe (1999), a suposição inicial deste estudo era que os movimentos sociais, ao se inserirem em espaços de produção e execução de políticas públicas (como no caso aqui estudado), utilizam formas de ações diferentes daquelas utilizadas em outros espaços, ou outras formas de luta, e que esta mudança não se dá sem conflito. Neste mesmo sentido Ibarra *et al.* afirmam que são diversas as formas de ação utilizadas pelos movimentos sociais para se inserirem nos processos de política pública,

Son estrategias que buscan la combinación - a veces en apariencia contradictoria - de múltiples recursos materiales, discursivos, simbólicos, cognitivos... para así adaptar-se y operar mejor em los sitios - es decir en las redes/espacios - en los que se elaboran las políticas y se toman las decisiones (IBARRA *et al.*, 2002: 10).

A expectativa da pesquisa era que, ao olhar para o cotidiano do Programa Ates nos assentamentos executado por uma cooperativa de prestação de serviços de Ater gerida pelo MST, a dinâmica de inserção desse Movimento nesse espaço pude-se ser explicitada e analisada a partir das questões levantadas por estes autores e também

pensando os próprios desdobramentos disto para o Programa.

No desenrolar da pesquisa pode ser percebido que o MST traz para o dia a dia da execução do Programa nos assentamentos a sua própria lógica de ação, que prioriza a organização e tem como prática a militância política³. Isso implica em assumir a execução do Programa Ates nos assentamentos em que atua como uma tarefa da organização. Ou seja, uma tarefa política que a própria organização deve dar conta, com a mobilização de seus quadros (seus militantes) e outros recursos. E implica também em entender que esta tarefa (a execução do Programa Ates) deve ser realizada em prol do Movimento⁴, segundo seus princípios e objetivos.

Na execução desta tarefa, um determinado perfil de militância passa a ser valorizado: àquele que vira técnico do Programa Ates, que na maioria das vezes tem seu processo de formação enquanto técnico também construído dentro do próprio Movimento (por meio de cursos de formação em técnico em agropecuária). Ou seja, assentados ou filhos de assentados que têm suas histórias de vida construídas dentro do Movimento assim como suas formações profissionais. Este é o técnico que, prioritariamente, compõe o quadro técnico da Cooptraes, visto que a cooperativa entende que este técnico, por estar mais próximo aos assentamentos e à própria luta do MST, teria melhores condições de prestar o serviço e de contribuir para a organização política das famílias assentadas.

Entretanto, no exercício diário da política, que envolve não só as relações com as famílias assentadas, mas também as relações com os servidores do Incra (quem coordena o Programa), essa concepção sobre o técnico que compõe a equipe da cooperativa do MST precisou ser alterado. Como veremos mais adiante, diante das exigências do Incra, principalmente no que diz respeito a uma maior capacitação de sua equipe técnica⁵, o Movimento precisou rever suas concepções e práticas (na perspectiva trazida por Offe isto poderia ser pensado como uma forma de adaptação desta

³ Nesse caso estou me referindo à prática militante do MST, que, a meu ver, tem como objetivo a dedicação à causa da Reforma Agrária e à construção e fortalecimento da organização. É prática característica, principalmente, daqueles sujeitos que se constituem no próprio cotidiano da sua inserção neste movimento, no fazer-se da luta (que envolve elementos como a mobilização, a dedicação à causa, a organização e também o envolvimento afetivo). E que por isso compartilham também os símbolos de uma identidade coletiva que é a identidade dos sem-terra (do MST).

⁴ Daqui para frente, todas as vezes que me referir ao MST como **Movimento** utilizarei letra maiúscula como forma de identificar sobre qual movimento social eu estou me referindo.

⁵ Nesse caso especificamente a exigência do Incra era pela inserção de técnicos de nível superior no quadro técnico da cooperativa, visto que a maioria dos técnicos formados pelo MST eram, em sua maioria, de nível médio.

organização ao processo de implementação de uma política pública, à sua lógica).

Com isso, outro perfil de técnico passa a ser incorporado pela Cooptraes: os técnicos com ensino superior. Entretanto, apesar desta exigência que impõe a reorganização de práticas, a cooperativa do MST continua tendo certo grau de controle sobre o tipo de técnico que irá atuar nos assentamentos, pois é ela quem seleciona a sua equipe técnica. Assim, outras regras passam a gerir este processo seletivo. E o MST passa a exigir que, em primeiro lugar, este novo técnico tenha afinidade com os princípios defendidos pelo Movimento e posteriormente, que este técnico se insira na organização como forma de contribuir para o fortalecimento desta por meio do seu trabalho.

Para se referir ao perfil de técnico construído na dinâmica da luta do próprio Movimento trabalharei com a categoria **militante técnico**. Ou seja, o **militante técnico** é o assentado ou filho de assentado, que tem a história confundida com a própria história do movimento, ou seja, que compartilha da identidade sem-terra. Geralmente ele exerce o papel de liderança nos assentamentos, e também por isso é chamado a assumir esta tarefa. Já passou por algum curso de formação política do Movimento, assim como se forma enquanto técnico em cursos organizados pelo próprio Movimento, que são, geralmente, cursos de nível médio⁶. Dessa forma possui uma grande proximidade às famílias assentadas (seja por sua condição de assentada ou de liderança do MST), o que, de uma maneira geral, traz mais sensibilidade às demandas colocadas pelos assentados, assim como maior comprometimento em trazer respostas.

O outro perfil de técnico que passa a estar presente na Cooptraes, pode ser definido, em primeiro lugar, pela sua formação acadêmica e também pela sua identificação com o MST e com a reforma agrária. Trabalharei aqui com a categoria **técnico militante** ao me referir a este outro perfil de técnico, visto que, é a partir do seu trabalho que exercita sua militância – nesse caso uma militância bem diferente da militância do MST –, pois tem a oportunidade de trabalhar com assentados e contribuir, de alguma forma, para o sucesso destes espaços de luta.

Veremos que a reflexão sobre a militância é constitutiva da problemática deste estudo. É importante ressaltar que esta reflexão se impôs ao trabalho após a pesquisa campo. A reflexão sobre as diferentes lógicas de ação do Estado e dos movimentos

⁶ É importante ressaltar que tais características não são universais. E que a categoria foi construída a partir do caso estudado.

sociais encontrou na prática militante do MST no dia a dia do Programa Ates, em assentamentos do norte do Espírito Santo, bons elementos para o debate.

O fato de já existir um campo analítico que discute o perfil do técnico de Ater e também e também a sua relação com a militância contribuiu significativamente para o desenvolvimento destas categorias, em especial os trabalhos de Masseli (1998) e Pimentel (2007). Entretanto, é preciso relativizar o uso destas duas categorias (**técnico militante** e **militante técnico**), pois nem todas as práticas destes dois atores são determinadas pelo lugar social que estes ocupam. Entendendo que toda classificação é simplificadora, nem tudo pode ser explicado por estas duas categorias, embora sejam um importante instrumento para se pensar esta realidade.

A importância de trazer estas duas categorias, que serão melhores desenvolvidas no capítulo quatro, passa pela compreensão sobre os perfis de técnicos que são gestados nesse processo social, quais as expectativas giram em torno de seu trabalho e como estes técnicos se posicionam e entendem seus papéis neste mesmo processo (de execução do Programa Ates, pela Cooptraes em assentamentos que o MST atua no norte do Espírito Santo).

A importância dada aqui a reflexão sobre os técnicos da Cooptraes não impede, entretanto de trazer outras questões para além disso. Considerando que este olhar sobre a prática militante é apenas uma dimensão do processo. Veremos que essa inserção do MST, por meio da Cooptraes, no processo de implementação do Programa Ates, gera inúmeras tensões. Especialmente porque a lógica de ação deste movimento esbarra na própria lógica de ação esperada pelos outros atores, quando este Movimento assume o papel de executor do Programa. Dentre as tensões geradas podemos citar como exemplo a reclamação trazida pelos servidores do Incra (no papel de coordenador do Programa e de contratante na relação com a Cooptraes, a contratada) da “mistura” entre a militância e o Programa Ates, que muitas vezes secundariza a execução do serviço, em favor dos objetivos da organização. Veremos casos em que os servidores do Incra afirmam que algumas de suas demandas de trabalho não são atendidas pela cooperativa porque o MST discorda de sua importância. Estes mesmos servidores do Incra reclamam também do não investimento por parte da Cooperativa na estrutura mínima para a prestação dos serviços de Ates nos assentamentos (como a infraestrutura e a qualificação e remuneração dos técnicos), o que, para eles, revela um despreparo do Movimento para lidar com a execução de uma política pública. Por parte da Cooptraes, a reclamação é

sobre o excesso de trabalho que o Incra repassa para as equipes técnicas, assim como sobre a falta de recursos do Programa para a constituição da infraestrutura necessária para a cooperativa prestar o serviço.

O interesse em pesquisar uma experiência de implementação do Programa Ates protagonizada pelo MST pode ser explicada pelo fato de ter sido este movimento social um dos participantes da formulação deste Programa. Embora não seja objeto de análise aqui este processo de formulação do Programa, é importante observar que o Movimento compartilha grande parte dos princípios orientadores da proposta (como a crítica ao modelo tradicional de Ater, a promoção da Agroecologia, e também a contribuição para o fortalecimento das organizações sociais dos assentados). O estado do Espírito Santo, segundo um dos dirigentes do MST-ES por mim entrevistado, é um dos poucos estados em que o MST atua diretamente na assistência técnica – em que tenha um contrato com o Incra, por meio de uma entidade jurídica, para a prestação dos serviços de Ates nos assentamentos⁷.

Para a realização deste estudo selecionei um dos núcleos operacionais⁸ da Cooptraes, o Quilombo dos Palmares. O núcleo operacional Quilombo dos Palmares fica no norte do Espírito Santo, abrangendo os municípios de São Mateus e Jaguaré, e é composto por 11 assentamentos com 399 famílias. Este núcleo operacional tem uma equipe técnica composta por dois técnicos (um homem e uma mulher) de nível médio duas técnicas de nível superior. Destes, foram por mim visitados os assentamentos Pratinha, Vale da Vitória, Georgina e Zumbi dos Palmares.

A escolha desta região para a pesquisa está diretamente relacionada a sua importância na trajetória do MST no estado e da própria cooperativa. Como veremos, o norte do estado do Espírito Santo é uma região muito importante para o MST, pois é onde surge esta organização. É também nesta região do estado que surge a Cooptraes, e, segundo seus dirigentes é também onde a cooperativa está mais estruturada, em termos de quadro técnico e infra-estrutura, como veremos mais adiante.

⁷ A entidade jurídica em questão é a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos da Reforma Agrária do Espírito Santo – Cooptraes, com sede em São Mateus – ES, que atende assentamentos da Reforma Agrária em todo o estado.

⁸ Núcleos operacionais são as unidades mínimas de implementação do Programa, mais próximas as famílias assentadas. As entidades prestadoras do serviço de Ates se organizam em núcleos operacionais, com infraestrutura e equipes próprias. A Cooptraes possui em todo estado do Espírito Santo sete núcleos operacionais. De acordo com o Programa, os núcleos operacionais podem atender mais de um assentamento, o que depende da configuração da região, desde que seja respeitada a o número máximo de um técnico para cada oitenta e cinco famílias.

Foram também campos de realização deste estudo o município de Vila Velha – ES, onde se encontra a Superintendência Regional do Incra no Espírito Santo e o município de São Mateus, onde se encontra a sede da Cooptraes.

Os assentamentos situados no núcleo operacional Quilombo dos Palmares são os mais antigos do estado. As famílias, em sua maioria, já possuem suas casas construídas e já acessaram, pelo menos uma vez, alguma linha de crédito voltada para a produção⁹. Os principais produtos cultivados nestes assentamentos são o café e a pimenta, embora possamos encontrar também consórcios destas culturas com o côco e a seringa. Há também, em menor escala, produção de maracujá, aipim, tomate, leite, abóbora, entre outros. Andando nas áreas próximas aos lotes de moradia das famílias podemos observar a existência das hortas (com produção de verduras, legumes e algumas frutas), na maioria das vezes geridas pelas mulheres e voltadas para consumo doméstico.

Igrejas e escolas também são instituições presentes nos assentamentos da Brigada. Em geral, as escolas situadas nestes assentamentos ocupam os espaços onde se localizavam as sedes das antigas fazendas, residência dos antigos proprietários. As sedes são, na maioria das vezes, utilizadas para comportar as salas de aulas. Em geral essas escolas oferecem as séries básicas do ensino fundamental I, em consonância com os princípios do Movimento. É também nesta região que se encontra o Centro de Formação Maria Olinda - Ceforma, espaço criado pelo Movimento em uma área de assentamento, no ano de 2004. Construído por meio de doações e do trabalho voluntário dos assentados com mutirões, o espaço destina-se a ser um local de formação dos trabalhadores rurais e apoio as atividades do movimento na região. O Ceforma possui salas de aula, refeitório, dormitórios e um auditório, campo de futebol, tele centro, além de áreas de produção.

As famílias que compõem os assentamentos da Brigada Zumbi dos Palmares são, em sua maioria, oriundas da própria região norte do estado. Segundo Saldanha, em sua maioria, muitas das famílias assentadas viviam nas periferias municípios de São Mateus, Pedro Canário, Linhares e do sul da Bahia localizados nas margens da rodovia BR-101 e que ainda trabalhavam em atividades agrícolas como diaristas ou meeiros. Entretanto, durante a pesquisa nos assentamentos desta brigada, encontramos tanto famílias que já trabalhavam com atividades agrícolas, quanto famílias que nunca haviam

⁹ Encontramos também algumas famílias que se inseriram nos assentamentos recentemente e que ainda se encontram em processo de regularização junto ao Incra, e por isso, ainda não acessaram nenhuma linha de crédito.

trabalhado com atividades agrícolas. Mesmo entre as famílias que já haviam trabalhado em atividades agrícolas, existiam aquelas que por terem seus membros empregados, durante muito tempo, na agroindústria de eucalipto e cana de açúcar não tiveram a oportunidade de trabalhar com outros tipos de cultura como o café, a pimenta, a mandioca e outras que encontramos no assentamento. Esse dado é importante para pensarmos posteriormente, a importância da assistência técnica na consolidação das produções nestes assentamentos.

Utilizei como procedimento de pesquisa a entrevista semi-estruturada, a partir de um roteiro de questões, que possibilitava também o entrevistado discorrer para além da pergunta formulada. Os roteiros¹⁰ foram divididos em algumas temáticas. Em primeiro lugar o entrevistado foi indagado sobre sua trajetória pessoal, depois sobre o trabalho, os assentamentos, a assistência técnica, o Programa ATES, o Movimento (não necessariamente nesta ordem para todos os entrevistados, visto que para cada categoria de entrevistado foi elaborado um roteiro)

Divido aqui em quatro categorias os atores entrevistados: assentados, servidores do Incra, dirigentes do MST e técnicos. Essas categorias respeitam suas diferentes posições dentro da institucionalidade do Programa ATES. Dentro dessas categorias também há características específicas que distinguem os atores, as quais serão apresentadas ao longo do texto, assim como entre as categorias existem pontos em comum no que diz respeito aos interesses de seus membros. No entanto, a lógica em destacar estas categorias está nos interesses e posições que estes atores possuem em relação ao Programa.

Da categoria assentados, entrevistei agricultores dos assentamentos Vale da Vitória, Pratinha, Georgina e Zumbi dos Palmares. Estes assentamentos são os mais antigos da região, originários da desapropriação de uma única fazenda em 1985, exceto o assentamento Zumbi dos Palmares, que é bem mais recente, do ano de 1999. Foram entrevistados homens e mulheres, alguns destes com posições de liderança, membros da coordenação do assentamento ou mesmo da brigada Quilombo dos Palmares. Ao todo foram 12 entrevistas com agricultores assentados. Dentre os assentados entrevistados tinham aqueles que participaram, desde o início, do processo de luta pela terra (ocupação, desocupação, assentamento), e outros que se integraram posteriormente ao assentamento.

¹⁰ Ver anexos.

No que diz respeito aos representantes do Inca no estado, foram entrevistados também dois servidores do Inca, Regional Espírito Santo: a Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos (DD), divisão do Inca responsável pela coordenação do Programa ATEs, e um engenheiro agrônomo, também lotado nesta divisão, que trabalha diretamente na coordenação do Programa ATEs.

Quanto à categoria de dirigentes do MST foi entrevistado o coordenador do setor de produção estadual do MST, também presidente da COOPTRAES e assentado no PA Valdício Barbosa dos Santos. O outro dirigente do MST entrevistado é membro da direção nacional e estadual do MST, no setor de produção, e assentado no PA Zumbi dos Palmares.

Quanto à categoria técnicos, foram entrevistadas duas mulheres, contratadas da Cooptraes, que atuam com o Programa Ates na região. Uma das técnicas possui ensino médio técnico em agropecuária, assentada do PA Zumbi dos Palmares, casada com um dirigente do MST, mãe de três filhos, e faz parte da equipe da Cooptraes desde 2009. A outra técnica entrevistada é engenheira agrônoma, recém-formada e atua na Cooptraes desde fevereiro de 2010.

Embora a entrevista tenha sido minha fonte principal de dados neste trabalho, outras fontes de pesquisa foram utilizadas, como os documentos referentes aos procedimentos para a execução do Programa fornecidos pelo Inca (Nacional e Regional) e Cooptraes (leis, manuais operacionais, termos de referencia, contratos, relatórios, entre outros), e a observação direta do cotidiano de trabalho de equipe técnica da Cooptraes.

Minha entrada, digamos assim, no campo de pesquisa que envolve a Cooptraes, o MST-ES e os assentamentos do norte do estado foi por meio de um contato prévio existente com uma das técnicas da cooperativa que atua no núcleo operacional Quilombo dos Palmares. Na ocasião em que era bolsista de iniciação científica (CNPq) da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz), tive a oportunidade de participar do Curso de Especialização Técnica em Saúde Ambiental para a População do Campo, que fora realizado em parceria com o MST, e cujos alunos eram também oriundos deste Movimento e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Este curso teve três das quatro etapas realizadas na região norte do Espírito Santo, e a técnica da Cooptraes da qual me referia fez parte do corpo discente deste curso. Esta técnica, também

integrante do MST e assentada foi quem possibilitou o contato com o Movimento e a Cooperativa que viabilizaram minha pesquisa. Neste sentido, minha porta de entrada neste campo (assentamentos, cooperativa e movimento) foi o próprio MST.

Todo o tempo em que permaneci nos assentamentos fui acompanhada por técnicos da Cooperativa. Toda a logística de hospedagem, transporte e alimentação também foram viabilizadas pelos técnicos. Se por um lado esse fato foi um facilitador do meu primeiro contato com os assentados e infraestrutura de trabalho, posteriormente se apresentou como uma questão a ser problematizada aqui.

Como um dos objetivos da pesquisa era observar o trabalho desenvolvido pelos técnicos da Cooptraes, todas as minhas incursões nos assentamentos atendidos pelo núcleo operacional Zumbi dos Palmares foram realizadas na companhia dos técnicos e técnicas da cooperativa. Por conta disso, algumas vezes os assentados confundiram o meu trabalho com o da assistência técnica, o que, a meu ver, fez com que estes não se sentissem à vontade para falar nas entrevistas sobre o trabalho da equipe técnica, da cooperativa e do MST.

Embora as entrevistas fossem realizadas em particular com cada assentado, esse constrangimento para tratar do tema se fez presente. Os assentados entrevistados ao serem questionados sobre o histórico da Ater no assentamento discorriam com muito mais facilidade se comparado ao momento em que eram questionados sobre o serviço de Ater hoje, resumindo-se a falar que o serviço melhorou, principalmente no que diz respeito ao acesso.

A ausência de críticas e referências dos assentados sobre o trabalho dos técnicos da Cooptraes pode ser entendida a partir deste aspecto. Como veremos nas entrevistas realizadas os assentados elaboraram suas falas em torno da importância do serviço, e não fizeram referência a sua qualidade. Por outro lado, devemos ressaltar que a valorização do serviço por parte dos assentados pode estar diretamente relacionada a trajetória da Ater nestes assentamentos, que é caracterizada pela dificuldade de acesso, o que parece ter sido sanado com o Programa Ates e o trabalho da Cooptraes.

Diante destas circunstâncias percebi que precisaria de muito mais tempo para ganhar a confiança dos assentados e distanciar o meu trabalho daquele desenvolvido pela Cooptraes. Mesmo que esta minha maior aproximação dos assentados não tenha sido possível, é importante registrar aqui a possibilidade do comportamento dos

entrevistados mudar diante de outra situação de pesquisa (BECKER, 1993).

No que diz respeito ao contato com a Superintendência do Incra no Espírito Santo e aos servidores entrevistados, o acesso foi fácil e a recepção positiva. O fato de eu estar realizando um trabalho acadêmico foi um aspecto importante em um primeiro contato com o órgão. Isso pôde ser mensurado quando os servidores referiram-se a minha pesquisa ressaltando a importância do tema e da falta de estudos nessa temática no Espírito Santo.

Outro aspecto que pode ser trazido aqui como um desafio deste trabalho foi o fato de eu não ter encontrado estudos que resgatem a Ater no Espírito Santo. Assim como quase não há estudos sobre reforma agrária e assentamentos no estado.

As entrevistas, de uma forma geral, explicitaram e caracterizaram as relações que se estabelecem a partir do Programa Ates entre estes atores – Incra, MST, Cooperativa, técnicos, assentados – revelando um tênue equilíbrio de poder nestas relações. Enquanto o Incra tem como recursos de poder a competência de coordenar o Programa, organizar as chamadas públicas para seleção das empresas, estabelecer parte das regras do contrato, estabelecer sanções e demandar trabalho à sua contratada, a Cooptraes, por sua vez, tem como recursos de poder a inserção (histórica) nos assentamentos, o que acaba por ser muito útil à execução do Programa, a capacidade de mobilização dos assentados, sua militância e o próprio peso desta organização (do seu histórico de lutas no estado e também no país). Também fazem parte desta configuração os técnicos, que possuem como recursos de poder a confiança das famílias por conta de sua inserção nos assentamentos (neste caso o militante técnico tem mais recurso de poder se comparada com o técnico militante), o seu saber (domínio da técnica) e capacidade de articulação (com o Incra e outras instituições como o banco), e os assentados, que têm como recurso de poder o controle social que pode exercer sobre os atores (em especial sobre o técnico).

A observação do cotidiano do trabalho dessa equipe técnica da Cooptraes serviu como complemento aos dados obtidos a partir das entrevistas realizadas. A partir de observação direta pude acompanhar as atividades desenvolvidas pelos técnicos, tais como: elaboração de projetos de crédito, atividades coletivas de capacitação (oficinas, palestras, etc.) mobilização e reunião com as famílias assentadas, articulação com instituições e órgãos externos, trabalho no escritório, o planejamento e a avaliação, junto aos assentados, do trabalho a ser realizado pelos técnicos nos assentamentos e

brigadas, além da visita individual às famílias. A observação direta deste cotidiano, neste sentido, pode ser confrontada com as entrevistas, fornecendo mais elemento para a análise.

No primeiro capítulo faço um resgate dos principais aspectos da trajetória do serviço de Ater no Brasil. Esse resgate histórico tem fundamental importância para este estudo. Isso porque, grande parte das questões constitutivas deste histórico estão, de alguma forma, presentes no imaginário e nas práticas dos agentes de Ater hoje. Ou seja, as questões que envolvem a construção histórica do serviço de ater no país informam diretamente sua atual configuração. Este resgate traz uma maior ênfase ao período de constituição da Ater como um instrumento da modernização do campo, ao momento de reflexões e críticas a esse modelo e, finalmente, ao período de reformulação do serviço.

O segundo capítulo procura mapear os atores envolvidos no estudo de caso, seus posicionamentos e problematizar as principais questões que emergem nesta rede de relações. Como veremos o Programa Ates é tido como de fundamental importância tanto para os assentados como para o Incra e o MST. Sob diferentes óticas os atores entrevistados evidenciam a interdependência entre eles. Se por um lado o Incra, na voz dos servidores entrevistados, coloca que não consegue trabalhar mais sem o Programa, devido ao grau de envolvimento das equipes técnicas com as diversas frentes de trabalho do Incra nos assentamentos, por outro lado o MST, na voz dos dirigentes entrevistados, expõem a importância para o Movimento de assumir a Ater nos assentamentos em que se encontra presente, na medida em que a organização entende que potencializa o serviço e, ao mesmo tempo, por meio deste controle sobre o Programa potencializa a própria organicidade dos assentamentos.

Veremos também neste capítulo que questões como a descontinuidade do Programa, a precariedade dos serviços (seja na falta de infraestrutura para o trabalho, ou nos baixos salários), a rotatividade dos técnicos e o excesso de demandas ainda estão presentes.

Curiosamente, as expectativas em torno do trabalho do técnico foi o tema mais problematizado pelos atores entrevistados. O que me levou a reconhecer que Dias (2007b) estava certo ao afirmar o caráter plural e ao mesmo tempo indefinido do papel do extensionista hoje. Por isso dediquei um capítulo desta dissertação, o capítulo quatro, para tratar a questão. Neste capítulo veremos que as disputas e conformidades entre os atores – Incra, MST, assentados – sobre quais são as atribuições de um técnico e a

melhor forma de executá-las são incorporadas e lidas de forma diferenciadas pelas técnicas entrevistadas. A conjugação entre Ates e militância, como já mostrado aqui, aparece como ponto alto do debate. Nesse sentido a escolha de uma militante do MST e técnica e de uma técnica não militante do MST foi proposital, como forma de explicitar essas diferenças, pois os casos são emblemáticos. É neste capítulo portanto que são desenvolvidas as categorias militante técnica e técnica militante, como definidoras dos perfis gestados no exercício desta política¹¹.

Na conclusão, procuro fazer uma leitura de como o caso estudado informa o processo geral de prestação dos serviços de Ater nos assentamentos. Minha intenção é também levantar elementos deste estudo que alimentem o debate sobre o tema e contribuam para a leitura dos processos sociais em curso.

Por fim, considero importante deixar registrado aqui a contribuição deste estudo para pensarmos as tensões constitutivas das diversas tentativas de democratizar os espaços de decisão pública. Uma dimensão importante trazida pela experiência estudada é a dimensão do aprendizado. Isso porque tanto os servidores do Estado, quanto os militantes do MST passaram a lidar com lógicas diferenciadas de ação, que só se encontrariam em experiências como estas que tentam, para além de outras dimensões, democratizar o processo de implementação de uma política pública. Por um lado, os servidores do Incra passam a ter que lidar com as divergências de opinião sobre as próprias regras e condutas há tempos cristalizadas no órgão, visto que, a partir do Programa, passa a dividir (mesmo que esta divisão não seja igualitária) parte de suas funções administrativas com o MST. Por outro lado, o MST, acostumado a atuar na explicitação de demandas e reivindicações ao Incra, agora passa a compartilhar tarefas, regras e procedimentos com o órgão, assim como a responsabilidade por parte das ações deste nos assentamentos. Sem querer diminuir as tensões constitutivas deste processo, a dimensão de aprendizado tenta chamar atenção para o próprio processo de democratização da sociedade, em que visões de mundo diferenciadas estão, inevitavelmente, a todo o momento, dialogando.

¹¹ Embora não possa afirmar que a militância (do MST ou não) é constitutiva da prática deste Programa. Apenas podemos afirmar que a inserção deste Movimento na execução deste Programa traz para este processo perfis diferenciados de militância.

CAPÍTULO I

Os caminhos da Ater como um serviço público no Brasil

São diversos os trabalhos que resgatam a história da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em nosso país¹². A maior parte destes trabalhos aborda esse histórico a partir da institucionalização da Ater como um serviço, ou seja, tratam do processo de constituição das normas, regras, valores e práticas que caracterizam, em diferentes momentos, a Ater no Brasil. Neste capítulo trago alguns destes autores como forma de resgatar este histórico. No entanto, minha intenção não é fazer uma descrição exaustiva dos fatos, mas trazer questões deste processo que subsidiem este estudo. Portanto, algumas questões podem não receber a ênfase necessária, pois não estão relacionadas aos objetivos deste trabalho.

Neste sentido, volto minhas atenções para a trajetória da Ater como um serviço público¹³, as mudanças de paradigmas e formato institucionais, que remetem à criação do Programa Ates, objeto de estudo deste trabalho. Diferentes concepções sobre o papel do Estado, do técnico e do agricultor nortearam o serviço público de Ater ao longo de sua trajetória: seja o técnico como difusor de tecnologias ou mesmo o técnico voltado para a dimensão social de seu trabalho; seja o Estado que considera importante o serviço de Ater, seja o Estado que sucateou o mesmo serviço; e seja o agricultor como objeto do trabalho ou o agricultor como parte do processo de aprendizado –, e informam a atual configuração da Ater como serviço público hoje.

Chamo especial atenção neste processo histórico para a chamada crise da Ater pública nos anos 1990, que culmina com a criação do sistema descentralizado de Ater, visto que este trabalho traz a experiência de uma cooperativa, entidade de representação dos agricultores assentados, que presta os serviços de Ater pública.

1.1 A institucionalização da Ater pública no Brasil e o processo de modernização da agricultura

¹² Fonseca (1985), Caporal (1991), Masseli (1994), Rodrigues (1997), Oliveira (1999), Dias (2007), Peixoto (2009) entre outros.

¹³ Boa parte das questões que envolvem a consolidação do serviço no setor privado não é tratada aqui. O estudo de Peixoto (2009) sobre a atuação da indústria de defensivos agrícolas no Brasil é uma das referências neste tema.

Ações esparsas voltadas para a promoção de mudanças técnicas na agricultura ou mesmo a capacitação técnica dos agricultores ocorreram, de diferentes formas, bem antes de sua institucionalização como um serviço público. Tais ações ultrapassavam a esfera do Estado e foram também protagonizadas pela iniciativa privada. Pettan (2010) revela que algumas organizações patronais, ainda no século XIX, realizavam ações deste tipo como forma de atender suas próprias demandas. No entanto, a escassez de registros sobre essas ações dificulta a análise destas primeiras iniciativas.

Considerando este fator, Peixoto (2008) toma a iniciativa de fazer uma reconstituição histórica da Ater a partir da legislação, resgatando todos os registros de ações do Estado neste campo e nos mostra que já no século XIX foram criados institutos imperiais de agricultura que possuíam atividades de ensino, pesquisa e difusão de informações. Segundo o autor, os estatutos destes institutos “previam a realização de exposições, concursos e a publicação de periódicos com os resultados das pesquisas”, ações que ele considera como “rudimentos de um serviço de extensão rural, prestado por agricultores profissionais” (PEIXOTO, 2008: 12)¹⁴. Nos primeiros anos da República, no século XX, ocorre a criação do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, que entre suas atribuições também estavam o estudo e a difusão de informações relativas à agricultura (*op. cit.*). Em 1910 um mesmo decreto¹⁵, sancionado pelo presidente Nilo Peçanha, regulamenta o Ensino Agrônomo em diferentes níveis e detalha suas atribuições de Ater a produtores rurais (*op.cit.*). Peixoto (2008) ainda cita em seu estudo, a partir da legislação, uma série de ações do Estado que podem ser colocadas no escopo da Ater antes de sua efetiva institucionalização como um serviço público nas décadas de 50 e 60, tais como: a criação de fazendas demonstrativas, postos agropecuários, organizações de produtores, missões rurais junto à Igreja católica, etc.¹⁶

Essas ações esparsas do Estado identificadas por Peixoto (*op.cit.*) na legislação chamam-nos atenção para o fato de que a preocupação com a transmissão de informações sobre técnicas agrícolas no Brasil, já ocorria bem antes de sua institucionalização como um serviço público¹⁷, com estrutura organizacional própria e

¹⁴ Em seu texto Peixoto (2008) traz trechos dos decretos que instituem estes institutos (do Instituto Imperial Fluminense e do Baiano, por exemplo) demonstrando como eram concebidas tais ações.

¹⁵ Peixoto (2008) refere-se ao decreto nº 8.319/10, trazendo ao texto os capítulos que especificam ações como: Cursos Ambulantes de Agricultura, Consultas Agrícolas, Campos de Demonstração e Fazenda Experimentais ambos voltados para os agricultores.

¹⁶ Ver Peixoto (2008),

¹⁷ Ainda segundo Peixoto (2008) a bibliografia sobre extensão rural comumente cita a “Semana do

objetivos definidos, o que só vem a ocorrer de fato com a criação das Associações de Crédito e Assistência Rural (Acar's) ao longo da década de 1950.

Segundo Fonseca (1985) a primeira Acar foi criada no ano de 1948, em Minas Gerais, por meio de uma parceria entre o governo de Minas Gerais e a *America International Association* (AIA), entidade privada do grupo Rockefeller¹⁸. No contexto da Guerra Fria e da expansão da hegemonia econômica e política norte-americana sobre a América Latina, essa parceria inaugura a forte intervenção norte-americana que veio configurar a institucionalização dos serviços de Ater no Brasil.

O modelo norte-americano de extensão rural, o qual inspirou a criação das Acar's, integrava pesquisa e ensino por meio da extensão. Ou seja, tinha como objetivo levar aos agricultores às tecnologias geradas por meio da pesquisa nos centros universitários, e por outro lado levar os problemas enfrentados pelos agricultores aos centros de pesquisa (FONSECA, 1985). Dessa forma, dentre os objetivos estabelecidos na criação das Acar's estão a intensificação da produção agropecuária e o melhoramento das condições econômicas e sociais da vida no campo brasileiro, por meio de apoio técnico e financeiro (RIBEIRO, 2000). Assim, os agricultores eram incentivados a abandonar suas técnicas tradicionais, consideradas “atrasadas”, e adotar as “modernas” técnicas científicas de produção.

Como descreve Peixoto (2009), aqui no Brasil, de forma diferente do modelo norte-americano, ao invés dos serviços de Ater serem prestado pelas Universidades foram criadas associações para este fim. Outra inovação institucional das Acar's em relação ao modelo norte-americano foi a associação entre crédito e assistência técnica¹⁹. Com o crédito supervisionado buscava-se, para além da disseminação de novas tecnologias²⁰, também a divulgação das linhas de crédito e a diminuição dos riscos dos agentes financeiros (PEIXOTO, 2009). Com a expansão desse modelo para outros estados, em 1956 foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

Fazendeiro”, realizada pela primeira vez em 1929 pela Escola Superior de Agricultura de Viçosa (atualmente Universidade Federal de Viçosa - UFV, que ainda realiza o evento nos dias de hoje), como a primeira ação institucionalizada de extensão rural. No entanto, segundo o autor, semanas ruralistas como esta já eram realizadas em municípios do interior, pela Igreja Católica em parceria com o Ministério da Agricultura.

¹⁸ A AIA era uma Instituição filantrópica norte-americana presidida pelo Sr. Nelson Rockefeller, coordenador da missão no Brasil. O grupo Rockefeller era detentor de empresas dedicadas à exploração e comercialização do petróleo, fabricações de máquinas agrícolas, fertilizantes e produção de sementes (Oliveira, 1999).

¹⁹ As ACAR eram entidades civis, sem fins lucrativos.

²⁰ Maquinários, defensivos agrícolas, insumos, entre outras inovações.

(ABCAR) para coordenar o sistema nacional – conhecido como Sistema Brasileiro de Extensão Rural (Siber) –, promover o treinamento dos extensionistas e captar recursos (FONSECA, 1985).

Neste momento inicial da institucionalização da ATER como um serviço público o Estado brasileiro ainda não havia estabelecido objetivos claros para o serviço. Como afirma Rodrigues²¹, nesse período

[...] o governo deixava o serviço de extensão rural à vontade para desempenhar as suas atividades no meio rural de acordo com os princípios que lhe deram origem, à imagem e semelhança da experiência norte-americana. Estas atividades conformavam um conjunto de práticas que certamente convinham à legitimação do Estado no meio rural, onde a sua presença direta não se fazia muito regular (Rodrigues, 1997: 21).

Masseli chama atenção para outro aspecto que caracteriza este período inicial: a ênfase, a partir dos discursos, no desenvolvimento social²². Segundo a autora, as ações do Estado buscavam também obter legitimidade neste setor, seja por parte dos agricultores como também por parte de outras instâncias governamentais:

O primeiro período (1948-1968), de propósitos mais “sociais”, genericamente pode ser caracterizado pelo empenho em ganhar espaços e firmar imagem, tanto junto às classes rurais, como também junto às diversas instâncias administrativas do Estado. No plano do discurso, esse período enfatiza a melhoria do nível de vida das populações rurais e as características educacionais da ação extensionista (MASSELI, 1994: 30).

A ênfase no desenvolvimento social era também uma característica da intervenção internacional neste momento, que procurava conseguir bases de apoio para a expansão do capital nestes contextos. Em seu livro clássico sobre a modernização da agricultura no país, “A Modernização Dolorosa”, Graziano da Silva (1982) caracteriza

²¹ Em estudo sobre a Extensão Rural no Brasil, Rodrigues (1997) propõe a existência de três fases distintas no histórico da ATER brasileira: humanismo assistencialista (1848-1962), difusionismo produtivista (1963-1984), humanismo crítico (1985-1989).

²² Desenvolvimento social se expressava então como melhoria da qualidade de vida e inserção no mercado por meio da adoção de novas tecnologias.

este momento:

Somente depois da Segunda Guerra, quando se tornou impossível negar a existência de “dois mundos” – um desenvolvido e outro não –, é que a preocupação com o crescimento econômico e a distribuição de renda voltou a ter destaque entre os economistas ocidentais. Como a estereotipização do subdesenvolvimento mostrava uma economia onde o setor industrial era incipiente e o agrícola “atrasado”, ganharam destaque os modelos dualistas que procuravam mostrar um antagonismo entre ambos (SILVA, 1982: 17).

A partir desta concepção dual entre o setor agrícola e o setor industrial que então se desenvolvia neste momento, reforça-se a visão do setor agrícola como “atrasado” e responsável pelo atraso dos países subdesenvolvidos, o que acaba por legitimar as ações internacionais que se voltavam para a modernização deste setor, como foi o caso da intervenção norte-americana na extensão rural brasileira. Como vimos, a Ater surge como serviço público no Brasil a partir da iniciativa do capital privado internacional (em especial, com os investimentos do grupo Rockefeller). Tanto o financiamento do serviço como a assistência técnica para sua implementação eram fornecidos pela cooperação firmada entre o Estado brasileiro e a iniciativa privada norte-americana. Sob a bandeira da filantropia e da ajuda internacional para o desenvolvimento, o capital internacional começa a consolidar as bases para a difusão de sua filosofia de desenvolvimento, por meio também da Ater.

No início, a participação do estado brasileiro no processo de construção da Ater como um serviço público era mínima (o financiamento, a definição de objetivos e metodologias estavam a cargo da cooperação internacional), o que foi se modificando na medida em que o projeto de adequação do setor agrícola ao desenvolvimento urbano-industrial foi se consolidando (MASSELI, 1994). Para Graziano da Silva essa foi a tônica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil do pós-guerra: a conversão gradativa da agricultura em um setor subordinado à indústria. Mas o que significa isso? Nas suas palavras,

o significado do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é outro senão o de transformar a terra, de uma dádiva da natureza, num elemento do próprio capital, produto das relações sociais de produção. [...] é com a industrialização da agricultura que

as limitações impostas pela natureza vão sendo superadas enquanto barreiras à produção agropecuária: é como se o homem passasse a “fabricar” as terras necessárias através da utilização das técnicas que desenvolveu (irrigação, drenagem, máquinas, fertilizantes, etc.) e das relações que se estabelecem entre os vários agentes sociais de produção (SILVA, 1982: 45).

Esse processo de industrialização ou modernização da agricultura brasileira, do qual se refere Graziano da Silva (1982) se intensifica no fim da década de 1960. É nesse momento, por exemplo, que se instalam no Brasil as principais indústrias de insumos agrícolas, e interessa-se em forjar novos mercados consumidores no meio rural. Como bem coloca Peixoto (2009), a modernização da agricultura promoveu a mecanização da produção e consumo de insumos químicos, fertilizantes, sementes selecionadas, ou seja, baseou-se na intervenção da indústria sobre a natureza. Com isso, para o autor, houve um processo contínuo e permanente de

(...) eliminação de elementos naturais discretos da produção agrícola (esterco, sementes próprias e animais de tração, por exemplo) e sua reincorporação na agricultura sob a forma de elementos processados industrialmente, como insumos químicos sintetizados, maquinários e sementes manipuladas em escala industrial (PEIXOTO, 2009: 8).

Olhando para esse processo não só pelos aspectos da integração tecnológica e do aumento da produtividade, Graziano da Silva traz (1982) a idéia de *modernização dolorosa*, para caracterizá-lo. *Modernização dolorosa* porque excluiu grande parte da população desse processo, além de aprofundar as diferenciações sociais no campo e promover danos ao meio ambiente. A concentração fundiária, elemento estrutural da questão agrária brasileira, se aprofunda neste momento, promovendo o empobrecimento da população rural. Graziano da Silva explica que

[...] O processo de modernização se fez acompanhar de unidades de produção cada vez maiores, com uma conseqüente deteriorização da distribuição de renda no setor agrícola. [...] Como os chamados insumos modernos – especialmente fertilizantes, defensivos e a mecanização – são fortemente subsidiados, as condições de lucratividade das culturas ditas modernas (justamente porque utilizam maiores proporções de insumos modernos) são maiores; ainda mais porque sendo quase sempre produtos de exportação e/ou de transformação industrial (como cana, café, soja, trigo, etc.), tem

sempre uma evolução dos preços relativamente mais favorável do que as culturas tradicionais que são basicamente produtos alimentícios (arroz, mandioca, feijão, etc.), cujos preços repercutem diretamente no custo de vida. [...] o preço desses gêneros [alimentícios] não pode subir sem que se elevem os níveis reais dos salários mais baixos, fonte de renda da grande maioria da população urbana (SILVA, 1982: 30-31).

Não podendo assumir um comportamento empresarial, esses produtores de gêneros alimentícios a que o autor se refere tinham como opção continuar a produzir de forma precária e a abastecer a demanda de alimentos dos setores urbanos a preços baixos, cumprindo, portanto, uma função e ao mesmo tempo mantendo-se em precárias condições de vida. Grande parte dos pequenos agricultores também sofreu pressão dos grandes projetos agropecuários que, em momento que buscavam expandir sua atividade econômica, engolia os estabelecimentos a sua volta, expulsando os trabalhadores rurais, que tinham como opção: migrar para as áreas de fronteira agrícola; migrar para as grandes cidades, fazendo coro ao êxodo rural; ou então vender sua mão de obra a esses mesmos grandes projetos agropecuários²³.

Na maioria das vezes, para que a integração do pequeno agricultor ao processo de modernização da agricultura ocorresse, eles precisavam se especializar em algum tipo de produção de mercadorias demandadas pela indústria (como, por exemplo, a soja e o fumo) como forma de ter um mercado garantido para o escoamento da sua produção, que ficava cada vez mais cara com a adesão às novas tecnologias. Entretanto, estes mesmos agricultores tinham pouco ou nenhum controle sobre os preços de seus produtos (MEDEIROS, 1989).

As metas estabelecidas pelos governos militares ao longo das décadas de 1960 e 1970 (por meio dos Planos de Desenvolvimento) previam uma profunda alteração da base técnica da agricultura, que, como demonstrou Graziano da Silva (1982), promoviam também uma profunda transformação da estrutura agrária. Tais planos governamentais, para tanto, tinham como principais instrumentos, a pesquisa

²³ Segundo Graziano da Silva, “Os fertilizantes e defensivos, na medida em que aumentam a produtividade da terra, aumentam as exigências da mão de obra não qualificada por ocasião das colheitas. A mecanização, na medida em que atinge (por questões tecnológicas) principalmente outras atividades que não a da colheita, acentua a sazonalidade de ocupação dessa mão de obra. Desse modo, a modernização aumenta as exigências e diminui o período de ocupação da mão de obra não qualificada numa dada propriedade agrícola. A solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, com o conseqüente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais” (SILVA, 1982: 30).

agropecuária, a extensão rural e o crédito agrícola. Enquanto a pesquisa agropecuária gerava tecnologias, a extensão rural as difundia e o crédito agrícola financiava-as. Com isso, no ano de 1972, o governo federal cria a Embrapa e em 1975 a Embrater²⁴ que se juntam ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) criado em 1965, como instrumentos que viabilizariam a modernização no campo.

Alguns autores²⁵ separam o período anterior da Extensão Rural (anos 1950 e início dos anos 1960), deste período (segunda metade dos anos 1960 e anos 1970), caracterizando o modelo de ATER do primeiro período como “humanismo assistencialista” ou “difusionista inovador”, e o segundo período como “difusionista produtivista”. Essa diferenciação evidencia o fato de que no período da modernização da agricultura brasileira, os princípios filantrópicos e humanistas que caracterizaram o período inicial da Ater já não fazem mais sentido, pois o serviço assume agora, com maior ênfase, seu caráter difusionista. Com isso, acaba por excluir pequenos produtores do quadro de beneficiários dos serviços de Ater, os quais não conseguiriam adequar-se a este modelo²⁶.

Como podemos ver é neste período que a Ater se consolida como um serviço público²⁷. No sentido em que passa a ter um aparato estatal próprio, com funcionários e fontes de recursos, a nível nacional. Dada a sua importância nesse período de modernização da agricultura brasileira, na visão de Caporal, a Embrater teve responsabilidade direta sob as transformações decorrentes desse processo:

Deste momento até a sua extinção, a EMBRATER coordenou, no País, a ação do Estado para o meio rural. Isto, de certa forma, corresponsabiliza a EMPRESA e o SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, pelos resultados da aplicação do modelo de desenvolvimento urbano-industrial, que fizeram do campo um palco de grandes transformações sociais, de grande exclusão de trabalhadores e suas famílias e, sobretudo, de intensa e contínua subordinação ao capital industrial, comercial e financeiro. (CAPORAL, 1991: 35).

²⁴ As ACAR's foram, ano a ano, absorvidas pelos estados, na criação das empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural (as EMATER's). O sistema SIBER transformou-se em SIBRATER (Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural), agora abrangendo a EMBRATER e as EMATER's.

²⁵ Ver Rodrigues (1997) e Masseli (1998).

²⁶ Conforme mostra Graziano da Silva (ver nota 22), aos poucos, os pequenos agricultores foram sendo excluídos do processo de modernização do campo brasileiro, ou inseridos de forma precária (SILVA, 1982)

²⁷ No sentido em que é financiado e gerido pelo Estado, tornando-se uma política pública.

Esse entendimento irá pautar muitas das críticas dirigidas à empresa a partir da década de 1970. No entanto, para compreendermos este período posterior da história da Ater no Brasil, em que as críticas ao serviço começam a se consolidar, é importante observarmos como se constituiu o papel do técnico e as relações entre o técnico e o agricultor até aqui.

Rodrigues (1997) aponta para uma mudança em relação ao público da extensão rural e o papel do técnico, do período inicial para o período da modernização da agricultura, na extensão rural brasileira. Para o autor, no período inicial da Ater²⁸ o público preferencial eram os pequenos agricultores e os técnicos eram vistos como introdutores de mudanças de comportamento. Como afirma Rodrigues, a economia doméstica também estava entre as preocupações desta extensão, assim como o planejamento baseado na situação atual das famílias:

A sua característica mais marcante é a presença de uma equipe local de trabalho, paritária, formada de um extensionista agrícola e uma extensionista doméstica, e o uso do crédito rural supervisionado para dar suporte à administração da propriedade e do lar. O planejamento das atividades era vertical ascendente, partindo da situação em que se encontravam as famílias assistidas, os problemas partes desta situação, objetivos das famílias em relação a estes problemas e definição de soluções alternativas a serem perseguidas, geralmente propostas pelos extensionistas (RODRIGUES, 1997: 11).

Dessa forma, como descreve Rodrigues (1997), Nesse momento, o técnico é visto como o agente da mudança, quem identificava os problemas e propunha as soluções para o agricultor. Para além da transferência de tecnologia o serviço de Ater, neste momento, cultivava a preocupação com a melhoria de vida dos seus beneficiários. O período posterior, para o autor, entretanto, especializa-se em difundir tecnologias de produção em detrimento do olhar para a melhoria das condições de vida do trabalhador rural. Conforme Rodrigues (1997),

Suas orientações filosófica e operacional [da Ater pública] se tornam mais flexíveis e a difusão de tecnologia, atrelada ao crédito rural orientado vai ocupando espaços cada vez maiores, abrindo caminho para o segundo momento desta trajetória evolutiva, aqui chamado

²⁸ Ver nota 21, que expõe a delimitação de períodos feita por Rodrigues (1997).

difusionismo produtivista. [...] Proliferam-se as unidades locais especializadas, formadas por equipes de agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas que substituem as equipes “casadas” de um profissional da agropecuária para uma economista doméstica, sinalizando a prioridade para atividades econômicas. Procede-se a uma revisão nas atividades referentes à economia doméstica, excluindo-se os projetos de administração do lar e outras ações assistenciais voltadas para a dona de casa. (RODRIGUES, 1997: 123-125)

O foco no produtivismo e na difusão de tecnologias que caracteriza este novo período da Ater torna o técnico o elaborador de projetos de crédito rural, autoridade que lhe permite indicar a adesão às novas tecnologias. Os profissionais que não atendiam esse perfil, como os economistas domésticos, já não faziam mais sentido. O público também muda, são os médios e grandes produtores rurais que aderem por completo as novas tecnologias difundidas pela Ater, subsidiados pelo crédito rural, e conseguem reverter tal investimento em lucro (RODRIGUES, 1997).

Diante desse quadro, críticas ao modelo de Ater começam a surgir, especialmente após a divulgação do livro de Paulo Freire, *Extensão ou Comunicação?*²⁹, publicado em 1969, que trazia sentido à crítica da postura do técnico na adesão do ideário da modernização, como veremos a seguir.

1.2 Críticas ao modelo tradicional de ATER

O livro *Extensão ou Comunicação?* de Paulo Freire, teve grande influência nas vozes dissonantes do modelo difusionista das técnicas da revolução verde³⁰. A crítica de Paulo Freire se dirigia ao modelo educativo unilateral e centrado na técnica que era reproduzido pelas instituições de ATER. Para Paulo Freire, o técnico de Ater deve intervir de forma crítica e dialógica e contextualizada na realidade. Nas suas palavras,

²⁹ O livro foi publicado em 1969 pelo Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agrária, em Santiago de Chile, com o título *Extensión o Comunicación?*, onde analisa o problema de comunicação entre o técnico e o camponês no processo de desenvolvimento rural, como bem afirma Jacques Chonchol no prefácio desta edição.

³⁰ Em texto que trata sobre as críticas da Revolução Verde, Moreira define que no Brasil a adoção às tecnologias da Revolução Verde significou a “prioridade do subsídio de créditos agrícolas para estimular a grande produção agrícola, as esferas agroindustriais, as empresas de maquinários e de insumos industriais para uso agrícola – como tratores, herbicidas e fertilizantes químicos –, a agricultura de exportação, a produção de processados para a exportação e a diferenciação do consumo – como de queijos e iogurtes”(MOREIRA, 2000: 44).

A assistência técnica, na qual se pratica a capacitação, para ser verdadeira, só pode realizar-se na práxis. Na ação e na reflexão. Na compreensão crítica das implicações da própria técnica.

A capacitação técnica, que não é adestramento animal, jamais pode estar dissociada das condições existenciais dos camponeses, de sua visão cultural, de suas crenças. Deve partir do nível em que eles se encontram, não daquele que o agrônomo julgue que deveriam estar (FREIRE, 1984: 62)

O técnico, como agente educador, precisa considerar as práticas e saberes dos agricultores, e entender o contexto em que realiza o seu trabalho. Ao enunciar a necessidade de que o técnico tenha “compreensão crítica das implicações da própria técnica”, Paulo Freire se refere a não neutralidade da tecnologia, a importância de prestar atenção nos reflexos de seu uso (sociais, culturais, políticos e ambientais). Para o autor, o termo “extensão” em si revela o caráter autoritário da prática, pois se refere àquilo que, considerado superior, deve ser estendido a alguém.

[...] a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para, à sua maneira, “normalizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante ao seu mundo. [...] [Esse termo] envolve ações que, transformando o homem em quase “coisa”, o negam como um ser de transformação do mundo (FREIRE, 1984:13).

Nesse ideário criticado o técnico é considerado o agente da mudança, o portador da técnica modernizadora, e o agricultor o objeto a ser transformado, aquele que deve aderir às inovações trazidas pelo técnico. Com esses argumentos Paulo Freire alimenta substancialmente o campo crítico-analítico que estava se formando sobre a relação técnico-agricultor em processos de desenvolvimento rural.

Os anos finais da década de 1970 e a década de 1980 assistem a um processo de abertura lenta e gradual do regime militar. Como bem expõe Medeiros (1989) em seu livro sobre a história dos movimentos sociais no campo, as tensões nos campos econômico, político e social se explicitavam em diferentes acontecimentos:

[...] já em meados dos anos 70, apareceram os primeiros indicadores de exaustão. Do ponto de vista econômico, esboçaram-se os sinais

iniciais da crise, evidenciada com o choque do petróleo. Do ponto de vista político, já em 1974, o MDB, único partido de oposição permitido, conseguiu uma grande vitória eleitoral, capitalizando um voto de recusa ao governo. No ano seguinte, a morte no Doi-Codi do jornalista Vladimir Herzog provocou o primeiro grande ato público de protesto, desde 1968. Ao mesmo tempo, começou a se esboçar uma oposição empresarial de perfil antiestatizante. A maré oposicionista crescia, culminando, em 1978, com as grandes greves do ABC em São Paulo. A luta pela reposição salarial, as mobilizações pela anistia, as crescentes denúncias sobre os conflitos no campo criavam um novo clima (MEDEIROS, 1989: 86).

Esse cenário, de certa forma, contribuía para a publicização dos efeitos da modernização da agricultura – como os conflitos de terra, o êxodo rural e o empobrecimento da grande maioria da população no campo – e também das críticas aos aparelhos públicos que a promoviam, como a Embrater. A extensão rural como um instrumento do processo de modernização da agricultura brasileira não fora poupada: “as críticas (e autocríticas) às formas de atuação da extensão rural pública deram-se, portanto, no contexto das que também foram dirigidas ao processo de modernização da agricultura brasileira e ao modelo de desenvolvimento adotado no campo” (PEIXOTO, 2009: 33). Após um longo período de repressão e ausência de diálogo, vozes dissonantes ao modelo de desenvolvimento vigente começam a aparecer e trazer os conflitos constitutivos deste modelo. Foram vários os lugares de onde esta crítica ecoou: movimentos sociais no campo, técnicos, ONG’s, Igreja, sindicatos, estudantes, acadêmicos, etc.³¹. Como afirmam Caporal e Ramos,

Os resultados negativos causados pela prática adotada pela Extensão Rural, baseada no modelo de desenvolvimento vigente naquele momento [década de 1980], foram alvo de estudos, avaliações e proposições alternativas, que partiram tanto de grupos de resistência que estavam dentro das entidades de extensão, como, principalmente, de setores acadêmicos, da sociedade civil organizada, das igrejas e de organizações de representação dos agricultores (CAPORAL & RAMOS, 2006: 4).

Parte dessa diversidade de atores que publicizaram a crítica à Ater pública também promoveram experiências de Ater em diferentes partes do país. Em pesquisa

³¹ Segundo Peixoto (2009), exemplo desse movimento de repensar a ATER é a realização, em 1981, do primeiro encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa em Curitiba- PR, e o surgimento do movimento dos extensionistas, ainda nesta década, que culmina com a criação da Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores de Assistência Técnica e Extensão Rural e Serviço Público do Brasil (FASER) em 1986.

realizada no ano de 2003 Márcia Muchagata avalia o perfil das instituições de ATER que prestam serviços para agricultores familiares e assentados no país e percebe uma grande diversidade de atores que atuam com Ater³². Segundo Muchagata (2003), dois processos explicariam a proliferação de instituições de ATER no país. Um dos processos refere-se exatamente a democratização do país na década de 1980, que, segundo a autora, acaba por fortalecer a sociedade civil, e com isso, a criação de organizações representativas dos agricultores e ONG's, em geral que atuariam na promoção do desenvolvimento rural. O outro processo, já na metade da década de 1990, se relaciona a formulação de políticas públicas específicas para a agricultura familiar³³ (como o PRONAF). Para Muchagata, “Tanto a sociedade civil, que se organiza para obtenção do crédito, quanto os poderes municipais, que têm que de alguma forma se estruturar para poder ter acesso aos programas de infra-estrutura, passam a responder a estas políticas com novos arranjos institucionais” (MUCHAGATA, 2003: 22). Muchagata destaca ainda o Projeto Lumiar, que surge em 1997, como propulsor da criação de novas cooperativas e entidades de ATER, do qual trataremos mais adiante.

Na segunda metade da década de 1980, a própria Embrater aponta algumas mudanças em seu discurso, como por exemplo, a necessidade de alterar algumas metodologias de trabalho³⁴ e de estimular ações voltadas para os pequenos produtores e assentamentos rurais (CAPORAL, 1991) (PEIXOTO, 2009). Caporal (1991) traz como exemplo de mudança de discurso um documento de 1990 em que a EMBRATER faz uma crítica às consequências da modernização agrícola:

a ocupação desordenada do espaço rural, com nítidos e indesejáveis

³² Nesta pesquisa foram identificadas como agentes de ATER 27 instituições Governamentais de Ater, 1.226 prefeituras, 495 ONGs, 498 instituições representativas (como STR's, federações, MST entre outras), 867 cooperativas de produção agropecuária, 397 instituições de ensino e pesquisa, 131 cooperativas de crédito, 78 agroindústrias, 43 do Sistema S (SENAR, SEBRAE, etc.) e 80 outras instituições públicas (como secretarias estaduais de agricultura, institutos de terras, etc.).

³³ Para Abramovay, um dos autores que definem o conceito, *agricultura familiar* “é àquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento” (ABRAMOVAY, 1998: 10). Mesmo considerando que este conceito não é unânime, o autor coloca que estes três atributos básicos – gestão, propriedade e trabalho familiares – devem estar presentes.

³⁴ Segundo Caporal, propostas de Planejamento Participativo, por exemplo, passaram a fazer parte do discurso do extensionismo público. Como define a Embrater em documento de 1981 trazido por Caporal em seu trabalho: “Entende-se que o planejamento participativo constitui um processo político, um contínuo propósito coletivo, uma deliberada e amplamente discutida construção do futuro da comunidade, na qual participe o maior número possível de membros de todas as categorias que a constituem” (EMBRATER, 1981 *apud* CAPORAL, 1991).

prejuízos ecológicos; uma alteração profunda da base tecnológica da produção agrícola, da composição das culturas e dos processos de produção, de forma concentrada, marginalizando a maioria dos agricultores; uma concentração da propriedade da terra, afetando sensivelmente as relações de trabalho no campo; um forte êxodo rural, o crescente assalariamento da força de trabalho agrícola e a alta sazonalização do emprego rural; alterações quantitativas e qualitativas no processo de urbanização; o aumento da dependência da produção agrícola a interesses extra-agricultura e ao mercado internacional (EMBRATER, 1990 *apud* CAPORAL, 1991: 36).

Para Caporal (1991), essa releitura das conseqüências da modernização da agricultura promovida pela extensão rural pública sugeriu mudança nas próprias ações dos extensionistas, que incorporassem uma concepção mais democrática, social e ambientalmente justa das ações de ATER, visto que a extensão, desde seu início, fez-se como instrumento do Estado na promoção destas transformações no campo³⁵.

É importante ressaltar também que a crise econômica³⁶ que se abateu sobre a economia brasileira no início da década de 1980 afetou diretamente os incentivos à política industrialização mantidos pelo Estado brasileiro, como a Ater e o crédito rural, por exemplo, que viram suas receitas diminuídas³⁷. Tal conjuntura acabou concorrendo com o processo de repensar a Ater que tentava se consolidar no serviço público neste momento. Como veremos a seguir, essa concorrência se acirra com a entrada em cena de uma política de enxugamento da máquina estatal, em que a Ater, junto a outros serviços, passa a ser considerada como prescindível aos olhos dos nossos governantes.

1.3 Os assentamentos rurais e a Ater

Como vimos, nas décadas de 1970 e 1980 aumentam as vozes dissonantes à industrialização do campo como modelo de desenvolvimento, e junto a isso, consolida-

³⁵ Essa autocrítica dentro do aparelho de Ater público, segundo Caporal (1991), foi potencializada pela nomeação de Romeu Padilha de Figueiredo, um dos críticos do extensionismo brasileiro, como presidente da Embrater.

³⁶ Segundo Delgado, “a partir do início da década de 1980, a economia brasileira se defrontará com um longo período de relativa estagnação econômica interna, em grande medida imposta pelas condições do ajustamento à crise do endividamento externo” (DELGADO, 2010: 89).

³⁷ Segundo Peixoto (2009), “Durante a década de 80 a extensão rural pública, por sua vez, igualmente atingida pela crise fiscal que também se abateu sobre os estados, viu sua capacidade de atuação cada vez mais restringida pelos limites orçamentários impostos. Algumas empresas estaduais de extensão chegaram a depender em até 90 % de recursos federais para o financiamento das suas atividades. Frequentemente os recursos orçamentários das empresas de extensão eram suficientes somente para o pagamento dos (baixos) salários dos funcionários. Casos de falta de recursos e combustível para os veículos eram frequentes e os agricultores ficavam sem assistência” (PEIXOTO, 2009: 30).

se uma reflexão crítica sobre o papel da Ater pública como instrumentalizadora desse modelo. Um dos aspectos trazidos pelos críticos da industrialização no campo era a exclusão de grande parte da população rural deste processo. É também neste momento de explicitação das consequências do processo de modernização da agricultura brasileira que ocorre a volta da temática da reforma agrária no cenário nacional. Como afirma Silva e Araújo, diante das

[...] conseqüências negativas do processo de modernização da agricultura, principalmente no tocante à exclusão social e produtiva de uma significativa parcela da população rural que não conseguiu se inserir nas novas dinâmicas agrícolas baseadas no tripé monocultura-mecanização-quimificação, nem fazer a migração com sucesso para os centros urbanos. A alternativa foi buscar formas variadas para continuar no espaço rural, entre elas, lutar pela terra historicamente negada (SILVA & ARAÚJO, 2008: 104 -105).

Assim, a luta pela terra se intensifica neste período, tomando outros contornos. A partir da década de 1980, segundo Medeiros, “acampamentos e ocupações de terra tornam-se uma constante no Brasil, constituindo-se na forma por excelência da luta por terra” (MEDEIROS, 2009:1). É também nesta década que surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST³⁸, que no processo de luta pela terra passa a inovar em termos de repertório de ações com as ocupações de terra com grande número de trabalhadores e repercussão na mídia (MEDEIROS, 2009).

Caracterizando-se como uma ação pontual sobre situações de conflito, “os assentamentos se originam das políticas do Estado por um lado e da pressão dos trabalhadores e aliados políticos de outro” (MEDEIROS & ESTERCI, 1994: 19). E por ter esse caráter pontual, a criação dos assentamentos não vinha acompanhada de outras ações que possibilitassem os trabalhadores rurais viverem da terra e melhorar suas condições de vida. Não se tratava então de uma política de reforma agrária massiva, mas de uma política de criação de assentamentos.

Na década de 1990, em especial no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), segue-se esta precária política de assentamentos rurais. Segundo Medeiros, neste governo, “em termos quantitativos, é possível afirmar que houve um significativo aumento do número de assentamentos” (MEDEIROS, 1999), entretanto, o

³⁸ Originando-se no Rio Grande do Sul no final da década de 1970, o MST espalha-se rapidamente pro todo o país, realizando seu primeiro Congresso nacional em 1985 (MEDEIROS, 1989). O capítulo II irá trazer mais elementos do processo de surgimento deste movimento, caracterizado no caso estudado.

mapa dos assentamentos no Brasil mostra que estes “são dispersos e isolados” e que acompanham “o ritmo dos conflitos e não um planejamento de ocupação das áreas” (MEDEIROS, 1999: 33). Ao mesmo tempo, apesar do aumento significativo de assentamentos, nenhuma outra ação era realizada para a permanência dos trabalhadores nestas áreas – permanecendo a insuficiência de apoio técnico e de crédito, precárias condições de escoamento e comercialização, ausência de serviços básicos (saúde, educação, saneamento) e infra-estrutura (estradas, rede elétrica, etc.) entre outras precariedades.

Diante deste quadro, o governo FHC sofreu com grandes mobilizações das organizações sociais representativas dos trabalhadores rurais, como relata Medeiros, “o presidente Fernando Henrique sofreu forte oposição do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), ao mesmo tempo em que teve que enfrentar pressões do sindicalismo de trabalhadores rurais, cristalizadas nas manifestações dos “Gritos da Terra”” (MEDEIROS, 1999: 3). É também no governo FHC em que os conflitos de luta pela terra ganham repercussão internacional após as tragédias de Corumbiara (09/08/1995) e Eldorado dos Carajás (17/04/1996), massacres de camponeses que envolviam diretamente o poder público na forma de suas polícias.

Diante das mobilizações dos trabalhadores rurais³⁹ e da repercussão externa sobre os massacres no cenário internacional, o governo FHC foi pressionado a agir. Como afirma Medeiros, esta conjuntura é fundamental para a compreensão das ações governamentais que viriam a seguir:

O crescimento de importância que o tema agrário ganha no governo FHC não pode ser tratado à margem da intensa mobilização por terra que o marcou. Com efeito, as ocupações e atos públicos que caracterizaram os últimos anos, as ondas de violência (tanto privada como policial) que as acompanharam, a visibilidade que os assentamentos ganharam na imprensa acabaram por compor um quadro de intensa disputa política, onde enfrentamento e negociação se alternaram tanto no nível estadual como no federal, em delicados equilíbrios (MEDEIROS, 1999: 26).

³⁹ Em 1997 acontece também a “Marcha Nacional pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, que ficou conhecida como a Marcha do MST, a marcha reuniu centenas de pessoas de diversas partes do país, partindo de São Paulo, Governador Valadares e Cuiabá, rumo a Brasília, numa caminhada que durou cerca de 2 meses, chegando a Brasília em 17 de abril de 1997, mesmo dia que ocorrera o massacre de Eldorado dos Carajás um ano antes.

Em função também desta conjuntura, em março de 1999, o governo FHC lança a proposta “Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural – Política de Desenvolvimento Rural com Base na Expansão da Agricultura Familiar e sua Inserção no Mercado”, que, como nos informa Alentejano, propôs “um novo tipo de desenvolvimento rural em flagrante contraste com o padrão de agricultura incentivado até então pelo próprio governo, a produção monocultora em larga escala para exportação, ou, para utilizar termos mais na moda, o “agribusiness”, ou agronegócio” (ALENTEJANO, 2004: 7)⁴⁰. Uma série de medidas foram anunciadas para o fortalecimento de setores rurais, na maioria das vezes, excluídos das ações governamentais. Sobre este movimento do governo FHC em resposta às pressões, duas ações que envolvem a Ater e os assentamentos são importantes de serem destacadas aqui: o Pronaf e o projeto Lumiar. Essas duas propostas iniciam um processo de pensar institucionalmente uma Ater específica para os assentamentos rurais.

No que diz respeito ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, é importante ressaltar que, ao mesmo tempo em que, neste momento, ganhavam força os assentados como categoria política, os agricultores familiares também se fortaleciam. Soma-se nesta direção um conjunto de estudos que propunham a “agricultura familiar” como nova categoria de análise, reivindicando um novo olhar. Segundo Scheneider, Mattei e Cazella, estudos realizados junto a FAO/INCRA “definem com maior precisão conceitual a agricultura familiar e, mais ainda, estabelecem um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos diferentes tipos de agricultores familiares”. Tais estudos serviram como base para a formulação do Pronaf (SCHNEIDER, MATTEI & CAZELLA, 2004: 2).

O Programa surge em 1996, com o objetivo de oferecer apoio financeiro (crédito agrícola) e apoio técnico aos pequenos produtores. Inspirado nas experiências européias, o Pronaf tinha como função fortalecer a agricultura familiar, inserindo-a competitivamente os agricultores no mercado, segundo Carneiro,

Assim como na Europa, o padrão de organização da produção privilegiado pelo Pronaf e a sua função social no desenvolvimento

⁴⁰ Alentejano (2004) acrescenta que a valorização da agricultura familiar, mesmo que retórica – para além da grande pressão exercida pelos movimentos sociais do campo e por advento dos conflitos violentos ocorridos – está relacionada a crise que o setor agropecuário vivia naquele momento.

econômico do país estão sustentados, implicitamente, nas noções de produtividade e na rentabilidade crescentes, o que resultaria, segundo os formuladores desse programa, em uma contribuição do setor para a competitividade da economia nacional e, em consequência, na melhoria da qualidade de vida da população rural (CARNEIRO, 1997)

Dessa forma, a ênfase na competitividade econômica é um ponto central nesta proposta. Com grupos de beneficiários e linhas de crédito específicas, o Programa possibilitou que as regras de financiamento fossem mais adequadas à realidade de cada grupo de agricultores familiares. Os assentados, por exemplo, foram incluídos na categoria agricultura familiar, possuindo uma linha de crédito específica.

Voltando a nossa questão, podemos afirmar que o Pronaf dá novo fôlego à Ater. Na medida em que o crédito se associa à assistência técnica, novos investimentos são destinados ao setor, o qual se encontrava sem uma função específica na política nacional desde a extinção da Embrater em 1990. Os assentados, por sua vez, beneficiários do Pronaf passam também a ter acesso a Ater como condição de acesso ao crédito.

Como avaliaram Guanzirolli *et.al.* (2003) em relatório de consultoria sobre a Ater em assentamentos rurais, a relação entre o Pronaf A (modalidade de crédito voltada para os agricultores assentados) e a Ater fora um tanto problemática. Segundo os autores, técnicos e agentes financeiros reclamavam sobre “a falta de pessoal, o acúmulo de serviços, o excesso de exigências burocráticas, e as dificuldades para firmar convênios e parcerias etc.” (GUANZIROLLI *et. al.*, 2003: 7). Uma das consequências destes fatores citada pelos autores é a baixa qualidade do serviço prestado:

Com pouco tempo para elaborar os projetos, os prestadores de assistência técnica tendem a sacrificar a qualidade e elaborar projetos corridos, repetir determinados padrões e, mais grave, desconsiderar os planos de desenvolvimento dos assentamentos (PDA), que deveriam ser peças-chave, orientadores de qualquer projeto de intervenção técnica nos assentamentos (GUANZIROLLI, 2003: 9).

Sob esse formato, a assistência técnica desempenhava sua função basicamente em dois momentos: na elaboração dos projetos técnicos que seriam submetido aos agentes financeiros e, posteriormente, na implementação deste mesmo projeto, após sua aprovação, por meio do acompanhamento do assentado, sempre muito descontínuo

garantem os estudos. De uma maneira geral, foi desta forma, relacionada somente ao processo produtivo (no seu sentido estrito), que a Ater se associou ao Pronaf.

Tratando-se especificamente dos agricultores assentados, Guanzirolli *et. al.* (2003) ressalta que, por ser o crédito a única possibilidade de permanência no campo, vencer as dificuldades de acesso a este se torna a primeira batalha após a conquista da terra. Isso porque, os agricultores assentados enfrentam dificuldades em apresentar garantias ao banco: reunindo documentos, comprovantes de sua situação financeira, preenchendo formulários, processo que requer tempo e paciência dos agricultores assentados, que, na maioria das vezes, estão passando por isso pela primeira vez. Como afirmam Guanzirolli *et. al.*,

Embora o PRONAF seja um programa de caráter social, os bancos não deixam de administrá-lo com base na lógica dos interesses financeiros, na qual são considerados os riscos dos empréstimos, a avaliação das garantias, é feita a cobrança de taxas administrativas e de cadastro e, em alguns casos, o pagamento dos créditos é condicionado à venda de produtos bancários, como seguros e títulos de capitalização.

Neste sentido, mesmo que o Pronaf adéque seu formato institucional e suas linhas de crédito aos diferentes públicos a que se destina, a lógica com a qual operam os agentes financeiros não leva em consideração as especificidades do (s) público (s) beneficiário do Programa.

Mesmo que o Pronaf tenha incluído entre os seus beneficiários os agricultores assentados, e com isso incentivado, mesmo que de forma questionável, o serviço de Ater, podemos dizer que os assentamentos rurais, de uma maneira geral, contavam com um serviço descontínuo prestado pelos órgãos públicos (estados, prefeituras, Incra, Emater's e similares), como afirmam Leite *et. al.*,

Em alguns estados, houve uma política de assistência técnica prestada pelos departamentos e/ou secretarias dos governos estaduais (depois transformados em Institutos de Terras) que funcionou razoavelmente. Em outros, os projetos ficavam a cargo do trabalho da Emater, uma instituição originalmente moldada sob o prisma da chamada “modernização conservadora” da agricultura brasileira, salvo raras exceções, que sofreu um forte desmonte na virada da década de 80 para a de 90. Em outros tantos projetos, a assessoria ainda era de

responsabilidade do próprio Incra, que não possuía um quadro técnico administrativo capaz de atender uma demanda crescente e estava iniciando naquele momento um processo de arregimentação de quadros condizentes à sua “nova função”, após 15 anos de existência sob o regime militar (LEITE *et. al.*, 2004: 211).

A insuficiência do modelo de Ater prestado pelas empresas públicas, como vimos, a muito vem sido constatada, no entanto, diante de uma conjuntura de aumento significativo do número de assentamentos, de fortalecimento das lutas sociais no campo e da necessidade de respostas do governo, uma proposta de reformulação da Ater nos assentamentos pode ser pensada, negociada e colocada em prática: o Projeto Lumiar.

Lançado em 1997, o projeto traz a proposta de um serviço descentralizado de apoio técnico as famílias assentadas. Segundo Ieno (2005), em trabalho sobre o Projeto Lumiar na Paraíba, o documento que institui o Programa afirma que acesso à terra, crédito e assistência técnica são elementos indissociáveis para a consolidação da Reforma Agrária. Essa afirmação trazida pelo documento, segundo o autor, reforça a insuficiência destas políticas públicas na história. O documento também reconhece os prejuízos causados à Ater pública diante do desmantelamento sofrido no começo da década de 1990. O Projeto entretanto, teve um caráter emergencial, fora definido como tal. Segundo Pimentel, o projeto Lumiar “teria um caráter emergencial para suprir as deficiências em assistência técnica nos assentamentos rurais, já que o Incra não reconhecia a assistência técnica como de sua responsabilidade” (PIMENTEL, 2007: 64).

Voltado para atender especificamente os assentamentos rurais, o projeto Lumiar traz uma inovação⁴¹ institucional: previa que os próprios assentados, por meio de suas associações, contratassem e avaliassem os serviços prestados junto ao INCRA, que tinha a função de supervisionar o projeto.

Neste sentido, este modelo institucional, além de promover uma relativa descentralização da administração do projeto – visto que cabia também ao Incra supervisionar o processo de implementação –, também terceirizou o serviço, na medida em que as equipes locais contratadas que atuavam nos assentamentos poderiam ser empresas públicas, privadas ou entidades de representação dos trabalhadores rurais. Ou

⁴¹ A inovação a que me refiro é o fato de entidades privadas (com ou sem fim lucrativo) poderem executar os serviços de Ater pública. Entretanto, vale a pena ressaltar aqui as ações de Ater, de uma maneira geral já eram descentralizadas, pois um número inestimável de entidades já prestavam o serviço de diferentes formas nesse momento. O que ocorre com o projeto Lumiar é que o Estado passa a reconhecer esta diversidade de entidades transferindo a execução do projeto para estas.

seja, os contratos com as prestadoras de serviço – empresas públicas, privadas ou entidades jurídicas de representação dos trabalhadores rurais – eram assinados pelo Incra e pelas organizações dos assentados (entidades, associações, movimentos, etc.).

Se por um lado, tais organizações representativas dos assentados poderiam assumir o papel de contratada (por meio de suas entidades jurídicas) para prestar o serviço⁴², por outro assumiam o papel de contratantes, pois tinham como função assinar o contrato, monitorar e avaliar o trabalho das prestadoras do serviço. A complexidade deste modelo institucional, entretanto, não foi executada sem tensões.

Como coloca Pimentel, as organizações (entidades, associações, movimentos, etc.) representativas dos assentados aumentaram significativamente seu poder sobre a execução do Programa:

[...] poderiam indicar, recrutar os técnicos, mas caberia ao Incra, através das equipes de supervisão, a seleção de tais técnicos. As entidades representativas dos trabalhadores, associações ou cooperativas eram as entidades que deveriam autorizar o pagamento dos técnicos. Essa ação pressupunha uma avaliação, mesmo que empírica, pelo pagamento ou não pelos serviços prestados mensalmente.

E com isso, trouxeram para o processo de execução do Projeto, problemas relativos à própria organização, utilizando sua condição de contratante de forma diversa da prevista no Projeto, o que Pimentel atribui a um empoderamento excessivo:

[...] Se, por um lado, houve um aumento da participação das associações (ao menos nas responsabilidades burocráticas), de outro, em alguns casos, houve um empoderamento excessivo de algumas associações que quiseram utilizar-se de tais responsabilidades para beneficiar alguns assentados, em detrimento de outros (PIMENTEL, 2007: 66-67).

Com uma participação direta no processo de contratação da instituição prestadora de serviços, as organizações representantes dos trabalhadores assentados passam a ter um maior controle sobre os serviços de ATER, podendo inclusive decidir qual perfil de técnico contratar. E com a incumbência de avaliar, junto ao Incra, o trabalho destes técnicos, estas organizações ganham também poder de sancioná-los.

⁴² Segundo Marinho *et. al.* (1999), predominaram entre as prestadoras de serviços as cooperativas criadas especialmente para atender o Lumiar, na maioria das vezes ligadas aos agricultores assentados, como a cooperativa aqui estudada.

Ieno ressalta que esse formato institucional do projeto estabelecia

[...] um vínculo de dependência dos técnicos contratados tanto em relação ao Incra, às instituições contratadas, como em relação aos assentados, criavam uma situação ambígua e conflituosa para esses profissionais. Principalmente nas situações de atrito entre o Incra e os assentados, os técnicos viviam um difícil conflito: a quem, de fato, deveriam prestar contas quando as determinações do Incra não correspondiam aos interesses dos assentados? (IENO, 2005:95).

Por se tratar de uma gestão compartilhada, os técnicos tinham que responder a diferentes demandas, que muitas vezes se contrapunham. Dessa forma, a democratização da gestão do projeto não ocorria sem conflitos. Tais questões que emergem da experiência do projeto Lumiar mostram a complexidade da proposta, pois, de alguma forma, alteram as relações de poder entre os assentados, os técnicos, as organizações representativas e os servidores do Incra, na medida em que as intervenções públicas nos assentamentos (o projeto Lumiar) passam a não ser mais ações exclusivas do Incra.

Por outro lado, na visão de Moreira (1997), o fato de estas organizações fazerem parte da gestão do programa poderia vir a favorecer àqueles assentamentos que já possuíam uma cultura associativa, ou que se proponham a criá-la. Complementando a avaliação de Moreira (1997), Marinho *et. al.*(1999), em análise posterior sobre o projeto Lumiar, conclui que se por um lado “o grau de envolvimento destas entidades com o Lumiar é variável e, em geral, reflete o nível organizacional dos assentados”, por outro lado, “há uma tendência geral ao fortalecimento das associações e cooperativas de assentados em decorrência do trabalho das EL’s [equipes locais], que têm apoiado de forma direta o processo organizativo destas entidades” (MARINHO *et. al.*, 1999: 4).

Outra questão polêmica que surge com a experiência do Lumiar diz respeito a terceirização serviço, que passa a poder ser prestado também por empresas privadas e entidades representativas dos assentados, o que trouxe algumas implicações como a precarização do serviço. Como já foi dito aqui, a maioria das instituições prestadoras do serviço surgiram junto com o projeto, constituindo-se, em sua maioria, em cooperativas. Segundo Marinho *et. al.* (1999) isso ocorreu devido ao baixo valor pago pelo Incra que não cobrem os custos sociais que uma empresa privada estaria submetida em comparação com uma cooperativa. Estas cooperativas, na maioria dos casos, estavam

vinculadas às organizações representativas dos trabalhadores rurais (sindicatos, movimentos sociais, associações, etc.). A inexperiência destas cooperativas, portanto, apresentou-se como um entrave na prestação do serviço, assim como a ausência da infra-estrutura necessária para dar condições de trabalho aos técnicos (MARINHO *et. al.*, 1999).

O projeto Lumiar funcionou entre os anos de 1997 e 2000, quando foi extinto em meio a denúncias de desvio de verbas envolvendo técnicos do projeto e cooperativas de assentados (PIMENTEL, 2007). Segundo Silva e Araújo (2008), apesar do projeto Lumiar romper com o modelo anterior e ter apoio das organizações sociais que atuavam no meio rural, era concebido pelo governo como um programa emergencial e de transitoriedade, o que comprometia sua continuidade. Neste mesmo sentido Ieno afirma que

a definição oficial do Projeto Lumiar como um “programa emergencial” já caracteriza, de início, um de seus principais limites: sua transitoriedade, o que produziu em todos os envolvidos, durante todo o desenvolvimento do Projeto, o sentimento de provisoriedade e de insegurança em relação ao que estava sendo vivido (IENO, 2005:88).

Somado a esta instabilidade institucional, Marinho *et.al.* (1999) aponta para uma precária internalização do projeto no cotidiano do Incra, para o qual não eram destinados recursos humanos e apoio logístico para este fim.

Na visão de Dias (2004) esta instabilidade institucional refletia diretamente nas expectativas dos técnicos das equipes locais do programa: “Com relação às perspectivas dos técnicos de campo, parecia-lhes muito limitadas as chances de projeção profissional por meio do projeto, o que fazia com que ele fosse visto, pela maioria, com uma ocupação temporária, “até que aparecesse algo melhor” (DIAS, 2004: 528). Embora, segundo o autor, houvesse outro grupo significativo de técnicos, caracterizados como “mais comprometidos com a causa”, que atuavam de forma militante, relativizando a baixa remuneração e a falta de reconhecimento a que estavam submetidos, “já que se imaginavam participando de uma missão que pressupunha algum sacrifício” (*op. cit.*:

528)⁴³. Dentro desse quadro, segundo Dias (*op. cit.*), de baixa remuneração e investimento nos profissionais de ATER, o projeto Lumiar acabava por atrair profissionais com pouca experiência, que se colocassem dispostos a enfrentar tal situação.

Apesar dos inúmeros pontos considerados limitantes no Lumiar, este foi considerado inovador. Na visão de Dias,

o Lumiar tanto inovava institucionalmente, quando propôs e colocou em prática, com todos os seus limites, um modelo descentralizado de co-gestão dos serviços de ATER, quanto no momento em que fez uma leitura peculiar do discurso crítico sobre a missão, os objetivos e os métodos tradicionalmente utilizados pelas entidades públicas de extensão rural, aplicando-a ao seu modo de intervenção social (DIAS, 2004: 530)

O Projeto Lumiar, como veremos, irá inspirar a formulação do Programa Ates. Isso mostra que, mesmo com todas as limitações aqui descritas, o Programa trouxe elementos importantes para pensar uma reformulação da Ater pública, como afirma Dias (2004). Entretanto, veremos também, que grande parte das limitações desta experiência ainda permanece.

1.4 Reforma do Estado, participação social, e o debate sobre a Ater pública

Antes de seguir com o resgate histórico, acredito ser necessário pontuar melhor um processo que informou tanto o desmonte do sistema oficial de Ater como a experiência do projeto Lumiar: o movimento de reforma do Estado brasileiro.

A reforma do Estado brasileiro aparece no discurso oficial como resposta à crise econômica que o Brasil enfrentava no fim dos anos 1980. Tal reforma tinha como proposta tornar eficaz a administração pública por meio de sua flexibilização. Uma das formas de promover esta flexibilização seria por meio da descentralização⁴⁴ da execução

⁴³ Esse outro tipo de técnico a que Dias se refere, será explorado neste trabalho no capítulo quatro, visto que também aparece no Programa Ates.

⁴⁴ Descentralizar no sentido de dar certos poderes às coletividades locais, visto que a administração de um determinado setor não está mais centralizada em um único lugar.

e prestação de alguns serviços, ou mesmo com a privatização de algumas empresas e setores de responsabilidade estatal. Marta Arretche (1996) – em um trabalho sobre a descentralização da administração pública – afirma que reformas desse tipo ocorreram em outros países, mesmo que com estratégias distintas “sendo as mais conhecidas a desconcentração, a delegação, a transferência de atribuições e a privatização ou desregulação” (ARRETCHE, 1996: 1).

No que diz respeito à reforma agrária, como bem pontua Medeiros (1999), propostas de descentralização passaram a fazer parte do discurso governamental ainda no fim dos anos 1980. Medeiros (1999) coloca que um documento de 1987, “Co-participação na reforma agrária: proposta de ação integrada”, já vinculava o sucesso da reforma agrária à descentralização das ações.

Podemos afirmar também que a extinção da Embrater em 1990, no primeiro ano de mandato do presidente Collor, é também uma ação representativa deste momento de reforma do Estado. Entretanto, tais medidas (descentralização, privatização, terceirização, desregulação, entre outras) irão se intensificar ao longo da década de 1990, em especial, no governo FHC.

Segundo Medeiros (1999), é com o programa “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural. Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado”, já citado aqui, que as iniciativas em direção à descentralização se consolidam no governo FHC. Segundo Medeiros, as ações governamentais passavam a ser pensadas junto aos agricultores através da participação de conselhos estaduais e municipais de desenvolvimento rural⁴⁵.

Com esta proposta, diversas medidas foram anunciadas no sentido de construir parcerias com estados, municípios e associações de agricultores nas diversas ações públicas voltadas para o meio rural⁴⁶. Com isso, atribuiu-se uma série de tarefas a serem executadas não só pelos estados e municípios, mas também pelas associações dos agricultores.

O Projeto Lumiar, como vimos, é exemplar neste sentido, pois descentraliza e

⁴⁵ Aos olhos do governo, os assentados passam a ser incluídos na categoria agricultor familiar, como vimos.

⁴⁶ Ver Medeiros (1999). Neste trabalho Medeiros traz as diferentes propostas de descentralização pensadas, em especial para os assentamentos da reforma agrária, neste momento de reforma do Estado brasileiro.

terceiriza os serviços de Ater em assentamentos e, segundo Medeiros (1999), foi por meio dele que a lógica descentralizante promovida pelo governo FHC começou a ser testada.

Por detrás destas propostas de flexibilização da administração pública está a idéia de que a descentralização, por exemplo, levaria a uma maior eficiência das ações públicas e ao mesmo tempo a uma maior participação dos cidadãos. Essa idéia, entretanto, naquele momento, não aparecia apenas no discurso governamental, mas também nas reivindicações das diferentes organizações da sociedade civil que buscavam um maior controle e influência sobre as ações governamentais. Neste mesmo sentido Marta Arretche (1996) afirma que diferentes correntes associavam positivamente a descentralização à democracia. A descentralização, para estes, promoveria a criação de instituições a nível local, mais próximas aos cidadãos, que permitiriam a participação destes nas decisões públicas, ou ainda promoveria o fim do poder centralizado. No entanto, para a autora,

princípios e valores políticos somente podem se concretizar em instituições políticas concretas. É pela análise da natureza de tais instituições que se pode avaliar se tais princípios estão efetivamente sendo respeitados, independente da escala de abrangência desta instituição (ARRETCHE, 1996: 34).

Ou seja, para a autora, independente de uma instituição ser central (nacional) ou local esta precisa fazer valer os princípios democráticos, caso contrário, o processo democrático não se efetiva em nenhum nível de decisão. A autora lembra ainda que não existam garantias de que a nível local não haja dominação e coerção:

Contudo, não existe uma garantia prévia - intrínseca ao mecanismo da descentralização de que o deslocamento desses recursos implique a abolição da dominação. Deslocar recursos do “centro” para subsistemas mais autônomos pode evitar a dominação pelo “centro”, mas pode permitir essa dominação ao interior desse subsistema (ARRETCHE, 1996: 6).

Dessa forma essa associação direta entre descentralização e democracia tem cunho essencialmente normativo, uma vez que as experiências revelam diferentes características do processo de descentralização.

No caso especificamente da Ater, este debate em torno da reforma do Estado

esteve muito presente, visto que o serviço passou, primeiramente, por um processo de sucateamento, com a extinção da Embrater, e posteriormente por um processo de descentralização e terceirização com o projeto Lumiar. Diferentes olhares foram construídos em relação a estes processos pelos atores diretamente envolvidos, informando suas práticas.

O “Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: uma nova extensão para a agricultura familiar” realizado em 1997 é emblemático neste sentido, pois reuniu diferentes agentes que lutavam por uma nova Ater, independente de suas posições institucionais, evidenciando suas divergências sobre o tema da descentralização do serviço público de Ater. O evento foi uma iniciativa de diferentes organizações representativas dos agricultores, dos extensionistas, e das empresas estaduais de extensão rural e do Governo Federal⁴⁷.

Abramovay, em trabalho que analisa criticamente este Seminário, irá caracterizá-lo como parte de “um amplo processo de reestruturação que vai muito além da engenharia institucional e refere-se à missão, filosofia e ao conteúdo social da ação extensionista” (ABRAMOVAY, 1998:1). O autor (1998) relata que o ponto de partida deste encontro foi a unidade crítica a forma de atuação da Ater pública até então, considera como um instrumento de difusão de tecnologias no campo. Para o autor,

[...] esta unidade crítica coloca as instituições presentes no Seminário diante da necessidade de uma definição que não seja puramente instrumental de seu trabalho. Se o extensionista enxergasse o seu papel como o de simplesmente levar algumas técnicas produtivas aos agricultores, não haveria por que aprofundar-se quanto ao marco ético-filosófico de sua ação (ABRAMOVAY, 1998: 6-7).

Apesar desta convergência em torno da necessidade de mudanças no formato da Ater, segundo o autor, os participantes do Seminário divergiam sobre o modelo de institucionalização dos serviços de Ater, sobre o modelo de gestão, as fontes de recursos e a organização institucional. Embora fosse unânime entre os participantes o entendimento de que seria necessário aumentar o poder dos agricultores sobre a ação

⁴⁷Segundo Abramovay (1998), participaram desse Seminário o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - DATER (vinculado ao MDA/SAF), a Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor Público Agrícola do Brasil -Faser, a Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura - Contag, a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – Asbraer, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – Fao, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, cerca de 200 pessoas.

dos extensionistas, havia uma divergência sobre qual seria o melhor formato institucional para isto.

Segundo relata Abramovay (*op.cit.*), a Faser, organização dos trabalhadores de Ater do setor público, defendia no seminário que a permissão para que outras formas jurídicas prestassem os serviços de ATER (entidades não governamentais) significava a privatização do serviço. Entendendo desta forma, a Faser posicionava-se a favor de uma Ater pública, gratuita e subordinada ao Estado. Já a Contag, organização representativa dos trabalhadores rurais, considerou, nessa ocasião, a necessidade de desenvolver uma assistência técnica que não fosse estatal, devido às dificuldades e os limites já apresentados por este serviço quando centralizado pelas empresas oficiais. Embora esta entidade marcasse sua posição contra a privatização do serviço e a favor da gestão compartilhada com os beneficiários (ABRAMOVAY, 1998).

Se para a Faser a descentralização da Ater significaria a privatização do serviço, para a Contag a descentralização significa dar maior poder aos agricultores e comunidades locais. Dentro do contexto de reforma do Estado, os participantes do Seminário começam a pensar no que significaria um serviço **público não estatal**: se significaria a privatização do serviço, ou uma maior democratização do mesmo.

A noção de *projetos políticos* de Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) é especialmente interessante para pensar esse debate que se configurou no Seminário, respeitando, é claro, as dimensões tratadas pelos autores.

Em estudo sobre a construção democrática na América Latina, estes autores pensam os impasses entre a democracia e o neoliberalismo como política de desenvolvimento dos países. Para os autores, a noção de *projeto político* refere-se a “[...] grandes conjuntos de idéias, princípios e crenças articulados por diferentes visões sobre a construção democrática” (DAGNINO, OLVERA & PANFICHI, 2006: 43).

É importante colocar aqui que os autores, ao trazerem esta noção de *projetos políticos*, não ignoram as influências recíprocas e elementos comuns entre os projetos, assim como não supõem que estes projetos estejam isentos de contradições internas e nem afirmam que sejam equivalentes sem considerar as determinações que o estruturam. E, para Dagnino, Olvera e Panfichi “a caracterização desses diferentes projetos se ancora em sujeitos concretos e nas práticas discursivas que produzem e veiculam. Nesta medida eles não são meramente concepções abstratas, mas estão

incorporados em sujeitos e suas práticas [...]” (*op. cit.*: 44).

Dagnino, Olvera e Panfichi (*op. cit.*) irão chamar de *projeto neoliberal* esse movimento que se articula a partir da “necessidade de ajustar o Estado e suas relações com a sociedade ao que seriam as exigências de um novo momento das relações de acumulação capitalistas, marcadas pela sua reconfiguração no âmbito global” (*op. cit.*: 54). Nesse contexto, segundo os autores, a privatização ou extinção das empresas estatais e a transferência das responsabilidades sociais do Estado para a sociedade civil foram consideradas medidas prioritárias para a redução do Estado, o qual foi caracterizado pelos idealizadores desse *projeto* como ineficiente, burocrático e marcado pela corrupção (*op.cit.*).

Os autores (*op.cit.*) ressaltam que o *projeto neoliberal* concorre, nesse momento, com outro projeto caracterizado como *projeto democrático participativo*, que seria marcado por uma concepção de aprofundamento e radicalização da democracia⁴⁸. Ao mesmo tempo, ambos os projetos utilizam as concepções de “sociedade civil” e “participação”, no entanto, com significados distintos (*op. cit.*). No *projeto democrático participativo*, segundo os autores, a “participação” é concebida como uma forma de promover a igualdade e justiça social, uma vez que permite a sociedade o controle social em processos de tomadas de decisões do Estado⁴⁹. Dessa forma, segundo os autores, o projeto democrático participativo “contribuiria para uma desprivatização do Estado, que se tornaria mais permeável ao interesse público a ser formulado nas instâncias de participação da sociedade, e, portanto, menos subordinado à apropriação privada de seus recursos” (DAGNINO, OLVERA & PANFICHI, 2006: 48). E a concepção de “sociedade civil” para este projeto remete aos atores organizados da sociedade civil, ressaltando sua heterogeneidade: “considerada como um terreno constitutivo da política, é nela que se daria o debate entre os interesses divergentes e a construção dos consensos provisórios que possam configurar o interesses público” (*op. cit.*: 51).

Aos olhos dos autores (*op.cit.*), no *projeto neoliberal*, ao contrário, as concepções de “sociedade civil” e “participação” são utilizadas de forma despolitizadora. A

⁴⁸ Para a autora, o *projeto democrático participativo* traz uma crítica à democracia representativa “como forma privilegiada das relações entre Estado e sociedade” e defendem modelos complementares a este de democracia participativa e deliberativa (DAGNINO, OLVERA & PANFICHI, 2006: 48).

⁴⁹ Segundo Costa (2002), a utilização do conceito de sociedade civil no Brasil teve sua função político estratégica: aparece como forma de resistência ao Estado militar (em oposição a este).

participação da sociedade civil é definida de maneira instrumental, como forma de realizar os ajustes estruturais previstos pelo projeto,

A participação da sociedade civil encontra aqui o seu lugar: por um lado ela fornece informações qualificadas sobre as demandas sociais; por outro, ela dispõe de organizações com capacidade para assumir com eficiência a execução das políticas públicas voltadas para essas demandas. A sociedade civil é assim concebida de forma seletiva e excludente, já que são reconhecidos aqueles setores capazes de desempenhar estas funções (DAGNINO, OLVERA & PANFICHI, 2006: 55).

A participação da sociedade civil tem papel diferenciado e fundamental nos dois projetos, no entanto essa diferença, segundo os autores, não fica clara. Essa falta de transparência no que diz respeito aos objetivos destes dois projetos é caracterizada por Dagnino (2002) e Dagnino, Olvera e Panfiche (*op. cit.*) como *confluência perversa*. Mesmo que ambos os projetos idealizem uma “sociedade civil ativa e propositiva” apontam para direções opostas, e o que está em jogo é o avanço ou o recuo de um desses projetos.

Se Arretche (1996) aponta para uma associação, não garantida, entre democracia e descentralização, estes autores vão mais além e afirmam que esta defesa em prol do ativismo ou participação da sociedade civil se trata de uma confluência perversa entre projetos políticos diferentes, na medida em que a participação da sociedade civil é vista por um lado, como um instrumento eficiente para a implementação de políticas e por outro, como a possibilidade de democratização destas.

Estas concepções opostas sobre o aumento da participação da sociedade civil, de certa forma, estavam presentes nos discursos dos participantes do seminário, pois embora concordassem com a necessidade de democratizar o serviço não concordavam sobre ser a descentralização a melhor forma de fazê-lo. Este caso é emblemático no sentido que demonstra a falta de clareza sobre o que de fato significa a participação da sociedade civil. O que não quer dizer, entretanto, que os participantes do Seminário assumissem os *projetos políticos* a que Dagnino, Olvera e Panfiche (2006) se referem, mas que de alguma forma a noção de *confluência perversa* trazida por estes autores nos ajudam a entender o debate ali travado, que por sua vez ultrapassa as dimensões deste Seminário.

Saindo do plano normativo que pautou o Seminário e indo para uma experiência concreta como o Lumiar, vimos que de fato o Projeto possibilitou um maior controle das organizações representativas dos assentados sobre o serviço e uma relação mais orgânica entre técnico e agricultor, entretanto, a precarização do serviço foi uma característica marcante desta experiência (DIAS, 2004; PIMENTEL, 2007). Como veremos a seguir, a proposta da Pnater e do Programa Ates já no governo Lula, reacenderá este debate na medida em que a descentralização e a terceirização dos serviços se manterão presentes. No entanto, diante de uma conjuntura (o governo Lula) de aumento dos investimentos na agricultura familiar e assentamentos rurais, as acusações de privatização do serviço não terão tanta força.

1.5 A Pnater e o Programa Ates

Já no primeiro ano do governo Lula, em 2003, ocorre a transferência da competência da Ater do Ministério Agricultura, Pesca e Abastecimento (Mapa) para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e em seguida é criado o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater), vinculado a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do MDA. Dessa forma a Ater passa a estar integrada as outras políticas desenvolvidas pelo MDA, voltadas para agricultura familiar. Essa transferência da competência da Ater do Mapa para o MDA simboliza a construção da importância da Ater para o fortalecimento da agricultura familiar.

A partir de então, um amplo processo de consultas, encontros e seminários ocorrem – com a participação de organizações representativas dos agricultores, representantes de entidades públicas e privadas (com ou sem fins lucrativos) prestadoras do serviço de Ater – em prol de um documento que sintetizasse a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (CAPORAL, 2005).

Dias (2007) ressalta ainda que nesse processo de reformulação da Ater pública, são incorporados ao Dater extensionistas da Emater-RS, que já haviam realizado ampla reforma nesta instituição, que reelabora sua missão e objetivos reivindicando a agroecologia como paradigma. No processo de construção da política nacional de Ater, a experiência da Emater-RS torna-se referência, sendo nomeado como coordenador geral da assistência técnica e extensão rural no Dater/SAF/MDA Francisco Roberto Caporal, ex-extensionista da EMATER/RS.

Em maio de 2004, o governo federal lança a Política Nacional de Assistência e Extensão Rural. A Pnater assume em seu texto de referência a crítica ao modelo convencional de Ater e aos resultados negativos do processo de modernização da agricultura. Nesse sentido, a ATER tem como objetivo geral,

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações. (BRASIL, 2004).

São também princípios da Pnater, de forma resumida: promover a “potencialização do uso sustentável dos recursos naturais”, adotar uma “abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos”, “contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento”, e “desenvolver processos educativos permanentes e continuados” (BRASIL, 2004: 7).

A Pnater define como seu público beneficiário a agricultura familiar. Dentro da categoria “agricultura familiar”, de acordo com a Pnater, estão: os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais; e os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aqüicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação.

Ao criar o sistema descentralizado de Ater, a Pnater acaba por reconhecer a pluralidade de agentes que trabalham com Ater (prefeituras, ONG’s, organizações sociais, cooperativas, empresas, etc.):

A nova Ater deverá organizar-se na forma de um Sistema Nacional Descentralizado de Ater Pública, do qual participem entidades estatais e não estatais que tenham interesse e protagonismo no campo da Assistência Técnica e Extensão Rural e apresentem as condições mínimas estabelecidas nesta Política (BRASIL, 2004).

Para além do reconhecimento dos diferentes agentes que trabalham com Ater,

para Dias (2007), a criação deste sistema descentralizado representou também o reconhecimento da incapacidade do Estado de promover, exclusivamente, os serviços de Ater. Com isso, para o autor, esta proposta aponta para direções aparentemente contraditórias: “restaurar o aparato estatal e apoiar a iniciativa não governamental”⁵⁰ (DIAS, 2007: 11).

Cabe ao Dater/MDA a tarefa de coordenar o Sistema Nacional Descentralizado de Ater Pública. Além de ter experiência de atuação com o fortalecimento da agricultura familiar e promoção do desenvolvimento rural sustentável, as entidades que querem aderir ao Sistema devem estar cadastradas no Fórum Nacional de Gestão da Ater pública ou nos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável (BRASIL, 2004).

São fóruns consultivos da Pnater, em nível municipal os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável ou Câmaras Técnicas Municipais de Ater, em nível estadual Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável ou Câmaras Técnicas Estaduais de Ater, em nível nacional o Fórum Nacional de Gestão da Ater Pública e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF. Tais fóruns constituem espaços em que a gestão da ATER pública poderá ser compartilhada “entre representantes do governo federal, de instituições dos estados, entidades de representação da agricultura familiar e organizações representativas da sociedade civil” (BRASIL, 2004: 15).

Em março de 2005 foi lançado o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), definido sob as diretrizes da Pnater, com o objetivo de dar operacionalidade à Pnater. No entanto, como veremos a seguir, outro programa, também vinculado a Pnater, já estava sendo implementado: o Programa Ates.

Paralelamente as discussões e oficinas realizadas no início de 2003 para discutir a proposta de uma política nacional de assistência técnica e extensão rural, outra proposta era discutida no campo governamental: o programa Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - Ates. Subordinado as diretrizes estabelecidas na Pnater, o programa Ates estabelece critérios e procedimentos para a prestação de

⁵⁰ Entretanto, esta aparente contradição apontada por Dias (2007) na Pnater, toma outros contornos com a promulgação da Lei de Ater, em janeiro de 2010, que irá estabelecer em seu primeiro parágrafo uma hierarquia entre as empresas estatais e não estatais no âmbito do sistema descentralizado de Ater, segue trecho: “Art. 1o Fica instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER, cuja formulação e supervisão são de competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Parágrafo único. Na destinação dos recursos financeiros da Pnater, será priorizado o apoio às entidades e aos órgãos públicos e oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER” (BRASIL, 2010a).

serviços de Ater exclusivamente em assentamentos rurais, em âmbito nacional.

O primeiro fato que chama atenção neste contexto é a não subordinação das discussões em torno da elaboração do Programa Ates promovidas pelo Inbra às oficinas de elaboração da Pnater realizadas pelo MDA. O Programa Ates teve seu processo de formulação desvinculado da Pnater. O Programa ATES foi elaborado pelo Inbra em conjunto com algumas organizações representativas dos agricultores assentados – em especial o MST que colocava-se contra a uma política nacional de Ater que não reconhecesse as especificidades do público assentado. Inspirado na experiência do projeto Lumiar, herda as propostas de descentralização administrativa, participação dos beneficiários além dos enfoques social e ambiental.

O segundo fato que chama atenção diz respeito à especificidade do público assentado, evidenciada pelo Programa, o que não ocorre na Pnater. Como bem explicita Dias (2004), no texto que regulamenta a Pnater, quase não há referência aos assentamentos rurais, sua relação com crédito e com a extensão rural:

os assentados aparecem no texto no momento em que se relaciona o público-alvo das ações de ATER. O termo “reforma agrária” só aparece para qualificar os assentados como beneficiários de programas de reforma agrária. Não é feita qualquer relação entre extensão rural e reforma agrária ao longo do texto” (DIAS, 2004: 522).

Estes dois fatos demonstram que o Programa Ates se vincula a Pnater, neste primeiro momento, apenas institucionalmente. Demonstram também a importância que tem a Ater nos assentamentos, o que possibilitou reunir forças (advindas desde o Programa Lumiar) para construir uma proposta diferenciada voltada para os assentados. Entretanto, a Pnater e o Programa Ates têm muitos pontos em comum, e refletem, de uma forma geral, as críticas a forma como a Ater foi prestada ao longo da história.

O Programa Ates traz como marca em seu objetivo geral a necessidade de integrar as famílias assentadas ao processo produtivo e ao mercado, destacando a importância de garantir a segurança alimentar destas famílias e também a sustentabilidade ambiental. Segundo o texto, é objetivo geral do Programa:

assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas, nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, criados ou reconhecidos pelo Incra, tornando-os unidades de produção estruturadas, com segurança alimentar garantida, inseridos de forma competitiva no processo de produção, voltados ao mercado e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal, regional e territorial, de forma ambientalmente sustentável (BRASIL, 2008b:10).

Ao mesmo tempo em que reforça a importância de inserir as famílias assentadas de forma competitiva nos mercados, o Programa também coloca a importância de garantir a segurança alimentar destas mesmas famílias.

Assim como na Pnater, o programa Ates traz a necessidade da promoção do desenvolvimento sustentável ambientalmente. Outros pontos do Programa em comum com a Pnater como a promoção de metodologias participativas, a valorização do controle social do programa, que visam dar aos assentados e suas organizações representativas maior poder de interferir e decidir sobre os rumos da prestação do serviço de Ates nos assentamentos ⁵¹.

A Norma de Execução do Incra que regulamenta o programa de ATES apresenta também em suas diretrizes básicas princípios como a valorização das tradições, costumes e conhecimentos das populações assentadas, a adoção de enfoques metodológicos participativos, a gestão participativa e o controle social. Entre os objetivos específicos do programa encontramos:

estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de modo a permitir a análise e melhoria no andamento das ações (BRASIL, 2008a: 1).

Assim, partindo do mesmo diagnóstico realizado pela PNATER, que aponta a deficiência das instituições oficiais de ATER em prestar o serviço, o Programa adere ao Sistema Nacional Descentralizado de ATER Pública.

O Programa é executado em parceria com instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e organizações não governamentais ligadas à Reforma Agrária. O artigo nº15 da Norma Executiva deste

⁵¹ Dentre os princípios que definem o programa podemos encontrar: “adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da agroecologia” (BRASIL, 2008b: 14)

programa expressa que:

A Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATEs será realizada por meio de convênios, contratos ou termo de parceria com entidades privadas sem fins lucrativos atuantes no âmbito da reforma agrária, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável, bem como com estados e municípios, tendo o Incra como principal provedor de recursos e supervisor das atividades, observado o disposto na Lei 8.666/93, no decreto 6.170/2007, na IN/STN nº 01/97 e demais normas pertinentes (BRASIL, 2008a:56).

Coordenado pelo Incra, o programa possui também instâncias de gestão participativa, em âmbito nacional e regional, de caráter consultivo: o Grupo Nacional de Articulação da Política Agrícola, o Fórum Nacional de ATEs⁵², e o Fórum Estadual de ATEs⁵³ (BRASIL, 2008a: 4).

Ao Fórum Estadual de ATEs, cabe destacar aqui, é atribuída a função de "propiciar a identificação de possíveis parcerias para a execução das atividades de ATEs" (BRASIL, 2008a: 6), o que permite que este espaço de representação também participe da indicação das entidades que irão executar a política. Entre os critérios para a contratação dessas entidades estão a exigência de experiência em assentamentos e também na região onde será implementado o Programa, tendo os núcleos operacionais (uma das instâncias de execução do Programa, com profissionais formados e/ou contratados pela entidade prestadora de serviço) que fixar suas bases nos assentamentos ou próximas a estes⁵⁴.

Como instâncias de execução técnica o programa possui as Equipes de Articulação

⁵² O artigo 8º da Norma de Execução deste Programa expressa que são representantes desta instância de gestão participativa, convidados pelo INCRA "a) representantes da Diretoria de Desenvolvimento, a quem cabe a coordenação; b) representantes dos Movimentos Sociais e Sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais; c) representantes de estudiosos e pesquisadores ligados aos temas de assistência técnica e extensão rural, desenvolvimento agrário e reforma agrária; d) representantes das redes de desenvolvimento sustentável, que tem relação com o tema desenvolvimento rural e reforma agrária; e) representante do Ministério de Desenvolvimento Agrário/SAF; f) representante da articulação de Mulheres Trabalhadoras Rurais, de âmbito nacional"(BRASIL, 2008a: 5).

⁵³ O artigo 10º da Norma de Execução deste Programa expressa que a "Participação do Fórum Estadual de ATEs as Superintendência(s) Regional(s) do INCRA, a quem cabe a coordenação, outros Órgãos dos Governos Federal e Estadual, os movimentos sociais com representação Estadual ou Regional e outras entidades ligadas às atividades de assessoria técnica" (BRASIL, 2008a: 6).

⁵⁴ A NE do Programa explicita que "Com relação à localização da base física dos núcleos operacionais deverá ser considerado a realidade local, podendo a mesma ser implantada no interior dos projetos de reforma agrária ou em áreas fora destes, de forma que abranja maior densidade de famílias atendidas pelos serviços de ATEs e que a distância máxima de deslocamento ao assentamento não ultrapasse: 300 (trezentos) km, para a região Norte; 250 (duzentos e cinquenta) km, para a região Centro Oeste, e 200 (duzentos) km, para as demais regiões do Brasil" (BRASIL, 2008b: 27).

e os Núcleos Operacionais. Segundo o manual operacional do programa,

A Equipe de Articulação é uma unidade constituída por profissionais de nível superior de formação multidisciplinar (ciências agrárias, sociais, econômicas, ambientais e outras). Essa equipe é responsável pela integração e assessoramento às equipes técnicas dos Núcleos Operacionais, em sua área de abrangência, visando garantir a qualidade dessa assessoria técnica, social e ambiental aos (às) beneficiários (as) da reforma agrária (BRASIL, 2008b: 23).

Já os Núcleos Operacionais, constituem a base local da entidade de ATER, próxima aos assentamentos atendidos. Segundo o manual operacional do programa,

As entidades prestadoras dos serviços de ATER deverão se organizar em Núcleos Operacionais, com infra-estrutura física adequada e equipe técnica de caráter multidisciplinar (preferencialmente, diversificada em termos de gênero), responsáveis pela execução da ATER junto às famílias assentadas (BRASIL, 2008b: 24).

O programa ATER abarca diversos aspectos inserindo e dialogando com outras ações e políticas voltadas para os assentamentos, tais como: o crédito rural, a capacitação, a organização da produção e a infraestrutura, principalmente por meio da elaboração e implementação dos planos de desenvolvimento (PDA), exploração (PEA) e recuperação dos assentamentos (PRA) (BRASIL, 2008a). Fator que dá um grande peso à assistência técnica, tornando-a importante para o desenvolvimento dos assentamentos e, ao mesmo tempo, aumenta a dimensão do trabalho do técnico.

O Programa ATER, assim como o programa Lumiar, ao reconhecer os assentados como um público específico, e que, portanto, demandam uma política específica de ATER, abre um campo de possibilidades para a atuação de técnicos politicamente mais próximos à reforma agrária. Com isso estimula que as organizações de movimentos sociais concorram às chamadas públicas para prestarem serviços de ATER. Como é o caso da cooperativa no Espírito Santo aqui estudada.

Procuramos dar ênfase neste capítulo ao processo no qual as críticas destinadas ao modelo tradicional de Ater e, posteriormente, as críticas ao tratamento secundário dado ao serviço foram ganhando força e permeando as instituições públicas

responsáveis por este, chegando a sua reformulação.

Soma-se ao consenso construído em torno da importância do serviço para os pequenos agricultores e também em torno das consequências negativas dos resultados do modelo de modernização da agricultura intensificado nas décadas de 1960 e 1970 (lógica ainda vigente que se expressa no projeto do agronegócio), no qual a Ater desenvolveu papel crucial, uma diversidade de propostas e entendimentos de como deve ser prestada a Ater: sobre os princípios, metodologias, público e formato institucional.

Essa diversidade pode ser vista, por exemplo, a partir do surgimento de uma proposta como o projeto Lumiar e, posteriormente, o Programa Ates, que trazem a necessidade de reconhecer as especificidades do público assentado, e, logo, uma forma diferenciada de prestar Ater. Entretanto, esta forma diferenciada de prestar Ater em assentamentos reivindicada pelo Lumiar e posteriormente pelo Programa Ates também “é muitas”, na medida em que os diferentes atores que participam (ou participaram) da execução destas propostas também pensam (ou pensaram) e colocam (ou colocaram) em prática suas diferentes visões sobre o serviço de Ater em assentamentos, como veremos mais especificamente neste estudo de caso.

A conformação de diferentes visões sobre a Ater nos assentamentos no Programa Ates (seja por meio da participação na formulação do Programa ou na sua execução) não garante, entretanto, que esta seja executada sem conflitos, tensões e divergências. A experiência do projeto Lumiar, como vimos, é um exemplo neste sentido. Se por um lado, os atores estabelecidos (no caso, o Incra e as Emater) não incorporam tão facilmente as mudanças, por outro lado, os atores que passam a participar do processo (como as associações e organizações dos agricultores assentados) passam a ter que seguir outras regras e lidar com uma institucionalidade desconhecida, que não fazia parte de suas práticas cotidianas. Os desafios são enormes, entretanto, somente um estudo de uma experiência específica poderá mostrar como cada ator participante deste processo se posiciona diante destes desafios. E é este um dos objetivos deste trabalho.

Este capítulo procurou de mostrar também como a atual configuração da Ater no país é herdeira deste histórico. Questões cruciais para a Ater na década de 1960, por exemplo, ainda permeiam a atual proposta, seja como forma de legitimação do novo, a partir da crítica ao antigo, seja como forma de reflexão e proposição deste novo. Como veremos na experiência de execução do Programa Ates aqui trabalhada, este histórico está presente nas falas e práticas dos atores envolvidos. Assim como poderemos ver que

alguns problemas na execução do serviço ainda se fazem presente, mesmo que com outras roupagens, como é o caso, por exemplo, da característica precária (no que diz respeito à infraestrutura, por exemplo) de da execução do serviço em algumas situações (como no caso aqui estudado).

CAPÍTULO II

O Programa Ates no Espírito Santo e a experiência da cooperativa do MST

Neste capítulo recupero e analiso as entrevistas realizadas com os servidores do Inca, os dirigentes do MST e os agricultores assentados da região pesquisada, tentando mapear as principais questões que aparecem no processo de execução do Programa Ates, também regulado por estas exigências contratuais. O depoimento das técnicas da Cooptraes entrevistadas serão objeto de análise do capítulo III.

Como veremos cada um destes atores entrevistados possui uma expectativa sobre o Programa e, possui também, um entendimento de como ele deve ser implementado. Neste sentido, tensões são inerentes a este processo, em especial porque se trata de uma tentativa de partilha de poder (entre Inca e Cooptraes, no caso, embora não possamos dizer que esta partilha é igual) sobre a gestão de uma política pública, visto que as organizações sociais ligadas aos assentados têm a oportunidade de implementar o programa por meio de suas entidades. Poderemos observar também que, apesar de todas as limitações que os atores apontam em relação a implementação do Programa, há uma grande dependência em relação à estrutura do Programa, que passa a fazer parte da própria dinâmica de trabalho do Inca, de atuação do MST e do dia a dia dos assentamentos. O que caracteriza o Programa como de grande importância para estes atores.

Outro aspecto importante a ser destacado aqui, neste início, é a própria forma como o MST constrói sua prática em relação a Ater nos assentamentos. Veremos que a militância aparece como uma característica indispensável para o trabalho da Cooptraes. A militância como prática do MST é trazida também para este processo de implementação do Programa Ates nos assentamentos, produzindo novos significados às relações que estabelecem nesse processo, e também promove tensões entre os atores.

De alguma forma esse capítulo traz uma série de elementos para pensar a dinâmica da inserção dos movimentos sociais nas políticas públicas. Por isso, fecho este capítulo fazendo uma reflexão sobre esse processo, especialmente dialogando com as reflexões de Claus Offe (1989).

Para tanto, antes de começar a abordar as principais questões que envolvem o

cotidiano de execução deste Programa, considero importante trazer alguns elementos que nos ajudam a entender a forte presença do MST na região norte do estado, a região da pesquisa. Veremos que a região concentra um grande número de assentamentos e também lideranças, o que influencia diretamente a execução do Programa, ainda mais se levarmos em conta que esta não é uma característica do Movimento em todo o estado do Espírito Santo.

2.1 A presença do MST na região norte do Espírito Santo

Como vimos no capítulo I, a década de 1960 foi marcada por grandes transformações na agricultura brasileira em decorrência do processo de modernização agrícola. Vimos também que esse processo amplo e multifacetado engendrou a crítica à assistência técnica e extensão rural e seus desdobramentos, assim como engendrou também, às lutas por terra, o MST e também a construção dos assentamentos rurais. No estado do Espírito Santo também se reproduzem esses processos, com suas singularidades e elementos em comum.

As políticas nacionais voltadas para a modernização da agricultura neste momento tiveram grande impacto no estado do Espírito Santo impondo lógicas diferenciadas à estrutura fundiária do estado. Dentre os grandes projetos agroindustriais efetivados no Espírito Santo na segunda metade do século XX, podemos destacar a criação da Aracruz Celulose⁵⁵ e a construção e reativação de destilarias incentivadas pelo Programa Nacional do Alcool - Proalcool⁵⁶, que trouxeram alterações significativas na estrutura agrária capixaba.

Tanto as fazendas de silvicultura da empresa Aracruz Celulose quanto as destilarias e fazendas canavieiras incentivadas pelo Proálcool concentraram seus cultivos inicialmente na região norte do estado, fator que ajudou a aumentar os índices de concentração fundiária nesta região (BUSSINGER, 1992). Isto porque, estes projetos desalojaram boa parte dos pequenos produtores rurais da região que viviam,

⁵⁵ Em 1967 é criada no Espírito Santo a Aracruz Florestal, que em 1972 é transformada em subsidiária da Aracruz Celulose. O projeto recebeu incentivos fiscais do governo federal para o cultivo de florestas homogêneas, voltadas para a produção de celulose e carvão vegetal (BUSSINGER, 1990). Sobre esse processo de consolidação da empresa no estado ver, entre outros: Ferreira (2002) e Dalcomuni (1990).

⁵⁶ O Proálcool foi criado pelo governo federal no ano de 1975, como forma de superar a crise internacional do petróleo que ocorria naquela década, e a importância de se aproveitar os parques industriais sucroalcooleiros espalhados pelo país, que sofriam com a queda de rentabilidade do açúcar no mercado externo (RAMOS, 1999).

fundamentalmente, da produção de café e mandioca. De acordo com Bussinger (1992), com a vinda dessas empresas para a região, transformações nas relações de trabalho também ocorreram, a mão de obra permanente das pequenas propriedades passou a atuar de forma eventual nestes projetos.

Enquanto os grandes projetos agroindustriais recebiam incentivos governamentais para sua efetivação, o pequeno proprietário amargava a falta acesso aos recursos do Estado para investir em sua produção. Muitos destes vendiam suas terras diante da impossibilidade de se manter nela. O uso de alta tecnologia pelos projetos agroindustriais não permitia que o setor absorvesse um grande número de mão de obra existente. Com isso, expandiu-se o assalariamento, o emprego temporário, o êxodo rural e o inchaço das periferias. Foi nesse grupo social expropriado de seu principal meio de trabalho, a terra, que surgem os sem terra no Espírito Santo (BUSSINGER, 1990)⁵⁷.

Os depoimentos de agricultores assentados da região norte do Espírito Santo, revelam, sob suas óticas, como enfrentaram as transformações ocorridas na década de 1970 com a chegada desses grandes projetos agroindustriais.

Segundo este depoimento, por exemplo, a migração para os centros urbanos da região, como São Mateus, foi uma das alternativas encontrada por grande parte da população expulsa do campo após a instalação de grandes empresas no campo, como a Aracruz Celulose:

Foi um período de exclusão do homem do campo. [...] Com a chegada da Aracruz Celulose e destas outras empresas que também faziam parte deste mesmo projeto como a Vale do Rio Doce, Floresta Rio Doce e tantas outras que vieram para a região na época, então houve assim uma expansão e todas estas áreas se transformaram em plantação de eucalipto, rapidamente comunidades inteiras eram extintas. Nós mesmo moramos em uma comunidade que tinha mais de trinta famílias, que hoje não existe nenhuma família, nem um vigia existe mais, transformou-se em plantações de eucalipto e as partes mais morradas é cana [...]. Na medida em que as pessoas vendiam suas propriedades para as empresas, qual era a saída? As famílias não tinham onde morar, não tinham casa, iam para a cidade iam encher as favelas, por isso o crescimento do município de São Mateus nesse sentido, um município que é cercado de periferias (Assentado do PA Georgina, outubro de 2010)

⁵⁷ A devastação de grandes reservas da mata atlântica; a deterioração do solo e o despejo de detritos industriais no meio ambiente também aparecem entre os impactos destes projetos no estado (BUSSINGER, 1992).

A expropriação e exploração de grande parte da população já vinham sendo realizadas mesmo antes destes grandes projetos agroindustriais aportarem na região. No entanto, o impacto destes grandes projetos contribuiu de forma significativa para a expulsão e marginalização de grande parte da população do campo. Assim, estas transformações, de alguma forma, contribuíram para a conformação da identidade sem-terra.

A proliferação dos conflitos no campo, por sua vez, acabava por exigir respostas dos canais de reivindicações existentes, como os sindicatos rurais e a própria justiça. Entretanto, nesta região do Espírito Santo, assim como em outros lugares do país os sindicatos rurais se configuravam apenas como agência de prestação de serviços assistenciais (MEDEIROS, 1989).

Entretanto, segundo Bussinger, ainda na década de 1970 a Igreja, por meio da Comissão Pastoral da Terra - CPT⁵⁸, iniciou um movimento de organização dos trabalhadores rurais, incentivando a formação das chamadas “oposições sindicais”, que buscavam renovar as práticas sindicalistas. Esse, no entanto, foi um movimento da CPT em grande parte das regiões onde se encontrava organizada. De acordo com Medeiros (*op. cit.*), a CPT investiu nas críticas ao sindicalismo que travava a luta pela terra pelas vias administrativas de ação, por meio do judiciário, que se revelava como ineficaz. Para tanto, a organização incentivou a formação de grupos de “oposições sindicais”, trazendo uma análise crítica da atuação de grande parte dos sindicatos.

Após a conquista de diversos sindicatos de trabalhadores rurais – STR’s da região norte do estado, os novos sindicalistas organizaram mobilizações entre os bóias frias e os assalariados agrícolas da cana e do eucalipto por melhores condições de trabalho e melhores salários (SOUZA *et. al.*, 2005).

Como afirma Fernandes (1999), o MST começa a ser gerado no espaço social conquistado por diversas experiências de lutas populares como as da CPT e do novo sindicalismo. No Espírito Santo não foi diferente, a Igreja e os novos sindicatos também

⁵⁸ É neste contexto (no final dos anos 60 e início dos anos 70) que surge a Comissão Pastoral da Terra – CPT, com linhas de ações diferenciadas, inspiradas em outro entendimento sobre a prática eclesial (que não era compartilhado pela Igreja como um todo), e que pautava suas ações no apoio às lutas dos trabalhadores rurais (MEDEIROS, 1989). Segundo Bussinger (1999), a CPT foi criada no estado do Espírito Santo no ano de 1976, na cidade de Vitória. Instalando logo depois uma secretaria regional no município de São Mateus, no norte do Espírito Santo.

funcionaram como agentes mediadores na conformação da trajetória do MST no estado (BUSSINGER, 1992).

No Espírito Santo também a CPT toma a frente do processo. No ano de 1983 a entidade, junto aos STR's, começou um trabalho de mobilização dos trabalhadores rurais desempregados que viviam na periferia do município de São Mateus, na Favela Pé Sujo. Foram criadas Comunidades Eclesiais de Base, como um espaço comunitário para discutir sobre a realidade vivida e a necessidade de se reivindicar terras para morar e plantar. Articulando o discurso religioso ao político, a CPT incentivou a luta por terra na região (BUSSINGER, 1992).

Outro elemento importante para pensar a luta pela reforma agrária no estado é o governo de Gerson Camata do PMDB nos anos de 1983 à 1987. Em sua campanha eleitoral o governador, oriundo de um partido com tradição na oposição ao governo militar, recebeu apoio de amplas forças sociais e políticas da sociedade capixaba (BUSSINGER, 1992). A Secretaria de da Agricultura (SEAG), em seu governo, fora ocupada por técnicos atentos aos problemas sociais colocados no estado, alguns deles com experiências de trabalho na pastoral da igreja (SOUZA *et. al.*, 2005). Foi também durante o governo de Camata que tramitou na Assembléia Legislativa do governo do estado um projeto a regulamentação dos recursos fundiários para sua distribuição por meio da criação de assentamentos rurais (SOUZA *et. al.*, 2005). Esse cenário pareceu favorável para os sindicatos rurais e para a CPT que procuravam mobilizar os trabalhadores rurais para pressionar pela liberação de terras. Segundo Bussinger (1992), os sindicalistas apostaram na negociação com o governo, por meio da SEAG, e com isso conseguiram alguns avanços como o Programa Estadual de Assentamentos Rurais. Por meio destas negociações com o governo estadual, e da pressão dos grupos organizados de trabalhadores rurais nos municípios, foram criados alguns assentamentos rurais. O primeiro deles foi o assentamento Córrego de Areia, no município de Jaguaré, o primeiro assentamento do estado, criado em 13 de setembro de 1984 (SOUZA *et. al.*, 2005).

No entanto, ao final de dois anos do governo Camata apenas quatro assentamentos foram criados, e ao mesmo tempo multiplicavam-se o número de trabalhadores sem terra organizados à espera de que novas terras fossem liberadas. Com isso, começaram a surgir críticas na forma como os sindicalistas estavam conduzindo a luta pela terra no estado, por meio da negociação, sem fazer oposição explícita a política do governador,

que ao mesmo tempo em que liberou algumas poucas áreas para a criação de assentamentos, investiu e apoiou os grandes projetos agroindustriais que se consolidavam no estado (BUSSINGER, 1992).

Ao se articularem ao movimento sindicalista no âmbito nacional, por meio de encontros e congressos, os sindicalistas da região norte do Espírito Santo entraram em contato com lideranças dos novos sem terra do sul do Brasil com as quais trocaram experiências sobre a organização da luta pela terra que se efetivava no Sul do país⁵⁹. Com isso, contribuíram para colocar o debate pela reforma agrária para o centro da discussão entre os trabalhadores da região (SOUZA *et. al.*, 2005). No I Congresso Nacional do Movimento dos trabalhadores Sem Terra, realizado na cidade de Curitiba – PR, em janeiro de 1985, estiveram presentes representantes do sindicato, das CEB's, da CPT e também trabalhadores rurais do norte do Espírito Santo. Segundo Souza *et. al.*, nesse encontro “se definiu a ocupação como a principal forma de luta e pressão para a conquista da terra e para o avanço do processo de reforma agrária” e foram indicados também dois sindicalistas do Espírito Santo para compor a direção Nacional do MST, naquele momento (SOUZA *et. al.*, 2005)

Os atores do Espírito Santo que participaram deste Congresso retornam, portanto, com a missão de construir o movimento sem terra no Espírito Santo e mudar o tom da luta pela terra no estado inserindo o elemento ocupação na prática política dos trabalhadores rurais sem terra. Assim, o MST forja-se no estado do Espírito Santo, saindo de dentro de organizações como a CPT e os sindicatos dos trabalhadores rurais, construindo um discurso e práticas próprias, embora não antagônicas⁶⁰.

Em abril de 1985⁶¹, em um encontro realizado entre sindicalistas, lideranças dos trabalhadores, e CPT, surge o primeiro documento produzido pelo MST do Espírito Santo. Tal documento dirigia-se ao governo do estado, pautando uma série de reivindicações. Nesse mesmo encontro decide-se pela criação do MST no estado. Daí em diante começa-se um trabalho de base entre as famílias sem terra dos municípios do norte do estado com o intuito de pressionar o governo estadual por meio de ocupações

⁵⁹ De acordo com Medeiros, em um encontro realizado em 1984, em Cascavel-PR, lideranças de vários estados formalizaram a criação do Movimento Sem Terra, cuja bandeira de luta era “Terra não se ganha, se conquista”.

⁶⁰ Segundo Bussinger (1999) os sindicalistas continuaram acompanhando a luta pela terra e dando respaldo legal as iniciativas do MST na região.

⁶¹ Um ano após as primeiras mobilizações por terra de grande porte, e do surgimento do MST em âmbito nacional.

de terra.

No dia 27 de outubro de 1985, 300 famílias articuladas pelo MST ocupam a fazenda Georgina, no município de São Mateus. Dessa ocupação resultaram os assentamentos Vale da Vitória, Georgina, Pratinha e Pontal do Jundiá, que foram se consolidando aos poucos, em meio a processos de ocupação e despejos. Segundo Bussinger (1999) esta ocupação foi decisiva para por em práticas as estratégias de ação do Movimento, que se propunham mais ofensivas e massivas. A partir de então, o Movimento promoveu uma série de ocupações no norte do estado, que resultaram na consolidação de outros assentamentos.

Com o aumento das demandas por terra e das ações do MST, CPT e sindicatos na região, um movimento contrario às desapropriações começou a se organizar. Essa articulação dos proprietários de terra no estado promoveu uma série de embates e confronto diretos com os sem terra e com o próprio governo do estado em defesa dos seus interesses. A partir de então o uso da violência contra os sem terra tornou-se constante, inclusive com a participação das polícias do Estado. Esse período de violência é relatado por uma liderança do Movimento na época, que destaca a dificuldade de mobilização do Movimento neste período:

Nós ficamos um período de 1986 até 1989, mais ou menos, bem restritos aqui a região norte do estado, só na década de 1990 é que nós conseguimos expandir para outras regiões, mais especificamente no período de 1996. Foi feita uma tentativa de expansão do Movimento para o sul do estado ainda em 1990 e 1991, um pouco frustrada, a perseguição ainda era muito forte, prisões, companheiras foram torturadas e que tem problemas até hoje, problemas de saúde. (Assentado do PA Georgina, outubro de 2010).

De acordo com os relatos, nesses anos ocorreram mortes, prisões e torturas de diversas lideranças aliadas a luta pela reforma agrária. Segundo Souza *et. al* (2005), por conta da repressão sofrida no norte do estado, o MST tenta expandir-se, no ano 1991, para a região Sul, em uma fazenda próxima ao município de Cachoeiro do Itapemirim. Entretanto, o que seria a primeira ocupação do Movimento no sul tornou-se uma tentativa frustrada, uma vez que a polícia militar impediu o acampamento, prendendo e torturando os trabalhadores sem-terra.

Como relata um assentado, o MST só consegue organizar um assentamento no Sul

do estado no ano de 1996: “Aí só em 1996 com a liberação das primeiras áreas no sul do estado, nós conseguimos levar famílias do Norte para serem assentadas e a partir desta base que conseguimos expandir o movimento, em todas as regiões, região sul, região serrana” (Assentado do PA Georgina, outubro de 2010). Em meados da década de 1990 o Movimento conquista novas vitórias e novos aliados⁶², o que possibilitou sua expansão no estado (SOUZA *et. al.*, 2005)⁶³.

Hoje, o MST no estado do Espírito Santo se organiza por regiões que são chamadas de brigadas⁶⁴. Ao todo são seis regionais/brigadas⁶⁵:

1. Regional ou Brigada Valdício Barbosa dos Santos – abrange os municípios de Pedro Canário, Conceição da Barra e Pinheiros, e é composta de 07 assentamentos com um total de 388 famílias.
2. Regional ou Brigada Quilombo dos Palmares – abrange os municípios de São Mateus e Jaguaré, é composta por 11 assentamentos com 399 famílias.
3. Regional ou Brigada Saturnino Ribeiro dos Santos – abrange os municípios de Mucurici, Pinheiro, Montanha e Ponto Belo, é composta por 11 assentamentos, com um total de 612 famílias.
4. Regional ou Brigada Francisco Domingos Ramos – abrange os municípios de Mantenópolis, Pancas e Ecoporanga, composta por 6 assentamentos com um total de 192 famílias.

⁶² No ano de 1993 realiza-se no estado o **Seminário Reforma Agrária, Reforma Urbana: o desafio da integração**. A partir do qual criou-se o Fórum Campo-Cidade com o objetivo de articular ações e mobilizações no meio urbano e rural. Entre os participantes estavam lideranças sindicais, padres, parlamentares, entidades de direitos humanos, pastorais, entre outras (SOUZA *et. al.*, 2005).

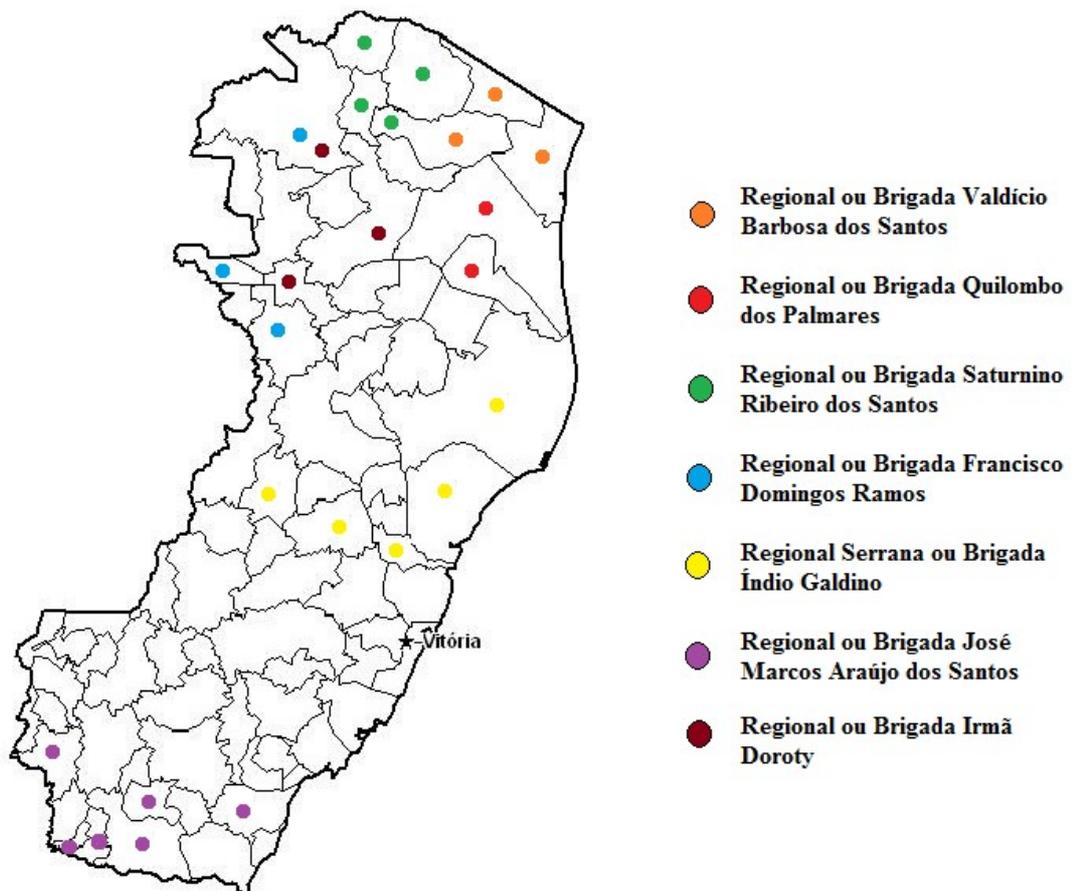
⁶³ É importante ressaltar que diferentes tipos de mediação, além daquela realizada pelo MST, conformaram a luta pela terra e a criação dos assentamentos rurais no Espírito Santo e no Brasil. Como bem coloca Medeiros, “desde o início dos anos 90, o sindicalismo rural passou a também atuar mais incisivamente nessa direção, reproduzindo acampamentos e ocupações. Localmente também surgiram várias organizações, muitas delas dissidentes do MST, que se utilizavam do mesmo repertório de ações” (MEDEIROS, 1999: nota 6)

⁶⁴ Segundo Lerrer (2008), o termo brigada é adotado pelo MST sob influência dos militantes que retornavam de Cuba, onde o termo era utilizado. Inicialmente o termo era utilizado para se referir a organicidade interna dos cursos realizados pelo movimento, depois, a partir de 2001, 2002, ele passou a ser adotado para nominar a organização dos acampamentos e assentamentos. As brigadas são formadas por aproximadamente 500 famílias, de acordo com a proximidade, e constituídas pelos núcleos de base, setores, por uma direção coletiva e uma coordenação (LERRER, 2008).

⁶⁵ Dados sobre os assentamentos obtidos no INCRA, Superintendência Regional Espírito Santo e com a COOPTRAES.

5. Regional ou Brigada Irmã Doroty – abrange os municípios de Nova Venécia, Ecoporanga e Águia Branca, é composta por 10 assentamentos, com um total de 297 famílias.
6. Regional Serrana ou Brigada Índio Galdino – abrange os municípios de Fundão, Aracruz, Itaguaçu, Santa Teresa e Linhares, é composta de 07 assentamentos, com um total de 359 famílias.
7. Regional ou Brigada José Marcos Araújo dos Santos – abrange os municípios de Mimoso do Sul, Bom Jesus do Norte, Apiacá, Itapemirim, Guaçuí e Muqui, é composta por 09 assentamentos, com um total de 505 famílias.

Localização das brigadas do MST no Espírito Santo:



As brigadas possuem representantes dos assentamentos, que têm a função de

discutir, planejar e encaminhar ações na região, com o intuito de descentralizar as decisões e acompanhar a organização das outras instâncias do Movimento nos assentamentos.

Atualmente existem 87 assentamentos no estado do Espírito Santo, 22 criados pela Secretaria do estado de agricultura - SEAG e 65 criados Incra. Ao todo são 4.388 famílias assentadas no estado. Destes 87 assentamentos, 58 deles com 2.752 famílias têm a presença do MST. Como pode ser verificado no mapa acima, a região norte é a que apresenta o maior número de assentamentos com a presença do MST, sendo os municípios de Nova Venécia e São Mateus (onde surge o MST-ES) os que concentram o maior número destes.

Segundo Saldanha, Antongiovani e Sacrin (2009), os municípios de São Mateus e Conceição da Barra são os que concentram a maior extensão de plantação de eucalipto e cana de açúcar. Para estes autores, o projeto de desenvolvimento agrário hegemônico para esta região, baseado na monocultura de eucalipto e cana-de-açúcar, “aprofunda a proletarianização do trabalho rural e acarreta o aumento do número de pequenos agricultores despossuídos do principal meio de produção, a terra” (SALDANHA, ANTONGIOVANI & SCARIN, 2009: 144), o que em parte explica o fato da região norte concentrar o maior número de assentamentos do estado. Nessa região existem também dezenas de comunidades quilombolas vivendo o processo de demarcação de suas terras e entrando em conflito com a expansão das monoculturas (SALDANHA, ANTONGIOVANI & SCARIN, 2009).

Trazendo a noção elaborada por Leite *et. al.* (2004) podemos considerar que a região norte do Espírito Santo, principalmente a área que abrange os municípios de São Mateus, Nova Venécia, Jaguaré e Conceição da Barra, representa uma grande *mancha* de assentamentos no estado⁶⁶. Leite *et. al.* utiliza a noção de *mancha* para se referir a “áreas com elevada concentração de projetos de assentamentos e alta densidade de famílias assentadas por unidade territorial” (LEITE *et. al.*, 2004: 29) como forma de ter uma melhor apreensão dos processos de mudança em curso. A noção de *manchas*, portanto, não se limitam às delimitações geográficas ou a outros recortes regionais

⁶⁶ Saldanha (s/d), também utilizando o conceito de Leite *et al.* (*op.cit.*), identifica duas *manchas* de assentamentos no estado do Espírito Santo, uma na região norte e outra na região sul: “é possível identificar no Espírito Santo duas *manchas de assentamentos* englobando, ao norte, as microrregiões Litoral Norte, Pólo Colatina, Noroeste 1, Noroeste 2 e, ao sul, os Pólos Cachoeiro e Caparaó” (SALDANHA, s/d:14).

existentes.

Dentre os fatores levaram ao surgimento desta mancha na região norte do estado do Espírito Santo estão o desenvolvimento do monocultivo de açúcar e eucalipto, como apontam Saldanha, Antongiovani e Sacrin (2009), em um período recente de pouco mais de 20 anos. Para Leite *et. al.* (2004) o surgimento de áreas que concentram projetos de assentamentos correspondem a reflexos locais de um processo geral de concentração da estrutura fundiária e expropriação econômica e social dos trabalhadores rurais, gerando uma série de conflitos no campo. Os movimentos sociais que emergem destes conflitos são condicionados por esta configuração histórica e ao mesmo tempo atuam sobre ela, tornando-se propulsores da formação de tais *manchas* (LEITE *et. al.*, 2004).

Segundo um servidor do Incra entrevistado nesta pesquisa, a região norte do Espírito Santo é onde se encontram as principais lideranças dos trabalhadores rurais do estado,

[a região norte] é onde estão as maiores lideranças do movimento do estado. Então ali já faz com que tudo, parte do princípio de que tudo pra eles tem que ser bem feito, tem que dar certo. Mas eu sinto uma diferença muito grande dos assentamentos do norte com os do sul do estado. Principalmente nos assentamentos ligados ao MST, as lideranças do norte são mais fortes que as lideranças do sul. (...) onde a gente tem mais assentamentos é na região norte, ali na região do 41 [km], tem assentamentos consolidados, assentados muito bem sucedidos, que dá conta de tudo. (Chefe DD Incra-ES, outubro de 2010).

O local à que se refere a entrevistada é o Km 41 da estrada que liga São Mateus à Nova Venécia, segundo alguns agricultores, conhecida como a “rodovia dos sem terra”. A região da brigada Quilombo dos Palmares possui os primeiros assentamentos do estado, assim como é o local de atuação e moradia das lideranças mais antigas do Movimento, o que, para esta servidora, explica o fato da região concentrar o maior número de assentamentos e as melhores experiências segundo seus julgamentos.

De fato, a percepção do sucesso do caminho adotado por alguns trabalhadores rurais no processo de luta pela terra pode ser considerando um estímulo para que outros grupos de trabalhadores rurais se aventurem no mesmo caminho, o que contribuí para o adensamento dos assentamentos rurais em algumas áreas, formando as chamadas

manchas (LEITE *et. al.*, 2004). Dessa forma, as manchas são o próprio efeito das transformações que os assentamentos promovem em uma região.

Segundo Leite *et. al.* (2004) as manchas acabam por criar uma nova dinâmica na região em que se inserem. E é o que pode ser verificado na região pesquisada. Segundo relatos dos primeiros assentados da região, mudanças significativas ocorreram com a formação desta *mancha*, tais como: redefinições na distribuição da população com o crescimento ou mesmo surgimento de povoados, redefinição de estradas, surgimento de comércio, aumento da produção, entre outras.

A contribuição foi bem direta, porque no 41 [km] só existia uma rua e um bairrozinho chamado Maria Preta, o restante era uma rua de casas na beira da pista, na verdade não era nem asfalto. Não era asfaltada essa via, e na medida que os assentamentos foram conseguindo crédito para investir na produção e foram conseguindo condições de investir em construção, foi surgindo o mercado, foram surgindo as lojas de materiais de construção, de material de irrigação, de acordo com o desenvolvimento dos assentamentos e das comunidades da região é que o comércio também foi crescendo (Liderança do MST e assentado do PA Georgina, outubro de 2010).

Grande parte dos assentamentos da Brigada Quilombo dos Palmares se localizam ao longo da rodovia que liga São Mateus à Nova Venécia, onde se encontra o distrito de Nestor Gomes pertencente ao município de São Mateus. O principal vilarejo do distrito fica no Km 41 desta rodovia. Citado inúmeras vezes pelos agricultores nas entrevistas, este vilarejo acaba por suprir boa parte das necessidades diárias das famílias assentadas, sem que estes precisem se deslocar para os centros urbanos de São Mateus e Nova Venécia.

Como veremos nos depoimentos dos assentados entrevistados, essa região continua sendo, ainda hoje, de grande importância para o MST no estado, visto que, por conta deste histórico aqui abordado, ainda concentra as lideranças sem-terras mais antigas e talvez por isso, se constitua, segundo os próprios integrantes deste Movimento, a região onde o MST tem mais força e organicidade. O que pode nos informar, de alguma forma, as práticas destes atores em relação à execução do Programa Ates nestes assentamentos, como por exemplo, o fato da Cooperativa responsável pela prestação do serviço se situar nesta região.

2.2 A cooperativa do MST

Segundo Medeiros, as cooperativas, como formas coletivas de trabalho, surgem no MST já no final da década de 1980, em parte, como resposta a problemática que se colocava aos agricultores assentados e ao próprio Movimento após a conquista da terra: “como organizar essas novas unidades criadas de forma a que elas se tornassem exemplo das virtualidades contidas na reforma agrária e servissem como estímulo à continuidade da luta” (MEDEIROS, 2009: 8).

As primeiras experiências de cooperação foram de cooperação no processo produtivo, de acordo com Medeiros, para o MST,

A divisão de trabalho resultante era vista como um caminho para tornar mais densa a vida social nos assentamentos. Fazia parte ainda da sua proposta a necessidade de, por meio da exploração coletiva, obter facilidades no acesso a crédito e a adoção de tecnologias cujo uso seria inviável em produções de pequena escala (MEDEIROS, 1999: 8).

Desde o início, portanto, o MST tem como preocupação os aspectos que envolvem a produção nos assentamentos: como o acesso ao crédito, às tecnologias, a comercialização. De alguma forma a criação de cooperativas tenta responder a estas demandas.

João Pedro Stedile, fundador e coordenador nacional do MST, em entrevista concedida ao professor e pesquisador Bernardo Mançano Fernandes no livro *Brava gente* (1999), relata que num primeiro momento era difícil se fazer a discussão sobre a organização da produção com os trabalhadores, pois não se pensava em como fariam depois que conquistassem as terras. Segundo Stedile, com a prática o MST descobriu que não funcionaria o sistema de lotes individuais, e que só o crédito agrícola não resolveria o problema da organização da produção, com isso foi necessário estudar as experiências sobre cooperação agrícola. Stedile acrescenta que a cooperação agrícola foi colocada em prática devido a ajuda de técnicos vinculados aos ideais do MST, que transmitiram seus conhecimentos ao movimento (STEDILE & FERNANDES, 1999). Entretanto, como bem ressalta Medeiros (1999), a proposta de cooperação nos assentamentos encontrou muitas resistências por parte das famílias assentadas, tema que já foi objeto de diversos estudos⁶⁷.

⁶⁷ Sobre este assunto ver, entre outros: Souza (1999) e Vazzoler (2004).

Após diversas experiências o MST cria, em alguns estados, sistemas de cooperativa dos assentados, como forma de incentivar e orientar as iniciativas de cooperação. Em nível nacional, em 1992, surge a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - Concrab⁶⁸. Com o tempo as funções das cooperativas criadas pelo movimento se modificaram, voltando-se não só a produção, mas foram criadas também cooperativas de créditos e prestação de serviços, como é o caso da Cooptraes, entidade aqui pesquisada (MEDEIROS, 1999).

Como já foi dito antes (no capítulo I), o projeto Lumiar inaugura um formato institucional da ATER pública em que as organizações sociais representativas dos agricultores assentados podem assumir a prestação dos serviços, subsidiadas pelo Estado. Vimos também que para as organizações sociais que atuam com a reforma agrária (como no caso do MST) esse projeto trouxe a possibilidade de que estas tivessem maior influência sobre os rumos do serviço nos assentamentos, visto que ficaram responsáveis por executá-lo. Diante disso, a experiência do MST com cooperativas em alguns estados⁶⁹, possibilitou que o Movimento assumisse a execução da Ater nos assentamentos.

No caso do Espírito Santo especificamente, foi criada uma cooperativa de prestação de serviços justamente para atender a demanda do projeto Lumiar. Isso porque o Movimento entendeu que era importante participar da seleção dos técnicos do Lumiar e para tanto, precisava-se de uma entidade jurídica. É assim que surge a idéia de criar a Cooptraes no estado, como descreve o dirigente do MST-ES e presidente da cooperativa:

No processo de criação do Programa Lumiar, concebeu-se de ter algumas equipes técnicas atuando nas áreas de assentamento. Então o Movimento pensou em incluir, ou não, um técnico nosso, um técnico no caso vinculado ao Movimento para atuar. E nesse período a gente ficou pensando se indicava ou não, e aí se definiu por indicar. No entanto, nesse período a gente não tinha uma entidade jurídica, para atuar precisava ter uma entidade jurídica, e o movimento não tinha. Nós tínhamos a Cooperativa Central do Assentamento, a CCA, que talvez pudesse ser uma dessas, mas não era uma cooperativa de prestação de serviço. Poderia também cumprir esse papel, mas não

⁶⁸ Segundo Medeiros a Concrab foi criada a partir de quatro cooperativas centrais estaduais: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo (MEDEIROS, 1999).

⁶⁹ O Espírito Santo foi um dos estados em que o MST estava presente que conseguiu desenvolver o sistema de cooperativa dos assentados, e segundo alguns relatos ouvidos em minha pesquisa de campo, com grandes êxitos durante um longo período.

era exclusivo pra isso (Dirigente do MST-ES, presidente da COOPTRAES, julho de 2010).

Em todo o país, como já apontado pela pesquisa de Muchagata (2003), o projeto Lumiar incentivou a criação de entidades de prestação de serviços de Ater. De certa forma, a experiência do MST com cooperativas no Espírito Santo, foi um diferencial para a criação da Cooptraes, voltada para a prestação de serviços. Alguns contratos do projeto Lumiar foram feitos ainda pela cooperativa de produção e comercialização dos assentamentos da região – CCA. Atuando, por meio da CCA, no projeto Lumiar, o MST percebe a importância de ter o controle do serviço “para fazer aquilo que era pretensão do Movimento”, o que o presidente da cooperativa caracteriza como um controle “positivo”:

[...] o Movimento pensava em ter certo grau de controle positivo, pra também fazer aquilo que era pretensão do Movimento. [...] Então nesse processo de discussão nesse período, junto com a equipe atuante, nessa época, que se pensou em criar a cooperativa. Então criamos a cooperativa de prestação de serviços, dos assentamentos da Reforma Agrária. Uma cooperativa de técnicos pra atender a esse público. E não era uma equipe técnica como outra qualquer (Dirigente do MST-ES, presidente da Cooptraes, julho de 2010).

Para o presidente da cooperativa o controle que o MST pretendia ter do serviço era “positivo” e a Ater prestada então se caracteriza como diferente das outras, no caso, podemos entender como outras os órgãos públicos (como as Ematers) e as empresas privadas que prestam serviços de Ater. Como iremos perceber ao longo do texto, com outras entrevistas realizadas, o MST possui um discurso sobre essas outras entidades de Ater (públicas e privadas) baseado nas críticas ao modelo tradicional de Ater baseado na difusão de tecnologia. Esse discurso além de marcar uma posição do movimento em relação a este processo histórico da Ater no país, também legitima o próprio Movimento na medida em que este pode se colocar como uma alternativa àquilo que já não serve mais.

Em agosto de 1998 surge a Cooptraes, que, no entanto, não conseguiu operar no projeto Lumiar, extinto em 2000. A Cooptraes só veio a operar de forma contratual em 2003. No entanto, segundo o presidente da Cooptraes, no período de 2000 a 2003, alguns técnicos continuaram atuando nas áreas dos assentamentos mesmo sem contrato:

A partir de 2000 não teve. E aí em programa para Assistência Técnica, somente veio a ter novamente em 2003. Então, nesse período, o pessoal atuou, sob a coordenação da cooperativa, mas não de forma contratual, de forma política. Enquanto coordenação política e técnica, mas sem um vínculo contratual [com o Incra]. (Dirigente do MST-ES, presidente Cooptraes, julho de 2010).

Os técnicos que atuaram no período do Lumiar eram, em sua maioria, assentados e militantes do MST. Portanto, a atuação deste técnico estava estritamente relacionada a sua militância no MST, o que permite o presidente da Cooptraes falar em uma atuação política. Para além da relação contratual que os técnicos tinham com o assentamento a militância possibilitava que esses técnicos continuassem prestando os serviços de Ater, mesmo sem contrato, ou seja, sem remuneração. Esse militante que se torna técnico e tem uma relação mais próxima das famílias assentadas é uma característica da Ater prestada pelo MST, que será abordada no capítulo III.

O contrato de prestação de serviço vigente da cooperativa se iniciou em dezembro de 2008 e tem término previsto para dezembro de 2010, quando será feita uma chamada pública pelo Incra. Segundo o presidente da Cooptraes, a cooperativa está presente em 22 municípios do estado e em 51 assentamentos, com o contrato, pois existem assentamentos que não estão no contrato do Programa Ates⁷⁰, mas recebem atendimento dos técnicos da cooperativa.

A Cooptraes possui sede no município de São Mateus, na região norte do estado⁷¹. A estrutura da sede é uma casa alugada com cinco cômodos e garagem. Os cômodos servem como salas de escritório, que possuem computadores, impressoras, fax, arquivos e mesas de reunião. A cooperativa possui sete equipes em todo o estado, que são equivalentes aos núcleos operacionais denominados pelo Programa ATES. Os núcleos operacionais na Cooptraes se dividem segundo a própria organização do MST no estado: pelas brigadas. Ou seja, cada núcleo operacional, ou equipe da Cooptraes, corresponde a uma brigada do movimento, que são sete ao todo, conforme descrito no início deste capítulo.

⁷⁰ Os planos de assentamentos criados a partir de dezembro de 2008, quando foi realizado o processo de seleção das entidades, não recebem os serviços de Ates. Baseado no número de famílias atendidas (o pagamento dos serviços é em proporção a este número) o contrato não prevê seu acréscimo, ficando os assentamentos recentes sem o serviço até o próximo processo seletivo.

⁷¹ Isso deve se dar por conta de ser o norte do estado a região em que o Movimento se encontra mais organizados.

De acordo com o Programa ATES, cada um desses núcleos operacionais deve ter um escritório local, com infra-estrutura (computadores, telefone, Internet, máquina fotográfica, impressoras, etc.), para que os técnicos possam trabalhar, e que sirva como ponto de referência para as famílias assentadas⁷². No entanto, não é o que ocorre no caso da Cooptraes.

O núcleo Operacional Quilombo dos Palmares (local da pesquisa) possui dois escritórios para quatro técnicos (as), que ficam dentro dos assentamentos (PA Pratinha e PA Zumbi dos Palmares), com computador com acesso à internet e impressora, GPS, mesas, cadeiras e arquivos. Entretanto, apenas um dos escritórios possui telefone, o que fica no PA Zumbi dos Palmares, na casa de uma das técnicas da brigada. Os outros técnicos (as) quando precisam utilizam seus telefones particulares (na maioria das vezes celulares). Ainda segundo os técnicos (as) que atuam no núcleo Quilombo dos Palmares, a situação dos outros núcleos operacionais não é a mesma, ou seja, falta infraestrutura para o trabalho das equipes locais (motos, GPS, computadores, impressoras, acesso à internet, etc.). Como explicação para o fato os entrevistados diziam que isso se dava por conta do Movimento ser mais organizado na região norte do estado, o que influencia diretamente na organização da cooperativa, como veremos a seguir.

A moto, também item de infraestrutura da cooperativa, é o principal transporte utilizado pelos técnicos para atuarem nos assentamentos. A cooperativa disponibiliza o veículo, ou então uma taxa de manutenção para que o técnico utilize para o trabalho o seu próprio veículo, e o combustível. No entanto, existem técnicos que não tem acesso a este meio de transporte. No caso do núcleo operacional visitado, uma das técnicas não tinha acesso à moto para realizar seu trabalho. Boa parte do seu traslado é feito com a ajuda dos assentados, aos quais ela solicita carona para se locomover e realizar suas atividades. Durante o período que realizei a pesquisa pude perceber que, apesar do incomodo causado, todos os assentados atendiam com prontidão a solicitação desta técnica. Embora a mesma coloque a falta de autonomia para se locomover nos assentamentos como um limite para o seu trabalho.

⁷² Segundo o edital de licitação referente ao contrato de 2008 entre a Cooptraes e o Incra, “a sede do Núcleo Operacional deverá dispor de estrutura mínima com: 01 escritório com pelo menos uma sala de trabalho para a equipe, sala de reunião, sala de recepção dos agricultores assentados, com acesso à internet e telefone, sendo, para cada equipe de até 02 técnicos, 01 computador com impressora; 01 GPS, 01 câmera fotográfica digital, 01 notebook e 01 “flip chart”; e 01 automóvel para cada 06 técnicos, ou 01 motocicleta para cada técnico” (INCRA/SR20ES, 2008:33).

Como os núcleos operacionais são delimitados por regiões de concentração de assentamentos (as chamadas brigadas, pelo MST), o número de técnicos por núcleo operacional varia de acordo com o número de famílias atendidas pelo núcleo operacional. Sendo que cada técnico é responsável por, no máximo, 85 famílias. Segundo seu presidente, a Cooptraes conta com 27 profissionais, sendo nove técnicos de nível superior e dezoito de nível médio.

As equipes da Cooptraes desenvolvem atividades como: acompanhamento das famílias separadamente do grupo, elaboração de projetos, atividades coletivas de capacitação (oficinas, palestras, etc.) mobilização e reunião com as famílias assentadas, articulação com instituições e órgãos externos, trabalho no escritório, o planejamento e a avaliação, junto aos assentados, do trabalho a ser realizado pelos técnicos nos assentamentos e brigadas. As 85 famílias que um técnico é responsável recebem visitas particulares pelo menos uma vez a cada três meses. E cada técnico dedica pelo menos um dia da semana para estar no escritório local atendendo também estas famílias caso solicitado. São freqüentes também as solicitações – tanto por parte dos coordenadores dos assentamentos e lideranças locais quanto por parte dos dirigentes estaduais do MST e dos coordenadores da cooperativa – para que os técnicos participem das reuniões da coordenação dos assentamentos e brigadas do MST. Os coordenadores e lideranças do Movimento alegam que são nessas reuniões que são colocadas as demandas e os problemas dos assentamentos assim como são deliberadas ações, sob as quais os técnicos de ATES podem atuar mobilizando as famílias, já que tem contato diário com grande parte delas. Neste sentido, há uma maior demanda pela integração do técnico com as atividades do Movimento⁷³.

Os dirigentes do Movimento atuam diretamente na coordenação da cooperativa. O cargo de presidente da cooperativa, portanto, é um cargo político, cujo nome é discutido dentro das instâncias do MST, portanto, a pessoa a ocupar este cargo tem que ser do MST:

⁷³ Durante a pesquisa foi possível acompanhar algumas destas atividades dos técnicos, tais como: a) o acompanhamento particular das famílias, em que os técnicos geralmente visitam as casas das famílias ou vão até a área produzida conversar com o agricultor e seus familiares sobre diversos aspectos de suas vidas; b) uma reunião com as coordenações dos assentamentos da região e direção estadual do MST, em que assuntos diversos eram tratados e que os técnicos eram chamados a participar (tanto colocando questões como assumindo tarefas); c) uma palestra sobre Irrigação para crianças da escola do assentamento Zumbi dos Palmares; b) organização de relatórios; elaboração de projetos; d) ida da equipe técnica ao banco para resolver pendências sobre as solicitações de créditos; e) mobilização das famílias para acessar o Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal (PAA) e à Lei da Merenda Escolar; e) e reunião do núcleo operacional com a coordenação da Cooptraes.

Eu sou o presidente da cooperativa, mas ao mesmo tempo, não só por isso, mas também porque eu sou hoje, sou coordenador do setor de produção do estado. Então, tem essa parte legal, mas também tem esse peso político no sentido que eu coordeno a equipe técnica não pelo fato de ser o presidente da cooperativa, mas pelo fato que sou coordenador do setor de produção [do Movimento]. Essa que é a diferença. E não sei como, no caso a sua visão, como é que você concebe isso, mas [a assistência técnica] é uma tarefa do movimento (Dirigente do MST-ES, presidente da Cooptraes, julho de 2010).

A prestação dos serviços de Ater nos assentamentos que era antes responsabilidade do Estado passa a ser entendida por organizações sociais como o MST, como de sua responsabilidade. E por ser a Ater nos assentamentos entendida como uma tarefa para o Movimento, os critérios de coordenação da Cooptraes seguem o mesmo formato dos do Movimento, e as ações de Ater reproduzem seus princípios. A gestão da cooperativa, portanto, é uma tarefa que envolve diretamente o setor de produção⁷⁴ do MST e seus dirigentes.

Já o critério de seleção dos técnicos que irão atuar na cooperativa, segundo o presidente da Cooperativa, vem mudando, não mais seguindo somente o critério político. Se antes os técnicos contratados pela cooperativa eram os assentados ou filhos de assentados e militantes do Movimento, agora a cooperativa passa a integrar ao seu quadro técnico também os técnicos oriundos das universidades:

Então, a inserção das pessoas na assistência técnica e na cooperativa, no início, eram assentados e filhos de assentados, pequenos agricultores, principalmente daqui do Espírito Santo. Então o pessoal já tinha contato com assentamento, contato com a Escola Família, contato com esse público, então, no início, por um período, era essa a pessoa que a gente integrava na cooperativa. Nos últimos anos, nós inserimos diversas pessoas que vieram das universidades, que tinham pouco contato com os assentamentos, conheciam, mas não de vivência, e também com pouca experiência de Assistência Técnica (Dirigente do MST-ES, presidente da Cooptraes, julho de 2010).

⁷⁴ No livro *Brava Gente*, João Pedro Stédile explica que os setores surgem da necessidade de resolver problemas, a partir da realização de determinadas atividades. Muitas destas atividades não viram setor, pois não tem demanda nacional, por exemplo. Os setores são coletivos que desenvolvem atividades, mas que não necessariamente são encontrados em todos os Estados. O setor Frente de Massas, segundo Stédile, foi o primeiro a surgir (1989/90), como forma de resistência à repressão realizada pelos fazendeiros e suas milícias (STEDILE & FERNANDES, 1999).

Embora a escolha da coordenação da cooperativa seja uma escolha política, a escolha de seu corpo técnico já não segue somente este critério. Para permitir que pessoas com “pouca experiência de ATER”, e que não tinham “vivência nos assentamentos” trabalhassem na cooperativa, outros critérios de seleção foram eleitos pelo Movimento, tais como: [1] ter afinidade com o movimento; [2] ter o mínimo de conhecimento técnico; e [3] querer aprender. Como explicita o presidente da cooperativa:

(...) a gente trabalha com três critérios [de seleção]: primeiro não precisa ter vinculação orgânica ao movimento, mas pelo menos [1] **simpatia à causa**. Isso é a primeira coisa. Se não tem isso, torna incompatível trabalhar com o movimento. Segundo, tem que ter o [2] **mínimo de conhecimento técnico**. Porque pra nós é mais importante, o que é mais fundamental é ter a afinidade política, mais que o conhecimento técnico. Agora, terceiro, não tá proibido entrar no movimento não sabendo, [3] **é proibido continuar no movimento sem saber**. Porque a gente acredita que a gente aprende a fazer, fazendo. Então a gente trabalha pra que as pessoas aprendam. E se as pessoas de fato não se dispuserem, aí não tem jeito (Dirigente do MST, julho de 2010).

Essa mudança nos critérios de seleção relaciona-se com a necessidade de qualificar o quadro técnico da entidade, como foi explicitado por outros entrevistados. Com a necessidade de aumentar o número de técnicos de nível superior – na maioria das vezes esta é uma exigência feita pelo Inbra, como veremos mais adiante –, os critérios de seleção precisaram ser modificados. Entretanto, como podemos ver, na fala do presidente da cooperativa a simpatia ao movimento e à luta pela Reforma Agrária, continua tendo prioridade em relação à qualificação técnica⁷⁵ no processo de seleção da equipe técnica.

Essa primazia da militância e da política na forma do MST conduzir a prestação dos serviços de Ates será alvo de questionamento entre os servidores do Inbra e os próprios técnicos como veremos a seguir.

O primeiro convênio de ATEs firmado pela Superintendência Regional do Inbra do Espírito Santo foi em 2003, ano de lançamento do Programa. É responsabilidade das superintendências regionais do Inbra identificar e qualificar a demanda de Ates no

⁷⁵ Qualificação técnica é utilizada no sentido de “ser especialista em”, no caso, ter formação em agronomia.

estado, formalizar os instrumentos para viabilizar o serviço e selecionar as entidades que serão responsáveis por prestá-lo nos assentamentos, por um período determinado.

No caso do Espírito Santo, segundo a chefe da divisão de desenvolvimento de assentamentos DD/Incra-ES, não houve renovação dos convênios com as entidades no ano de 2008 e os assentamentos em todo o estado ficaram sem receber os serviços de Ates. Neste mesmo ano, entretanto, o Incra-ES realizou uma licitação e firmou contrato com a empresa Consultoria, Planejamento e Assistência Técnica Agrícola LTDA – Agroplan e com a Cooperativa de Prestação de Serviço Técnico da Reforma Agrária do Espírito Santo – Cooptraes, que se encontrava vigente durante o período desta pesquisa.

Segundo a Chefe da DD/INCRA, a Cooptraes atende os assentamentos ligados ao MST e a Agroplan atende os assentamentos ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura no estado do Espírito Santo – Fetaes, e os assentamentos que não eram ligados nem ao MST nem a Fetaes foram atendidos pela Fetaes.

De acordo com o contrato, são obrigações das entidades contratadas, trazidas aqui de forma resumida (INCRA/SR20ES, 2008)⁷⁶:

⁷⁶ Das obrigações coladas pelo contrato chamo atenção para uma delas, em especial, que irá aparecer com frequência na fala dos entrevistados: o fato das entidades terem que prover toda a infraestrutura necessária para o desempenho de suas atividades (letra q das obrigações da contratada). Para alguns dos entrevistados, como veremos, o contrato também deveria prever gastos com infraestrutura.

CONTRATADA:

- a) executar os serviços (assessoria técnica social e ambiental, com elaboração de planos de exploração anual – PEA, planos de desenvolvimento dos assentamentos – PDA e planos de recuperação dos assentamentos – PRA), de acordo com o padrão exigido pelo contrato;
- b) Designar um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços;
- c) Selecionar os empregados que prestarão os serviços contratados;
- d) Enviar mensalmente ao contratante (Incra-ES) cópia comprobatória dos vínculos empregatícios;
- e) Disponibilizar a equipe técnica, logo após a assinatura do contrato, para execução dos serviços contratados;
- f) Prever a equipe técnica necessária para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados sem interrupção (férias, licença, falta ao serviço, demissão e outros);
- g) Comunicar à comissão de fiscalização nomeada pela contratante (Incra-ES) quaisquer condições verificadas como inadequadas para execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;
- h) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização;
- i) Garantir que seus empregados cumpram rigorosamente as obrigações da Proposta Técnica;
- j) Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, encargos previdenciários, trabalhistas, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, e outras;
- l) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho;
- m) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- n) Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do contratante (Incra-ES), mesmo sem qualquer vínculo empregatício com este;
- o) Apresentar ao contratante (Incra-ES) “Relatórios de Atividades e Resultados Obtidos”, mensalmente, com dados/meios de verificação;
- p) Submeter-se aos mecanismos e procedimentos de acompanhamento, controle e avaliação dos resultados decorrentes das atividades desempenhadas;
- q) Manter, em consonância com compromisso apresentado junto com a proposta técnica, infraestrutura operacional mínima, a contar da assinatura do contrato, de acordo com os parâmetros indicados no Termo de Referência, sob pena de suspensão do pagamento dos serviços, até comprovação de atendimento dos itens exigidos.

Por sua vez, são obrigações do contratante (Incra-ES), trazidas aqui de forma resumida (INCRA/SR20ES, 2008):

CONTRATANTE:

- a) Acompanhar e fiscalizar os serviços contratados, tanto sob o aspecto quantitativo quanto ao qualitativo e comunicar a contratada (entidades) possíveis falhas;
- b) Proporcionar as condições de sua alçada para que a contratada (entidades) possa desempenhar os trabalhos dentro das normas previstas no presente instrumento;
- c) Efetuar o pagamento pelos serviços prestados pela instituição, após atestadas as faturas, em conformidade com a execução das ações, apresentadas no cronograma de execução

2.3 O programa Ates e a Cooptraes na visão dos assentados

Entre os assentados entrevistados estão tanto àqueles que são mais envolvidas com a coordenação dos assentamentos e com o MST quanto pessoas que não tem esse histórico de atuação política. Isso é importante de ser ressaltado devido à algumas diferenças e proximidades nos discursos e visões aqui trazidas. Um traço marcante nestas falas é a valorização à facilidade de acesso ao técnico, característica que eles reconhecem no Programa Ates.

Outras características que não o tempo cronológico das políticas e programas de Ater nos assentamentos marcam o entendimento dos assentados sobre o tema. Embora não delimitem tão bem o tempo cronológico das ações da Emater, do projeto Lumiar e do programa Ates nos assentamentos, os assentados elegem algumas características marcantes que as distinguem.

Ao serem questionados sobre os primeiros serviços de Ater a que tiveram acesso os assentados entrevistados dos assentamentos mais antigos que visitei⁷⁷ se remetiam a um técnico da Emater-ES, instituição que posteriormente passou a se chamar Incaper (Instituto Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural). Essas famílias referiam-se ao mesmo técnico, destacando características como amizade, confiança, profissionalismo e rigidez no trabalho:

O primeiro técnico que nós tivemos na região do assentamento, não era assentado. Nosso primeiro técnico, que trabalha em Nova Venécia hoje e continua na Incaper, é uma excelente pessoa. Na época era Emater, depois que passou a ser Incaer. Então ele foi o primeiro técnico da região, um técnico muito vigoroso na decisão, rígidos nos trabalhos, mas amigo mesmo e eu falo isso sem medo de aparecer lá na frente, porque ele foi uma pessoa que conscientizava mesmo. Nós tivemos um privilégio muito grande de ter ele como técnico na região e aprendemos muito. (Assentado e membro da coordenação do assentamento Pratinha, outubro de 2010).

Interessante perceber na primeira frase desta citação que o assentado diz o que o técnico da Emater/Incaper não era: não era assentado. Como veremos com mais clareza a seguir este é um dos marcos do serviço de Ater nos assentamentos: quando o assentado vira técnico.

⁷⁷ Que são os assentamentos Vale da Vitória, Córrego Grande e Georgina, na brigada Quilombo dos Palmares, todos criados em meados da década de 1980.

Ao mesmo tempo em que esse assentado reconhece a postura profissional deste técnico da Emater/Incaper, também ressalta que este não tinha condições de realizar o trabalho devido a grande demanda pelo serviço:

No início era bastante família para um técnico só, claro que não dava para ele atender o suficiente, nós tivemos essa dificuldade muito grande. Porque tem o Córrego Grande, que faz parte desta região, que é muito distante e muita das vezes não tinha condução para ele circular, então teve essa grande dificuldade, era só ele e não na área toda [...] (Assentado e membro da coordenação do assentamento Pratinha, outubro de 2010).

Esses assentamentos datam da segunda metade da década de 1980, momento em que a Ater pública passa a ser percebida pelo Estado como um serviço prescindível, como vimos no capítulo I, tendo seus recursos diminuídos. Ao mesmo tempo, cresce o número de assentamentos por todo o país, e logo, a demanda pela Ater.

Essa mesma pergunta (sobre a Ater no início dos assentamentos) foi feita a um assentado que também é uma liderança do MST no estado, quem trouxe uma visão mais ampla sobre o período em que a Emater/Incaper prestava o serviço nos assentamentos da região.

Fazendo uma leitura sobre a Emater/Incaper no estado, este assentado explica que em alguns municípios havia técnicos que se recusavam a atuar nos assentamentos, por serem contra à reforma agrária. Dessa forma, existia o técnico que não apoiava e o técnico que apoiava o movimento, e a briga era por garantir a permanência deste último nos assentamentos para garantir o serviço:

No início, nós tivemos momentos de altos e baixos, tivemos momentos muito, muito diferentes em cada município, porque tinha município que tinha o técnico que apoiava né, que tinha um bom trabalho, que tinha uma boa relação com os assentados, já tinham outros municípios em que o técnico era contra, que priorizava o trabalho com os fazendeiros e nunca se colocava a disposição de ajudar os assentados, então era o momento das brigas, por isso que havia esses altos e baixos. Ou momentos em que um técnico que apoiava era transferido para outra região, já acabava prejudicando essa relação. Mas nós tivemos no início técnicos que fizeram um bom trabalho, porém os assentamentos foram aumentando, crescendo, a demanda foi ficando maior e já não era mais possível apenas um técnico, ou seja, a Incaper acompanhar todas essas demandas [...].

(Membro da direção estadual do MST, assentado do PA Georgina – outubro de 2010).

O “momento das brigas” como coloca este assentado, explicita as tensões decorrentes desta não identificação do técnico com a causa. Este assentado não deixa de reconhecer, assim como o outro assentado entrevistado, que houve técnicos que realizaram um bom trabalho nos assentamentos. Assim como também ressalta que a demanda era maior do que a oferta do serviço.

Essa não identificação com o Movimento e com a reforma agrária, entretanto, não era o único aspecto do distanciamento entre técnicos e agricultores. Segundo este assentado e também liderança no assentamento, o técnico da Emater/Incaper tinha uma postura hierárquica em relação aos assentados, na medida que tentava impor suas técnicas, sem considerar os desejos dos assentados e suas capacidades de colocá-los em prática:

Sempre o Movimento correu atrás de assistência técnica. Primeiro nós tínhamos a Emater, que é essa que impõe né: “há, vocês tem que fazer isso e outra coisa”, não acreditavam que a gente poderia evoluir em determinados projetos, puxavam muito para trás, a gente tinha muitos embates com os caras, porque: “há vocês não tem condições de fazer isso, vocês não tem condições de fazer aquilo”, sempre jogando a gente para trás, e sabendo que, primeiro a gente veio lá de fora, sem experiência, sem visão do que acontecia no assentamento, o que teria que fazer? Teriam que ajudar: “vamos fazer curso, vamos fazer visitas”, e a partir daí ir desenvolvendo. Mas o movimento fez isso muito bem, através dos cursos de formação, das visitas que faziam também com outros assentamentos e isso nós superamos isso, então hoje gente superou isso aí. (Assentado e coordenador do PA Vale da Vitória – outubro de 2010).

Na visão deste assentado, portanto, os técnicos da Emater/Incaper não compreendiam que muitas das vezes os assentados não tinham experiência com a agricultura. Nesse sentido, para ele, o MST foi diferencial ao acompanhar e promover a formação desses assentados. A afirmação que inicia esta fala “o Movimento sempre correu atrás de assistência técnica” revela que a preocupação do Movimento com atividades de Ater nos assentamentos datam de antes do projeto Lumiar.

Por outro lado, diante das dificuldades encontradas para acessar a Ater pública, os assentados recorriam também às empresas particulares, tendo que pagar pelos

serviços. Especialmente porque precisavam da assinatura de um agrônomo atestando os projetos para a busca do financiamento com os bancos. Este assentado e membro da direção estadual do Movimento afirma que os primeiros projetos feitos em seu assentamento foram realizados por uma empresa particular, o que trouxe complicação para as famílias assentadas, pois tais empresas não acompanharam a execução destes projetos:

Tivemos um período que nós tivemos que contratar serviços fora para a questão da elaboração de projetos, pois não era mais possível contar com os técnicos da Incaper (...). A maioria dos projetos primeiros que foram implantados aqui no assentamento foram feitos por empresa particular. E em alguns casos a complicação porque é vendido o projeto, a empresa faz o projeto, pega a sua porcentagem e o máximo que fazia era às vezes um laudo quando fosse necessário, mas um acompanhamento mesmo de assistência técnica não existia, porque não era esse o compromisso deles. Aí foram as dificuldades que nós tivemos nesse período (Membro da direção estadual do MST, assentado do PA Georgina – outubro de 2010).

Nesse sentido, os agricultores assentados ao recorrer às empresas particulares pagam por um laudo apenas, pois não recebem acompanhamento no processo de implementação do projeto elaborado.

De acordo com os entrevistados, também no período do projeto Lumiar, devido ao caráter instável dos contratos de prestação de serviços firmado com o Estado, os assentados buscaram este tipo de assistência técnica:

[o projeto Lumiar] era também muito deficiente, porque hora você tinha contrato, outro momento os técnicos estavam sem o contrato, e isso também foi muito complicado porque fez com que muitos assentados buscassem esse serviço através de empresas privadas, ligadas as lojas que vendem os produtos, os defensivos agrícolas. E hoje nós temos essa dificuldade porque a maioria das pessoas já vão direto procurar as lojas que vendem esses defensivos, criou-se essa cultura (Membro da direção estadual do MST, assentado do PA Georgina – outubro de 2010).

Dessa forma, o agricultor assentado diante das dificuldades em acessar a Ater pública, tem na sua experiência com a assistência privada maior êxito. Por isso o entrevistado fala que “criou-se essa cultura”, pois parte dos agricultores assentados vão

direto às empresas particulares ou lojas agrícolas quando buscam por assistência técnica. Portanto esta fala traz uma crítica às empresas particulares, na medida em que o interesse dessas entidades está em vender o laudo técnico, o projeto, defensivos e adubos químicos para o agricultor assentado.

Os entrevistados dos assentamentos mais antigos – que puderam viver a experiência dos serviços prestados pela Emater/Incaper – dividem os serviços de ATER nos assentamentos entre o antes e o depois dos “técnicos do movimento” ou dos “técnicos do assentamento”. O fato de assentados militantes se tornarem técnicos é visto como algo positivo pelos assentados, por causa do aumento da proximidade entre eles: “Eles têm um bom trabalho, eles têm a **nossa ideologia** né, eles não estão aí só por causa do emprego, do salário, elas têm uma preparação também” (Assentado do PA Vale da Vitória, outubro de 2010). (grifo meu). Ou seja, o fato deste entrevistado destacar que o assentado e militante que vira técnico tem “a nossa ideologia” é característico de um pertencimento ao mesmo grupo, de uma proximidade. Ao mesmo tempo, o fato do técnico valorizar primeiro esse vínculo político ao invés da sua própria remuneração também é visto como uma virtude por este assentado.

Se por um lado, o fato do assentado virar técnico é um marco para os entrevistados na distinção entre a atuação da Emater e o projeto Lumiar, por outro lado, a maioria destes assentados entrevistados só distingue o projeto Lumiar do programa Ates pelo fato de ter aumentado do número de técnicos nos assentamentos: “a assistência técnica sempre foi problema né, mas a partir de uns dois anos aí, o movimento conseguiu colocar técnico em todos os assentamentos” (Assentado e coordenador do PA Vale da Vitória). E esse fato, às vezes, é atribuído a ação do MST.

A relação entre as demandas por serviço de Ater e o número de técnicos aparece como uma característica constante dos serviços de Ater nos assentamentos, que parece ter sido resolvida, ou ao menos diminuída, com o Programa Ates. Embora seja importante resgatar que apesar da relação entre o número de famílias/técnicos ter diminuído, o rol de atividades que o técnico desempenha também aumentou, suas atribuições não mais se encontram apenas no eixo da produção, como demonstrado no histórico da Ater desenvolvido no capítulo I.

Ainda que tenha aumentado a quantidade de técnicos por família nos assentamentos, os assentados ainda identificam problemas como a falta de transporte para o trabalho, a alta rotatividade dos técnicos e a descontinuidade dos serviços,

também presentes no tempo da Emater e do projeto Lumiar.

Em muitas das falas dos assentados as atividades do Movimento se misturam com as atividades do técnico. A mobilização e organização das famílias assentadas, que antes era papel das coordenações do Movimento (em suas diferentes instâncias), agora também é atribuída aos técnicos:

[...] a importância deles [técnicos de Ates] estarem aqui fazendo esse trabalho hoje é manter a organicidade que ainda tem né, o assentamento através dele se organiza bastante, os grupos, e a lavoura da gente também precisa da orientação deles então é muito importante porque isso chega gratuito para a gente e a gente não paga nada, tem nas mãos né (Assentada do PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

Dessa forma, manter a organicidade dos assentamentos passa a ser entendido como uma atividade de Ater, sem que o Movimento seja excluído desta responsabilidade também. A Ater neste sentido aparece como uma ferramenta a mais para potencializar a organização dos assentamentos. É importante lembrar, nesse caso, que o próprio programa Ates traz dentro os seus princípios, a serem colocados em prática pelas equipes técnicas, a contribuição “no fortalecimento das organizações sociais dos (as) assentados (as)” (BRASIL, 2008b: 14)

Quando perguntados sobre a importância da Ater, os assentados trouxeram a dimensão do aprender, e da troca de experiências:

(...) a assistência técnica é um aprendizado, tanto do técnico para o agricultor, quanto do agricultor para o técnico, é uma parceria entre amigos, não se trata só de trabalho, e além de ser amigo, é uma troca de mensagem de um para o outro, e eu acho que nós aprendemos bastante, ensinamos bastante, e nós temos muito que aprender e muito que ensinar também nessa jornada de trabalho (Assentado do PE Pratinha).

Este assentado coloca que a relação entre os técnicos que prestam os serviços de Ates e os assentados é mais do que uma relação entre prestador de serviço e beneficiário, ou seja, “não se trata só de trabalho”. E vai mais além afirmando que a relação é de troca, ou seja, técnico e agricultor aprendem e ensinam um ao outro. De

alguma forma, esse depoimento legitima a filosofia do Programa Ates que tem como um dos seus princípios a valorização dos saberes e práticas dos agricultores assentados.

Nenhum dos assentados negou que precisasse da Ater, pelo contrário, todos afirmam já terem precisado da assessoria dos técnicos do programa Ates em algum momento. O atendimento particular é a forma mais citada pelos assentados quando perguntados sobre quando precisaram dos serviços de Ates. As atividades coletivas (como as oficinas de capacitação) foram citadas, na maioria das vezes, após o meu questionamento. Nesse sentido, há, por parte dos assentados, uma valorização do atendimento particular prestado pelos técnicos do Programa:

Eu acho que a melhor coisa que foi criada foi esse projeto técnico do governo federal. Porque de vez em quando eles estão lá na sua terra olhando, vai lá visita a família, almoça lá na casa da gente (...) (Assentado PA Vale da Vitória, outubro de 2010).

Como coloca este assentado, o técnico passa a fazer parte da vida social do assentamento, e o estar presente é uma das formas dos assentados se identificarem e avaliarem o seu trabalho.

A “facilidade” em contatar os técnicos de Ates também foi uma característica ressaltada pelos entrevistados, principalmente quando se referiam aos técnicos que moram nos assentamentos. Segundo esta assentada, estes técnicos que moram nos assentamentos são encontrados a qualquer hora e também não negam o atendimento:

Qualquer coisa você vai lá e diz: “eu preciso saber disso e disso” e eles dão para você na hora a resposta, e sempre estão aí, eles nunca dizem não. Você procura eles [os técnicos] e eles dizem “sim, tranquilo”, podem estar cheios de problemas, mas eles sempre abrem uma hora para a gente. Então, eu acho que isso é muito importante para a gente né, se você precisa de assistência técnica você tem ali não precisa ir longe buscar, e para isso eles estão muito presentes aqui (Assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

O fato de achar o técnico “na hora que precisar” aparece como um valor, um critério de avaliação do trabalho dos técnicos. Nesse sentido, morar no assentamento torna-se um fator positivo na visão dos assentados, embora não explicitem dificuldades de se comunicarem com os técnicos que não moram nos assentamentos. Na verdade,

esta proximidade se constrói fundamentalmente pela mudança de postura do técnico – o qual passa a considerar os agricultores, seus saberes e práticas no seu processo de trabalho –, pelo fato de haver uma maior oferta de técnicos por famílias, pelo fato de ser o MST que coordena o trabalho e, é claro, pelo fato dos militantes do Movimento e os assentados ou filhos de assentados se tornarem técnicos.

Talvez os assentados valorizem tanto esta proximidade com o técnico, característica do Programa Ates, devido ao histórico de ausências deste personagem (o técnico da Ater pública) no histórico dos assentamentos, como foi aqui mostrado.

Neste sentido, são pontos positivos, destacados pelos assentados, do técnico de Ates a facilidade de acesso e a afinidade/proximidade com os assentamentos e Movimento. Enquanto que a falta de infraestrutura para o trabalho do técnico, e a alta rotatividade do técnico são pontos limitantes que prejudicam a qualidade e continuidade dos serviços de Ates nos assentamentos visitados, segundo os assentados.

2.4 O Programa Ates e a Cooptraes na visão dos servidores do Incra-ES

Foram entrevistados dois servidores que atuam diretamente com o Programa Ates: a chefe da divisão de desenvolvimento de projetos de assentamentos, que também chefia a Equipe de Coordenação e Supervisão do Programa Ates no estado e outro servidor que também atua na DD/Incra e compõe a Equipe de Coordenação e Supervisão do Programa Ates no estado⁷⁸.

A Chefe da DD do Incra-ES entrevistada é economista, trabalha há treze anos no órgão, foi coordenadora interna do Projeto Lumiar no Espírito Santo em 1998, e em 2003 passa a Chefiar a DD/ Incra-ES. Sobre sua relação com o trabalho esta servidora revela que aprendeu muito no seu exercício e que embora se sinta cansada diante de

⁷⁸ Segundo o Manual Operacional do Programa Ates (2008), são atribuições da Equipe de Coordenação e Supervisão do Programa Ates, compostas por servidores do Incra no estado, de forma resumida: a) Efetuar o levantamento das demandas de Ates e identificar os recursos a serem alocados para este fim; b) Analisar as propostas referentes a execução do serviço de Ates e realizar ações de monitoramento e fiscalização destas propostas; c) Celebrar convênios e contratos com entidades que trabalham na promoção da Ater para executar as ações de Ates; e) Coordenar e planejar as atividades do Programa, visando atender as famílias assentadas; f) Monitorar e avaliar junto aos assentados a qualidade do serviço prestado; g) Supervisionar e Fiscalizar as atividades de Ates executadas; h) Orientar e estimular que a entidade representativa dos assentados acompanhe as atividades de Ates; i) Constituir e coordenar os Fórum Estadual de Ates, articulando o Programa aos outros fóruns e conselhos de desenvolvimento rural; j) Promover a divulgação do Programa entre os beneficiários, como forma de incentivar sua participação; l) Construir e implementar, junto ao Fórum Estadual de Ates, um programa de Capacitação, voltado para os assentados, das atividades de Ates.

muitas demandas, sente-se gratificada:

Mudei um pouco a minha visão de muita coisa, aprendo cada dia mais, gosto muito do que faço, apesar de às vezes estar um pouco cansada, porque é muita demanda e você nem sempre, na maioria das vezes faz aquilo que gostaria [...]. Tem dias que eu chego aqui e penso “ai, meu Deus, eu vou entregar”, porque estou muito cansada. Mas é muito gratificante.

Ter a possibilidade de ver as coisas de outro modo é considerado de grande importância para esta servidora, assim como, trabalhar diretamente com transformações nas vidas dos assentados:

[...] Porque o Incra, trabalhar aqui, me possibilitou uma visão de outras coisas, que eu falo muito na minha casa pros meus filhos: vocês não sabem o que é não ter as coisas, não ter onde dormir. E uma das coisas que eu acho muito bom aqui no desenvolvimento aqui onde a gente trabalha, uma das coisas que eu mais gosto aqui no Incra é o crédito habitação, porque você tira aquela pessoa daquela barraca de lona, onde ela ficou às vezes cinco, seis anos, e você coloca ela dentro de uma casa, e aí é outra história (Chefe da DD do Incra-ES, outubro de 2010).

O outro servidor do Incra que compõe a Equipe de Coordenação e Supervisão do Programa Ates é engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Foi nesta universidade que militou no movimento estudantil e no movimento agroecológico. Antes de entrar no Incra-ES já trabalhava com extensão rural voltada para agricultura familiar, trabalhou na CPT e assessorando movimentos sociais (MAB, quilombolas). Em 2006 ingressa no Incra, trabalhando primeiramente com os quilombolas, depois com o setor de obtenção de terras, e no fim de 2008 começa a trabalhar diretamente com o Programa ATES na DD/Incra-ES. Sobre sua relação com o trabalho que desenvolve no Incra, este servidor destaca o excesso de trabalho a que são submetidos:

No Incra a gente é meio bombeiro, a gente apaga fogo. A gente começa a fazer uma coisa e eles ficam dando um monte de coisa pra gente fazer. E aquelas pessoas que melhor fazem são as que sempre vêm, as que sempre são chamadas pra fazer as coisas porque elas dão conta. [...] A gente acaba estando em um monte de coisa, e eu acho

que isso atrapalha um pouco. Enquanto em outros locais você tem uma pessoa só pra fazer aquilo, a gente se desdobra em vários (Servidor Incra-ES, DD, outubro de 2010).

Mais uma vez o excesso de demandas é trazido como característica do trabalho no Incra. Entretanto, enquanto para a Chefe DD/Incra-ES muita demanda gera cansaço, para este outro servidor o excesso de demandas é um fator limitante, que atrapalha o desempenho de suas funções. Esse excesso de trabalho irá influenciar diretamente a visão destes servidores sobre o Programa Ates.

A partir destas entrevistas com os servidores do Incra-ES ficou bastante evidente a importância para o órgão neste estado de coordenar um programa de Ater nas áreas de reforma agrária. Diante do grande número de programas e ações para serem executados nos assentamentos, os técnicos de Ates acabam por suprir boa parte da demanda de trabalho no órgão, o que faz os próprios coordenadores do Programa Ates no órgão caracterizar os técnicos como os “braços” e os “pés” do Incra nos assentamentos:

O Incra não tem pernas, a ATES acaba sendo uma extensão do Incra no assentamento, tipo, **um braço do Incra** lá, porque ajuda nessa parte de aplicação dos créditos. Ajuda na parte de meio ambiente, faz a parte de licenciamento do PDA e PRA, que é a parte de atender as licenças ambientais (...) (Servidor Incra-ES, DD, outubro de 2010). (grifo meu).

(...) no Incra, até em função do número de servidores que nós temos e a quantidade de trabalho, os técnicos de ATES são peças importantes. Digo sempre nas reuniões com a presença dos técnicos que **eles são os nossos pés** dentro, são a nossa presença dentro dos assentamentos. Então, pelos programas que o Incra tem, já é um técnico diferenciado. (...) A gente envolve ele [o técnico de ATES] em todo o nosso trabalho. (Chefe da DD do Incra-ES, outubro de 2010). (grifo meu).

Por conta do excesso de trabalho no órgão, faltam profissionais para o volume das demandas de trabalho do órgão, o técnico de Ates acaba por dar mais suporte ou mesmo executar as ações do Incra nos assentamentos. São os técnicos, diariamente nos assentamentos, que articulam os programas e ações do Incra. Mesmo não sendo funcionários do órgão, mas de outra empresa/entidade, os técnicos são considerados parte do Incra nos assentamentos: “braços” e “pés”. Entretanto, estes técnicos não possuem os mesmos direitos e remuneração que os servidores do Incra, e, de acordo

com a sua importância podemos dizer que é um trabalho precarizado. Para além disso, o fato dos técnicos do Incra serem servidores públicos e dos técnicos de Ates não terem o mesmo status resulta em um diferencial de poder na relação entre eles.

Como exemplifica a Chefe da DD/Incra-ES, os técnicos de Ates são envolvidos desde o início dos assentamentos nas ações do Incra, passando por todas as outras etapas:

Eles [técnicos de ATES] estão envolvidos desde o momento pra você conseguir ceder um crédito, você precisa de um técnico pra fazer um plano de aplicação do primeiro recurso que aquele assentado vai ter, o plano de aplicação pra compra de alimento, compra de ferramenta. Depois pro caso da casa, pra acompanhar a construção junto com os técnicos do Incra, pra todas as políticas, até pra um benefício, aqui no Espírito Santo, de INSS a gente pede que o técnico concentre as solicitações, demandem isso pra gente. A gente o envolve em todo o nosso trabalho (Chefe da DD/Incra-ES).

Quando não há o técnico no assentamento, segundo o servidor do Incra, as coisas ficam bem mais difíceis de serem executadas, ou mesmo inexequíveis: “(...) os serviços de construção ou aplicação de apoio e fomento, onde não tem um técnico de Ates, não flui, demora, é muito mais moroso e lento” (Servidor DD/Incra-ES, outubro de 2010).

A dependência dos servidores do INCRA em relação ao trabalho dos técnicos de ATES, segundo a Chefe da DD, tornou-se evidente quando o Programa foi suspenso durante um ano:

Foi quando ficamos 2008 todinho sem assistência técnica e nós vimos o que é não ter assistência técnica pra nós servidores do Incra (...). Então a ausência de Ates durante o exercício de 2008 dificultou em muitas coisas pra nós, técnicos do Incra, e pros próprios assentados. Os créditos do Incra são muito atrelados aos serviços dos técnicos de Ates. (...) Eu não vejo o Incra trabalhando mais sem os técnicos de Ates hoje (Chefe da DD do Incra -ES, outubro de 2010)

O técnico de Ates passa a ter grande responsabilidade pelo desenvolvimento dos assentamentos, pois está no dia a dia dos assentamentos executando as demandas do Incra e tentando compatibilizar com as atividades do próprio programa e dos

assentados. Cabe ao Incra coordenar, de longe, este processo. Embora o técnico de Ates seja subordinado ao Incra e siga suas orientações, segue também as orientações da empresa ou entidade que o contrata, que muitas vezes não convergem, como veremos a seguir.

O fato de ser uma assessoria técnica, social e ambiental, como já vimos, abre o leque de demandas de trabalho dos técnicos, onde são incluídas desde a orientação para a produção agrícola, até a orientação para o acesso à políticas públicas e benefícios sociais, como o INSS, como é cobrado pelo Incra:

Ates é assessoria técnica, social e ambiental. É o que eu falo pros técnicos assentados: vocês têm que assessorar as famílias. Tudo bem que a questão da saúde e da educação nos assentamentos foge à sua competência, mas você tem que orientar a família, quais são os direitos dela, ajudar a fazer um documento, organizar as famílias, ajudar a esclarecer a quem tem que se dirigir, a quem cobrar de quem é a responsabilidade, fazer um ofício, um abaixo-assinado, ajudar nisso, INSS (...) (Servidor DD/Incra-ES, outubro de 2010).

Nesse sentido, as expectativas do Incra em relação ao técnico de Ates são diversas. O técnico de Ates deve: assistir socialmente as famílias assentadas (orientar as famílias sobre seus direitos, esclarecer sobre como acessar tais direitos), contribuir na organização destas famílias, prestar assessoria técnica e ambiental, além de exercer um papel de articulador, na medida em que contribui para o processo de implementação dos projetos e programas do Incra nos assentamentos e promove o diálogo com outras entidades e órgãos públicos. Este é o perfil do técnico esperado pelo Incra.

Diante de tantas atribuições direcionadas a figura do técnico de Ates, a capacitação destes técnicos para lidar com tais demandas torna-se uma questão crucial. Segundo os servidores do Incra-ES, os recursos destinados para a capacitação dos técnicos de Ates é insuficiente. No entanto, segundo o servidor, esforços neste sentido estão sendo realizados, principalmente na busca de alternativas e parcerias com outras instituições:

A gente não promove [capacitação], a gente tenta, porque a gente não tem recurso. (...) Tipo o Incaper, que é o órgão de assistência técnica do estado vai dar um curso, a gente tenta inserir os nossos técnicos. Teve um curso de economia solidária em Minas Gerais, a gente

encaminhou alguns técnicos pra lá, das empresas, pra participar, então a gente tenta oportunizar (Servidor DD/Incra-ES, outubro de 2010).

Entretanto, tais medidas alternativas a favor da capacitação não atende todos os técnicos, ficando a cargo das entidades capacitarem seus funcionários para a complexidade de atividades que o serviço de Ates exige.

Entendido qual é o perfil do técnico esperado pelos servidores do Incra-ES, é importante perceber a relação entre estas expectativas e o perfil dos técnicos das entidades contratadas (Agroplan e Cooptraes), ou seja, até que ponto esses técnicos se distanciam do perfil esperado por estes servidores?

A primeira referência que os servidores do Incra fazem aos técnicos das entidades diz respeito a sua heterogeneidade: “(...) é muito heterogêneo os técnicos dentro da equipe, e entre as empresas também, você vê níveis diferentes de atuação e qualificação” (Servidor DD/Incra-ES, outubro de 2010). As comparações entre as entidades foram inevitáveis, principalmente no que diz respeito ao quesito qualificação dos técnicos (Cooptraes e Agroplan).

Para ambos os servidores do Incra-ES, a Agroplan possui um quadro técnico mais qualificado do que o da Cooptraes. Segundo a Chefe da DD/Incra-ES,

Uma empresa privada, a experiência que a gente tem com essa empresa que contratamos, ela tem bons técnicos. O nível dos técnicos é melhor. Você exigir de uma empresa é diferente de você exigir de uma empresa ligada ao movimento social, onde eles construíram aqueles alunos, os técnicos foram formados para trabalhar dentro do movimento com o lado social, com o lado das famílias. (...) Mas aqui no Espírito Santo nós demos sorte porque a empresa que dá a prestação de serviço, a Agroplan, nós temos uma boa relação de contratado e contratante, mas a gente também exige muito. O que acontece na Cooptraes é que às vezes o quadro deles não é bom. O técnico, como vem de outra situação, não é tão bom, do ponto de vista técnico mesmo, do saber técnico, há uma diferença (Chefe da DD/Incra-ES, outubro de 2010).

Para esta servidora, o fato do nível de qualificação dos técnicos da Cooptraes ser inferior se deve a formação dos técnicos por ela contratados. Como vimos, desde o Projeto Lumiar o MST começa a selecionar a equipe técnica que irá atuar nos

assentamentos em que o Movimento se encontra presente. No Programa Ates, com a Cooptraes, esta prática continua. Como vimos, embora os critérios de seleção do MST venham mudando, a Cooptraes continua sendo uma grande porta de entrada para os assentados e militantes do Movimento atuarem como técnicos de Ates. Na maioria das vezes estes técnicos são formados em cursos de nível médio em técnico agropecuário organizados pelo próprio MST, com forte ênfase na formação política, como veremos com maior clareza no capítulo três, a partir da experiência de uma técnica entrevistada.

Por conta desta prática do Movimento é que a servidora do Incra-ES afirma ser difícil “cobrar de uma empresa ligada a um movimento social”, pois a Cooptraes seleciona os seus técnicos, que foram formados pelo próprio movimento para trabalhar, em primeiro lugar, com o “lado social”. Na visão desta servidora os cursos do MST não são qualificados do ponto de vista da formação nas técnicas agrícolas.

Segundo o outro servidor do Incra-ES entrevistado, o MST não trata a Cooptraes de forma profissional, e, portanto, “(...) acaba então, às vezes, deixando de privilegiar a própria Ates, não se profissionaliza, bato muito nessa questão que a Cooptraes precisa se profissionalizar mais, ter uma boa equipe pra fazer um bom trabalho, ter uma equipe mais profissional” (Servidor DD/Incra-ES, outubro de 2010).

Esta falta de profissionalismo Cooptraes, para os servidores do Incra, também está relacionada com os critérios de seleção e remuneração dos técnicos adotados pela cooperativa. Além de selecionar técnicos formados pelo próprio Movimento, com histórico de militância, mas sem uma “boa” qualificação técnica, a Cooptraes não remunera bem os seus técnicos: “A Cooptraes dá 1200 reais de salário pro técnico mais ajuda de custo pra material, combustível, o cara não vive com isso. A gente quer dedicação exclusiva, e o cara acaba fazendo outros bicos, fazendo projeto particular” (Servidor DD/Incra-ES, outubro de 2010).

Na avaliação deste servidor, a baixa remuneração dos técnicos prejudica diretamente a execução das atividades de Ates. Entretanto, é preciso ressaltar que os valores a serem pagos aos técnicos são calculados, como parte da proposta, previamente no contrato firmado entre as entidades e o Incra. Este servidor, por sua vez, considera como explicativo da baixa remuneração oferecida aos técnicos da Cooptraes o contrato de baixo valor firmado entre esta empresa e o Incra-ES,

A Agroplan cotou o valor lá em cima, o valor máximo, 700 e poucos reais, e a Cooptraes cotou lá embaixo, acho que com medo de perder. Uma das razões que a gente acha que se paga um salário ruim pros técnicos, você não tem como segurar o bom profissional e motivá-lo (Servidor DD/INCRA-ES, outubro de 2010).

Entretanto, se a explicação para a baixa remuneração dos técnicos, fator limitante para o Programa, é o baixo valor do contrato firmado, porque o Incra permitiu que se firmasse um contrato com uma entidade que não remunera bem os seus técnicos?

Ainda segundo este servidor do Incra, junto a esta questão do salário dos técnicos, a própria infraestrutura da cooperativa deixa a desejar, o que também acaba comprometendo o trabalho dos técnicos junto às famílias assentadas:

Falta estrutura [da Cooptraes], às vezes o cara [o técnico] não tem acesso à internet, não disponibilizam um computador pro cara ver um e-mail, se atualizar, buscar uma informação, tudo isso atrapalha. Tem um salário que desestimula, não tem garantias trabalhistas (Servidor DD/Incra-ES, outubro de 2010).

Esse conjunto de condições impróprias para o trabalho (baixa remuneração e falta de infraestrutura), para este servidor do Incra-ES, resulta na alta rotatividade dos técnicos, visto que boa parte destes não permanecem por muito tempo trabalhando com a Cooptraes nos assentamentos:

A gente teve problema com a Cooptraes, muita volatilidade de técnico, não ficava, não parava, mudavam o técnico sem comunicar a gente. Por isso que se eu saio pra fiscalizar a assistência técnica, de dez assentamentos, só dois eu vejo da Agroplan, porque onde a gente tem mais problema é nos [assentamentos] da Cooptraes (Servidor DD/Incra-ES, outubro de 2010).

A fiscalização aparece então como forma de cobrar às entidades, em especial a Cooptraes, por mudanças na forma de atuação. Como vimos, é uma atribuição das Superintendências Regionais do Incra, por meio de sua equipe de coordenação do Programa Ates, supervisionar e fiscalizar nos assentamentos as ações de ater das entidades contratadas, cabendo sanções⁷⁹ quando necessário. Neste sentido, segundo os

⁷⁹ Segundo o edital de licitação de 2008 referente ao processo de contratação da Cooptraes pelo Incra, as

servidores do Incra-ES, uma série de reuniões, notificações e até mesmo multas foram aplicadas à Cooptraes. No entanto, este processo de cobrança e fiscalização das atividades realizadas pela cooperativa do MST não se deu sem conflito e tensão:

Nós cortamos quatro meses de serviço [da COOPTRAES]. Os caras espernearam, baixaram aqui dentro com a tropa de choque. Não arredamos pé, não arredamos atrás um milímetro. Se não tiver satisfeito, manda o superintendente tirar a gente, manda o presidente do Incra tirar a gente, mas vai ser dessa forma. E aí o pessoal foi se adequando (Servidor DD/INCRA-ES, outubro de 2006).

Além das sanções, segundo a Chefe da DD/Incra-ES, foi solicitado a Cooptraes que substituísse alguns de seus técnicos que não atendiam as regras do contrato. Isso porque o contrato delimita o número de técnicos de nível médio e superior que as equipes técnicas devem ter, o que não estava sendo cumprido pela Cooptraes:

Pedimos substituição de técnicos no ano passado, vários ligados a Cooptraes, pedimos a substituição. O contrato tinha técnicos de nível médio e tinha de nível superior, mas eles andaram botando mais nível médio, a gente pediu e eles contrataram. Cooperaram-se então mais técnicos de nível superior (Chefe DD/INCRA-ES, outubro de 2010).

Mas na visão da Chefe da DD/Incra-ES, ao contrário do que colocou o outro servidor, a reação do MST a estas cobranças e sanções foi boa e sem atrito, o que resultou num aprendizado para a cooperativa, que ela caracteriza como um processo de construção:

[...] essa nossa discussão foi muito boa com a cooperativa pra relação com a direção do movimento, porque eu acho que isso contribuiu

sanções poderão ser aplicadas “Pela inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida prévia defesa”, na seguinte ordem: a) Advertência; b) Multa de 2,0% (dois por cento) sobre o valor global dos serviços contratados; c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso, o que ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93; d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos; e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando a licitante ressarcir à Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior; (INCRA/SR20ES, 2008: 16-17).

para a discussão em relação aos técnicos de ATEs, em relação à importância deles, tanto que **não tivemos atrito**. Nós achávamos que quando nós começássemos a cortar salários, a cortar projetos de assentamento, teve mês de cortar salário de três projetos de assentamentos que a gente achou que a assistência técnica não tava boa, mas tudo isso eles entenderam, e tudo isso fomos conversando e eles foram aceitando, e tudo isso **foi um processo de construção**. Pra mim tem sido muito bom e eu acho que a gente contribuiu muito pra eles também, como entidade (Chefe DD/Incra-ES, outubro de 2010). (grifos meus).

Parece que a Cooperativa, ao participar do exercício diário da política vai modificando suas práticas com a finalidade de continuar a prestar os serviços de Ates nos assentamentos em que o MST se encontra organizado. Ou seja, a dinâmica da política, de alguma forma, reorienta as formas de agir do Movimento, e, portanto, da cooperativa.

Enquanto a Chefe da DD revelou-se surpresa com a postura da cooperativa diante das críticas e cobranças feitas pela equipe de coordenação do Programa Ates do Incra, o servidor revela situações de conflito e compara a melhor adaptação da Agroplan à críticas relacionadas ao trabalho em relação à Cooptraes: “A resistência das empresas foi pouca, mas com a Agroplan foi mais fácil, é uma empresa privada, a adequação foi mais fácil, o retorno é bem mais fácil de lidar” (Servidor DD/Incra-ES, outubro de 2010). A diferença entre empresa e cooperativa, na visão deste servidor do Incra, fica clara neste trecho. Para este servidor, no caso das empresas, a relação entre contratado e contratante, é mais facilmente respeitada. Talvez essa impressão se deva ao fato do Movimento e a Cooptraes não se separarem, como por exemplo, quando ele relata que o Movimento não aceitou tão facilmente as cobranças e sanções do Incra à cooperativa. Quando este servidor diz que eles “baixaram aqui dentro com a tropa de choque”, por exemplo, se refere a uma ação reivindicatória característica do MST em prol da cooperativa. No entanto, o Incra, ao agir desta forma, estava dentro dos seus direitos contratuais e a atitude que cabia a cooperativa era apenas aceitar as sanções e mudar de postura. Ou seja, a atitude da Cooperativa não foi profissional no seu entendimento.

Dessa forma, este servidor do Incra-ES identifica como um ponto limitante da execução do Programa Ates o fato da coordenação da Cooperativa ter esta postura militante. Isso porque, em sua opinião, as relações contratuais são prejudicadas todas as vezes que vão de encontro aos princípios e interesses do MST, que para a coordenação

da cooperativa, vêm em primeiro plano. Segundo este servidor,

(...) eu falo com os técnicos que eu não tenho nada contra um técnico ser militante, ser de um partido político, agora, você tem que saber separar o trabalho de militância do trabalho técnico de ATES. Porque a cooperativa tem um contrato com o Estado, e ela tem deveres e responsabilidades a cumprir. Então quando é pedido que você faça alguma coisa, não é porque eu sou militante e eu acho que não devo fazer e não vou fazer, pelo contrário, eu tenho que fazer aquilo (Servidor DD/INCRA – ES, outubro de 2010).

Este servidor, como podemos perceber, está a todo o momento chamando a atenção para a relação contratual estabelecida com a Cooptraes. Principalmente no que diz respeito ao cumprimento das regras.

Para ilustrar melhor sua opinião, este servidor relata a postura de alguns técnicos da Cooptraes em uma reunião estadual, em que se discutia a inserção das famílias assentadas no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA:

(...) e aí tava no meio da reunião com as pessoas e ela como técnica [da Cooptraes] falou: “nós do movimento não concordamos com isso, porque o movimento não concorda com a criação de associação”. Aí a política pública que prevê que o assentado, pra acessar, ele esteja organizado em associação, em cooperativa, e essa mentalidade. Aí eu chamei e falei para ela: “você pode até discordar, mas isso aí é uma política pública importante para as famílias. Então você tem que saber separar quando você se posiciona como militante e quando você se posiciona como técnica de ATES. Você pode ter até ter essa posição, mas você está numa condição que você não pode emitir esse tipo de opinião numa reunião que você está como técnica”. E aí acho que tem que saber o momento de outras pessoas externarem essa opinião, eu to ali pra cumprir com uma obrigação contratual, com uma determinação do contratante. Então eles resistiram muito à questão do PAA, tanto é que agora eles tão querendo trabalhar o PAA lá. No Zumbi e outros assentamentos, mas resistiram muito. Eu não sei por que se deram conta de que é importante (Servidor DD/Incras-ES, outubro de 2010).

Este caso é um exemplo porque nele se opõem a opinião do MST/Cooptraes, contratada, com a opinião do Coordenador do Programa Ates, contratante. Para a técnica da Cooptraes, que é também assentada e militante do movimento a criação de associações a partir de uma política pública não é resultado da criação de laços de

solidariedade entre os assentados, pelo contrário, trata-se de uma exigência para acessar uma política. Na visão do Movimento, até por conta de sua experiência nos assentamentos, esse tipo de associação criada verticalmente, sem que haja uma adesão orgânica dos assentados pode gerar frustrações futuras. Entretanto, essa opinião ia de encontro ao incentivo dado pelo Incra-ES para que as famílias assentadas acessem o PAA. Este estímulo as famílias era também um trabalho do técnico de Ates junto ao Incra-ES.

Dessa forma, para este servidor, a Cooperativa ao se contrapor a uma determinação do Incra (incentivar e orientar os assentados a acessarem o PAA) estava rompendo com a relação contratual. Nesse sentido, defende que o técnico do Programa Ates não deve misturar seu trabalho com a militância. Para tanto, o militante do MST que também é técnico de Ates deve despir-se de sua condição de militante durante o exercício de seu trabalho. Essa visão, entretanto vai de encontro ao que o MST defende para a assistência técnica nos assentamentos. Para os dirigentes do MST aqui entrevistados, a conjugação entre militância e técnica é um diferencial em sua atuação, o que promove um maior comprometimento com o trabalho e proximidade das famílias assentadas.

Este servidor cita outro exemplo dessa mistura “mal sucedida” entre o trabalho do técnico e a militância. Segundo ele, ocorreu em alguns assentamentos de famílias que não se sentem representadas pelo Movimento, ou seja, famílias que não eram do Movimento, ficarem sem receber os serviços de assistência técnica:

[...] que tem técnicos que confundem, tem pessoas que usam o trabalho de ATEs pra organizar, mas dentro da lógica do MST. [...] Aí o cara entra naquela lógica dos grupos, do Movimento, tem um assentamento, tem os grupos, e os grupos seguem uma ordem, são grupos de organização do Movimento, só que nem todo mundo se enquadra ali. “Eu não sou alinhado com movimento”, um assentado, mas ele tem que ser atendido. Eles discriminavam. Pra você ter idéia, tinha assentamentos em que a coordenação dizia que não era pra atender fulano e beltrano porque eles não seguiam a linha do Movimento, e o técnico os deixava de lado. E a gente não tolerou, cortamos pagamento por causa disso. Não admitimos uma discriminação de famílias, “você não tá aqui pra seguir recomendação de coordenador de movimento, de brigada, você tá aqui pra atender todas as famílias indiscriminadamente, todas elas tem direito de serem assistidas”! (Servidor DD/Incra – ES, outubro de 2010).

O que este servidor coloca é que, apesar da Cooptraes receber recursos para atender todas as famílias de um assentamento, não o faz por conta de questões políticas. Ou seja, o Movimento aplica sanções por meio da Cooptraes àqueles assentados que não concordam ou não seguiram determinada orientação. Isso se configura como uma falta muito grave na visão deste servidor. Este é um exemplo claro da transferência da lógica de ação do Movimento para o espaço de execução de uma política pública, o qual possui outra racionalidade.

Essa mistura entre militância e assistência técnica, segundo este servidor do Incra-ES, acaba por se estender à compreensão das famílias assentadas sobre o Programa Ates: “As famílias viam muito o técnico de Ates da Cooptraes como um técnico do Movimento, e foi difícil romper com essa ótica” (Servidor DD/Incra-ES, outubro de 2010). Para tanto, segundo este servidor, durante algumas visitas da equipe de coordenação do Programa ATES nos assentamentos foi feito um trabalho de conscientização das famílias:

A gente tenta usar esse momento [da visita aos assentamentos] para ter a confiança e esclarecer os direitos delas [das famílias assentadas], o papel da ATES, o que tem que ser feito, dizer que não é o Movimento que tá dando assistência técnica, porque muitas vezes somos nós que estamos dando assistência técnica, não é o Movimento. “A Cooptraes é uma cooperativa ligada ao MST, mas tem um contrato com o Incra, ganhou uma concorrência e tem deveres e responsabilidades a cumprir. Isso aqui não é favor que o movimento tá fazendo pra vocês, não. Isso aqui é uma prestação de serviço, uma relação contratual que tem dinheiro público que está sendo gasto”, então a gente sempre fez papel de esclarecer isso (Servidor DD/INCRA-ES, outubro de 2010).

Na sua tentativa de “conscientizar” os assentados, este servidor do Incra explicita a existência de uma relação contratual entre a Cooptraes e o Incra. Sua intenção é atribuir um lugar e tempo à militância diferente do serviço de Ates, como se pudesse dizer a hora e o lugar certo para se fazer a militância. No seu depoimento fica clara a tentativa de separar militância e Cooptraes, no entanto, este servidor não compreende que a condição de existência da Cooptraes é o MST. Ou seja, a cooperativa se legitima por ser ligada aos assentamentos em que atua por meio desta organização, o MST.

Embora com menos ênfase a Chefe da DD/Incra-ES também reprova esta “mistura” entre militância e assistência técnica: “Nós temos cobrado dos nossos técnicos, vamos fazer a militância na hora de fazer a assistência, mas você tem que dar pra família o resultado que a família espera que você dê” (Chefe da DD/Incra-ES, outubro de 2010). Mas em sua fala esta relação estreita entre a militância e a prestação dos serviços de Ates pela Cooptraes não teve tanto espaço como na fala do outro servidor.

É importante destacar que esta crítica não é voltada para todos os técnicos da Cooptraes, mas se dirige aos militantes do Movimento que também são técnicos de Ates, considerando, com vimos, que a Ates é uma tarefa do Movimento. Como veremos no próximo capítulo, que tratará especificamente do perfil dos técnicos da Cooptraes, na maioria das vezes os militantes técnicos são pessoas que frequentaram cursos de formação do movimento, e ou que já exerceram alguma função como a participação na coordenação dos assentamentos, tendo papel de liderança. Ser assentado é também outra característica deste técnico.

Morar no assentamento, condição característica de alguns técnicos da Cooptraes, também foi levantado pelo servidor do Incra-ES como limitador do exercício do Programa Ates. Diferentemente do que colocaram os assentados, que consideram esta proximidade entre técnico e assentamento algo positivo, este servidor coloca que tal proximidade dificulta a crítica ao trabalho do técnico:

Morar no assentamento, eu até preferia que o técnico não morasse. Eu acho. Porque gera a relação de proximidade, o convívio no dia a dia, o cara que tá ali a vida toda. Quando você vai fazer a crítica ao profissional, ele mora lá, no seu assentamento. Isso constrange um pouco, melindra a relação. Acho que não seria interessante. Mas tem técnico que mora no assentamento e que faz um ótimo trabalho, é um ótimo técnico da Cooptraes. Então acho que seria bom, era bom que invertesse, era saudável que fosse pra outro local, até porque no assentamento tem as obrigações dele, tem essas relações, às vezes o cara não vai expor os problemas do técnico porque ele é um morador ali, não quer prejudicar. (Servidor DD/Incra-ES, outubro de 2010).

Para o servidor do Incra-ES, parte dos problemas aqui apresentados estão relacionados a falta de regras e de delimitação de obrigações e responsabilidade entre contratante (Incra) e contratadas (entidades) que caracterizou o contrato então vigente:

(...) a Ates quando foi contratada não tinha um termo de referência, que amarrava bem, acho que pela inexperiência nossa de quem fez [...] eu não participei da licitação, mas pegou-se o manual de ATES e jogou-se no edital como sendo o termo de referência. E não amarrava as obrigações, as responsabilidades, então a chamada pública, as propostas de trabalho apresentadas eu considero muito fracas. (Servidor DD/Incra-ES, outubro de 2010).

A perspectiva de mudanças é pautada principalmente pela proximidade da chamada pública que seria realizada pelo INCRA em dezembro deste ano. A experiência de implementação do Programa serviria como exemplo e indicativo de mudanças na forma de coordenar:

Hoje considero que o trem está no trilho, só não está no ritmo que a gente quer. A gente quer poder qualificar muito a nossa ATES com essa **chamada pública** que a gente vai fazer. A gente quer ter tempo pra em vez de estar indo lá, pra ver se o cara trabalhou ou não, pra gente reunir com as famílias, adotar uma outra sistemática de monitoramento e fiscalização (Servidor DD/Incra-ES, outubro de 2010). (grifo meu)

As questões arroladas por estes servidores que precisariam ser modificadas na ocasião desta próxima chamada pública revelam as principais preocupações da Equipe coordenadora do Programa em relação à sua execução:

(...) a nossa perspectiva é trabalhar com no máximo mil reais [valor por família], mas a gente quer assegurar que os técnicos de fato recebam esse valor. Vai ser em torno de oito salários mínimos, nível superior, e quatro, quatro e meio nível médio. Pra que a empresa de fato pague isso ao técnico, porque elas acabam aumentando os lucros delas pagando os técnicos por menos, por baixo. (Servidor DD/INCRA-ES, outubro de 2010).

Os valores a serem repassados para as entidades são estipulados por família atendida ao ano⁸⁰. Aumentar significativamente o valor por família no contrato, segundo

⁸⁰ Segundo o edital de licitação referente ao contrato de 2008 entre a Cooptraes e o Incra, os valores máximos investidos são: “R\$ 746,19 / família / ano o valor a ser pago para a prestação de serviços de ATES, R\$ 120,00 / família para a elaboração dos Planos de Recuperação de Assentamentos - PRA e R\$ 240,00 / família para a elaboração dos Planos de Desenvolvimento de Assentamentos – PDA” (INCRA/SR20ES, 2008:35).

este servidor, significaria garantir que o recurso chegasse ao técnico. Pois como coloca, há casos em que a maior parte dos recursos de Ates ficam com as entidades, enquanto que os técnicos são mal remunerados.

Outro ponto importante a ser modificado, na visão deste servidor, é a qualificação das equipes técnicas. Para tanto o Incra pretende atuar por meio de identificação das dificuldades e orientação para lidar com as políticas públicas:

[...] E a gente quer melhorar o nível dos profissionais, porque tem profissionais que não sabem redigir um e-mail. Você vai ler o e-mail do cara e não consegue entender o que ele está pedindo. Tem muita gente de escola família agrícola, até mesmo que não são, mas com dificuldade de redigir um texto. Isso afeta, você não consegue elaborar um projeto, captar um recurso. E a gente quer organizar reuniões mais sistemáticas pra estar discutindo com eles, vendo as dificuldades, orientar a capacitação das políticas públicas sobre as ações do Incra lá, diretamente (Servidor DD/Incra-ES, outubro de 2010).

Para além da baixa qualificação técnica (como também já colocado aqui pela Chefe da DD/Incra-ES), nesse caso, o servidor do Incra aponta para dificuldades básicas como escrever corretamente.

Na visão da Chefe da DD/Incra-ES, a expectativa de renovação do contrato por meio de uma chamada pública se apresenta como uma forma da Cooptraes mudar algumas práticas na medida em que tem consciência que o grau de exigência do Incra será maior. Para ela, parece ser normal que o Movimento enfrente as dificuldades aqui colocadas, isso porque se trata de um movimento social, que não está acostumado com a “burocracia”, com o “serviço público”:

(...) sinto que a cooperativa tá se preparando pra participar desse processo, tecnicamente, porque sabe que o grau de exigência vai ser maior, essa parte de o movimento ter entrado na burocracia, serviço público, que é uma coisa difícil pra eles enquanto movimento social, mas tá fazendo com que eles tenham pessoas se capacitando mais (Chefe da DD/Incra-ES, outubro de 2010).

Relativizando sua avaliação sobre a Cooptraes, esta servidora coloca que para o Movimento é difícil lidar com a burocracia do Estado e investir na capacitação de seus

membros para atuarem com a Ater, e que por isso trata-se de um processo de aprendizagem.

De uma forma geral, quando questionados sobre o Programa nestas entrevistas, os servidores do Incra se referiram à questões relativas à execução do Programa e não em relação à própria proposta, sua filosofia, seus princípios.

No cotidiano da execução do Programa Ates a realidade da militância constrói tensões entre os atores envolvidos, mesmo considerando que a filosofia deste Programa explicita e reconhece esta militância. Neste sentido a vivência do programa encontra um novo desafio de lidar com a prática política militante e a explicitação de visões diferenciadas na relação contratual entre o Incra e as entidades prestadoras de serviço. Ou seja, esta prática militante que antes estava restrita às relações entre os agentes executores da política e os beneficiários, agora passa a estar presente também na própria relação entre os agentes executores da política.

2. 5 O Programa ATEs segundo os dirigentes do MST no Espírito Santo

Os depoimentos dos dirigentes do MST sobre o Programa Ates explicitam como este Movimento atua e compreende sua atuação no processo de execução do Programa.

Um dos entrevistados é o coordenador do setor de produção do MST no estado, presidente da Cooptraes e assentado no PA Valdício Barbosa dos Santos. Filho de pequenos agricultores, ingressa no MST para ser professor em escolas dos assentamentos da região para trabalhar com o método da Pedagogia da Alternância⁸¹, do qual obtivera conhecimento durante a sua passagem como estudante de um Escola Família Agrícola, que trabalhava com o método. Possui ensino médio e técnico em agropecuária e cursa Licenciatura e Bacharelado de Geografia pelo Programa nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera⁸². Ingressa na Cooptraes em 2000, atuando como técnico, momento em que tem seu primeiro contato com a Ater. Em 2003 integra

⁸¹ Segundo Caldart (2001) o método da alternância considera dois tempos educativos diferentes: o Tempo Escola, realizado presencialmente na escola, com aulas teóricas e práticas e o Tempo Comunidade, realizado na comunidade dos educandos, onde os mesmos desenvolvem pesquisa para conhecer suas realidades, que permitam a troca de conhecimento com a comunidade.

⁸² Coordenado pelo Incra, o programa tem como missão “ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados”. Para tanto, apóia projetos em todos os níveis de ensino (Educação de jovens e adultos (EJA), Ensino Médio e Técnico Profissionalizante e Ensino Superior) em parceria entre o Incra e “movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições públicas de ensino, instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais” (INCRA, s/d).

o setor de produção do Movimento, e em 2008 passa a coordenar as ações de Ater nos assentamentos por meio da presidência da Cooptraes.

O outro dirigente do MST entrevistado tem inserção na coordenação nacional no Movimento, além de coordenar o MST no estado, como dirigente no setor de produção. É também assentado no PA Zumbi dos Palmares. Filho de pequenos agricultores em Erechim-RS, começou a se organizar politicamente por meio das comunidades eclesiais de base da Igreja Católica e participou das primeiras ocupações de terra no Rio Grande do Sul que deram origem ao MST. Em 1996 integra a direção nacional do Movimento. Posteriormente migra para o Espírito Santo, com a tarefa de contribuir para a construção do Movimento no estado⁸³. Como veremos, este entrevistado é uma pessoa que, por conta de sua trajetória política no MST, em nível nacional, pensa o assentamento, pensa a política e a militância de uma perspectiva mais ampla. Sua prática transcende o MST no estado do Espírito Santo.

A primeira pergunta direcionada aos dirigentes do MST era o porquê do Movimento assumir a Ater nos assentamentos como uma tarefa. Para responder a minha pergunta, entretanto, um dos dirigentes traz um fala histórica sobre a Ater, e a partir desta busca legitimar a prática do Movimento hoje. Na sua fala o entrevistado destaca o Estado como ator central na promoção de um modelo de desenvolvimento excludente para o campo, que é também objeto de “embate” hoje, em sua opinião. Na sua perspectiva, fazia parte deste projeto, de forma articulada uma série de políticas, entre elas, a assistência técnica e o crédito:

A assistência técnica no Brasil se estruturou e foi utilizada, a partir da década de 60, basicamente como principal instrumento para vender um modelo técnico, um modelo de desenvolvimento para o campo, que é o que conhecemos hoje como agronegócio. Então toda a assistência técnica, o sistema Embrater, todo o sistema de pesquisa, Embrapa, foi montada em função de vender o projeto. É o grande embate hoje. Do ponto de vista dos agricultores, não só os sem-terra, mas dos agricultores, por muito tempo houve uma rejeição à questão da assistência técnica. [...] todo o projeto da república brasileira baseado na revolução verde, foi todo um projeto articulado e pensado, uma filosofia, articulado com Estado, com gestor e suas políticas, crédito, assistência técnica, a infra-estrutura, todos esses elementos foram orquestrados (Dirigente do MST, julho de 2010).

⁸³ Débora Lerrer (2008), em sua tese de doutorado mostra essa migração em prol da organização praticada pelos primeiros militantes do MST.

A imposição de um pacote tecnológico para os agricultores (acesso ao crédito vinculado à utilização de tecnologias, mediada pela Ater), segundo este entrevistado, gerou uma grande rejeição dos agricultores aos técnicos:

[...] Pra acessar o pacote, você tem que estar vinculado ao crédito, o que é? Não podia comprar. Eu tenho minha semente de milho. Só financia se você comprar a semente de milho, todos os adubos químicos, o pacote. (...) E isso foi fazendo com que as pessoas ficassem com raiva dos técnicos por muito tempo. Tinham nojo do técnico. E nós passamos por um esforço muito grande dentro do movimento pra superar essa dificuldade, e tem até hoje. Grande parte das famílias tem rejeição ao técnico. (Dirigente do MST, julho de 2010).

Não só a rejeição por parte dos agricultores, mas também a própria postura hierárquica do técnico em relação aos agricultores é destacada pelo entrevistado, que usava o saber como uma forma de distinção:

Pelo método, também. [...] A assistência técnica foi vista como uma coisa, um técnico sempre veio através dessas empresas até o agricultor como aquele que sabe tudo, ou seja, o doutor. Hoje no meio rural, na maior parte dos estados, ainda um técnico agrícola é considerado um doutor. (Dirigente do MST, julho de 2010).

Dessa forma, a crítica à Ater deste momento passa por uma rejeição ao próprio técnico, que, como vimos, se caracteriza como um mero elaborador de projetos de crédito rural, autoridade que lhe permite indicar a adesão às novas tecnologias.

Diante desta prática comum à assistência técnica, na sua visão, criou-se uma cultura entre os agricultores de associar o técnico de Ater ao crédito, como aquele que serve apenas para viabilizar tal acesso. Segundo este dirigente do MST, essa visão está presente até hoje, e por isso coloca-se a necessidade de se pensar outro modelo de Ater:

[...] Outro elemento importante é que as pessoas estão habituadas a enxergar o técnico como um instrumento pra vender o pacote ou pra ser um instrumento pra acessar crédito. Ele não tá preocupado com a produção. Tá preocupado se o técnico vai fazer um projeto pra ele pegar dinheiro, ponto. [...] Todas essas questões que o movimento vem combatendo ao longo dos anos, contra, por isso que era necessário pensar um novo jeito de trabalhar a assistência técnica. (Dirigente do MST, julho de 2010).

O projeto Lumiar, como vimos, é um marco dentre as políticas de Ater, primeiro

porque é a primeira política voltada para os assentamentos rurais, segundo porque permite que as organizações representativas dos trabalhadores rurais indiquem ou mesmo coordenem as equipes técnicas que atuam nos assentamentos. Neste sentido, a fala do entrevistado traz o projeto Lumiar como um dos “ganhos” do Movimento no que diz respeito à promoção da Ater nos assentamentos.

O projeto é identificado pelo entrevistado como uma das batalhas travadas com o Estado nesta década pela reforma agrária e pela melhoria das condições de vida e trabalho nos assentamentos. Neste sentido, o entrevistado identifica o processo de formulação do projeto Lumiar como um processo de luta, pois a partir da proposta inicial do governo, o Movimento conseguiu fazer com que algumas de suas demandas fossem atendidas:

(...) No período o Movimento tava com muita força, e essa força em 97 nós tínhamos por causa da marcha, a gente conseguiu colocar várias cunhas nesse projeto, que nós travamos eles. Travamos e de certa forma tornou, um tiro que saiu pela culatra. Um projeto para destruir o Movimento e nós transformamos ele em algo que ajudou o movimento pelas coisas que colocamos. Por exemplo, quem determinava a empresa que ia participar, para ela poder prestar serviço aos assentados tinha que ter uma ata de uma assembléia concordando ou não com a empresa. Fomos enfiando essas coisas, e isso criava força, e ninguém entrava a não ser a empresa que nós indicássemos. Fomos criando vários instrumentos que inviabilizou politicamente o projeto deles. (...) Na verdade não foi negociação, foi todo um **processo de luta**, né. Das ocupações, brigas, mobilizações, articulações, no embate. O que é o Movimento? A gente combina a idéia do pau e prosa. Então gera o conflito e do conflito vai pra mesa de negociação. Quando vai pra mesa de negociação você vai já com uma pauta. E nessa, dependendo da correlação de forças, pode avançar ou não, mas nesse momento nós avançamos, conseguimos neutralizar esse projeto e transformar ele em algo que fosse favorável à gente. (Dirigente do MST-ES, julho de 2010). (grifo meu).

Na avaliação do entrevistado, portanto, a força que o Movimento conseguiu aglutinar naquele momento foi importante para conseguir inserir mecanismos de controle dos assentados à proposta⁸⁴. O fato dos assentados terem que aprovar por meio de uma ata qual empresa que iria prestar Ater nos assentamentos, na sua análise, fortaleceu o Movimento.

Como vimos, o formato institucional do Lumiar inspirou, de forma significativa

⁸⁴ Este protagonismo do MST no processo de criação do Lumiar, como afirma o entrevistado, deve ser também relativizado, pois outras organizações sociais, como a Contag, também participaram deste processo.

a formulação do Programa Ates. No entanto, na visão desse dirigente do MST no Espírito Santo, embora o movimento tenha participado do processo de formulação do Programa Ates, o controle que os agricultores assentados tinham sob o serviço de Ater nos assentamentos diminuiu em relação ao projeto Lumiar:

(...) aquilo que nós tínhamos avançado na época, nesses vários aspectos, por exemplo, quem decidia a presença do movimento social, nós conseguimos emplacar isso, derrubar todo o esquema que o governo tinha colocado. Nós criamos as condições, e hoje foi tirado tudo isso. Hoje o movimento tem muito pouco controle sobre o programa. Tem, no nosso caso aqui, porque são doze anos de experiência e as pessoas que tão trabalhando são parte do movimento.

(Dirigente do MST, julho de 2010).

Se no projeto Lumiar as empresas ou entidades que quisessem prestar o serviço teriam que ter o consentimento dos próprios assentados, no programa Ates tais empresas ou entidades precisam ser aprovadas pelos conselhos estaduais de desenvolvimento rural. Segundo o dirigente estadual do MST, esse mecanismo não garante que os assentados tenham controle sob o Programa. Para ele esse controle só ocorre em lugares em que o MST é mais organizado, tem força política e possui experiência em ações de Ater como é o caso do Espírito Santo. Caso contrário, em sua opinião, fica a cargo do “mercado” decidir quem presta o serviço:

(...) se é um direito do trabalhador e um dever do Estado, eu tenho o direito de **escolher** quem vem trabalhar comigo. Eu não sou obrigado a aceitar qualquer um que vem prestar as coisas pra mim, se teoricamente eu to pagando, se os recursos são per capita, por família (...). Então mesmo que fosse público, o serviço, a gente tem decidir qual o técnico que eu quero, não o **mercado**. Da forma que tá colocado, é o **mercado** que decide. Das formas mais sujas que tem, que tá construído hoje, de licitação, é um negócio sujo como qualquer outro. Então aquilo que a gente tinha conquistado que era controle do movimento, hoje não existe. Existe nos estados que tem força política, que impõe, que faz articulações com outras empresas pra tentar manter, o nosso caso aqui (Dirigente do MST, julho de 2010). (grifos meus).

Para este dirigente a utilização de processos de seleção, como a licitação, na contratação das entidades de Ater tira a autonomia do assentado de escolher quem ele

quer que trabalhe com ele. Em sua opinião a utilização da licitação como forma de seleção das entidades de Ater transforma o Programa Ates em um negócio, como outro qualquer.

Dessa forma, o estado do Espírito Santo constitui-se um exemplo para o Movimento, visto que o Movimento, por meio de uma entidade jurídica (a Cooptraes), conseguiu receber os recursos do Programa Ates para prestar o serviço nos assentamentos em que se encontra presente. Por meio de uma negociação com a outra entidade que participou do processo de seleção, a Agroplan, os assentamentos com a presença do MST ficaram com a Cooptraes e os demais com a Agroplan. É neste sentido, o entrevistado aponta que no Espírito Santo foi possível construir uma articulação entre estas duas forças políticas no processo de seleção organizado pelo Incra para escolher as empresas que iriam prestar serviços do Programa ATES nos assentamentos do estado.

Outra crítica direcionada ao processo de seleção das entidades prestadoras de ATER coordenado pelo Incra é sobre a forma diferenciada com que tratam uma cooperativa em relação a uma empresa privada. Isso porque, segundo um dos entrevistados, a quantidade de documentação exigida de uma cooperativa é maior em relação a uma empresa (pública ou privada)⁸⁵:

⁸⁵ No caso de uma cooperativa, os documentos exigidos não se restringem apenas à entidade, mas também a seus cooperados. Segundo o edital de licitação referente ao contrato de 2008 entre a Cooptraes e o Incra, as cooperativas devem apresentar outros documentos para além daqueles solicitados às demais empresas, tais como: “a) Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição; b) Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados; c) Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço; d) Registro previsto no art. 107, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e) Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: Ata de fundação da cooperativa; Estatuto social com a ata da assembléia que o aprovou; Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembléia que o aprovou; Editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias; Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembléias gerais ou nas reuniões seccionais; e Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação. g) Declaração de responsabilidade, comprometendo-se em atender os artigos 4º e 5º, da IN/Nº 02, de 30 de abril de 2008; h) Ata da sessão em que os cooperados aprovaram a proposta técnica, planilha de custos, e Plano de Gestão Operacional dos Serviços; i) Plano de Gestão Operacional dos Serviços contendo no mínimo os itens e exigências abaixo descritas; j) A composição da coordenação de gestão do contrato; l) Os membros da coordenação de gestão do contrato, devem necessariamente fazer parte do corpo técnico da (s) equipe (s) de execução dos serviços (ATES) da cooperativa; m) Definição da função de cada cooperado ou grupo de cooperados na execução do contrato; n) Programação de assembléias para acompanhamento, monitoramento e avaliação do contrato” (INCRA/SR20ES, 2008: 5-6).

(...) pelo fato de ser cooperativa, até na forma de participar da concorrência, o grau de exigência era maior, pra participar, o grau de documentação, a forma de exigência pra participar na licitação é diferente de uma empresa, então, então a questão de documentação era muito, muito maior e então era uma concorrência até poderia se dizer que é desleal, que é de forma diferenciada (...) (Dirigente do MST-ES, presidente da Cooptraes, julho de 2010).

O outro dirigente do MST-ES entrevistado vai mais além, e afirma a dificuldade das entidades de Ater ligadas aos assentados, como a Cooptraes, concorrerem em um processo de seleção em que participem empresas públicas de ATER. Isso porque, além das empresas públicas possuírem maior infraestrutura e, portanto melhores condições de concorrer, estas têm prioridade para receber os recursos destinados à Pnater (e, portanto, ao Programa Ates) segundo a legislação vigente⁸⁶, como vimos no capítulo I.

(...) Em uma licitação, chamada pública, as empresas públicas têm prioridade. Não sei se você leu lá. Se uma empresa pública, por exemplo, como o caso da Incaper se inscrever, ela tem prioridade. Que tipo de licitação é essa? Todo o programa já está montado, qual a estratégia? Isolar os movimentos sociais do controle, da participação no programa (Dirigente do MST, julho de 2010).

Na avaliação deste dirigente, o fato das empresas públicas terem prioridade para receber os recursos destinados a Ater representa uma estratégia do Estado para não permitir que os movimentos sociais tenham controle do Programa.

Para este dirigente do MST-ES os serviços de Ater não precisam ser gestados pelo Estado, mas devem ser gestados pelos trabalhadores, porque só assim o serviço teria um caráter diferenciado. Na sua leitura o sistema público é viciado, no sentido que reproduz velhas práticas da extensão rural, e portanto, incompatível com os princípios que o Movimento defende:

O que o movimento está defendendo? Para nós, esse serviço que defendemos tem que ser público, mas não necessariamente gestado pelo Estado. Nós defendemos que ela tem que ser gestada pelos trabalhadores, aí que vem a nossa discussão, a nossa diferença. Então,

⁸⁶ Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br>. Acesso em 15/05/2010.

pra tentar esvaziar essa estratégia, no nosso caso, o governo volta a tentar jogar força no sistema público existente, só que o **sistema público existente já é viciado**, é impossível compatibilizar com o que nós precisamos, com o que nós militamos. Por mais que tenham técnicos novos, bem intencionados, o sistema já tem um jeito, uma dinâmica, uma estrutura, e não se adapta a nós, não tem condições (Dirigente do MST, julho de 2010). (grifo meu).

Nesta avaliação, não há possibilidades de mudanças nas orientações e práticas da Ater pública. Na sua relação de concorrência com as empresas públicas, o entrevistado acaba por desqualificar a atuação destas.

Essa diferenciação, entre empresas públicas e privadas de Ater, apontada pelos dirigentes do MST-ES não se restringe ao processo de seleção das empresas/entidades, mas também no próprio processo de execução do serviço. Para esses dirigentes do MST-ES o contrato deveria prevê recursos para que as entidades dispusessem da infraestrutura necessária para a execução do Programa, no entanto, não é o que acontece. Os contratos de Ates só prevêem o custeio dos gastos com manutenção e despesas administrativas⁸⁷ das empresas/entidades. Fator que, na opinião do Movimento, acaba por reforçar a distinção entre empresas públicas e privadas:

O contrato da Assistência Técnica não financia a manutenção das empresas responsáveis pela Assistência Técnica, diferente de quando é uma empresa do Estado. Quando a empresa é do Estado, é tudo do Estado, e vem tanto para a sua estruturação da empresa, como para o financiamento para o trabalho. No nosso caso financia apenas o trabalho, não tem nada para infra-estrutura. Então essa passa a ser um das grandes dificuldades. Toda a parte de infraestrutura, de aquisições é por conta da empresa responsável. A empresa tem, nesse caso, que ter todas as condições disponíveis e ir melhorando pra atender aquele serviço. Diferente de quando é uma empresa pública, que ela recebe toda essa aquisições do Estado (Dirigente do MST-ES, presidente da Cooptraes, julho de 2010).

Nesse caso, há uma concordância com a terceirização dos serviços, mas não com suas regras. Embora o Movimento apóie o fato de entidades ligadas aos trabalhadores rurais passarem a ser responsáveis pela prestação dos serviços de Ater nos assentamentos, não aceita que outras responsabilidades, como prover a infraestrutura

⁸⁷ Segundo o edital de licitação referente ao contrato de 2008 entre a Cooptraes e o Inkra, na composição do valor máximo de R\$746,19 por família/ano estão as despesas de prestação de serviços de Ates (R\$ 543,65); custeio, ou seja, combustível e manutenção do veículo mais as despesas operacionais e administrativas(R\$77,60); o lucro (R\$18,63); e os tributos, equivalente a 14,25% (R\$106,31).

necessária para a execução do serviço, lhe caibam.

De acordo com o seu argumento as empresas públicas de Ater estariam em vantagem em relação às empresas privadas e entidades, pois têm toda a sua infraestrutura garantida pelo Estado. Sendo assim, a proposta é que se tenha um tratamento diferenciado entre as entidades, para que se possa tratar de forma igual atores diferentes. Neste caso a idéia é que o Estado garanta às cooperativas a possibilidade de obter a infraestrutura necessária, seu patrimônio, para a execução do serviço:

[...] Quando se adquire a estrutura pro trabalho, vai ser utilizado e vai ser gasto, no trabalho. Como se fosse um patrimônio no nosso caso da Cooperativa, mas é um patrimônio para esse serviço. [...] Então, nesse caso, o Estado teria que criar uma política pública, que fosse, pra alguns termos de cooperação, ceder parte da estrutura, ou uma forma de financiamento diferenciado, de maneira que possibilitasse que as empresas atuassem nesse serviço, e não ficasse a cargo exclusivo da empresa. [...] Porque ao adquirir, imagina, uma moto para o trabalho, a moto passa a ser, em nosso caso, da empresa, da cooperativa. Só que a partir de quatro anos, três, quatro, cinco anos que essa moto está naquele serviço, àquela moto, a sua vida útil já foi gasta. Então, mesmo que seja um patrimônio da empresa, mas já foi gasta toda para o serviço (Dirigente do MST-ES, presidente da Cooptraes, julho de 2010).

Como podemos ver, o exercício do Programa Ates traz outras demandas por parte de seus executores e explicita a tensão existente em torno do destino dos recursos, na medida em que não contempla todas as expectativas.

Se no processo de formulação da Pnater, do Sistema descentralizado de Ater e do Programa Ates, como vimos, os setores públicos de Ater protestaram contra a partilha de recursos entre este e o setor privado, no processo de implementação deste Programa, no caso do Espírito Santo, a reivindicação é em relação à prioridade dada ao setor público no que diz respeito ao destino dos recursos do Programa.

Não só em relação às empresas públicas é feita uma diferenciação, mas também em relação às empresas privadas. Na opinião do presidente da Cooptraes, o tempo da cooperativa é outro, pois todos os funcionários são cooperados, e, portanto, os processos são coletivos. Como exemplo, ele traz o processo de demissão de um funcionário. Segundo o entrevistado, neste caso, qualquer substituição no quadro técnico precisaria do aval de toda a cooperativa:

(...) uma empresa pode dar baixa numa carteira e dispensar uma pessoa e contratar uma em seguida. O nosso caso não, no nosso caso as pessoas são competentes, eu sou um cooperado. Então a pessoa é parte da cooperativa. Então não há esse procedimento dispensa por um patrão não, o dono da empresa. No nosso caso não. É uma empresa, é uma empresa cooperada. Então, nem pra entrar e nem pra sair é de forma automática. Então o tempo é outro (Dirigente do MST-ES, presidente da Cooptraes, julho de 2010).

Neste sentido, o tempo da cooperativa é “outro” porque as decisões precisam ser acordadas coletivamente, o que demanda mais tempo.

Outro ponto, apontado pelo entrevistado, que diferencia a cooperativa de uma empresa privada, é o fato da cooperativa não assinar a carteira de seus cooperados. E, na sua opinião, não assinar a carteira é uma forma de precarizar o trabalho dos técnicos:

Então, nós não temos carteira assinada. Essa forma contratual nossa precariza um pouco o serviço. As pessoas pra vir, não é um ambiente de ganhar dinheiro. Então se alguém entra para ganhar dinheiro, já não precisa nem vir. A gente já acaba fazendo essa conversa franca. Essa questão de ser simpatizante com a Reforma Agrária, se for militante, melhor. Caso se torne militante melhor também, mas, no mínimo, ser simpatizante da Reforma Agrária (Dirigente do MST-ES, presidente da Cooptraes, julho de 2010).

Como vimos no depoimento do servidor do Incra, e veremos também no depoimento de uma das técnicas entrevistadas a Cooperativa também remunera mal os seus técnicos.

Como caracteriza o entrevistado, a Cooptraes não é o “lugar” de se ganhar dinheiro, mas o lugar da militância. Por isso, ao selecionar seus técnicos o critério “ser simpatizante” – no sentido de ser à favor da Reforma Agrária e do MST – vem em primeiro lugar. Nesta fala, a precarização do trabalho está diretamente ligada a militância, na medida em que só os técnicos que possuem um objetivo maior, coletivo é que conseguem permanecer na cooperativa.

Diante das dificuldades colocadas, o MST defende uma forma própria de promover a Ater nos assentamentos rurais. Com isso constrói um tipo esperado de técnico, que se encaixe nos princípios defendidos pelo movimento:

Pra atuar como esse público, a gente precisa, os personagens precisam, para além de ter esse domínio técnico pra trabalhar com assistência técnica, também precisam ter alguma visão. Não só a visão, mas algumas **opções políticas**. Para não ser meramente um técnico, mas que fosse um técnico enquanto um **agente político** dentro dos assentamentos, que ajudasse a organizar as famílias. Então, para um técnico atualizar o assentamento apenas com a habilidade técnica se torna impossível atuar, porque terá que ser um técnico tanto com essa visão ou essa opção política pra trabalhar, mas também que fosse um técnico que contemplasse essa questão de ser um **agente articulador** do assentamento. Sem essa habilidade torna-se quase impossível atuar. Mesmo que alguns possam passar algum tempo nessa tentativa, mas se torna difícil prosseguir na ativa se o técnico não adquirir essa habilidade, de ser esse agente político articulador que ajude a organizar as famílias nos assentamentos (Dirigente do MST-ES, presidente da Cooptraes, julho de 2010). (grifos meus).

O técnico esperado pelo Movimento deve ter, além do domínio técnico, opções políticas (no caso, de apoio à Reforma Agrária e ao MST), e por ter opções política agir como um agente político nos assentamentos, contribuindo para a organização das famílias assentadas, como um articulador do assentamento. Só que para este dirigente do MST, ser articulador é uma habilidade, que precisa ser adquirida. No capítulo três, ao trazermos os técnicos da Cooptraes, estas características ficarão mais evidentes.

Também nesta fala podemos encontrar o componente fundamental que caracteriza o técnico esperado pelo movimento: a militância. Podemos dizer aqui que ter opção política, ser uma agente político e um articulador são características do militante do MST. O próprio presidente da Cooptraes, portanto, traz a categoria “técnico militante” como nomeadora deste modelo de técnico. Da perspectiva do Movimento, portanto, militância e assistência técnica são coisas inseparáveis. Por isso, como vimos, os militantes do Movimento tomam a execução do Programa Ates como uma tarefa. A militância é entendida como condição de trabalho do técnico, sem ela não se consegue trabalhar, portanto, quem ingressa pela Cooptraes sem ser pela porta da Organização (MST) deve “adquirir” esta militância.

Para exemplificar essa condição inseparável entre o trabalho de Ates e a militância, o presidente da Cooptraes dá como exemplo os impasses que esta forma de atuar da cooperativa traz para sua relação com o Incra:

Ao ser um técnico militante não dá, não tem como você falar assim:

“agora não sou técnico, agora sou militante”, também não dá pra falar assim: “eu sou técnico de 2ª a 6ª e final de semana sou eu, pessoa física, sou agente político” não! São coisas que são inseparáveis, e muitas vezes com o INCRA nós tínhamos essa conversa, tínhamos que fazer isso várias vezes, porque pra eles nós temos que separar: “vocês foram contratados para ser técnicos e não para ser um militante, um dirigente”. Se eu já sou um militante, já sou dirigente, essa é **mais uma** tarefa. Se eu não era, eu tenho que ser, senão eu não trabalho. Não há como, não se separa isso (Dirigente do MST-ES, presidente da Cooptraes, julho de 2010). (grifos meus).

Neste sentido, este dirigente do MST, ressalta o fato de que não dá para se despir de uma das características de sua personalidade, a militância, porque não é o momento ou o espaço adequado, e depois colocá-la de volta.

Para o entrevistado, essa militância, entretanto, não se “adquire” na universidade, mas no dia a dia do trabalho no assentamento. Por isso, o técnico que vem trabalhar na Cooptraes que não é militante do MST só vai adquirir a militância na prática:

(...) no nosso caso [o técnico] tem que ser articulador, produzir movimento de assentamento (...). E essa habilidade as pessoas não adquirem na universidade. A escola mesmo, para quem vem do nível médio, as escolas de forma geral não proporcionam isso. Você muitas vezes adquire essa habilidade de ser articulador na militância ou no trabalho mesmo. (...) Eu poderia perguntar pra você se sabe elaborar um projeto pelo Pronaf? Você sabe fazer isso? Só fazendo! Até porque muda. Isso a universidade não ensina, a universidade trabalha o que é geral, comum a todos. (Dirigente do MST-ES, presidente da Cooptraes, julho de 2010).

Segundo o entrevistado, é na prática que o técnico irá conhecer o público com quem vai trabalhar, suas especificidades e heterogeneidades. É no dia a dia do trabalho que o técnico conhece a diversidade de demandas dos assentados e aprende a melhor maneira de respondê-las:

É preciso conhecer o público com que você vai trabalhar, mas você só vai conhecer o público, quando você vem trabalhar com aquele público, que é um público diferenciado, plural. (...) Muitas vezes você tem alguns técnicos que se especializam em algumas culturas, em alguma criação, mas você tem que ter o domínio do todo, você tem que dar a resposta aquela demanda ali. São respostas das mais

diferentes formas. Então tem a reposta técnica, a resposta política e a resposta que seria do articulador. Porque tem que ser articulador pra organizar as famílias, articulador com as famílias e com outras entidades de outras organizações para promover cursos, pra promover financiamentos, promover parcerias. Então você tem que ser esse articulador nas mais diversas dimensões (Dirigente do MST-ES, presidente da Cooptraes, julho de 2010).

Este dirigente vai construindo o perfil do técnico esperado para trabalhar na Cooptraes a partir do público a que esse trabalho é destinado: os assentados. O técnico deve ter uma opção política: trabalhar com este público. E deve colocar essa opção política em prática, ou seja, ser um agente político, articulador das famílias assentadas, trabalhando o lado técnico e o lado político a partir de suas demandas.

A postura de alguns técnicos da cooperativa no ano de 2008, quando não houve repasse de recursos para a Ates no estado, é um exemplo trazido por este entrevistado para afirmar a importância da presença de um técnico militante, pois este assume uma responsabilidade maior para com as famílias assentadas:

(...) mesmo por alguns períodos mais críticos com falta de recursos, com dificuldade financeira, então a gente consegue manter o trabalho continuado. Pelo grau de compromisso que a gente conseguiu fazer com que as pessoas fossem assumindo. (...) É claro que alguns dos técnicos, até por sobrevivência, tem que buscar outras fontes de renda. E também por manutenção do serviço, alguns prosseguiram num outro ritmo, mas nós prosseguimos no trabalho, durante um ano sem o contrato. E nos períodos anteriores de 2007 que o dinheiro não saía mensalmente, hoje ele sai a cada 3, 4 meses, prosseguimos trabalhando de forma continuada. Então isso é possível a partir do momento em que essa concepção política, essa responsabilidade política com as famílias nesse caso vai além da questão contratual (Dirigente do MST-ES, presidente da Cooptraes, julho de 2010).

O “saber” conviver ou superar as dificuldades é uma virtude atribuída ao técnico militante, visto que as dificuldades são entendidas como constitutivas do trabalho de Ater e da vida nos assentamentos. Diante da responsabilidade que o Movimento espera que o técnico assuma em relação às famílias assentadas, a expectativa é que a continuidade do trabalho nos assentamentos seja mais importante que a remuneração deste trabalho para o técnico da Cooptraes.

Se o técnico esperado pela Cooptraes é um técnico que seja um agente político, um militante, a sua relação como o Movimento tende a torna-se mais estreita, na medida

em que participa, no seu dia a dia, do processo de organização política das famílias assentadas. Neste sentido, para o presidente da cooperativa, é de extrema importância para o próprio exercício do Programa Ates que haja uma organização forte nos assentamentos. Isso porque, a partir desta organização o técnico seria mais cobrado e exigido no seu trabalho, assim como também receberia um “suporte” para suas ações:

Primeiro quando tem uma organização forte, o técnico é muito mais exigido. Você vai trabalhar e já tem ali a organização, tem os ambientes que a estrutura organizativa proporciona para você participar e ser cobrado também. Então você passa a ser muito mais cobrado por aquilo que você é responsável. Só que ao mesmo tempo você tem uma organização que te dê esse suporte, que é diferente de onde não tem. Pode ser que, já que não tem, você é pouco cobrado, que você é cobrado individual, ou por família, ou nem é cobrado. Mas ao mesmo tempo você não tem um grupo ali, articulado que te dê suporte. Uma coordenação, os núcleos, é por aquilo que você vai trabalhar, vai dar suporte, você vai promover atividade de formação, capacitação, avaliação, planejamento, re-planejamento. (...) ao você promover as atividades via grupo, você já encaminha para o maior grupo de pessoas possíveis. Dependendo de como você encaminhar, a coordenação já pode ajudar junto contigo a articular as coisas, onde não tem [organização] é você quem tem que ser o articulador. (Dirigente do MST-ES, presidente da Cooptraes, julho de 2010).

Aqui o trabalho do técnico e a atuação da organização se conjugam. O técnico que trabalha em um assentamento com uma organização política forte (coordenação e núcleos) ao mesmo tempo em que é mais cobrado, possui um grupo do qual pode esperar uma contribuição para o desenvolvimento do seu trabalho no assentamento.

Assim, parece haver uma expectativa de uma relação orgânica entre as atividades do técnico e as atividades da coordenação do assentamento, do Movimento. Por isso, segundo este entrevistado, onde não há uma organização forte, o trabalho do técnico deve ser fortalecê-la, caso contrário seu trabalho não caminha da mesma forma, pois a participação dos assentados é essencial para o trabalho que a Cooptraes pretende realizar:

E então, por isso que a gente trabalha assim; onde tem a coordenação, onde têm os núcleos, o técnico, a Assistência Técnica tem que ajudar a fortalecer e melhorar essa organização. Onde não tem, ele precisa ajudar a criar, do contrário, ele [o técnico] atua, mas, atua pela metade (Dirigente do MST-ES, presidente da Cooptraes, julho de

2010).

Sendo a participação das famílias é fundamental para a execução dos serviços de Ates nos assentamentos, há, portanto, um grau de responsabilização da organização e das próprias famílias assentadas pelo sucesso do trabalho promovido pelo técnico de ATES.

Para o presidente da Cooptraes, o fato do técnico trabalhar diariamente nos assentamentos, estando em contato, com uma frequência, com todas as famílias assentadas faz com que ele esteja maior tempo no assentamento do que o próprio dirigente do MST:

o técnico está muito mais presente do que o dirigente, do que o Movimento. Porque o técnico por fim contratual ele tem que, a cada três meses, tem que visitar todas as famílias que ele é responsável. Ou seja, visita 1/3 das famílias todo mês, quer dizer que em algumas famílias ele vai mais de uma vez por mês. O dirigente dificilmente faz isso. Até porque tem outros trabalhos, e não tem a estrutura, as condições pra isso (Dirigente do MST-ES, presidente da Cooptraes, julho de 2010).

O trabalho de Ates e a estrutura que o técnico possui para trabalhar nos assentamentos permitem que ele tenha maiores condições de atuar politicamente do que um dirigente do movimento, na visão do entrevistado. Sendo assim, o militante que também é técnico tem em suas mãos, pela própria condição do seu trabalho, uma ferramenta para organizar o Movimento e suas bases: os assentados. Por isso também, o técnico se torna peça chave para o desenvolvimento dos assentamentos segundo os princípios do movimento.

No entanto, apesar da ênfase dada à necessidade do técnico se envolver com as atividades do Movimento nos assentamentos, não se pede que o técnico assuma o papel de um dirigente do setor de produção do Movimento, pois entende-se que são tarefas diferentes apesar das proximidades. Nas suas falas, aos poucos, este dirigente vai explicitando o poder que o técnico tem, a partir do seu trabalho.

Na opinião do entrevistado, soma-se a esta capacidade de inserção no assentamento a própria visão que os assentados possuem sobre o técnico. Para o entrevistado, também por conta do seu grau de escolaridade elevado (em comparação

com as famílias assentadas) o técnico se torna uma referência no assentamento. E também por isso tem um poder muito grande sobre aquelas famílias. Ele é solicitado pelas famílias assentadas a dar informações dos mais diversos tipos. Neste sentido, o entrevistado chega a comparar o trabalho do técnico com o de um assistente social:

(...) os técnicos e os professores são as pessoas com maior grau de escolaridade nos assentamentos. E, ao mesmo tempo, devem ser as pessoas com maior grau de informação. Quem tem as informações, tem o controle, tem o poder, tem o domínio. E as famílias vão continuar procurando aquele que tem informação. E, ao mesmo tempo, ao procurar pra aquela atividade da assistência técnica, está procurando as mais diversas fontes. O agricultor vai precisar acessar benefício do INSS, o técnico é quem tá ali e poderia oferecer informação. A agricultura já é tarefa do técnico, mas algumas questões sociais que vão além da assistência técnica também são, pois não tem Assistente Social no assentamento e muitas vezes a pessoa mais próxima para procurar é o técnico (Dirigente do MST-ES, presidente da Cooptraes, julho de 2010)

No que tange à relação do Movimento com o Incra no Espírito Santo, foram apontadas questões relativas à coordenação do Programa Ates. Na visão do presidente da cooperativa o Incra não acompanha o trabalho da cooperativa, apenas fiscaliza. A cobrança por um acompanhamento, neste caso, para o Movimento, se traduz em apoio à execução do Programa, como a realização de cursos e atividades estaduais com os técnicos e a visita dos coordenadores do Programa aos assentamentos: “(...) nós provocamos para que eles fossem à campo, mas reunidos com a equipe técnica, aí teve uma resistência deles (...)” (Dirigente MST-ES, presidente da Cooptraes, julho de 2010).

Outro aspecto constitutivo da relação com o Incra enquanto coordenação do Programa Ates são as exigências realizadas pelo órgão aos técnicos de Ates. Segundo o presidente da cooperativa, muito do trabalho que deveria ser realizado pelos servidores do Incra nos assentamentos é repassado para os técnicos de Ates. Isso porque os técnicos têm contato diário com as famílias nos assentamentos. Dessa forma, parte do trabalho que deveria ser realizado pessoalmente pelos servidores do Incra em idas aos assentamentos é realizado pelos técnicos de Ates devido à facilidade que eles têm de contatar as famílias. O técnico, neste sentido, é um intermediário entre o Incra e as famílias. Com isso, se as famílias assentadas querem cobrar algo do Incra, cobra para o técnico e se o Incra quer cobrar algo das famílias cobra pelo técnico, o que caracteriza o técnico também como um “amortecedor” das tensões entre estes atores (Incra e

assentados):

O Incra é responsável pra desenvolver diversas atividades dentro do assentamento. Então nosso contrato, o contrato da Assistência Técnica, é com o Incra. Então o técnico passa a ser aquele agente que está no assentamento que intermedia entre as famílias e o Incra. Então, algumas cobranças que devem ser feitas pro Incra aí faz pro técnico, pro técnico cobrar do Incra. (...) Em alguns casos o Incra tem que demandar pras famílias, aí passa pra Assistência Técnica. Então o técnico passa a ser esse intermediador, então, que muitas, muitas das vezes não é trabalho da Assistência Técnica. Muitas vezes é papel do Estado fazer. Então passa a ser amortecedor. O técnico ouve as angústias, as reclamações das famílias e aí transfere pro Incra, e muitas vezes o caminho inverso (Dirigente MST-ES, presidente da Cooptraes, julho de 2010).

Ou seja, a relação contratual entre Incra e Cooptraes abre espaço – justamente porque não regulamenta explicitamente as tarefas da entidade contratada – para o Incra delegar tarefas às entidades. Com isso, o técnico da Cooptraes passa a ser um intermediador entre assentados e Incra.

Um aspecto limitante, do ponto de vista do entrevistado, da relação contratual é o tempo despendido para o cumprimento de algumas exigências administrativas, como por exemplo a prestação de conta, que na sua visão não beneficia diretamente as famílias assentadas. O que ele irá chamar de trabalho burocrático:

(...) para manutenção do contrato, a gente, tanto a nível de escritório Estadual, quanto a nível de técnico, precisa dedicar uma boa parte do tempo, ou seja, dividir e distribuir o tempo para atender as famílias e pra atender a parte burocrática, para a manutenção do contrato. Então você precisa dividir o tempo por questões burocráticas, mesmo sabendo que famílias nem se beneficiam daquilo que está fazendo, diretamente, mas que vai ser preciso fazer pra garantir que as famílias se beneficiem do contrato, posteriormente (Dirigente MST-ES, presidente da Cooptraes, julho de 2010).

É também considerado como trabalho burocrático o processo de submissão de projetos para o acesso ao crédito, que também é limitante na medida em que, por demandar muito tempo dos técnicos, prejudica o atendimento àqueles assentados que não acessaram o benefício por algum motivo, como afirma o presidente da cooperativa:

Imagina você pega um assentamento que algumas famílias pode acessar crédito. E outras não. Aquelas que vão acessar crédito, as

burocracias são tantas, que você tem que dedicar muito tempo pra aquelas. Então além delas serem beneficiadas com créditos já forma beneficiadas com a assistência técnica. Isso significa que você tem que reduzir o seu tempo pra aquelas que não foram beneficiadas com crédito. Então ela nem foi beneficiada com crédito porque por um motivo ou outro não pode acessar e também seu tempo [de atendimento] foi reduzido com a assistência técnica. (...) Então, por esse aspecto, uma foi beneficiada 2 vezes e a outra foi prejudicada 2 vezes (Dirigente MST-ES, presidente da Cooptraes, julho de 2010).

De uma forma geral, a relação com o Incra-ES, no processo de execução dos serviços de ATER é considerada como “tranqüila”, e que está, na avaliação do presidente da cooperativa, se aprimorando: “(...) teve o aspecto que nós fomos aprimorando nossa parte, mas também, nós forçamos pra a mudança da metodologia deles. Tanto nós, quanto eles tinha que mudar, muita coisa” (Dirigente do MST, presidente da Cooptraes, julho de 2010). Para o entrevistado, portanto, as mudanças de práticas ocorreram de ambos os lados, visto que o exercício da política impunha mudanças.

2.6 Quando o Movimento social torna-se executor de uma política pública...

Grande parte das questões explicitadas pelos atores entrevistados está relacionada às mudanças relativas ao processo de descentralização e terceirização da prestação do serviço de Ater nos assentamentos. Principalmente no que diz respeito a entrada em cena do MST (Cooptraes) como agente executor do Programa Ates.

Com isso, o MST – organização que há mais de duas décadas representa parte dos trabalhadores assentados do estado do Espírito Santo, e que sempre esteve à frente das reivindicações feitas ao Incra-ES e outros órgãos públicos pela melhoria das condições de vida nos assentamentos, e, é claro, pela Reforma Agrária – passa a assumir também nos assentamentos funções que antes eram atribuídas aos agentes estatais.

Dessa forma, alteram-se não só as relações entre MST e Incra, como também as relações entre MST e assentados. Na experiência de execução do Programa Ates no Espírito Santo, o MST vira contratado do Incra-ES (por meio da Cooptraes), embora não se descaracterize como um movimento social que representa parte das famílias assentadas do estado e cobra por ações deste órgão nos assentamentos. Ou seja, uma nova relação se estabelece entre estes dois atores (MST e Incra) baseada no contrato de

prestação dos serviços de Ates. Para os assentados, alguns militantes do Movimento, que há muito eram tidos como lideranças nos assentamentos, passam agora a serem também executores de uma política pública. Neste sentido, os assentados passam a cobrá-los pela execução dos serviços de Ates, responsabilizando-os pelo bom ou mau funcionamento destes.

Alguns autores já refletiram sobre a participação de organizações sociais no processo de execução de políticas públicas. Trazer aqui algumas destas reflexões podem ajudar na compreensão das mudanças que determinadas políticas públicas e seus mecanismos institucionais de implementação provocam nas relações em que estas organizações estão inseridas. Trazendo para o caso estudado, tais reflexões podem ajudar na compreensão das mudanças que o Programa Ates e seu formato institucional provoca no tecido relacional à que o MST se insere no estado do Espírito Santo.

Claus Offe, ainda em 1989, elaborou uma reflexão sobre a inserção de grupos de interesses em espaços institucionais de decisão pública na Alemanha⁸⁸. Para o autor, a atribuição de status político a grupos de interesses, por parte dos agentes estatais, segue uma lógica altamente pragmática e funcionalista, pois facilita a resolução dos conflitos e a obtenção de conhecimentos necessários à elaboração de uma política governamental. Assim, os grupos de interesse são indispensáveis à política pública, pois detém informações imprescindíveis a sua execução e efetividade (OFFE: 1989). Neste sentido, as organizações de interesses “devem ser transformadas em componentes integrantes dos mecanismos através dos quais a política pública é formulada” (*op. cit.*: 235)

Esse uso instrumental ou pragmático das organizações de interesses por parte do Estado a que Offe (*op.cit.*) se refere pode nos ajudar a compreender, por exemplo, o quanto o sistema descentralizado de Ater contribuiu para que a Pnater seja executada. Ao criar o sistema descentralizado de Ater, como vimos no capítulo I, o Estado reconhece sua incapacidade de dar conta de todas as demandas pelo serviço e legitima diversas entidades, ONGs e empresas privadas na execução deste. Sem a presença deste sistema descentralizado certamente os órgãos públicos de Ater não conseguiriam dar conta da grande quantidade e diversidade de demandas pelo serviço no país.

No caso do Programa Ates, por exemplo, as entidades ou empresas contratadas são incorporadas à dinâmica do trabalho do Incra nos assentamentos, tornando-se indispensáveis ao órgão. No caso do Espírito Santo, por exemplo, os técnicos do

⁸⁸ Não pretendo aqui igualar conceitualmente grupos de interesses e movimentos sociais.

programa Ates, como vimos, contribuem significativamente para o trabalho do Incra nos assentamentos, a ponto dos servidores do órgão caracterizarem o serviço como “os braços” e “os pés” do Incra nos assentamentos. A capilaridade que o MST possui nos assentamentos somada ao conhecimento e proximidade do público assentado contribuem efetivamente não só para a implementação do Programa Ates mas também para a execução de boa parte das ações do Incra nos assentamentos, mesmo que este processo não se dê sem tensões entre estes dois atores.

Trazendo outra dimensão deste processo, Offe (*op.cit.*) afirma que o fundamento lógico desta reorganização das relações entre os grupos de interesse e o Estado era impor uma dose de autocontrole, disciplina e responsabilidade aos grupos de interesses, na medida em que estes vinham influenciando a opinião pública e adquirindo representatividade na sociedade. Ou seja, para o autor, o Estado se beneficia duplamente no processo de institucionalização de grupos de interesse: primeiro porque estes grupos contribuem no processo de implementação das políticas públicas, segundo porque estes mesmos grupos ao atuarem dentro da institucionalidade estatal estariam submetidos ao controle, disciplina do Estado.

Para Offe (*op.cit.*), os grupos de interesses que são reconhecidos e recebem do Estado o status público deixam de ter suas ações exclusivamente determinadas pelos seus interesses e de seus membros. A institucionalização de uma organização de interesse envolve uma troca, que pode resultar na perda de poder por parte da organização de interesses ou garantir-lhe a autonomia (OFFE, 1989: 248). Há uma dupla natureza, segundo o autor, neste processo, pois implica restrições à base de poder do grupo de interesse em questão, assim como ganhos em termos de autonomia. A questão é como que fica o equilíbrio de perdas e ganhos em uma organização específica.

Resumindo sua perspectiva, a participação dos grupos de interesse nos espaços institucionais acaba por revelar uma dupla lógica: ao mesmo tempo em que esta participação possibilita o reconhecimento político e o atendimento às demandas de sua base, tende a conformar, como sinaliza Offe (*op.cit.*), os grupos de interesses às normas e regras dos espaços institucionais, por vezes descaracterizando-os como atores expressivos, criativos e autônomos.

Offe (*op.cit.*) aponta, portanto para um desequilíbrio de poder na relação destes grupos com o Estado, o que está relacionado a própria racionalidade dos espaços de diálogo, a qual os grupos de interesses tem que se adaptar. Isso porque, a participação

dos grupos de interesses no processo das políticas públicas, para Offe (*op.cit.*), representa a mudança de um tipo de racionalidade política para outro – nesses espaços os interesses destes grupos já não são mais definidos pelo coletivo, pela sua base, quem lhe proporciona autonomia.

Trazendo esta discussão mais geral para a experiência do Programa Ates e da Cooptraes no Espírito Santo, essa dupla lógica da participação das organizações sociais nos espaços institucionais trazida por Offe (*op.cit.*) que conjuga autonomia e institucionalização destas organizações sociais não explica por si só este processo.

Como vimos, o MST toma pra si, enquanto organização, a tarefa de prestar Ater nos assentamentos rurais em que se encontra presente. Assim, ao se inserir como parte da institucionalidade do Programa Ates passa a dividir a tensa responsabilidade com o Incra pelo bom ou mal funcionamento do Programa nos assentamentos. O contrato assinado entre o Incra e a cooperativa do MST possibilita um grande poder de controle ao Incra sobre as ações da Cooptraes. É a partir deste contrato, por exemplo, que o servidor do Incra-ES que entrevistamos argumenta em relação à postura da cooperativa. Como vimos, no seu entendimento, a cooperativa não respeita, em diversos momentos, as relações contratuais estabelecidas com o Incra.

Boa parte dos depoimentos dos entrevistados aqui explicitados trouxe uma série de limites que aparecem no dia a dia da execução do Programa Ates pela Cooptraes: baixa qualificação dos técnicos de Ates; falta de infraestrutura para o trabalho das equipes técnicas; baixa remuneração dos técnicos; alta rotatividade dos técnicos; descumprimento do contrato; a não submissão da Cooptraes à algumas determinações do Incra; excesso de demandas de trabalho; falta de capacitação; entre outras. Se por um lado, para o Incra, esses limites estão relacionados a forma como a Cooptraes atua, para os dirigentes do MST, essas questões estão relacionadas ao próprio formato institucional do Programa (as regras), que não considera a especificidade da cooperativa em relação as outras prestadoras de serviço (empresas públicas e privadas). O Programa não prevê, em seu desenho, a diversidade de serviços de Ates e a necessidade de tratar diferenciadamente as entidades menos estruturadas.

Diante das tensões surgidas ao longo do tempo em que o Programa Ates vem sendo executado no Espírito Santo pela Cooptraes, práticas de ambos os atores (Incra e MST) precisaram ser alteradas para que houvesse uma continuidade destas ações. Como bem destacou a Chefe da DD/Incra-ES, tanto o MST quanto o Incra aprenderam a lidar

com o Programa Ates.

Dessa forma, concordamos com a afirmação do Offe (1989) de que as organizações sociais ao participarem dos espaços institucionais acabam se conformando às suas regras. Entretanto, acrescentamos que esta conformação também ocorre do lado dos agentes estatais e modelos institucionais⁸⁹. É o que pode ser percebido no caso aqui estudado. O processo de partilha de poder entre os agentes estatais e as organizações sociais acaba por alterar as formas de agir e pensar de ambos os atores, mesmo que de forma desigual.

Também pensando sobre a perda de autonomia das organizações sociais ao participarem de processos institucionalizados, como a implementação de política pública Cohen e Arato (2000) trazem outra perspectiva. Embora reconheçam que a inclusão das organizações sociais nos processos administrativos do Estado (como a execução de uma política pública) resulta em uma rotinização de suas ações, os autores entendem que isso não necessariamente significa que as organizações sociais abandonem as ações coletivas de massas, as associações de base, a criação do poder local, e a política orientada para a identidade. Para os autores a luta por maior controle sobre as ações do Estado constitui um tipo de ação pertinente aos atores coletivos contemporâneos, que a travam tendo consciência de suas possibilidades, como por exemplo, a oportunidade de reconformar as instituições e normas:

Os atores coletivos contemporâneos lutam conscientemente pelo poder, para construir novas identidades, para criar espaços democráticos tanto dentro da sociedade civil como do sistema de organização política, para a ação social autônoma e para reinterpretar as normas e reconformar as instituições (CONHEN & ARATO, 2000: 572).

De alguma forma podemos afirmar, a partir da experiência estudada, que a participação do MST (e de outras organizações sociais) no processo de implementação do Programa Ates trouxe mudanças significativas na forma de prestar este serviço nos assentamentos, produzindo novos significados (como, por exemplo, a junção entre Ater e militância), assim como contribuindo na conformação de regras e normas.

⁸⁹ Entendo que o autor não excluiu esta possibilidade, entretanto as alterações que sofrem as instituições e agentes estatais neste processo não é o foco da sua reflexão. Talvez porque quisesse ressaltar a posição de inferioridade das organizações de interesses nesse processo de reorganização das relações entre estes grupos e o Estado.

Podemos então afirmar que o próprio exercício diário do Programa produz novas demandas e promove aprendizados. Como por exemplo, o fato da Cooptraes estar incorporando ao seu quadro técnico pessoas mais qualificadas, que não necessariamente são do Movimento. É no exercício da Política que esta demanda por maior qualificação se impõe à cooperativa do MST. E com isso o movimento se adéqua a nova situação sem deixar de lado a principal característica de sua atuação na Ater: a militância. Com isso, passam a lidar com o desafio de tornar militantes os técnicos que vêm trabalhar com o MST.

Essa dimensão do aprendizado é enfatizada por Gohn : "de toda forma há de se reconhecer que há um processo de aprendizado entre os participantes destes espaços, interferindo na dinâmica do exercício da cidadania e formando quadros para atuarem na burocracia estatal" (GOHN, 2009: 58). Estes aprendizados acabam sendo incorporados pelos movimentos sociais como parte de suas estratégias de ação, são saberes por eles produzidos ao entrarem em contato com novos cenários e experiências.

Neste plano, da política pública em ato, é que emergem as questões para pensarmos a inserção dos movimentos sociais nos espaços institucionais em que as políticas públicas são produzidas e gestadas. Não podemos perder de vista que cada situação específica de objetivação de uma política pública traz uma interação e articulação diferente entre as diversas instituições e entre os agentes estatais e os grupos sociais envolvidos no processo. Neste sentido a lógica dual da inserção de organizações sociais na institucionalidade do Estado que Offe (1989) nos informa é uma importante reflexão para se pensar este processo, visto que ele chama atenção para um desequilíbrio de poder, que se explica pela própria natureza destes atores (Estado e organizações de interesses), sem, no entanto perdermos de vista as especificidades da experiência estudada.

Capítulo III

A militante e a técnica

De forma proposital deixei para apresentar os técnicos e como estes compreendem o processo de implementação do Programa Ates para este capítulo. Isso porque, como vimos, são diversas as expectativas em torno do trabalho deste técnico. E por vezes, estas expectativas são contraditórias, promovendo tensões entre os atores diretamente envolvidos na prestação do serviço de Ates nos assentamentos.

A partir dos depoimentos e reflexões trazidas no capítulo anterior pudemos perceber que o técnico é um agente em disputa. Seu saber, sua inserção na comunidade, a confiança das famílias assentadas são elementos em disputa entre o MST e o Incra e também entre os próprios assentados, como já afirmou Pimentel (2007) em seu estudo sobre o projeto Lumiar.

O técnico esperado pelo Incra, que atende às suas necessidades, deve ser articulador e bem qualificado, pois são os “braços” e “pés” do Incra nos assentamentos. No entanto, suas expectativas esbarram na prática da Cooptraes, que, como denunciado pelos servidores do órgão, remunera mal seus técnicos, que por sua vez são pouco qualificados. Por sua vez o Incra, como coordenador do Programa, diz estar ensinando ao movimento a lidar com as regras do Programa a partir de cobranças e sanções.

Considerando o papel central que desempenha o técnico nos assentamentos o MST, por sua vez, defende a associação entre a militância e a Ates, como forma de fortalecer a organização e promover do desenvolvimento dos assentamentos segundo os seus princípios. Neste sentido, o técnico esperado pelo MST deve ser aquele que também é um militante do Movimento, e que, portanto, contribuiria para a organização política das famílias assentadas. Nesse caso a atuação política do técnico é tão ou mais importante que a atuação técnica.

O técnico esperado pelos assentados deve ser aquele que está sempre disponível, que responde às suas demandas, que se aproxima construindo laços de compromisso e confiança, ou seja, como disse um dos assentados entrevistados: o técnico que tem “a nossa ideologia”.

Em seu dia a dia de trabalho o técnico da Cooptraes precisa lidar com essas

diferentes expectativas sobre o seu trabalho, sobre as suas escolhas. Sem receber formação e capacitação para tanto, o técnico utiliza suas experiências para andar sob estes campos de tensão que constituem as relações existentes a partir do Programa Ates. Como veremos, esse técnico tenta responder as diferentes demandas apresentadas pelos assentados e se tornar uma referência na comunidade, como forma também de conseguir apoio para o seu trabalho. Procura se inserir nos assuntos pertinentes a organização política do assentamento, assim como responder as expectativas dos dirigentes do Movimento. Ao mesmo tempo, tenta responder as demandas do Incra e lidar com a tensão existente entre este órgão e o MST. E os assentados.

Entretanto, que técnico é esse e como ele se constitui? Quais as estratégias que este técnico utiliza no seu dia a dia de trabalho? Será que ele se considera pouco qualificado para a sua função? O que significa a militância no dia a dia do seu trabalho? Como ele se coloca diante das tensões presentes no dia a dia do Programa ATES? Que visão ele tem do público com quem trabalha, do MST, do Programa, e por fim, de si mesmo?

Neste capítulo procuro trazer traços das trajetórias sociais e os posicionamentos de duas técnicas da Cooptraes que atuam nos assentamentos visitados. Meu objetivo é analisar o perfil do técnico que trabalha na Cooptraes e, portanto, no Programa ATES no Espírito Santo. A partir disso procuro abordar as tensões explicitadas pelos outros atores a partir da ótica destas informantes, dando ênfase às complexas relações que se estabelecem a partir da implementação deste Programa nos assentamentos do Espírito Santo. Entretanto, é importante salientar aqui que os posicionamentos destas duas técnicas não pode ser tomado como expressão de um todo (todos os técnicos da cooperativa).

3.1 A Ater e a militância

Bem antes das organizações representativas dos trabalhadores rurais, como o MST, pensarem na possibilidade de assumir como tarefa a prestação de serviços de Ater junto ao Estado, a associação entre militância e Ater já era feita. É claro que estamos falando de um tipo de militância um pouco diferente do sentido atribuído a esta palavra pelo MST, como vimos no capítulo anterior. Nesse aspecto não podemos perder de vista que esta noção é histórica, e que cada grupo social que a utiliza, lhe atribui um sentido

específico. Fazemos referência aqui a conjuntura da década de 1980, já explorada no capítulo I, em que as críticas ao modelo tradicional de Ater ganhavam força.

Se entendermos aqui a militância como característica de alguém que se dedica a uma causa política, que tem suas ações pautadas por esta causa, podemos pensar em um agir militante tanto dos técnicos que acreditavam na modernização agrícola como forma de desenvolvimento do campo, quanto dos técnicos críticos deste modelo. Entretanto, na trajetória da Ater no país, esta militância foi associada ao movimento de críticas a Ater pública como instrumento de difusão de tecnologias no campo, como vimos, peça importante no desenvolvimento do modelo excludente de modernização do campo. A adesão, por parte dos extensionistas, às causas defendidas pelos setores excluídos deste modelo de desenvolvimento do meio rural brasileiro imprimia a marca da militância ao seu trabalho.

O movimento de adesão dos extensionistas à luta por transformações na estrutura fundiária brasileira foi explorado por Masseli (1998), no livro “a extensão rural entre os sem-terra”. A autora traz os diferentes motivos que fazem os extensionistas aderirem às bandeiras de lutas dos pequenos agricultores, em um contexto em que a formação do agrônomo era “determinada, sobretudo, pela necessidade de modernizar a agricultura e atender aos interesses dominantes” (MASSELI, 1998: 64). Masseli (*op. cit.*) aponta como principal estímulo para essa adesão a organização política destes ainda nas universidades. Nos casos estudados pela autora o movimento estudantil, com qual os técnicos tiveram contato durante sua formação acadêmica, teve grande influência na formação política destes técnicos⁹⁰:

Se por um lado a formação acadêmica do técnico tinha por finalidade prepará-lo para as necessidades do desenvolvimento industrial, por outro, propiciou o encontro entre os estudantes, através do qual aprenderam a refletir e se organizar em torno da contestação do modelo político-econômico vigente. O movimento estudantil foi o principal responsável pela formação político-ideológica dos técnicos (*op. cit.*: 65).

Dessa forma, Masseli (*op. cit.*) considera a participação destes estudantes no movimento estudantil como um processo de conscientização que passou a orientar de

⁹⁰ Em seu trabalho Masseli (1998) identifica outras formas de militância praticadas por estes técnicos ainda durante sua formação, como a atuação em um projeto de extensão de educação popular e ações voltadas para a organização política das famílias assentadas.

diferentes formas, posteriormente, suas práticas enquanto profissionais⁹¹. Segundo a autora, ao se tornarem profissionais, “o compromisso do técnico com os interesses da classe trabalhadora geralmente se traduzia na vontade de trabalhar com pequenos produtores rurais” (*op. cit.*: 68-69).

Masseli (*op. cit.*) utiliza em seu trabalho, portanto, o termo “técnico militante” para se referir àqueles técnicos que “contestam a ideologia dominante, aliam-se aos que lutam pela transformação da estrutura fundiária, e, não raro, engajam-se politicamente em movimentos mais amplos de transformação social” (*op. cit.*: 63)⁹².

Embora Masseli (*op.cit.*) esteja falando de um tempo histórico diferente, este perfil de técnico trazido em seu trabalho, o técnico militante – aquele que consegue refletir sobre sua formação e adere a luta pela transformação da estrutura fundiária e melhoria de vida das populações historicamente excluídas do campo –, também foi encontrado, ainda que com algumas diferenças, no quadro técnico da Cooptraes, como veremos mais adiante. Entretanto, este perfil de técnico se diferencia daquele esperado pelo próprio MST no caso aqui estudado.

O profissional engajado à causa política dos trabalhadores rurais sempre esteve presente na história do MST, seja na consolidação dos assentamentos, na construção das escolas ou mesmo na construção de seu projeto político. Com bem afirma Medeiros, “à medida que crescia a visibilidade social e o reconhecimento político do MST, passaram a integrá-lo também os que abraçaram a sua causa e se dispuseram a apoiá-la politicamente, como é o caso de estudantes e intelectuais.” (MEDEIROS, 2009: 6).

Por outro lado, o Movimento também investiu na formação de seus próprios membros. Segundo Caldart (1997), a luta pela escolarização dos sem terra é entendida como fundamental, em primeiro lugar, por se tratar de um direito e em segundo lugar por possibilitar o acesso a certos tipos de saberes importantes na formação de sujeitos que pretendem transformar a sociedade e resgatar a dignidade. Com isso, o MST desenvolve uma proposta pedagógica própria “pela qual o processo educativo, além da formação escolar, propõe-se a também forjar uma identidade, pela reiteração de símbolos, valores e propostas do MST” (MEDEIROS, 2009: 10).

A proposta pedagógica do MST desenvolve-se a partir do entendimento do

⁹¹ Para a autora, a militância deriva deste processo de conscientização (MASSELI, 1998).

⁹² Segundo a autora esse termo já havia sido utilizado por D’Incao “para designar o profissional cujo comprometimento político se dá através de sua própria alienação a uma causa política determinada” (D’INCAO *apud* MASSELI, 1998: 63).

Movimento como um princípio educativo, pois se entende que a própria participação na luta travada pelo Movimento é um processo educativo. Neste sentido, para Caldart, “o que costuma ser identificado como sendo a experiência ou *proposta de educação do MST* (centrada nos processos de escolarização do sem-terra) não é mais do que uma das pontas do processo de formação humana que acontece no e através do Movimento” (CALDART, 2004: 409).

Segundo Medeiros, abrangendo a proposta de formação dos sem terra os cursos técnicos e superiores passam também a serem promovidos pelo Movimento, seguindo o mesmo padrão de organização e funcionamento das escolas nos assentamentos e trazendo novos princípios organizativos e tecnológicos:

Também foi ampliada a abrangência da escola, envolvendo educação de jovens e adultos, crianças ainda fora da idade de escolarização formal (“cirandas”), cursos de formação de professores, cursos técnicos (agrotécnico, administração de cooperativas etc, na lógica do estímulo à produção com base em novos princípios organizativos e tecnológicos) e, mais recentemente, parcerias com universidades públicas para cursos superiores (agronomia, história, geografia, pedagogia). (MEDEIROS, 2009: 10).

O Iterra (Instituto Técnico de Ensino e Pesquisa em Reforma Agrária), instituição de ensino criada pelo MST, por exemplo, se originou das necessidades postas pelos assentamentos, surgiu com o intuito de formar profissionais e técnicos militantes para atuar em suas bases, consolidando e desenvolvendo os assentamentos, e como forma de democratizar o acesso ao conhecimento entre os agricultores assentados (FERNANDES & STÉDILE, 1999). Ao criar oportunidade para que sua base tenha acesso ao conhecimento, formando assentados para atuarem, de diversas formas, nos assentamentos, o MST associa a educação com a própria dinâmica da luta pela Reforma Agrária e seus desdobramentos.

No que diz respeito aos profissionais de Ater formados por meio de processos formativos promovidos pelo Movimento, irei tratá-los aqui não pelo termo “técnico militante”, como os próprios membros do MST se referem a estes profissionais. Para a abordagem que irei desenvolver aqui⁹³, o termo mais adequado para me referir a estes

⁹³ Entendendo a militância como um valor no campo de relações que se consolida o Programa Ates no norte do Espírito Santo, quero enfatizar aqui como que as diferentes militâncias por mim encontradas nesse universo são praticadas no cotidiano de implementação deste Programa, o que considere

profissionais é o termo “militante técnico”. Isso porque, estes sujeitos têm como marca de suas trajetórias de vida o fato de que suas militâncias em um movimento social possibilitaram-lhes o acesso ao conhecimento científico e à profissionalização. Ou seja, em primeiro lugar, ser militante de uma organização social é definidor de sua identidade, práticas e visão de mundo. Não é minha intenção aqui desconsiderar a formação técnica (agrícola) recebida por estes sujeitos, mas ressaltar a formação política, do qual a especialização técnica é só uma ponta e conjuga a própria inserção destes sujeitos no MST.

Diferentemente do técnico militante, ao qual Masseli (1998) se referia, por exemplo, o militante técnico integra-se como sujeito primeiro ao movimento social, como militante de uma causa, e posteriormente integra-se ao universo da assistência técnica e extensão rural. E mesmo o modelo de Ater ao qual o militante técnico se integra é permeado pelos princípios e formas de ação do movimento social pelo qual ele milita. Na condição de assentados e lideranças políticas assumem mais um papel na luta política pela terra e melhoria das condições de vida nos assentamentos, entendem as ações de Ater nos assentamentos como mais uma forma de lutar pelas transformações sociais que acreditam serem necessárias. O técnico militante, entretanto, além de não se constituir como sujeito na luta pela terra, de um modo geral, adere a luta social após sua formação como técnico. Portanto, partem de lugares sociais distintos.

No corpo técnico da Cooptraes encontrei tanto técnicos militantes quanto militantes técnicos. Ao longo do texto será possível perceber as diferenças e proximidades entre estas duas categorias de técnicos, e compreender também como o fator militância se conjuga com o Programa Ates, dando características específicas a sua implementação. Nesse sentido, apresentarei a seguir estes dois perfis, a partir do depoimento de duas técnicas da Cooptraes.

3.2 A militante técnica

A técnica da Cooptraes entrevistada que encaixamos nesta categoria tem sua trajetória pessoal vinculada a própria trajetória do MST no Espírito Santo.

De família de agricultores rurais que trabalhavam para terceiros, essa

fundamental para os objetivos deste trabalho.

entrevistada teve como sua primeira referência política a sua própria mãe, quem tinha participação intensa nas atividades políticas das Comunidades Eclesiais de Base, da Comissão Pastoral da Terra e do sindicato dos trabalhadores rurais do município – organizações que, como vimos, contribuíram para a gênese do MST no estado. É a partir da figura da mãe que a entrevistada se insere nesse universo político:

(...) e nesse período, pelo fato da minha mãe estar sempre inserida, a gente acaba se inserindo. Porque minha mãe não tinha leitura, só depois de adulta, já no assentamento que ela passou a fazer a alfabetização de jovens e adultos. (...) E para ela fazer esse trabalho de leitura das cartilhinhas, de estudar a partir da bíblia, que lá da terra prometida, que num sei o que, era eu que ia para ler e ela coordenar entendeu? Então foi assim, eu ainda com os meus doze, onze anos eu já ali, comecei a me inserir, tipo, eu digo assim, involuntariamente (Técnica da Cooptraes, assentada do PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

Aos poucos a entrevistada foi se inserindo no universo político da luta pela terra, da luta dos trabalhadores rurais, sem que tivesse muita consciência desse processo.

Ao ser questionada sobre qual foi o momento exato em que se inseriu no MST, a entrevistada começa a discorrer sobre o tempo do acampamento, e de como começa a participar ativamente da organização dos jovens neste espaço:

[...] E quando eu fui para o acampamento, ainda adolescente, no acampamento há necessidade de pessoas de muita habilidade e eu sempre fui assim meio pra frente sei lá, e aí o grupo que coordenava o acampamento observou que eu poderia contribuir coordenando as crianças naquele período. Eu era uma criança e aí a gente fazia assembléia das crianças lá em cima do murundu, que é um monte de terra lá né, e aí cantava, fazia palavra de ordem, e aí fui se inserindo (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

A entrevistada também discorre sobre outras formas de participação política por ela experimentada após a constituição do acampamento, como por exemplo, a romaria da terra:

[...] logo depois da ocupação aqui em 89, aconteceu a primeira romaria da terra organizada pela Comissão Pastoral da Terra, e aí já o

MST também né, que já tinha surgido, e no período eu fui, e que foi uma caminhada, de comunidades em comunidades, de São Mateus à Vitória, terminando com um ato ecumênico na Matriz Vitória, falando dessa necessidade de ter terra né, coisa assim, e no período eu era a mais nova romeira né, no período eu tinha 14 anos e era a mais nova romeira (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

A ocupação, o acampamento, os cantos, as palavras de ordem, a romaria, entre outras experiências fazem parte, portanto, do universo simbólico que constitui o MST como um grupo social, que servem como referência para a manutenção da luta coletiva. É a partir do aprendizado e compartilhamento destes símbolos que a entrevistada se vincula ao Movimento. Neste sentido, as práticas aparecem como forma de internalização dos papéis sociais que são valorizados no grupo.

Segundo a entrevistada, a sua participação na organização do Movimento aumenta na medida em que ela vai apresentando “habilidades” para assumir determinadas tarefas:

[...] aí passei a estar nas atividades da organização é, do setor de frente de massas, juventude, formação, a gente vai passando, conforme a habilidade apresentada vai para um para outro, contribui aqui, contribui ali [...] E aí assim, a gente foi só se envolvendo né, não dá nem para dizer que dia foi né, foi se envolvendo. (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

A “habilidade” a que a entrevistada se refere diz respeito a uma característica individual, que foi reconhecida e aproveitada pelo Movimento, no próprio processo de luta. Entendendo que um grupo social possui indivíduos com diferentes “habilidades”, o MST, ao inserir na sua organização os sujeitos segundo suas “habilidades” parece estar, ao mesmo tempo, reconhecendo a individualidade desses sujeitos e integrando-os também a partir de suas diferenças.

Roseli Caldart (2001), pesquisadora e também educadora do MST, trabalha com a idéia do Movimento como um princípio educativo, trazendo uma perspectiva importante para pensarmos essa constituição de vínculos entre a entrevistada e o MST no Espírito Santo. Segundo a autora, “os Sem Terra se educam, quer dizer, se humanizam e se formam como sujeitos sociais no próprio movimento da luta que

diretamente desencadeiam” (CALDART, 2001: 213). Ou seja, os sem-terra se educam no próprio processo de luta do qual participam e que constitui o MST. Para Caldart (2001), existem duas dimensões que são fundamentais para a compreensão do processo de formação da identidade sem-terra ligada ao MST:

[...] a [dimensão] que vincula cada família Sem Terra à trajetória histórica do Movimento e da luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil, tornando-a fruto e raiz (sujeito) desta história; a que faz de cada pessoa que integra o MST um ser humano em transformação permanente, à medida que sujeito (também condicionado a) de vivências coletivas que exigem ações, escolhas, tomadas de posição, superação de limites, e assim conformam seu jeito de ser, sua *humanidade em movimento* (CALDART, 2001: 212).

Neste sentido, o processo de formação do sem-terra do MST passa pela inserção das famílias/sujeitos ao Movimento como parte de sua história, e, pela construção permanente desse sujeito na medida em que vive as experiências coletivas que esta inserção lhe proporciona. O MST passa então a fazer parte da história deste sujeito e ao mesmo tempo contribui para a sua transformação permanente. Ao mesmo tempo, Caldart acrescenta que é do entrelaçamento entre os diferentes sujeitos que se vinculam ao MST que se forma a *coletividade Sem Terra*:

Do entrelaçamento das vivências coletivas, que envolvem e se produzem desde cada família, cada grupo, cada pessoa, com o caráter histórico da luta social que representam, se forma então a *coletividade Sem Terra*, com uma identidade que não se enxerga olhando para cada pessoa, família ou grupo de sem-terra em si mesmos, mas que *se sente* ou *se vive* participando das ações ou do cotidiano do MST. (CALDART, 2001: 212).

Ao mesmo tempo em que os indivíduos que se inserem no MST se constituem enquanto Sem Terras, também estes indivíduos acabam por construir o próprio Movimento. Neste sentido, podemos pensar o MST como uma *figuração social* específica, trazendo o conceito desenvolvido por Elias (1970, 2006). Buscando superar a dicotomia indivíduo/sociedade marcadamente presente na sociologia do século XIX e início do século XX, o autor traz este conceito para dar ênfase ao fato dos indivíduos serem interdependentes e, portanto, formam uns com os outros *figurações* sociais. Tais *figurações* não são estáticas, se encontram em um fluxo contínuo de mudanças, de

processos sociais com dinâmicas próprias. Essa perspectiva da interdependência entre os indivíduos ressaltada por Elias (2006) pode nos ajudar a compreender essa troca entre a técnica e o MST que conjuga, ao mesmo tempo, aprendizado e construção do Movimento. Isso porque, como militante do MST, a entrevistada, na sua relação com os outros militantes, contribuí para a construção do Movimento enquanto sujeito político no Espírito Santo, e por isso, o Movimento não existe independente destes militantes. Ao mesmo tempo, estes militantes aprendem com esta experiência, assemelhando-se e diferenciando-se uns dos outros.

Quando questionada sobre porque e como se tornou técnica de ATER, a entrevistada traz como elementos explicativos de sua inserção na Ater, sua origem rural, sua identificação com a terra

Entre eu e meus irmãos, meu pai e minha mãe sempre dizia que eu e meu irmão mais novo do que eu eram os que mais se identificavam com a roça né, em casa a gente sempre trabalhou muito na roça. E eu e ele, que também hoje é técnico, éramos os que mais iam para a roça com vontade, que trabalhavam mais, minha mãe sempre falava que a gente tinha mais vontade. E eu sempre me identifiquei, sempre gostei de ter minhas plantinhas, ainda solteira em casa sempre ajudava minha mãe na horta, para vender, sobreviver da horta, das plantinhas, sempre tivemos jardim, cuidados com os animais, eu sempre gostei, ainda adolescente jovem, mas eu sempre gostei de trabalhar na terra, então eu acho que uma das características para ser técnico é essa: você ter que gostar da terra né, você tem que gostar de fazer isso, porque não vale a pena só estudar, se eu não sei plantar nada, se não quero sujar minha mão, então não dá para eu ser técnica (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

Para a entrevistada, essa **identificação com a terra** torna-se fundamental para o exercício do trabalho do técnico. Sua posição social, enquanto agricultora, enquanto uma pessoa que sempre “gostou da terra” é, neste sentido, legitimadora de sua inserção na Ater, de sua profissionalização.

Se por um lado é a afinidade com a terra que explica sua opção por trabalhar com a Ater, por outro é o MST quem fornece a entrevistada esta oportunidade. Segundo a entrevistada, sua inserção na ATER só vai aparecer como possibilidade após sua participação no primeiro curso de Ensino Médio e Técnico de Agropecuária em Agroecologia e Meio Ambiente realizado pelo MST no Espírito Santo.

Eu sempre quis fazer alguma coisa assim, e depois quando surgiu o primeiro curso técnico, do setor de produção, a direção estadual me indicou para coordenar o curso. Como eu não tinha terminado o ensino médio, eu tinha feito o ensino fundamental e não tinha feito o ensino médio e eu já estava assentada aqui no Zumbi dos Palmares, foi uma oportunidade que eu tive de **juntar o político e o pessoal**: eu tinha necessidade pessoal de fazer o ensino médio e foi me dada uma tarefa de coordenar. Então foi difícil né, mas eu encarei o desafio de estudar. Iniciamos em 2003, meu filho tinha dois anos, eu tive esta oportunidade de estudar e coordenar o curso, uni o útil ao agradável. E aí iniciei esse curso, não foi só por isso, mas também porque eu tinha essa afinidade com a técnica de trabalhar a terra, então eu já gostava e aí fui fazer este curso que durou então quatro anos (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010). (grifo meu).

Fazer o curso foi mais do que uma questão pessoal, como descreve a entrevistada, foi também uma questão política. Apesar das dificuldades que enfrentaria para voltar a estudar, por conta de sua condição de mãe, a entrevistada aceita o desafio, considerando que seria importante não só para ela – porque não havia feito o ensino médio e porque gosta de lidar com a terra – como também foi importante para a organização na medida em que ajudou a coordenar o curso. O fato de a organização lhe dar essa tarefa aparece, portanto, como um compromisso a ser assumido pela entrevistada⁹⁴.

O curso que a entrevistada se refere durou quatro anos (2003/2007), com a metodologia da pedagogia da alternância, ou seja, alternando os tempos educativos entre tempo escola (sessenta dias) e tempo comunidade⁹⁵, sendo o tempo escola realizado no Ceforma⁹⁶.

Segundo a entrevistada este curso também serviu para que o Movimento selecionasse alguns alunos para trabalhar com a Ater, junto a Cooptraes. O atual presidente da cooperativa também participou deste curso com a tarefa de coordenação junto à entrevistada. Segundo a entrevistada, o curso foi realizado pelos setores de educação e produção do MST no Espírito Santo. E foi também um espaço de identificação de pessoas adequadas a trabalhar no Movimento. Esta seleção seguiu alguns critérios:

⁹⁴ Uma das características dos cursos organizados pelo MST é a presença de alunos na comissão que coordena o curso chamada de Coordenação Político Pedagógica- CPP.

⁹⁵ Ver nota 77.

⁹⁶ O curso fora aprovado pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Espírito Santo somente em outubro deste ano, 2010.

[...] nós tivemos a tarefa de coordenar o curso, e aí você consegue perceber, nos quatro anos de convivência que não são poucos, e sessenta dias confinados lá no Ceforma, as habilidades, as pessoas com mais **responsabilidade**, com mais **disciplina** no trabalho, no tempo comunidade, no desenvolvimento dos seus estágios, no trabalho. Então, quando a gente terminou o curso a gente já tinha idéia de quem poderia exercer com propriedade o trabalho de assistência técnica. E essas pessoas que coordenavam o curso eram do setor de produção e são até hoje. (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010). (grifos meus).

As habilidades a que a entrevistada se refere são características que identificam as pessoas que teriam condições de assumir as tarefas da organização, tais como a **responsabilidade** e a **disciplina**. Dentre as tarefas da organização que estes alunos do curso foram chamados a assumir está a assistência técnica:

Na assistência técnica sabe que existem vários ramos, tanto a assistência técnica que é esta que a gente está prestando mais tem outros tipos, no caso a Cooptraes também tem uma equipe de topografia do próprio grupo desse curso saiu gente tanto para a assistência técnica de área, quanto para a topografia, foi gente para outras áreas políticas da organização também né. [...] de maneira que eu não consigo precisar nesse momento, mas eu creio que uns trinta por cento do curso continuam envolvidos na organização diretamente, fora os que continuam nos assentamentos [...] (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

Neste sentido o Curso serviu como uma primeira etapa da seleção de técnicos para trabalhar com a Ater nos assentamentos. Assim como integrou pessoas a outras tarefas de organização do Movimento.

O primeiro trabalho de assistência técnica da entrevistada, vamos dizer assim, foi assessorar as famílias do assentamento em que mora (Zumbi dos Palmares) no processo de acesso ao crédito moradia para a recuperação das casas. O sucesso da implementação desta ação neste assentamento é apontado como um dos motivos para que ela começasse a trabalhar na Cooptraes, experiência que, junto ao curso, caracterizou como uma forma de preparação para o trabalho que desempenha hoje.

A entrevistada ingressa na Cooptraes como técnica de nível médio no ano de 2009, prestando os serviços de Ates no assentamento Zumbi dos Palmares, local onde

mora com sua família. O assentamento Zumbi dos Palmares, devido ao seu tamanho e ao número de famílias que possui (151 famílias segundo o Incra), conta com o trabalho de mais um técnico para a execução do Programa Ates, visto que o Incra trabalha com uma média de 80 famílias por técnico. A entrevistada também assumiu junto a Cooptraes a tarefa de coordenar o núcleo operacional Quilombo dos Palmares, acompanhando o trabalho desta equipe técnica. Além de coordenar este núcleo operacional, é também tarefa sua revisar os relatórios de toda a equipe técnica da Cooptraes e, após as devidas correções, encaminhá-los para o Incra. Para a entrevistada, o fato de ser chamada a assumir essa sua tarefa de coordenação está relacionado às características que foi adquirindo ao longo de sua militância no Movimento:

Você não tem o cargo de coordenar alguma coisa porque alguém quer, mas por causa da característica né, por causa da condição, do conhecimento, sei lá, um monte de critérios aí que muitas vezes eles nem estão escritos, eles estão aí no contexto da luta né. Então, o fato de ser uma pessoa que está há muito tempo no movimento sem terra me dá mais essa tarefa. De além de ser técnica de coordenar as atividades das equipes técnicas. (...) a referencia que eu tenho hoje na Cooptraes da assistência técnica, ela não veio com a minha inserção na Cooptraes, ela veio de um tempo muito anterior né, da minha inserção no movimento sem terra. Então me deu essa condição de reconhecimento, tanto dos colegas de trabalho, quanto da direção do próprio INCRA né, então é dessa relação, dessa minha inserção na organização de mais de 20 anos (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

Assumir uma função de coordenação na Cooptraes, para a entrevistada, aparece como um reconhecimento pelo seu histórico de militância no MST. Neste sentido a entrevistada conjuga da mesma opinião que os dirigentes do Movimento entrevistados: a gestão da Ater nos assentamentos em que o Movimento está presente torna-se uma tarefa da organização. Sendo assim, a entrevistada coloca que o Estado e o Movimento devem ter papéis sociais distintos no processo de implementação do Programa Ates. O papel do Estado seria prover a prestação do serviço, e o da Cooptraes coordená-lo – no caso dos assentamentos em que o MST se encontra presente no Estado:

[...] o Estado é no caso assim, como que eu diria, é a condição, sei lá, o mecanismo de dar as condições de realizar o trabalho. Agora quem coordena, quem indica técnico e tal e supervisiona é a Cooptraes, é o movimento. O governo federal, estadual tem que dar o direito de

assistências técnica que todo o proprietário toda pessoa que trabalha na terra tem. Agora o jeito de trabalhar a gente tem que ver conforme, no caso nosso é conforme o que a gente acredita (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

No entanto, para a entrevistada, o fato do Estado ter cedido à entidades como a Cooptraes o direito de coordenar os serviços de Ates foi um ganho político não só para os assentados como também para o Estado, na medida em que se desresponsabilizou pela prestação do serviço, com sua terceirização:

o Estado também, ele não foi bonzinho ao ceder às organizações sociais de ter uma assistência técnica diferenciada no caso, eles não foram assim bonzinhos. No fundo, no fundo eles tiveram ganho político nesse caso, porque, eu imagino assim, o que era tarefa deles enquanto Incaper de fazer, o governo lá do Estado, aqui no caso do Espírito Santo Incaper, que prestaria esse serviço né, de fazer, de se responsabilizar, de botar a cara, eles colocaram alguém para fazer isso, eles terceirizaram o serviço de assistência técnica, entendeu? Então eles não fizeram isso de bonzinho (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

Mesmo colocando isto, a entrevistada revela que, para o Movimento, é muito importante assumir a assistência técnica nos assentamentos, mesmo com todas as limitações. Isso porque o Movimento considera que presta um serviço melhor do que prestavam os órgãos do Estado:

Nós assumimos esse papel mesmo sabendo das nossas **limitações** também, mas a gente assumiu por acreditar que embora com limitações a nossa assistência técnica, ainda para nós estaria melhor, do ponto de vista do que a gente acredita da assistência técnica, ainda melhor do que a que eles prestariam para a gente né (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

Nesse sentido o “assumir” a assistência técnica toma uma conotação de tarefa e luta, argumentando que de outro jeito seria muito pior para as famílias assentadas. Aparece mais uma vez aqui o diagnóstico de que a Ater prestada pelas empresas públicas não é considerada suficiente pelo Movimento.

Entretanto, o discurso – tanto desta militante técnica como dos dirigentes do MST-ES entrevistados – contrasta com algumas práticas da Cooptraes descritas pelas

técnicas e pelo próprio Incra como a parceria da cooperativa com o Incaper em atividades (de capacitação, por exemplo) nos assentamentos do MST. Por mais que os militantes do MST no estado acreditem que o Incaper não teria condições de prestar o modelo de Ater que a Cooptraes presta nos assentamentos, não se pode negar que há algum tipo de afinidade entre a cooperativa e esta empresa, visto que desenvolvem atividades juntas nos assentamentos da região. Mesmo que essa relação se dê apenas com alguns funcionários da empresa, não se pode negar que de alguma forma o trabalho do Incaper dialoga com o trabalho desenvolvido pela Cooptraes, e que não se pode mais colocá-lo no campo adversário.

Ao defender que o Movimento assuma a gestão da Ater nos assentamento em que se encontra presente, a entrevistada coloca a importância da inserção na organização para o dia a dia do trabalho do técnico nos assentamentos. Isso porque, esta inserção traz uma maior proximidade aos assentados e à realidade dos assentamentos. Logo, na sua avaliação, se o técnico que for trabalhar com a Cooptraes não se inserir na organização terá dificuldades para realizar seu trabalho:

Nós temos experiências claras na Cooptraes de pessoas que, quanto menor a inserção na organização maior a dificuldade de prestar assistência técnica nos assentamentos. Porque não é só a assistência técnica, se eu não consigo compreender a situação que vive o movimento sem terra, os assentamentos, a realidade de cada situação dessas, e até de intervir e buscar alternativas, eu não consigo trabalhar (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

A proximidade da técnica em relação aos assentados se dá também por ela morar no assentamento em que trabalha. Para ela, morar no assentamento significa estar mais próxima das famílias assentadas e com isso, ser procurada dia e noite para atendê-los. Apesar do excesso de trabalho que esta proximidade a partir do local de moradia gera, a entrevistada considera como um fator positivo, uma resposta positiva ao trabalho que realiza, pois se torna referência:

(...) é mais trabalhoso porque as pessoas te procuram durante o dia, à noite, sábado, domingo, feriado, não tem dia. Por um lado é bom porque você nota que você tem certa **referência**, que você **representa**. Porque se a gente também presta um trabalho muito mal as pessoas não te procuram também, vão dizer assim: 'há pra que procurar se ela não vai resolver minha situação mesmo. Quando eles

procuram é porque notam que o trabalho que você desenvolve, dá até certa satisfação assim pra gente né, confiam no seu trabalho, quando não procura você tem que ver: “alguma coisa ta acontecendo, não me procuram para nada”. Mas nesse caso eu não tenho do que me queixar, eu tenho que me queixar do contrário, porque me procuram tanto [risos], porque acabam dando muito trabalho! (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010). (grifos meus).

Como vimos no capítulo anterior, os assentados também falam da importância do técnico morar no assentamento, principalmente por conta desta maior acessibilidade. Mas o que a entrevistada revela aqui é que morar no assentamento, ser parte da história deste, é mais um elemento de sua constituição como referência no assentamento, assim como seu trabalho e a militância. Tornar-se referência é também representar as famílias assentadas. Ou seja, sua trajetória social, sua militância, seu local de moradia, seu trabalho são definidores de sua posição social no assentamento, o que pode ser entendido como recursos de poder desta técnica, que se acumulam. Se acumulam, por exemplo, no sentido em que muitas vezes os assentados não conseguem distinguir uma atividade do Programa Ates realizada pela técnica de uma atividade do Movimento também realizada por esta técnica, no caso, como liderança do MST ou moradora do PA Zumbi dos Palmares.

O fato dos militantes do MST acumularem para si mais este recurso de poder: ser técnico – no sentido de que ser técnico do Programa Ates os habilita oficialmente como mediadores entre as famílias assentadas e os órgãos públicos e outras instituições, e possibilita que tenham grande inserção nos assentamentos – torna-se um elemento importante para o próprio fortalecimento da organização.

Na visão da entrevistada, a Ater representa uma ferramenta para garantir a organização política dos assentamentos pelo MST. Isso porque, disponibiliza a infraestrutura necessária para tanto:

E como você dizia aí as famílias até podem me ver mais como uma dirigente, uma liderança, do que como uma técnica, mas para mim é muito melhor, por quê? Se eu estiver fora da assistência técnica eu não vou ter a mesma condição de atuação que a infraestrutura da Cooptraes me dá condição de fazer. As condições de parceria e de buscar ajuda que eu só tenho sendo da Cooptraes, entendeu? Então é uma **ferramenta** que se os técnicos a agarrassem, se fossem técnicos dirigentes, técnicos militantes, a gente com essa ferramenta de assistência técnica da Cooptraes conseguiria garantir e manter a

organização social e política de qualquer assentamento, se você tiver essa compreensão política. Porque aí você tem condição de ter um telefone, de ter uma internet, de ter um carro, de ter uma moto, pra você fazer o serviço de assistência técnica e de organização do movimento sem terra. Tanto você consegue se organizar para buscar recursos para as famílias, quanto para organizar uma mobilização (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010). (grifos meus).

A Cooptraes como ferramenta do MST, é o que defende a entrevistada na medida em que percebe que a posição em que está lhe dá melhores condições (políticas e materiais) de organizar o Movimento nos assentamentos. Por isso a necessidade de juntar militância e Ater, para aproveitá-la em prol da organização.

Por outro lado, pode parecer um tanto forçado ou mesmo maniqueísta afirmar que o movimento entende a Ater nos assentamentos como uma ferramenta se não levarmos em conta que o MST também defende que o Movimento tem muito a contribuir na prestação de serviço nos assentamentos, devido seu histórico de mobilização e organização das famílias assentadas, sua reflexão e prática no que diz respeito ao desenvolvimento dos assentamentos.

No entanto, ser uma referência no assentamento (seja por conta da militância, de ser moradora ou de ser técnica) não significa que a entrevistada não encontre dificuldades no dia a dia do seu trabalho. Dessa forma, ela identifica como uma dificuldade a própria limitação do seu conhecimento de técnicas agrícolas. Ou seja, a entrevistada admite que tenha dificuldades, em algumas situações, de dar uma resposta técnica (agrícola) às famílias assentadas, mas ao mesmo tempo, considera que isso faz parte da própria formação que não conjuga muito teoria e prática. Para ela, é no dia a dia do seu trabalho que ela aprende mais, ao utilizar o conhecimento técnico:

(...) a gente enfrenta muitas dificuldades até no sentido técnico de conhecimento mesmo. Porque a gente aprende lá, quando a gente está estudando a gente aprende a teoria, você não dá nem muito valor ali na sala de aula [...] aquilo que você aprende em sala de aula, é um início, aprender mesmo você aprende aqui. Você só aprende fazer fazendo né. (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

A entrevistada reconhece, portanto, que o conhecimento das técnicas agrícolas é um elemento importante, ao admitir que sua formação neste sentido não foi suficiente.

Em contrapartida, traz a sua experiência diária como forma de aprendizado das técnicas agrícolas. A entrevistada identifica na sua capacidade de articulação uma forma de superar essa dificuldade com a técnica que se refere, visto que precisa se articular com outros técnicos na busca de uma resposta às demandas dos assentados. Nesse processo de buscar ajuda, entende que acaba aprendendo e superando sua dificuldade:

E o que acontece, o que eu noto em mim, eu tenho facilidade de articulação de organização para a atividade, de conversar com as pessoas, de ir em busca das dúvidas que eu tenho, dúvidas mais assim técnicas. Logo que eu iniciei, eu disse assim: “gente, eu não sei se eu vou dar conta, eu tenho dificuldade”. Hoje eu digo assim: “eu tenho dificuldade agora mais eu vou buscar”, então, eu sempre consegui fazer isso e o fato de eu ir buscar alternativa isso foi me dando conhecimento. [...] de vez em quando surge uma situação que eu não consigo responder, então eu peço ajuda para as pessoas que tem um pouco mais de experiência, ligo para os colegas da Cooptraes e digo: “olha encontrei tal situação, como eu posso resolver?”. Então eu busco me articular com as pessoas e não tenho vergonha de pedir ajuda, peço mesmo: “eu não sei e quero ajuda” (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

A entrevistada, mais do que identificar uma dificuldade que tem, aponta, mesmo que não tenha sido essa a sua intenção, para a necessidade de uma formação continuada, visto que as dificuldades não se apresentam no momento de sua formação enquanto técnica, mas no dia a dia do seu trabalho.

Até aqui podemos elencar algumas características do fazer-se técnica (o) da Cooptraes que a entrevistada considera importante: conhecer as condições de vida nos assentamentos, ter articulação, e ter inserção no Movimento, ou melhor, ser militante, no sentido de utilizar o trabalho como forma de organizar as famílias assentadas e, com isso, fortalecer o Movimento.

Entretanto, essa associação entre Ater e militância, segundo a entrevistada, não é vista com bons olhos pelo Incra. Na visão da entrevistada, o Incra, ao saber que a assistência técnica é uma ferramenta importante para o Movimento, quer impedir que essa associação entre técnica e militância ocorra. Isso porque, no seu entendimento, o Incra não quer que o MST se fortaleça:

Que, no caso, o Incra hoje ele interfere muito no jeito que a gente trabalha por não acreditar que há, ou até por acreditar que a

assistência técnica é uma ferramenta importante para a organização política, eles não permitem que o técnico faça isso. Então por isso que eles falam assim “quando eu sou técnico, eu sou técnico não sou dirigente” [...]. Eu acho que, sinceramente, eles não querem que o movimento sem terra, que no fundo no fundo eles sabem, eles sabem que o movimento aproveita dessa situação para se organizar, então quanto mais eles puderem pressionar para que isso não aconteça, o movimento sem terra não pode continuar crescendo a ponto de instruir estas famílias para lutar pelo direito delas né, tem que continuar do jeito que está, quanto menos informação para aquele povo, melhor (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

Muitas das atividades que a entrevistada realiza enquanto militante não podem ser explicitadas, pois ela é uma técnica de Ater. Segundo a entrevistada, em uma mobilização no Incra, como uma ocupação por exemplo, a entrevistada não pode participar, pois poderia sofrer algum tipo de pressão do Incra por ser técnica de Ates.

Como vimos no capítulo anterior essa tensão também é explicitada pelo servidor do Incra. Na visão deste servidor, a relação contratual entre Incra e Cooptraes deve prevalecer nestas situações, e os técnicos da cooperativa devem se submeter a coordenação do Incra, às suas demandas. Dessa forma, cria-se um campo de tensão onde os atores têm que evitar situações constrangedoras, em que haja um embate político entre uma demanda do Incra e uma postura do Movimento, embora todos saibam o posicionamento uns dos outros. Ou seja, regras de comportamento entre o Incra, como contratante, e a equipe técnica da Cooptraes, como contratada, são estabelecidas no processo de execução do Programa, na medida em que as tensões entre a lógica de ação do Movimento e a lógica de ação esperada em uma relação contratual são explicitadas.

A entrevistada cita outro exemplo em que precisa evitar a explicitação desta relação estreita entre a militância e o seu trabalho como técnica de Ates.

[...] a gente faz a campanha do café em contribuição ao MST, aí cada família contribui com um saco de café, para o movimento sem terra, mas a gente faz as reuniões, a gente vai às famílias, discutir estas coisas dentre outras coisas da Ates, agora eu não posso colocar isso no relatório, isso é política, isso é política nossa, eu posso fazer, mas eu não posso colocar. (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

É comum que a entrevistada conjugue suas atividades de Ates com as atividades do Movimento. No exemplo acima, a entrevistada convoca uma reunião para tratar, ao mesmo tempo, questões referentes ao Programa Ates, e a questão da doação de sacos de café das famílias assentadas ao Movimento. Entretanto, isso não pode ser explicitado no relatório de atividades de Ates que envia ao Incra.

A obediência a estas regras de conduta, que não estão escritas no contrato, mas foram estabelecidas pelo contratante (Incra) no próprio exercício do Programa, significa a manutenção do contrato. E de alguma forma, a parceria entre MST e Estado muda práticas. O que podemos entender também como uma forma de neutralizar as tensões.

O envolvimento da entrevistada com o assentamento passa pela sua própria história nesta comunidade. Neste sentido, há um acúmulo de papéis por parte da entrevistada (ser assentada, ser técnica e também ser militante) que acaba por sobrecarregá-la. Na opinião da entrevistada é grande o trabalho por ela desempenhado no assentamento, por conta desta tripla inserção (militante, técnica e assentada), pois acaba por gerar um excesso de demandas em decorrência de ser uma referência para as famílias assentadas:

[...] é muito trabalho, porque, na verdade, se fosse só o trabalho de assistência técnica, ir ali medir, fazer um croqui, um laudo técnico, um projetinho, na boa, você trabalha de sete às quatro da tarde e entra para dentro da sua casa e acabou, mas ele é muito mais que isso, porque, quando você está envolvido na vida da comunidade, você ajuda um, ajuda outro, você é ajudado então é mão dupla né. Tem as vantagens, mas também tem esse acúmulo de trabalho. Tudo o que é possível ser feito no assentamento as pessoas pedem a você, e como você nega? Então pede para você ajudar na escola, pede para você estar lá na coordenação, para você organizar uma hora máquina [...] (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

Esse envolvimento com a comunidade, portanto, aparece como mais uma das características do fazer-se técnica para a entrevistada, o que é característica também do técnico esperado pela Cooptraes e pelo MST. É neste sentido que a entrevistada destaca a abrangência do seu trabalho como um diferencial, que envolve o técnico, o político e o social.

Segundo a entrevistada, os próprios assentados encontram dificuldade de

compreender a abrangência da Ater prestada pela Cooptraes no âmbito do Programa Ates. Isso porque estão acostumados com outro tipo de assistência técnica, comum às empresas de consultorias. O que ela caracteriza ser uma mudança lenta de ser percebida pelas famílias assentadas:

[...]Porque, às vezes a pessoa pensa que a assistência técnica seria só essa assistência que qualquer consultoria dá. Não são todas as famílias do Zumbi que conseguem compreender a assistência técnica na sua amplitude né. De maneira que para nós Cooptraes, uma garantia de reestruturação dos núcleos é a assistência técnica, social, ambiental e **política**, tem gente que não consegue aqui no Zumbi compreender que ao fazer um trabalho de cuidado de nascente eu estou fazendo um trabalho de assistência técnica. Ele acredita que a assistência técnica só é fazer projeto mesmo, igual as consultorias fazem. Fazer projeto, passar veneno. Então se eu passo uma cauda agroecológica né, eu não to trabalhando a assistência técnica né, tem gente que tem essa compreensão. Para mim, o que precisa ser alterado é essa compreensão né, mas só como tempo e com o nosso trabalho né, de mostrar que é possível ser diferente (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

Como afirma a entrevistada os próprios assentados, muitas vezes, só identificam como sendo ação de Ater a elaboração de projetos para solicitação de crédito. Ações não convencionais da Ater tradicional (a qual não estão acostumados), como por exemplo, o incentivo à produção agroecológica, são identificadas como iniciativas do Movimento e não da equipe técnica, que no caso, trata-se da mesma pessoa, o que também propicia a confusão.

Na visão da entrevistada, entretanto, essa mudança não pode ser imposta aos assentados. Pelo contrário, novas práticas devem ser apresentadas aos agricultores para que eles possam ver o resultado e poderem optar:

(...) a gente não pode ser ingênua de cair na besteira de dizer “a partir de hoje se você quer uma agricultura diferente, se você quer diminuir seus custos, se você quer cuidar da sua planta direito você elimina todo o químico”, de jeito nenhum! Eu busco fazer assim: “vamos fazer uma experiência gente, fazendo o seguinte, num canteiro da horta, num canteiro de alface, você vai utilizar a urina de vaca a cada quinze dias, como fonte de desenvolvimento da planta, natural e no outro você usa aquilo que você sempre usou, vamos fazer esta experimentação né. Num pede laranja, você vai escolher aquele pé de laranja mais retirado ali e você vai recolher a calda agroecológica, no

outro você vai fazer aquilo que você sempre fez”. Então a gente ta trabalhando aqui nesse rumo (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

Aqui a entrevistada está expondo um dos seus métodos de trabalho, em que valoriza o experimento como forma de possibilitar que o assentado tenha acesso a uma outra forma de cultivar a terra. Na pesquisa tive a oportunidade de acompanhar algumas poucas visitas técnicas às famílias, mas não presenciei a prática descrita pela técnica. Entretanto, em conversas informais com alguns assentados e nos próprios relatórios da Cooperativa identifiquei o relato de oficinas coletivas de experimentação, em que técnicas alternativas eram apresentadas aos entrevistados (como por exemplo, o relato sobre uma oficina de caldas agroecológicas para o combate de pragas que havia ocorrido em um dos assentamentos da região).

Encontramos também no discurso desta técnica a preocupação com a valorização dos saberes dos agricultores assentados, também como forma de se conquistar a sua confiança. Como ela relata em sua fala:

Outro dia apareceu uma menina aqui e disse “ah eu controlo o pulgão” e eu disse “olha eu controlo meu pulgão aqui com cravo de defunto. Eu deixo lá no meio e ele repele o pulgão. E de vez em quando uma urina de vaca né” e ela disse “ah lá em casa eu controlo com cinza”. Não é um saber dela? Eu vou negar esse saber dela? De jeito nenhum! É um saber acumulado, porque foi o pai dela que falou “ah, minha filha coloca cinza lá que vai ajudar né”, não é o pulgão, a cinza vai ajudar a corrigir o solo, a acidez do solo, então você vai negar esse conhecimento? Não pode e não deve negar. E a partir daí você vai ganhando **confiança** (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010). (grifos meus).

Nesta perspectiva, ganhar a confiança dos agricultores assentados passa por respeitá-los, seus saberes e práticas. Na sua visão, portanto, está implícita a idéia que respeitar o agricultor (sua história) é fundamental para se estabelecer uma relação de confiança, por meio da qual o seu trabalho poderá ser realizado.

A necessidade de se estabelecer uma relação de confiança está relacionada a própria característica do público beneficiário do Programa. Há um diferencial de poder na relação entre técnicos e assentados, que numa perspectiva mais democrática (que é a proposta do Programa e também do próprio MST), precisa ser minimizado, a partir de

práticas que dêem voz ao pólo mais frágil desta relação: os assentados.

A própria entrevistada chama atenção para as especificidades do público que atende. Chama atenção para o fato de estar lidando com pessoas excluídas, que tiveram seus direitos negados, e, portanto, a dimensão que deve ser trabalhada é o regate da cidadania:

No caso dos assentados a gente trabalha com pessoas que foram tiradas delas a oportunidade de ter direitos, de ter cidadania, de ter dignidade. Então, quando você trabalha a assistência técnica para este grupo e é exatamente por isso que você precisa trabalhar, não só o técnico, mas o político. Você tem que trabalhar a assistência técnica e estar ajudando ele a se promover enquanto cidadão. (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

Quando estas pessoas se formam os acampamentos e, posteriormente, se tornam assentadas, aos poucos elas vão tendo acesso aos direitos que historicamente lhe foram negado. Para a entrevistada, por esta especificidade deve-se tratar de forma diferente os assentados, dando ênfase a dimensão política:

A partir do momento em que a pessoa tava lá vivendo em uma favela, ou numa fazenda por aí, na periferia, ou de bóia fria por aí, ele muitas vezes, na grande maioria dos casos nossos de assentamento, a família nunca tinha entrado em um banco. Quando ele é acampado, que passa a ser assentado e inicia ter direito aos créditos, ele começa a perceber que ele também é cidadão, a gente começa a promover nela a cidadania, que ele começa a perceber “pô eu vou ter uma conta no banco”, “eu vou entrar no banco”, “eu vou poder acessar um benefício”. Então a gente tem que tratar de maneira diferente porque, como que eu diria, não porque somos diferentes, mas porque somos iguais, ou devemos ser tratados como iguais, e até hoje não fomos tratados iguais aos outros (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

Neste sentido, a própria característica do público do Programa Ates justifica que se trabalhe esta dimensão política, perspectiva que encontramos no próprio documento do Programa – que coloca como tarefa dos técnicos de Ates contribuir para a organização política das famílias assentadas – e que é também o entendimento e prática do Movimento.

Porque o militante vira técnico? Após a exposição destes depoimentos de uma

militante técnica do MST, parece um tanto óbvio responder a esta pergunta: porque quando a ATER passa a ser uma tarefa do Movimento seus militantes a assumem em prol da organização. Mas se analisarmos com cuidado, não parece tão óbvio assim. São inúmeras as dificuldades encontradas para que um militante se torne um técnico. Do ponto de vista da organização, são também inúmeros os custos para formar seus quadros.

No caso da militante técnica, por exemplo, o “ser mãe” e “ser agricultora” também pesam na composição de sua identidade, para além da militância e da técnica. Dessa forma, conjugar em seu dia a dia estes diferentes papéis sociais torna-se uma difícil tarefa. A entrevistada ressalta que sua vida e de seu marido sempre foram a serviço da organização. Entretanto, na sua visão não poderia ser diferente:

Na verdade é difícil dizer como administro isso tudo, você vai administrando conforme a necessidade maior, que nada tem prioridade maior né, tudo precisa ser feito. Então na hora que você vê que tá capengando ali, você tem que correr pra ali, e fazer ali, é difícil, nossa senhora [risos]! Mas assim, esses últimos dias agora, a gente tem conversado muito a respeito, porque tanto a minha vida quanto a vida dele [do marido] foi sempre a serviço da organização, e muitas vezes a gente não tem tempo pra nada. Não é porque pessoalmente não se quer, mas é porque politicamente não tem condição. (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

Segundo a entrevistada não está entre as suas opções largar o Movimento, pois isso significaria perder parte de sua vida, que está vinculada a organização. Mesmo que tenha condições de sobreviver sem a militância, a entrevistada não considera isto uma opção:

Não dá para você deixar todo um adquirido, toda sua consciência e dizer assim “ah não, porque agora eu tenho filho, porque eu sou assentada, tenho isso para fazer, eu vou sossegar” eu não posso. Eu jogar para cima é eu deixar de, é eu ter perdido parte da minha vida porque se parte da minha vida eu dediquei a essa organização como é que agora eu vou dizer simplesmente “eu tenho uma casa, eu tenho um carro, eu tenho um filho, eu tenho condição de sobreviver sem fazer isso”, eu vou deixar? Isso é uma questão de consciência mesmo e que é difícil explicar (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

A partir deste depoimento podemos entender que para a entrevistada ser militante passa por dedicar a vida a serviço da organização. Em um processo em que ela contribuí para a organização e ao mesmo tempo se constitui enquanto sujeito, em um processo indissociável.

Para tentar minimizar parte das cobranças sobre os papéis sociais que desempenha a entrevistada diz tentar ser um modelo ou exemplo de militante, mãe, agricultora, assentada, mulher:

[...] Mas assim, essa vida de mãe e tal assim, não é agora que eu tô vivendo essa vida corrida né. Tem, vamos dizer assim, dez anos que eu sou mãe, assentada, estou na militância, sou mulher, sou tudo né, então tem uma correria aí. Mas nem por isso eu deixei de ter as minhas criações, deixei de conversar com os meus filhos, de brigar na hora que precisa, de brincar né, de conversar sério, de ter minha horta, de cuidar do meu jardim, de cuidar das minhas galinhas, de ter meus vizinhos, de ir lá e conversar com eles, de valorizar, nunca deixei de fazer isso, mas é corrido viu. [...] Para você garantir aquilo que você fala você sofre muito né. Porque, coloca-se no meu lugar: como que eu vou orientar as pessoas a ter horta para a sobrevivência, orgânica, de ter pequenos animais, de ter pomar, se eu sou assentada e se eu não tenho? Como eu vou exigir que as famílias, orientar as famílias que cuide do lixo, que não jogue lixo no chão, que tem um local para por o lixo, se eu joga lixo no chão e não oriento os meus filhos, como eu vou dizer para as famílias que tem condição de você trabalhar né, de se dedicar a uma causa, que no caso é ao MST, cuidar da sua família, educar seus filhos, ensinar ele na lição de casa, ir lá na assembléia de pais e alunos, participar da vida, de tudo, se eu não vou? Entendeu? Então para você garantir o que fala, o que tá na consciência, o que você foi aprendendo, é muito difícil (Técnica Cooptraes, assentada PA Zumbi dos Palmares, julho de 2010).

Nessa fala a entrevistada explicita uma interação entre a imagem que ela tem dela e as imagens que os outros fazem dela. Ou seja, ela procura ser não só o que defende e acredita, mas aquilo que os outros (famílias assentadas, dirigentes do movimento, filhos, marido) esperam e projetam que ela seja. Para a entrevistada, a coerência entre discurso e práticas tem um custo alto, mas que precisa ser mantido, pois ela é uma referência no assentamento. Ou seja, coerência é mais uma das características esperadas em um militante técnico.

É claro que aqui estamos trazendo um caso específico de militante, pois o Movimento esteve presente em grande parte de sua trajetória social. Como vimos, a sua inserção no universo da política e da luta no campo se deu pela própria família, a partir da figura da mãe, quando ainda era uma criança. Ainda adolescente se insere no MST,

junto com sua família, pela porta do acampamento, caminho comum a boa parte dos militantes deste Movimento. A partir de então se integra e participa de todos os processos formativos (tomando aqui a dimensão trazida por Caldart do Movimento como princípio organizativo) gerados por esta organização. Dessa forma o Movimento torna-se um padrão de estruturação de sua personalidade.

Ao longo da apresentação desta militante técnica procurei ressaltar, por meio de seus depoimentos, o quanto sua trajetória social de militância no MST interfere na sua forma de entender e pensar os processos decorrentes da implementação do Programa Ates pela Cooptraes, seja na relação com os assentados, com o Incra ou com o Movimento. Com isso pudemos perceber também o quanto esta militante contribuiu e contribuiu, agora também na posição de técnica de Ates, para a luta do MST, em especial no Espírito Santo.

O exemplo trazido aqui é emblemático, pois a entrevistada incorpora todas as expectativas que a organização construiu em torno do técnico que deseja formar. E a sua formação como técnica ocorre em decorrência de sua inserção na organização, ou seja, de sua militância.

No próximo item apresento outro perfil de técnica também presente no quadro da Cooptraes: a técnica militante. Com isso pretendo trazer elementos para pensar como a presença do MST no processo de implementação do programa Ates, constrói novas práticas e visões sobre o universo da Ater nos assentamentos.

3.3 A técnica militante

Assim como a militante técnica apresentada no item anterior, podemos dizer desde já que este exemplo de técnica militante também é emblemático, no sentido de que a militância surge prioritariamente no decorrer de sua formação enquanto técnica.

Há pelo menos um bom motivo para não classificar esta outra técnica entrevistada como técnica militante: ela mesma não se classifica como militante. Isso porque, para esta técnica, ser militante é agir como àqueles que são militantes do MST, os quais são suas referências – a técnica apresentada no tópico anterior, por exemplo⁹⁷. Ou seja, por se colocar como alguém de fora, que não é do Movimento, não se vê enquanto militante.

⁹⁷ Ambas as técnicas aqui entrevistadas trabalham no núcleo operacional Quilombo dos Palmares, desenvolvem trabalho juntas embora em assentamentos diferenciados.

No entanto, tomo a liberdade de classificá-la aqui, para fins de análise, como uma técnica militante, visto que se identifica politicamente com a luta pela reforma agrária, pela inclusão social e econômica dos assentados e inclina seu trabalho para a melhoria da qualidade de vida nos assentamentos, ou seja, acredita que seu trabalho possa a vir transformar as condições de vida destas famílias..

Em seu trabalho Masseli (1998) caracteriza como técnicos militantes, aqueles que ainda durante a sua formação – por meio do movimento estudantil, por exemplo – têm contato com a questão agrária e desenvolvem uma consciência política no que diz respeito as causas da desigualdade e exclusão no meio rural. A partir de então assumem um compromisso com os pequenos agricultores e sem-terras. Ou seja, o processo de formação profissional lhe permite ter contato com uma causa política e assumir um compromisso. A trajetória desta outra técnica da Cooptraes entrevistada se aproxima muito do que foi descrito e problematizado por Masseli (1998), e se distancia bastante da militante técnica descrita acima.

É importante destacar, mais uma vez, que o técnico militante a que Masseli (*op. cit.*) se refere é de outro tempo histórico (década de 1980), em que, por exemplo, não havia uma política nacional de assistência técnica orientando-se para a agricultura familiar, assentamentos rurais, quilombolas, indígenas entre outros povos historicamente excluídos desta política e também voltada para o desenvolvimento rural sustentável. De qualquer forma, não podemos deixar de destacar o posicionamento desta técnica sobre este novo paradigma, visto que a valorização destas questões ainda se encontra em um campo contra-hegemônico, pois a lógica e as tecnologias voltadas para os grandes projetos agropecuários, ou agronegócio, continuam ocupando a maior parte dos conteúdos formativos dos agrônomos nos cursos de agronomia espalhados pelo país.

Com família de origem urbana (pai e mãe trabalhavam em atividades urbanas: construção civil e advocacia, respectivamente), a entrevistada nega qualquer influência familiar na sua escolha pelo curso de agronomia. Conta que uma simples palestra de orientação vocacional da qual participou fez com que escolhesse pelo curso de agronomia. A entrevistada cursou Engenharia Agrônômica na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, em Ilhéus-BA.

Segundo a entrevistada, sua passagem pela universidade foi marcada também pela sua descoberta (pois nunca havia se interessando antes) e participação no

movimento estudantil:

[...] eu nunca me interessei muito, então quando eu entrei na universidade eu não sabia nada de movimento estudantil, sabe? Eu nunca tinha me interessado mesmo. Assim, eu fui descobrindo as coisas e entendendo as coisas no decorrer dos dias mesmo. Eu fiz uma viagem pra um encontro um Conea que é o Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia que foi na universidade federal de Viçosa também no ano que eu entrei e foi ótimo, onde eu tive bastante contato com o Brasil inteiro, né? Através da Feab [Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil], e quando eu fui apresentada a Feab de fato e aí eu voltei do congresso já com gás, aí já comecei a participar de atividades do diretório acadêmico e do DCE da universidade. Fui membro do DCE uma gestão de um ano e meio, nesse período foi o tempo realmente que eu militei [...] (Técnica da Cooptraes, outubro de 2010).

É importante aqui destacar que estas atividades extracurriculares protagonizadas pelas mais variadas formas de mobilização estudantil (congressos, diretórios, seminários, grupos, federações, etc.) tornam-se espaços importantes também de formação destes profissionais, na maioria das vezes introduzindo o elemento político a esta formação.

Segundo Pimentel (2007) a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – Feab a que a entrevistada se referiu, existe desde 1972, e é organizada a partir dos diretórios acadêmicos dos cursos de Agronomia organizados em sete regionais pelo país. Dentre suas práticas estão o estudo sobre determinados temas para dar subsídio ao debate dentro da organização (como agroecologia, ciência e tecnologia, movimentos sociais, entre outros), a organização de um congresso nacional, grupos de debates e a articulação com movimentos sociais (PIMENTEL, 2007). Para a autora, a Federação tem se apresentado como um espaço de aproximação dos estudantes de agronomia com os movimentos sociais do campo, constituindo-se um espaço de formação de um técnico diferenciado:

[...] a qualidade de atividades e debates [da federação] tem transformado essa organização em formadora de quadros para atuarem junto a movimentos sociais de luta pela terra e junto a pequenos agricultores. O movimento estudantil da Agronomia é um espaço de construção de um técnico diferenciado (PIMENTEL, 2007: 57).

Levando em consideração estas observações de Pimentel sobre a Feab, podemos dizer que para a técnica entrevistada, a participação nestes espaços (Feab, Conea, diretórios acadêmicos) também fez parte de seu processo formativo. Foi também a partir de sua militância no movimento estudantil, por exemplo, que a entrevistada teve um contato direto com o MST e outras organizações sociais no campo podendo desmistificar seu entendimento sobre estas organizações:

[...] no tempo que eu militei, neste momento, eu tive um contato pequeno com o MST. Não só com o MST, mas com o MPA, com outros, com MMC, outros movimentos, mesmo o MLT. Esse contato foi pequeno, mas foi onde eu busquei conhecer alguma coisa a mais a respeito do Movimento, porque até então o que eu sabia é o que a sociedade normalmente sabe, rola lenda demais, rola muitos absurdos em relação ao movimento, que era o que eu sabia também e daí eu comecei a desmistificar algumas coisas nesse primeiro contato [...] (Técnica da Cooptraes, outubro de 2010).

A partir desta fala, podemos considerar que este contato direto com organizações sociais dos trabalhadores rurais propiciado pela sua inserção da entrevistada no movimento estudantil foi também um processo formativo na medida em que promoveu reflexão e aprendizado.

Segundo a entrevistada, o curso de agronomia pelo qual se formou era voltado principalmente para a pesquisa, sendo que a extensão ficava em segundo plano. Considerando que a entrevistada se formou nos últimos cinco anos (momento em que a Pnater, por exemplo, já se encontrava em vigor), podemos tomar aqui a constatação de que “o ensino formal e profissionalizante parecem ainda distantes das novas demandas por habilidades e competências colocadas por este outro imaginário sobre o desenvolvimento e o rural” (DIAS, 2007: 23).

Dessa forma, a opção da entrevistada por trabalhar com a extensão, assim como sua conscientização sobre a questão agrária, também fora oportunizada por sua formação extracurricular. Durante sua passagem pela universidade de Ilhéus-BA a entrevistada teve fácil acesso às atividades de pesquisa em detrimento das atividades de extensão. Com isso, o pouco contato obtido com a extensão se dava fora das grades curriculares de seu curso, a partir das relações que conseguia estabelecer com outros estudantes, professores e agrônomos que se dedicavam a extensão. A partir destas

experiências esparsas a entrevistada revela que se encantou pela extensão:

[...] os meus três anos de iniciação científica na universidade me serviram pra eu ter certeza do que eu não queria pra minha vida, que era a pesquisa [...]. Então assim, nesse rodar eu tive muito contato com extensionistas, com pesquisadores que foram extensionistas, o meu pesquisador da iniciação científica foi extensionista durante muitos anos e a extensão sempre me encantou. Esse lance do improvisado sabe? Você saber lidar com essas situações, do se virar mesmo, eu nunca gostei de fôrma, sabe? Eu nunca gostei muito desse lance meio metódico, de fazer aquilo a vida toda e a extensão te dá essa liberdade de cada dia que você vai a campo é uma situação nova. Você tá lidando o tempo todo com pessoas o tempo inteiro, são vidas, são situações, é o clima. Então cada dia, cada dia que você vai a campo é uma situação diferente. Nunca um dia é igual a outro. E é isso que sempre me encantou na extensão. Então quando eu fui chegando ao final da minha graduação eu falei: “ah é isso que eu quero. É extensão que eu quero. Agora eu preciso correr atrás pra poder garantir que eu saia da universidade e consiga logo um trabalho. (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

Esse encanto da entrevistada com a extensão rural está relacionado à dinâmica deste trabalho. Que lida com pessoas, tempo e espaços diferenciados no seu dia a dia. A partir da “descoberta” da extensão rural, a entrevistada começou a procurar oportunidades, também extracurriculares, para estar em contato com este universo. Com isso, teve a oportunidade de acompanhar de perto algumas atividades de Ater:

[...] eu passei a ter alguns contatos com assentamentos, lá na região do em torno ali de Ilhéus através de um casal de agrônomos lá de Ilhéus que prestavam assistência, na verdade davam cursos, não só pra assentamentos, como pra agricultura familiar também. Então eu coleei neles uma época e comecei a participar desses cursos com eles pra poder entender como era essa relação deles com os assentados, para ver como era a realidade dos assentamentos daquela região e aí eu visitei uma série de assentamentos, que foi super bacana para minha formação [...] (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

Esse outro contato da entrevistada com assentamentos rurais se deu a partir da assistência técnica e extensão rural, experiência que ela considera como parte de sua formação.

A entrevistada considera importante também para a sua formação a própria disciplina de extensão rural cursada na universidade, da qual ela utiliza ensinamentos no

seu dia a dia de trabalho. Em especial a entrevistada ressalta a postura do professor em relação ao modelo de Ater tradicional:

Então, eu tive um professor na universidade, João Carlos, meu professor de extensão rural no último semestre, fui apaixonada por ele, pessoa ótima, profissional. Muita coisa assim do meu dia a dia me faz voltar à aula dele, porque ele falava: “gente, se vocês acham que aquele modelo de extensionista que ia pro campo com a pranchetinha debaixo do braço, aí chegava lá e receitava aquele monte de veneno e ia embora, já tinha feito o trabalho, isso já era! Isso é um modelo falido, defasado. Isso não existe mais!” (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

Quando questionada como a entrevistada conheceu a Cooptraes, a entrevistada revela que este primeiro contato se deu através de uma lista de e-mail mantida pela Feab, pelo qual a Cooptraes divulgou a vaga de emprego. Segundo a entrevistada, esta lista eletrônica de discussões da Feab, entre outras, é muito utilizada pelas entidades ligadas aos movimentos sociais em busca de profissionais:

[...] quem é membro da Feab [Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil] normalmente faz parte da, de uma lista eletrônica e nessa lista circula muita coisa, inclusive vagas de emprego, e principalmente essas empresas que são ligadas a movimentos sociais elas usam muito nossa lista pra pode divulgar as vagas, as oportunidades de trabalho. Aí surgiu a, a Cooptraes particularmente é uma empresa que usa muito a Feab, sempre usou muito a Feab, não só Feab como outras listas, aí eu fiquei sabendo da vaga, eu recebi um e-mail, fiquei sabendo da vaga, entrei em contato com o pessoal aqui da empresa e vim fazer a entrevista (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

O fato do MST e suas entidades jurídicas procurarem por profissionais por meio destas listas eletrônicas das organizações estudantis, nos remete a um dos critérios de seleção elencados pelo presidente da Cooptraes no que diz respeito à escolha de técnicos. Como vimos, a afinidade com a reforma agrária e com o MST está entre estes critérios. De certa forma, a existência destas listas eletrônicas facilita o trabalho da Cooptraes, na medida em que proporciona o contato direto com estudantes ou profissionais recém-formados que, por fazerem parte destas listas, têm grande possibilidades de atender este critério, visto que estas organizações se aproximam de

várias maneiras da luta pela reforma agrária e dos movimentos sociais do campo.

Alguns estudos apontam que são, particularmente, os recém-formados que vão trabalhar com as entidades não governamentais prestadoras de Ater (Marinho *et. al.*, 1999). No capítulo anterior atribuí esse aspecto – grande número de profissionais recém-formados e sem experiência virem trabalhar com a Cooptraes – ao fato de que a cooperativa oferecia baixos salários, o que por sua vez não atrairia um profissional com mais experiência na extensão. No entanto, a partir do depoimento desta técnica, podemos somar a isto o fato de que estes profissionais recém-formados, muitas vezes, possuem algum vínculo com organizações representativas dos trabalhadores rurais – vínculo este que, em grande parte dos casos que presenciei, adquiriram na universidade, como mostramos, muitas vezes a partir da militância no movimento estudantil. Assim, ao buscarem suas primeiras experiências profissionais, este tipo de proposta de trabalho acaba por atraí-los.

Por outro lado, parece que não é a relação baixos salários/recém-formados que caracteriza a vinda destes profissionais para o Movimento. Segundo Medeiros (2009), ao longo da trajetória do MST a adesão para além da questão da terra sempre esteve presente. Neste caso, a adesão destes técnicos pode ser uma possibilidade de renovar quadros técnicos e também o quadro de militantes.

No caso desta técnica, o fato de estar explícito que a vaga de emprego era para trabalhar com MST foi o que mais motivou: “A vaga era clara que era pra trabalhar com o MST. Eu vim porque eu queria essa experiência, de trabalhar com o MST” (Técnica Cooptraes, outubro de 2010). Dessa forma, trabalhar com o MST foi o que motivou a entrevistada, que optou por esta experiência.

Formada no ano de 2010, com 28 anos, o trabalho na Cooptraes é a primeira experiência profissional da entrevistada. Considerando isso, a entrevistada revela que aceitou o trabalho sem, no entanto, saber direito de que se tratava do Programa Ates:

[...] na verdade eu vim pra cá sem saber que a vaga era pra Ates, eu descobri que era Ates no meu dia a dia porque quando ele [dirigente do MST e cooperado que a entrevistou] me fez apresentação do trabalho, ele me disse como era o trabalho, que se resumia a basicamente em assistência técnica e elaboração de projetos. É tudo que eu queria aprender, a fazer isso, óbvio. (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

Foi no dia a dia do seu trabalho com já na Cooptraes que a entrevistada começou a compreender como funcionava a Pnater e o Programa Ates. O que revela que estes temas não tiveram um espaço importante durante o tempo da entrevistada na universidade, embora sua formação tenha se dado no processo de consolidação desta política:

No meu dia a dia aqui é que eu fui descobrindo que eu era uma técnica de Ates. E o que era a Ates, o que era a Ater. Eu comecei a descobrir isso no meu dia a dia depois que eu já estava aqui, porque antes eu não sabia, eu nunca tive contato com Ates na universidade. Na verdade eu já tinha ouvido falar, mas bem superficialmente, como algumas coisas que a gente ouve falar, mas nada assim: Ates é isso. Então eu vim pra cá sem saber, sem saber que eu tava vindo pra uma vaga de Ates, e eu fui descobrindo no meu dia a dia e me encantando também com o passar dos dias e com o passar do tempo (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

Por outro lado, o fato da entrevistada não ter sido avisada que iria trabalhar como técnica de um Programa federal de assistência técnica voltado para os assentamentos revela a secundarização, por parte do MST, da importância deste Programa. Ou seja, para a Cooptraes, o mais importante era que o novo profissional tivesse ciência de que ia trabalhar para o Movimento. A falta de experiência, como colocou o presidente da Cooptraes, não é um impeditivo da contratação de um técnico, o que se verificou no caso da entrevistada.

A entrevistada relata que foi no seu dia a dia que ela foi percebendo a importância do Programa para a vida das famílias assentadas. Por isso, reconhece que o Programa vai além da simples elaboração de projetos. O acompanhamento do processo de implementação do projeto, segundo a entrevistada, é crucial para que se impeça que o trabalhador contraia uma dívida, por exemplo. Neste sentido, ter consciência das condições de vida das famílias e saber dizer não quando necessário são também uma forma de orientação:

[...] ATES não é só assistência técnica, ATES não é só elaboração de projetos, ATES é isso tudo junto e muito mais, porque você, pense só: você consegue liberar o dinheiro, trinta e cinco mil pra conta dele [do assentado] e largo ele lá, a probabilidade que tem dele não consegui usar o crédito de maneira consciente, da maneira que deve ser feita realmente, que vai garantir um retorno daquele dinheiro pra que ele

possa pagar essa dívida no banco é muito grande. Assistência técnica é isso aí, a importância é essa. É a orientação, é estar junto, é dizer não: “ah, eu quero um projeto de uma Picape”, poxa, se você sabe a condição do cara, que ele não vai ter dinheiro pra pagar, que ele vai se enforçar, vai se endividar, que aquilo vai virar um problema pra ele, então você diz: “infelizmente eu não vou, eu não posso fazer esse projeto pro senhor”. (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

Para a entrevistada, essa consciência sobre o trabalho passa pela compreensão de que o técnico tem responsabilidade sobre a vida das famílias assentadas, e, portanto, deve cuidá-las. Em sua opinião, essa responsabilidade deriva, sobretudo, da posição de destaque que os técnicos ocupam nos assentamentos, por serem pessoas com mais instrução:

[...] Se você tem noção da importância do trabalho da ATEs, você tem que aprender a fazer isso porque a gente mexe o tempo todo com vidas, com sentimentos, a gente tem uma responsabilidade em cima da vida dessas pessoas. A gente tem que cuidar, tem que ter um cuidado muito grande ao falar com essas pessoas, ao orientar essas pessoas, ao dar informação a essas pessoas, que a informação inclusive que a gente dá, eles tomam como verdade absoluta: “foi o técnico quem falou”, ou “Ela é agrônoma, ela falou, ela sabe, ela estudou”. Então, a gente tem uma responsabilidade muito grande com a vida dessa pessoa (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

Nesse sentido, a entrevistada tem consciência que a posse do saber técnico é legitimadora de sua ação, um recurso de poder. Essa percepção demonstra sua sensibilidade sobre as possíveis consequências desse diferencial de poder entre técnicos e assentados, o que faz com que aumente sua responsabilidade diante das famílias assentadas.

Outro ponto destacado pela entrevistada diz respeito ao caráter afetivo da relação que desenvolve com as famílias assentadas. Segundo a entrevistada o seu trabalho passa também por simplesmente ouvir o que os assentados têm a dizer:

[...] na Ates a gente tem muito isso, às vezes a gente vai fazer uma visita na área, aí o cara não tá na área, aí a gente vai na casa dele e quando chega na casa dele, estão ele a esposa, as vezes a gente vai e fica uma hora dentro da casa dele conversando. Ele não fala do trabalho dele, ele não fala de nenhum problema que ele tem na roça, de nenhuma doença que tá acontecendo no café dele ou em qualquer outro, nada, mas a gente sentou, tomou café e foi embora, a gente vê

a diferença que fez na vida daquele cara, às vezes era só o que ele estava precisando, de uma visita, de alguém que escutasse e de alguém que concordasse com as coisas que ele tava falando. (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

A entrevistada considera estes momentos também como parte de seu trabalho. Em sua opinião o seu trabalho vai além de sua atuação como agrônoma, passa pela amizade, pelos conselhos que troca com as famílias assentadas. Estas outras atribuições, entretanto, não são secundárias, ou seja, possuem a mesma importância na visão da entrevistada:

[...] na realidade eu to aqui como agrônoma também! Mais uma função! Se eu achava antes que eu ia pra extensão pra atuar ali como agrônoma, só como agrônoma, eu posso até um dia fazer isso, mas hoje é muito mais do que isso, muito mais! [...] entre essas coisas, no amarrar dessas coisas, que a gente na verdade se aproxima dessas outras problemáticas, onde a gente acaba sendo amigo, psicólogo, companheiro, parceiro, padre, que a gente acaba recebendo confissões de 'n' formas. Então isso tudo que, na verdade, são atribuições também, não sei se a gente pode dizer que secundárias, porque são também atribuições da ATES também. (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

Assim, a militante técnica e a técnica militante se aproximam, pois ambas trazem o sentido amplo do trabalho de Ater nos assentamentos. O que as aproxima também daquilo proposto pelo Programa Ates, que procura articular assessoria técnica, social e ambiental. De alguma forma aparece nas falas de ambas as entrevistadas a articulação destes três eixos de ação – técnico, social e ambiental.

Como relata a técnica militante, a orientação ambiental, por exemplo, vem junto com a orientação técnica, na medida em que tenta incentivar um modo sustentável de produção (com o uso racional da água, por exemplo):

[...] A gente tem uma responsabilidade social e ambiental muito grande dentro dos assentamentos, então a nossa assistência técnica, nas nossas visitas não acontece simplesmente a identificação crua ali de uma doença para a gente poder trazer a solução pra ele nesse sentido, fazer alguma recomendação, mas orientações mesmo, de uso racional da água, de uso racional dos agrotóxicos, se não pode extingui-los, que use de maneira racional, o uso de EPI, os equipamentos de proteção deles, que eles normalmente já fazem uso

No que diz respeito à assessoria social, a entrevistada entende que o papel do técnico é também participar dos espaços de organização do assentamento, não só para poder entender a organicidade do assentamento, como também para contribuir de alguma forma para esta organização:

[...] e o social mesmo, a organização do assentamento, auxiliar nessas coisas, participar dos espaços do assentamento, como assembléias, reuniões que são feitas pra votação, pra decisão de seja lá o que for, é importante que a gente esteja participando desses espaços, desses momentos, não só pra entender a organicidade do assentamento, mas também pra gente poder dar contribuições, pra gente poder dar opiniões, pra gente também poder orientar em algum sentido, nesses casos. Então isso aí eu não coloco nem como funções secundárias, são funções também da assistência técnica (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

No que diz respeito às dificuldades que encontra no seu dia a dia de trabalho, a entrevistada coloca como um entrave na sua relação com o assentado o fato dele não querer aprender. A partir de sua experiência com diversos agricultores assentados, ela cria uma classificação evidenciando sua facilidade e dificuldade em lidar com eles, que na sua visão, tem a ver com a aptidão que estes possuem ou não para lidar com a terra, com o saber lidar com a terra e com a vontade de querer aprender e mudar a partir de seu diálogo. Portanto, para a entrevistadas existem quatro tipos de assentados, ainda no acampamento: [1] os que têm aptidão e entendem da agricultura; [2] os que têm aptidão, mas não entendem da agricultura e querem aprender; [3] os que não têm aptidão e querem aprender; [4] e os que não têm aptidão e também não querem aprender. Tais categorias parecem corresponder a uma escala que vai da maior facilidade à menor facilidade que a entrevistada encontra ao trabalhar com os assentados:

[...] na verdade a gente encontra quatro situações debaixo da lona no acampamento: **[1]** os que têm aptidão e entendem de agricultura um pouco; **[2]** os que têm aptidão, mas não entendem de agricultura, ou seja, eles querem aprender, eles têm vontade, eles sabem que nasceram pra aquilo, eles não querem fazer outra coisa, mas eles não sabem fazer, eles precisam da ferramenta, do conhecimento, de um instrumento. **[3]** A gente tem os que não têm aptidão, mas tem vontade de aprender porque querem fazer daquilo a sobrevivência deles; e **[4]** os que não têm aptidão, mas não tem vontade e só querem um espaço. Isso pra qualquer assentamento que você for, você vai encontrar esses quatro tipos, quatro classes de assentados (Técnica Cooptraes, outubro de 2010). (numeração e grifos meus).

Dessa forma, a maior dificuldade que revela encontrar ao lidar com esses quatro tipos de assentados está relacionada à quarta categoria, àqueles não tem aptidão e que também não querem aprender. Isso porque, a vontade de aprender está presente nos outros três tipos de assentados que ela caracteriza. A entrevistada entende que se a pessoa não quer não há como trabalhar com ela:

[...] Então, assim, desses quatro tipos só os que **não têm aptidão e não têm interesse** é que é muito difícil trabalhar com eles, muito difícil porque na verdade você trabalhar com uma pessoa que não quer, e ele é livre não é? Tem livre arbítrio. Vai chegar o momento em que eles vendem o lote e vão embora porque eles não se enquadram naquele ambiente, mas eles são livres não posso obrigá-los a nada, mas os outros três tipos, os que querem, os que têm aptidão e sabem, os que tem aptidão e não sabem, os que não tem aptidão mas querem, esses precisam da gente. (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

Aqui a idéia de que o assentado é resistente às mudanças aparece como um aspecto que a aproxima do extensionista tradicional, que também é o seu objeto de crítica. Sem problematizar, portanto o porquê do posicionamento daqueles que estariam na quarta categoria de assentados, a entrevistada entende ser constitutiva da trajetória desta quarta categoria (que não tem aptidão e não tem interesse) a atitude de sair do assentamento, por não se identificar com aquela realidade.

Alguns estudos⁹⁸ já apontaram que a falta de experiência dos assentados, dificuldades de adaptação ao novo espaço, conflitos com as formas de organização dos assentamentos e com outros assentados como motivos da evasão de algumas famílias destes espaços.

A importância dada pela entrevistada ao querer aprender passa pelo seu entendimento de que não tem condições de trabalhar sozinha. Neste sentido, ela revela que desde que chegou aos assentamentos deixou claro essa necessidade de trabalhar junto aos entrevistados. Primeiro porque, recém-formada, tinha consciência das dificuldades que enfrentaria, e que precisaria aprender muito com os próprios agricultores assentados:

[...] assim que eu cheguei aqui, eu cheguei recém formada sem experiência nenhuma, cheia de medos, todos os medos possíveis, aí o

⁹⁸ Ver Bruno e Medeiros (1998) e Marques *et. al.* (2002).

que eu falei? O que eu preciso? Trabalhar com eles, e não trabalhar para eles! Isso eu falei com eles: “a gente vai trabalhar juntos, o meu trabalho só vai dar resultado se vocês trabalharem junto comigo, se vocês me cobrarem, se vocês me orientarem, se vocês me solicitarem, se vocês pedirem por mim, se vocês me ajudarem, se vocês forem compreensivos em relação as minhas dúvidas, as minhas limitações, porque eu tenho várias, assim como vocês. Eu estou começando agora, eu estou aprendendo tudo, pra mim tudo isso é novo”, isso eu disse nos três assentamentos. Não menti, não cheguei com cara de que tinha experiência, nada disso! (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

Nessa fala a entrevistada revela que o fato dela não ter experiência deixava claro para ela a sua dependência em relação aos assentados, de que precisaria deles para exercer o seu trabalho. O fato de não passar por um treinamento por parte da Cooptraes, como revelado pela entrevistada mais à frente, também contribuiu para essa fragilidade. Para tanto, a transparência e exposição desta fragilidade foi a melhor forma encontrada pela a entrevistada para conseguir o apoio dos assentados e superar esta dificuldade.

Dessa forma, assim como para a militante técnica, a técnica militante também coloca a importância de se valorizar os saberes e práticas dos agricultores assentados. Nesse sentido tem consciência que a dimensão da troca de saberes, faz parte do seu dia a dia de trabalho junto aos assentados:

[...] na verdade eu tenho tentado desde o início fazer esse trabalho em conjunto, eu pergunto muito: “como é que você faz isso, eita, eu nunca vi isso, não, ô legal”. Então da mesma forma que eles estão vendo que eu me interesso pelo trabalho deles, pela maneira como eles fazem – e eu me interesso de verdade mesmo, eu estou aprendendo – eu sinto essa recepção também, de às vezes eu falar: “olha descobri um negócio massa pra poder ajudar aí, sabe o que é?”, aí me falam: “Me dá aí então, anota aí pra mim”.

Assim, de uma forma geral os agricultores a recebem muito bem, embora ela reconheça que alguns dos assentados testem o seu conhecimento e sua capacidade de dar respostas a um problema:

Um ou outro que realmente você vê assim, que ta entrando aqui e ta

saindo ali, que te interrompe, que não te deixa falar, que te testa, te testa, te testa, pra ver até onde você vai, até onde você é capaz de responder aquilo que ele ta te perguntando, a gente também encontra de tudo, mas na grande maioria das vezes eles são receptivos ao conhecimento, ao transmitir [...] (Técnica Cooptraes, outubro de 2010)

Ser recém-formada, portanto, não é um grande impedimento para o seu trabalho, como deixou entender o servidor do Incra entrevistado em sua entrevista. Entretanto, se por um lado o fato de ser recém-formada não atrapalhou tanto a sua relação com os agricultores, por outro lado, o fato de ser mulher e também jovem, em algumas situações, se colocou como um entrave para o seu trabalho. Na visão da entrevistada a mulher que trabalha na extensão tem um grande desafio, na medida em que os agricultores não estão acostumados a ver uma mulher assumir esta função social:

O fato de ser mulher, isso infelizmente ainda é um entrave no meio rural. A mulher da extensão é um grande desafio, porque o homem dificilmente escuta a mulher no campo, não ta acostumado. Então vem uma mulher e fala para o assentado de sessenta anos de idade, se ele tem sessenta anos de idade ele tem pelo menos quarenta e cinco anos de agricultura, ele entende muito daquilo ali. Aí vem uma menina, que não é mulher, é uma menina, jovem, que acabou de sair da universidade querer dar pitaco, na verdade, então um dos entraves é essa questão do gênero mesmo, com certeza é um grande entrave (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

A entrevistada coloca também que, no início, achava que o fato de não ser do Movimento, como grande parte dos outros técnicos que atuam na Cooptraes, atrapalharia seu trabalho, mas não foi o que aconteceu. Aos poucos a entrevistada foi percebendo que não ser do movimento, ao contrário, é, por um lado, um fator positivo, pois assim não se envolveria nos conflitos internos à organização. Envolvimento esse que se ocorresse atrapalharia o seu trabalho, em sua opinião:

[...] isso eu tive como surpresa mesmo, eu achei que não ser do movimento fosse um entrave e na verdade contribui com o meu trabalho. Assim, os assentamentos eles vivem a política também [...] e como em todo ambiente há brigas, há rixas, há grupos, há divisões, há formas de pensar diferentes, há divergências de um modo geral, não é? E os técnicos militantes eles se envolvem muito nessas questões, que por um lado é excelente, mas tudo tem um lado bom e

outro ruim. Então, no meu caso por eu me colocar em certos assuntos na imparcialidade, não impede que eu entre no assunto, que eu participe, não impede que eu trate o assunto, em hipótese alguma, mas eu procuro tratar de maneira imparcial pra que eles vejam que por trás não há nenhum sentimento assim, que eu não to pendendo a conversa pra lado nenhum: “gente, eu não tenho interesse nenhum em relação a isso, eu não to apoiando ninguém” [...] (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

Parece que ser imparcial na visão da entrevistada é não ser envolvida diretamente nos conflitos, embora não se esquive de comentar e dar opiniões sobre tais conflitos. Entretanto, por não ser do Movimento, seu posicionamento em relação a um conflito é visto como imparcial, pois não está envolvida com um dos pólos dessa relação conflituosa.

Podemos aproximar o posicionamento desta técnica do posicionamento do servidor do Incra exposto no capítulo anterior, o qual explicitou os problemas e constrangimentos para na execução do Programa existentes em assentamentos em que a Cooptraes atua e que o Movimento não é hegemônico, ou seja, em que não é aceito como representante por parte das famílias assentadas. Sob esta questão, a mistura entre militância e Ater é negativa, na medida em que os conflitos de um campo de atuação do militante técnico passam para o outro, ou seja, na medida em que um membro (o técnico) que circula em ambos os campos de interação (movimento e serviço de Ates) acaba por trazer os conflitos inerentes de um campo de atuação (movimento) para outro (prestação do serviço de ATER) atrapalhando a execução dos serviços de ATER, que é um direito dos assentados.

Entretanto, se considerarmos que um mesmo indivíduo, durante sua trajetória de vida, circula entre diferentes grupos sociais, fica difícil exigir que este indivíduo (que é muitos ao mesmo tempo) se dispa de todos os valores e relações que carrega consigo ao circular por diferentes níveis de interação (ELIAS, 1994). Ou seja, no seu dia a dia de trabalho, o técnico carrega consigo – mesmo que de forma dinâmica, não cristalizada – práticas e valores apreendidos com a família, com a igreja, com a universidade, com os amigos, e porque não com um movimento social?

Para a entrevistada, diferentemente do posicionamento do servidor do Incra, essa associação entre militância e Ates não pode ser entendida de forma unilateral, ou seja, como se só trouxesse constrangimentos e problemas para o exercício do Programa. Para

a entrevistada, o fato dela não ser do movimento também tem seu lado ruim. Os assentados, por não considerá-la como integrante do Movimento não a envolvem nas atividades relacionadas ao movimento, isso porque consideram não ser de seu interesse. E isto é ruim, na visão da entrevistada, porque ela fica sem saber de muita coisa. E na verdade, no seu entendimento, ela também poderia contribuir para a organização justamente por ser um olhar de fora:

O lado ruim disso é que eu fico, às vezes, a parte de muita coisa. Muita coisa que acontece no assentamento, muitos espaços, reuniões, assembleias, eu nem fico sabendo, só vou saber depois. Falo: “gente me deixa participar também, me deixa ir lá também e tal”. [...] Por eu não ser do movimento, na verdade não é que eu não possa ir lá, mas por eu não ser do movimento eles pensam assim: “ah, ela não precisa estar aqui, nós vamos chamar ela pra vir pra cá no sábado? Não tem necessidade, ela não é do movimento, ela não vai nem ouvir nada se assistir”. Na verdade eu estou tentando mostrar pra eles que eu posso estar lá sim e que o meu olhar pode contribuir, que é um **olhar de fora**. Hoje eles já começam a perceber, eles já começam a me convidar mais pra esses espaços (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

Embora a entrevistada tenha colocado que não é chamada para participar dos espaços do Movimento, vimos no capítulo anterior que alguns assentados cobram esta participação do técnico mais ativa na vida política da comunidade, assim como esta é uma cobrança do próprio MST e da Cooptraes. O que parece, a meu ver, é que esta relação entre a técnica “de fora” e o movimento ainda está sendo construída, com a imposição de alguns limites e pontos de convergência de ambos os lados. Não são todos os espaços que a técnica que é de fora pode participar, há espaços internos, próprios da direção do MST que lhes são vedados (como veremos a seguir). No entanto, todo espaço de discussão sobre a organização dos assentamentos, ou seja: reuniões de coordenação dos assentamentos e brigada, reunião de núcleos, dos grupos produtivos entre outras são espaços abertos a equipe técnica e onde também é exigida sua presença. Dessa forma uma tensão se estabelece nessa relação entre a técnica “de fora” e o Movimento: até onde a técnica deve ir? Qual seria o limite de sua integração no Movimento e assentamentos?

Um exemplo deste limite estabelecido pela técnica nesta relação com o

Movimento diz respeito a exigência, feita inicialmente pela Cooptraes, de que ela morasse em um assentamento, o que, posteriormente, não foi visto como algo interessante pela entrevistada.

A entrevistada revela que quando ela iniciou seu trabalho na Cooptraes foi morar em um assentamento, o que segundo ela foi uma experiência bastante positiva:

Eu morei dois meses dentro do assentamento, foi uma experiência fantástica por que eu pude, eu tava vindo de uma realidade completamente diferente então eu precisava sentir a vida deles. [...] Foi fantástico nesse sentido. Eu pude sentir, viver com eles, andar com eles e fazer tudo com eles, isso foi maravilhoso (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

Nesse sentido, o fato desta técnica ter morado em um assentamento significou uma maior proximidade entre a técnica e a vida nesses espaços, o que lhe proporcionou muitos aprendizados. Como vimos, a militante técnica considera fundamental essa vivência nos assentamentos e Movimento como fundamental para o trabalho do técnico de Ates, pois só conhecendo as especificidades do público assentado é possível prestar um serviço que realmente leve em conta tais especificidades. Aqui, a técnica militante parece pensar da mesma forma. Entretanto, relata outra dimensão deste “morar no assentamento” que lhe causou estranhamento e acabou por atrapalhar o seu trabalho.

Com o tempo, a entrevistada foi percebendo que morar no assentamento significaria sofrer o controle dos assentados sobre sua vida pessoal. A falta de privacidade, neste caso, é o lado ruim desta proximidade entre técnicos e assentados proporcionada pelo fato do técnico morar no assentamento:

Por ser o assentamento uma comunidade pequena todo mundo te conhece e sabe de todos os passos que você dá, então você passa realmente a não ter liberdade nenhuma, privacidade nenhuma. E eu não estou nem dizendo assim em relação a outras coisas, to dizendo em relação a você ter momentos seus, de receber amigos, a estudar três horas da manhã. Porque três horas da manhã a sua luz ta acesa e: “o que ela ta fazendo três horas da manhã com a luz acesa?”, “quem ta lá com ela? Porque ela ta com a luz acesa?”. Na verdade você só está estudando, a pessoa está trabalhando! Esse tipo de coisa chega um momento começa a sufocar, é um dos motivos. (Técnica

Cooptraes, outubro de 2010).

Por outro lado, segundo a entrevistada, morar no assentamento significa também viver somente para o trabalho. O lazer e o descanso, na opinião da entrevistada não podem ser deixados de lado, e são tão importantes quanto o trabalho, pois também contribuem para a melhoria de seu desempenho:

Outro motivo, que pra mim é tão importante quanto ou talvez mais se você pesar é o fato de você viver para o trabalho. O técnico que mora dentro do assentamento, ele trabalha de segunda a segunda de seis horas da manhã até oito, nove da noite. [...] é do ser humano precisar de descanso pra pode render, simplesmente. Então a cobrança deles é muito grande principalmente quando você desempenha um bom trabalho, porque a cobrança é maior, a procura é maior e aí sufoca nesse sentido, você vive pro trabalho, respira pro trabalho, você já não tem mais os seus momento de lazer: “Pô eu fui na casa do técnico e o técnico não tava lá”. Isso pode parecer um absurdo, mas é a minha casa [risos]. [...] Isso é que eles têm dificuldade de entender, e é normal também que tenha dificuldade pra entender. Daí você vive pro trabalho e sufoca, isso faz você render muito pouco (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

Entretanto, a entrevistada revela que só foi perceber isso quando saiu do assentamento e foi morar em um hotel. Só então foi perceber que sua privacidade, que estava no fato de poder dormir e estudar até mais tarde, por exemplo, era de extrema importância para o seu rendimento no trabalho:

Eu passei a render mais depois que eu saí do assentamento. Por vários motivos: claro, eu tava começando no trabalho, só depois de dois meses que eu comecei a entender mais o trabalho, que eu comecei a contribuir mais de uma forma geral, mas um dos motivos também foi esse porque, eu fui morar num hotel, num quarto de hotel, era só o quarto, era um quarto e um banheiro. O quarto tinha uma cama de casal, um ventilador e uma televisão, também não tinha guarda roupa, só tinha banheiro, mas a minha qualidade de vida foi lá pra cima, simplesmente porque eu, eu, eu tinha os meus momentos, eu podia ler até mais tarde, até as duas horas da manhã alguma coisa que eu precisava, eu podia sábado dormir até mais tarde, eu podia sábado dormir até meio dia e de uma até as dez da noite eu trabalhar eu podia domingo, enfim, sem que as pessoas não me procurassem muito, porque procuram mesmo, mas sem que procurassem demais. Então momentos de, de, de privacidade, momentos seus, cara, aqui

me fez, aqui eu tive essa comprovação, do quanto é importante pra que você renda bem, pra que você se doe mais, pra que você se disponha mais. (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

Aqui encontramos uma clara diferença entre a posição da militante técnica e da técnica militante, diferença que pode estar relacionada, em grande medida, à suas trajetórias de vida. Ambas as técnicas concordam que a) morar nos assentamentos significa estar mais próxima dos assentados, e b) morar no assentamento e desempenhar um bom trabalho resulta na grande procura dos assentados. Entretanto, para a técnica militante esta grande procura por parte dos assentados faz parte do seu trabalho e é entendida por ela também como uma forma de reconhecimento dos assentados pelo bom trabalho que desempenha. Como a técnica militante vive para a organização, mesmo que entenda que sua vida pessoal é cerceada, neste caso, pelo trabalho que desempenha, encara este fato como um custo necessário para o processo de luta (visto que a Ates é de grande importância para o fortalecimento da organização). Por outro lado, para a técnica militante não faz o mesmo sentido misturar a vida pessoal com a vida profissional, os custos seriam maiores do que os benefícios. Para a técnica militante, não há um sentido maior, como é o fortalecimento do MST para a militante técnica, que a faça secundarizar sua vida pessoal em prol do trabalho.

Assim, na opinião da entrevistada, não ser do movimento e não morar no assentamento não atrapalham o seu trabalho, pelo contrário contribui. As questões que embasam a argumentação da entrevistada, como a falta de privacidade e o envolvimento nos conflitos internos à organização e à comunidade não fazem o mesmo sentido para a militante técnica, como vimos no capítulo anterior. Fazendo parte desde o início da constituição da comunidade em que hoje trabalha, a militante técnica já está acostumada com o seu ritmo, moradores, conflitos e regras, pois faz parte deles. Embora a militante técnica tenha afirmado que há excesso de trabalho e conflitos inerentes a sua prática, considera-os como parte constitutiva do seu trabalho, considerando-os inevitáveis. Ao contrário, o baixo nível de integração da técnica militante ao Movimento e aos assentamentos lhe possibilita separar as coisas sem que sofra tanto por esta decisão. Portanto, estão falando de lugares sociais distintos.

Nesse sentido a entrevistada acredita que aos poucos a Cooptraes vá perceber e aceitar o fato de que morar fora dos assentamentos só traz benefícios para o trabalho do

técnico:

... eu acredito que daqui pra frente a própria cooperativa vai começar a entender e até incentivar que os técnicos não morem dentro dos assentamento, salvo aqueles técnicos que são assentados, e que portanto trabalham no assentamento em que eles são assentados, em que eles moram. [...] Conversei com vários técnicos já antigos da empresa, e, palavras deles todos: “daqui pra frente a empresa vai começar a perceber o quanto o trabalho do técnico rende quando ele não trabalha dentro do assentamento”. (Técnica da Cooptraes, outubro de 2010).

Para o Movimento, morar no assentamento significa estar mais próximo das famílias assentadas e ter maior gerência sobre o que acontece na comunidade, no seu dia a dia. Não faz sentido separar moradia de trabalho, como sugere a entrevistada, pois o perfil de técnico proposto pelo MST é aquele que está inserido na organização e imerso na comunidade, nos seus problemas e dia a dia, então morar fora do assentamento não aparece como questão para a organização.

Essa relação estreita entre técnico, organização e assentamentos incentivada pela Cooptraes/MST pode ser traduzida no exemplo trazido por esta entrevistada ao relatar como se deu sua inserção na empresa. A entrevistada questiona a forma como a Cooptraes insere os técnicos recém-contratados nos assentamentos: “normalmente eles te dão nome assim, em tal assentamento você tem fulano que você pode contar e você também tem fulano que você pode contar, então, um abraço, boa sorte” (Técnica Cooptraes, outubro de 2010). Segundo a entrevistada, a maioria dos técnicos são apresentados a algumas lideranças nos assentamentos ou coordenadores, os quais, teoricamente, vão apresentá-los as famílias assentadas. Ela diz que no seu caso não houve muito problema, pois recebeu apoio dos assentados, mas que há casos que os técnicos se inserem no acampamento por conta própria sem nenhuma ajuda da cooperativa e nem das lideranças locais.

O que para o Movimento parece absolutamente normal: deixar que sua base (os assentados e lideranças locais) receba e apresente o assentamento a um técnico recém-chegado, para a entrevistada parece falta de respeito da cooperativa para com o técnico, visto que nem sempre esta estratégia funciona e o técnico tem que “se virar” sozinho.

O fato dos técnicos não terem um acompanhamento inicial se soma a outros problemas identificados na cooperativa, como a baixa remuneração, o atraso de salários, a falta de capacitação. Para a entrevistada, parece que ela é técnica “por conta própria” por conta da falta de subsídio da empresa no dia a dia do seu trabalho:

É como se a gente fosse técnico por conta própria, porque a gente não tem subsidio da empresa, a gente tem suporte da empresa pra receber o nosso salário, que normalmente vem com atraso, quase sempre vem com atraso, não tem capacitação, poxa vida, a gente chega sem experiência nenhuma! A grande maioria da galera, principalmente o pessoal que ta saindo da universidade não tem contato com Ates na graduação. A gente chega aqui sem saber coisas básicas, do dia a dia deles, como pedidos de declaração! A gente não fazer a menor idéia de como fazer nada disso e a gente tem que aprender dando a nossa cara a tapa. Dizendo a ele [assentado]: “espera que eu vou ver como é que tira isso”, e ele: “é mentira que mandaram uma técnica dessa pra cá? Até eu vou lá pedir a declaração, só estou pedindo a ela porque dizem que é mais fácil”. Eu to aqui há oito meses e não recebi nenhum tipo de capacitação (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

Para esta técnica, a falta de capacitação, então, parece ser mais grave visto que ela não tinha experiência no trabalho e é recém-formada, o que torna a inserção nos assentamentos mais difícil.

Muitas vezes a capacitação acaba sendo oferecida pelos outros técnicos cooperados. Mas o fato da capacitação dos técnicos não ser algo que receba a atenção da cooperativa, faz com que a entrevistada entenda o fato como uma falta de profissionalismo desta, porque valorizar o profissional, no seu entendimento, é fundamental. Para a entrevistada, tal valorização passa não só pela capacitação, mas também por uma boa remuneração dos técnicos:

[...] empresa que ainda trabalha com aquele pensamento de que a última coisa que o funcionário precisa é a remuneração, de que o menos importante é a remuneração, ta falida. É muito difícil, hoje isso já está muito defasado, hoje o pessoal ta apostando nos altos salários, porque sabe que está diretamente relacionado. O cara ele recebe um incentivo, ele se sente valorizado e manda vê (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

Essa necessidade de profissionalização da Cooptraes já fora trazida aqui pelo

depoimento do servidor do Incra no capítulo anterior. No entanto, a técnica militante não coloca a atuação do Movimento em oposição ao bom desempenho do Programa Ates como faz o servidor do Incra. Ao mesmo tempo em que a entrevista considera de extrema importância o envolvimento do Movimento e seus militantes técnicos na execução do Programa – visto que o envolvimento destes militantes técnicos com a luta por melhoria das condições de vida e trabalho nos assentamentos potencializa o serviço –, ela também considera que alguns assuntos devem ser tratados de forma mais profissional:

[...] eu acho que a cooperativa, a Cooptraes, ela peca em outro ponto que é uma moeda de dois lados, que tem o lado bom e o lado ruim. Eles misturam muito a Cooptraes com o Movimento o tempo todo. Tem que misturar? É claro que tem, isso inclusive, é um dos motivos do sucesso de produção dos assentamentos, o nosso setor de produção é muito bom e um desses motivos é essa mistura, eu acredito que tem que estar envolvido mesmo, que tem que ter técnico militante mesmo, porque eles entendem, eles são parte, eles tem interesse que isso alavanque, mas eles tem que saber separar alguns pontos profissionais deles assim e que eles não conseguem, em relação a cargos como tesouraria, administração e outras coisas (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

Neste sentido, para a entrevistada, algumas funções dentro da cooperativa precisam ser encaradas com mais profissionalismo para que a empresa melhore sua atuação. No seu entendimento, a sua própria contratação foi feita neste sentido, de qualificar o quadro técnico da empresa. A sua expectativa era contribuir para isso. No entanto, embora tenha sido contratada com este objetivo, ela considera que não tem voz para mudar algumas coisas dentro da cooperativa:

[...] eles me contrataram pra isso, eles me contrataram pra profissionalizar um pouco a empresa, porque eles sabiam que eu não era militante: “gente, nós temos que ter de tudo, nós temos que ter a militância e temos que ter os técnicos profissionais pra profissionalizar a empresa”. Então eu entendi que o desejo era esse, que o anseio era esse. Mas toda vez que se chega com uma opinião profissional, ela é rebatida com uma justificativa do movimento, entendeu? Então, assim, a gente tem voz, sim, tem porque eles nos escutam. Nos escutam, são respeitosos nesse sentido, tentam se colocar no nosso lugar, sabe? Eu realmente vejo esse esforço deles, mas sempre eles vêm com uma justificativa do movimento.

Como argumenta a entrevistada, a opção da Cooperativa pela dimensão política secundariza a dimensão técnica. Nesse sentido a entrevistada se sente frustrada por não poder contribuir para a construção da empresa. Também não se sente cooperada, pelo simples fato que não tem voz dentro da cooperativa se comparada com a influência dos dirigentes do Movimento. Desta perspectiva ela afirma que uma visão mais profissional acaba sempre esbarrando no político, no Movimento e isso é negativo, do ponto de vista que não permite que a empresa mude em determinados aspectos que precisariam ser mudados para seu melhor desempenho:

Então nesse sentido eu não consigo me sentir cooperada. Porque até que ponto eu interfiro? Porque só dar opinião, dar opinião, dar opinião, dar opinião, e eu não mudo nada, eu não tenho o poder de mudar nada porque a direção toda é formada por pessoas de frentes do MST do âmbito nacional. Então o profissional esbarra com o político o tempo todo, e não é com o político da empresa, é com o político do movimento. E na verdade, o que na verdade se tem que tomar muito cuidado é isso, eles tão pegando, um ponto que eles têm muito positivo e transformando isso contra, sabe. Algo que eles tem pra trazer como muito positivos pra eles e que é trago como positivos em vários pontos e acaba transformando em problemas, em coisas contra, né? Como por exemplo, a resistência de se profissionalizar alguns setores dentro da cooperativa, porque tem alguns cargos que eles encaram como políticos e não como cargos profissionais (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

A profissionalização de que fala a entrevistada nada mais é do que a necessidade de qualificar tecnicamente o trabalho prestado pela Cooptraes. Ou seja, colocar o aspecto técnico no mesmo patamar do que o político. Essa qualificação seria necessária não só para melhorar a prestação do serviço, como também para a manutenção do contrato com o Incra, que como vimos, vem cada vez mais exigindo investimento das empresas e entidades neste aspecto.

Como a própria entrevistada e os servidores do Incra apontam, aos poucos, a cooperativa (ou o Movimento) vai enxergando a necessidade de se qualificar (a própria contratação desta técnica é um exemplo neste sentido). Entretanto, embora reconheçam este esforço, estes não percebem a dificuldade que o Movimento tem para mudar, pois se trata de outra lógica de ação. Como a cooperativa já nasce como uma tarefa do Movimento, as prioridades do Movimento virão sempre em primeiro lugar. Inverter essa lógica, ao menos em alguns aspectos, parece requerer tempo.

Enquanto isso, a cooperativa vai perdendo alguns quadros técnicos por não atender as suas expectativas profissionais. Como a própria entrevistada explicita, ela não se sente parte da Cooptraes, justamente por não ser uma militante. Segundo a entrevistada, grande parte dos problemas que a cooperativa enfrenta não é compartilhado com os outros cooperados. Isso faz com que o técnico que não é do Movimento não entenda a origem destes problemas:

Pra quem é técnico e não é militante muita coisa não fica clara. A gente tenta entender, esse problema ele vem da Cooptraes ou ele vem do Incra? Não sei. Então eu tenho essa dificuldade, pelo que a gente conversa com os outros técnicos eles também tem essa dificuldade de entender, de distinguir a origem, os entraves são esses e esses, agora de onde vem? (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

Todos essas questões levantadas pela entrevistada em relação a cooperativa acabam pesando no dia a dia do seu trabalho e desestimulando: “[...] primeiro você começa a enxergar as dificuldades, depois você se sente lesado, a partir do momento que você começa a se sentir lesado, você começa a se desestimular, entendeu? E aí se mantém por amor, você se mantém pela causa, mas até quando?” (Técnica da Cooptraes, outubro de 2010). Neste depoimento a entrevistada evidencia a relação que tem com o seu trabalho. O seu trabalho é a causa pela qual milita, no sentido de que os resultados da ação, muitas vezes, estão acima do trabalho em si, das suas condições de realização.

É claro que esta concepção é bem diferente daquela que tem os militantes técnicos do MST, em especial porque esta técnica consegue colocar sua profissão, qualificação, remuneração e vida pessoal no mesmo patamar de importância de sua prática militante, ou seja, uma coisa não funciona sem a outra.

Como revela a entrevistada ela se identifica muito com o trabalho que realiza, principalmente pelo fato de poder estar contribuindo de alguma forma com as famílias assentadas:

[...] cada dia que passa eu me apaixono mais pela extensão. Pela Ates nem se fala, é fascinante! Quando a gente entende a importância que a gente tem na vida dessas pessoas, a diferença que a gente pode fazer na vida dessas pessoas, vira vício, quase assim. E é um fascinante que vicia mesmo, é o lance do ser útil, da importância mesmo, do significado que você tem na vida dessas pessoas.

Quando questionada sobre seu futuro, a entrevistada revela que apesar de estar gostando muito do seu trabalho nos assentamentos e com o MST, de estar aprendendo muito, não pretende continuar. E essa postura da técnica está relacionado à própria forma como a Cooptraes trata seus funcionários. E nesse sentido, a questão financeira, que é secundarizada pelo Movimento e pela Cooptraes, para a entrevistada é crucial:

[...] Mas eu não, não, eu não tenho planos pra continuar trabalhar muito tempo com movimento social. Não, não nesses moldes. Justamente pelos sonhos, pelos planos, pelas coisas que eu almejo na vida, pelas responsabilidades que daqui pra frente eu vou ter que começar a assumir, financeiras, assim na minha casa, essas coisas. [...] Não dá pra viver de, de ilusão, de utopia, e achar que eu não vou precisar de dinheiro, dessas coisas, infelizmente não dá. Então assim, a minha experiência com movimento social, eu to tentando, não to dizendo que é a única não, mas enquanto eu estiver nela a minha intenção é extrair o máximo, aproveitar o máximo, aprender o máximo, porque eu não pretendo, na minha vida, eu não tenho, eu não tenho planos, assim, eu não vou viver isso a minha vida toda. [...] Isso aqui vai ser definitivo, assim pra elaborar várias coisas na minha vida vai ser uma contribuição enorme pro meu profissional, porque eu quero a extensão (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

Mesmo considerando que as condições de trabalho com o MST não são boas, e por isso avalie que não lhe servem diante de suas necessidades e do que projeta a sua vida, a entrevistada revela que aprende muito com o trabalho e que irá levar esse aprendizado consigo. Neste sentido, para esta entrevistada o Movimento é o tempo do aprendizado, e por isso deve aproveitar o máximo.

A técnica militante reconhece que sua experiência na Cooptraes mudou significativamente sua concepção sobre sua profissão e também conseguiu provocar mudanças no modo de pensar dos seus familiares. A dimensão do aprendizado, também para esta técnica, parece ter grande valor. E ela sente orgulho de poder estar também levando este aprendizado a outras pessoas:

Eu vejo que o meu dia a dia ta ensinando muito meus pais. Nas nossas conversas, nas minhas idas pra casa, nos meus depoimentos eu vejo a curiosidade deles e a surpresa deles em vê quem são os sem terra. Que os sem terra são bem diferentes do que eles sempre viram a Globo dizer o que era, então eu percebo deles assim uma, uma, uma surpresa e o um interesse. Eu comecei a desmistificar lá na universidade e esse processo ainda ta sendo feito, o que é

maravilhoso, e eu estou sentindo que eu estou transmitindo isso pra minha família também (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

As críticas ao modo de atuar da Cooptraes também não impedem que a entrevistada reconheça os feitos do MST no estado. Em sua opinião, é o objetivo dos dirigentes do MST no Espírito Santo mostrar que a reforma agrária pode dar certo, e por isso o grande investimento destes dirigentes na assistência técnica:

Os dirigentes aqui do MST do estado foi, agiram com uma excelência muito grande foram muito felizes na organização deles, eles tem um interesse em deixar isso aqui perfeito, em fazer do Espírito Santo a menina dos olhos, pra provar pro Brasil inteiro que a reforma agrária pode ser feita. Pode dar certo, ela é um projeto que pode dar certo, né. E eu acho que eles conseguiram isso, na minha avaliação, por uma série de motivos, por meio de uma série de esforços, e uma delas foi o investimento na assistência técnica (Técnica Cooptraes, outubro de 2010).

Como vemos, a entrevistada encontra-se em um dilema: se por um lado reconhece a importância do MST gerir a Ater, gosta e acredita no trabalho que ela, enquanto técnica, desempenha junto à organização, por outro lado reconhece problemas nesse processo que a desestimulam, principalmente pelo fato de não ter voz para mudá-los.

Sua maior ou menor integração ao MST interfere diretamente na forma como compreende as relações que envolvem o seu trabalho. Sua porta de entrada no Movimento foi por meio da agronomia, ou seja, foi a sua qualificação técnica que lhe possibilitou esta aproximação. No entanto, é também por meio do exercer diário de sua profissão que a técnica se afasta do MST, pois se sente desmotivada.

Esta frágil inserção desta técnica ao Movimento contribui para uma maior problematização das práticas da cooperativa e também contribui para repensar o seu trabalho, sua posição diante de tais questões. A opção em não trabalhar mais com movimentos sociais revela sua insatisfação, enquanto profissional, com algumas das práticas exercidas por estas organizações no que diz respeito a gerência dos serviços de Ater. No entanto, a entrevistada não descarta no futuro continuar o trabalho de Ater na medida em que acredita que pode contribuir para a melhoria de vida dos agricultores familiares.

É interessante perceber aqui que práticas da Cooptraes consideradas inaceitáveis pela técnica militante – como a baixa remuneração, o atraso de salários, a falta de infraestrutura, a falta de capacitação, a falta de acompanhamento entre outras – não são vistas com os mesmos olhos pela militante técnica, que não as considera como práticas da cooperativa, mas como problemas, que na sua grande maioria são decorrentes da natureza do contrato estabelecido com o Incra. Inclusive, para o MST, a superação destes problemas pelos militantes técnicos demonstra o quanto essa junção entre Ater e Movimento é importante para os assentamentos do estado. Ou seja, superar a baixa remuneração, a falta de infraestrutura e a falta de qualificação, por exemplo, caracteriza a atitude de um militante técnico, na medida em que valoriza, acima destas coisas, a organização. O trabalho segue, portanto a dinâmica da militância. Dessa forma, podemos considerar que quanto maior o nível de integração de um técnico ao MST menor o grau de conflito em relação ao trabalho que desempenha.

3.4 Diferenças e Aproximações entre a militante técnica e a técnica militante

Ao longo deste capítulo tentei caracterizar dois perfis de técnicas e também de militância encontrados na Cooptraes. A partir disso podemos dizer que o MST, ao se inserir no processo de implementação do Programa Ates, desenvolve uma prática própria de prestar o serviço nos assentamentos. Embora a intenção deste Movimento no Espírito Santo seja a de que todo o quadro técnico da cooperativa se insira na organização, não é isto o que ocorre.

Embora, o perfil que o MST espere esteja mais próximo do militante técnico do que do técnico militante, é também a partir da sua prática que o técnico militante se integra a dinâmica deste Programa.

Minha intenção é fechar este capítulo tentando qualificar estas duas categorias de técnicos encontradas na experiência de execução dos serviços de Ates pela cooperativa do MST.

A primeira diferença a ser destacada entre a técnica militante e a militante técnica é a *trajetória social*. Este ponto é muito importante, pois está na própria proposta do MST formar quadros de sua própria base, que atuem nos assentamentos. Neste sentido, a **militante técnica** é aquela que constitui sua identidade na sua própria inserção no MST. Como vimos, é também a partir desta inserção no Movimento que a

militante tem a oportunidade de se tornar técnica. Portanto, ser técnica agrícola não é só um projeto pessoal, mas também um projeto coletivo, da organização. Dessa forma a dimensão política está imbricada no seu trabalho enquanto técnica agrícola.

Já a **técnica militante** se constitui em primeiro lugar enquanto técnica agrícola, por meio do acesso a universidade. Neste caso estudado, é a partir da sua inserção na universidade que esta técnica tem acesso aos debates que giram em torno da reforma agrária, dos assentamentos e dos movimentos sociais do campo. A partir deste contato, a técnica faz então uma escolha, que não deixa de ser política: trabalhar com o público menos favorecido, no que diz respeito ao histórico do desenvolvimento rural do país. Neste sentido o seu trabalho é a sua militância, a partir dele é que a técnica militante consegue agir em prol dos agricultores assentados, por exemplo. Portanto, também para a técnica militante a dimensão técnica e a dimensão política se complementam.

Outra diferença a ser destacada entre estes dois perfis de técnicos e de militância diz respeito ao próprio *entendimento* destes em relação ao trabalho que desempenham junto à Cooptraes. Como vimos, ambas as técnicas reconhecem os limites que encontram no dia a dia do trabalho, entretanto possuem formas diferenciadas de compreender tais limites. A **militante técnica** atribui os problemas enfrentados no seu trabalho como característicos do próprio desenho do Programa (como a falta de infraestrutura, por exemplo). O enfrentamento destes problemas seria, portanto, um exemplo do comprometimento que um técnico militante, envolvido com a organização, tem para com a sua causa, visto que a execução do serviço se constitui como uma tarefa para o Movimento. A **técnica militante**, entretanto, por não ter um pertencimento a esta organização, exercita sua capacidade de reflexão sobre as práticas do MST. Com isso, identifica que alguns problemas que afetam o dia a dia de seu trabalho estão relacionados à própria prática do MST, de seus dirigentes, em relação à Cooptraes.

Por outro lado **militante técnica e técnica militante** compartilham a visão que têm sobre os agricultores e sobre o processo de transmissão de saberes. Para ambas as técnicas as práticas e saberes destes sujeitos devem ser respeitados. Assim como compartilham o entendimento de que a Ater em assentamentos deve ser mais abrangente, contemplando as dimensões técnica, social, ambiental e política, assim como também estabelece o Programa Ates.

Dessa forma, estas diferentes associações entre militância e técnica orientam não só a forma de agir como também a forma de interpretar as relações que se estabelecem

no dia a dia do processo de execução deste Programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a entrada em cena do MST como executor, junto ao Incra, de uma política pública dentro dos assentamentos parece alterar as relações de poder já estabelecidas. Isso porque este ator passa a ter acesso à recursos que antes não tinha, e passa também a assumir novas responsabilidades frente aos assentados. Essas novas dinâmicas trazidas pelo processo de implementação do Programa Ates, entretanto, não são rapidamente internalizadas pelos atores. Como bem afirma Dias (2004), as mudanças que propõem a partilha de poder decisório (no caso, o poder de gerir uma política pública) são de difícil execução.

A partir deste estudo podemos dizer que os desafios trazidos no processo de execução deste Programa estão diretamente relacionados às diferentes expectativas que os atores possuem sobre o trabalho do técnico – expectativas que são expressão de valores e de uma determinada visão sobre o desenvolvimento rural. Veremos como exemplo, os posicionamentos dos servidores do Incra e dirigentes do MST e coordenadores da Cooptraes no estado.

Para os servidores do Incra-ES entrevistados, por exemplo, o técnico deve ser um articulador, no sentido de contribuir para a execução das ações do órgão nos assentamentos (como na execução de outros programas e políticas públicas nos assentamentos) e dialogar com outras instituições também para promover ações nos assentamentos. Espera-se também que este técnico atenda as demandas do órgão e dê prioridade para o trabalho de Ater nos assentamentos. Para tanto, este técnico esperado por estes servidores não deve mesclar suas atividades como técnico do Programa Ates com a sua atuação como militante de um movimento social, no caso o MST. Por ser um profissional indiretamente contratado pelo Incra, estes servidores entendem que um técnico não deve usar desta sua posição como agente do Programa Ates em prol dos objetivos do MST. Nesta visão, a conjugação entre militância e Ates é condenada.

O MST e a Cooptraes, por sua vez, também esperam que o técnico seja um articulador, um articulador no sentido de que tenha capacidade de organizar politicamente as famílias nos assentamentos. Para tanto, acreditam que este técnico deva conhecer bem a realidade dos assentamentos, estar disposto a aprender com o Movimento e, portanto atuar com o objetivo de fortalecer a organização e colocar em

prática os princípios por ela defendidos. Nesta visão, a conjugação entre militância e Ates encontram seu lugar.

Como vimos, tanto do ponto de vista dos dirigentes do MST e coordenadores da Cooptraes, quanto do ponto de vista dos servidores do Incra-ES há uma hierarquização entre a atuação técnica e a atuação política dos técnicos. Por um lado, o MST e a Cooptraes priorizam que os técnicos tenham inserção e atuação junto ao Movimento nos assentamentos, estando a qualificação como técnico agrícola em segundo lugar. Por outro lado, os servidores do Incra-ES valorizam a qualificação em técnica agrícola dos técnicos contratados, especialmente o ensino superior, como fundamental para o desenvolvimento do Programa Ates nos assentamentos. Ao meso tempo, estes servidores em alguma medida condenam o uso político do papel do técnico. Ambos os posicionamentos (Incra e MST) soam contraditórios, pois separam o inseparável: técnica e política.

Evocando uma neutralidade na atuação do técnico, os servidores do Incra condenam a defesa dos princípios do MST por meio de seu trabalho. Isso porque acreditam que esta conjugação entre militância e política traria prejuízos ao próprio exercício do Programa, sem, no entanto, considerarem as potencialidades dessa conjugação e o quanto o Programa Ates, pelo formato o que adota, torna-se dependente da atuação de organizações da sociedade civil. Esquecem-se (ao menos no momento em que explicitam suas visões sobre o Programa) que a própria noção de desenvolvimento rural que o Programa carrega está imbricada de posicionamentos políticos, de projetos de sociedade, que contém elementos defendidos pelo MST.

O MST e a Cooptraes, por sua vez, ao entender que o papel de articulador político do técnico nos assentamentos tem maior grau de importância do que o papel de técnico agrícola, também descolam a dimensão política da técnica. No processo de escolha de seus técnicos, os coordenadores da Cooptraes dão ênfase à formação política em detrimento da qualificação como técnico agrícola, deixando fragilizado um dos campos de atuação deste agente do desenvolvimento, que também é imbricado de decisões políticas. Nesse sentido, ao secundarizar a dimensão agrícola do trabalho do técnico de Ates em relação à dimensão de articulador político, a Cooptraes e o MST, acabam por separar técnica e política, dimensões que são inseparáveis, e que portanto, requereriam a mesma importância.

Diante desta conjuntura, no exercício diário deste Programa nos assentamentos

visitados, pudemos observar também que há algumas continuidades em relação ao histórico de Ater nos assentamentos, são elas:

a) *A descontinuidade* do serviço de Ater nos assentamentos:

A descontinuidade como traço histórico dos serviços de Ater nos remete às esparsas ações das Emater's e também ao Projeto Lumiar, como vimos no capítulo I, este projeto não recebeu grandes investimentos por parte do Estado e acabou extinto poucos anos depois de sua criação. Na experiência aqui estudada (do programa Ates), esta descontinuidade, de alguma forma, permanece. Vimos na experiência do Espírito Santo, que no ano de 2008 os assentamentos do estado ficaram sem receber o serviço. De uma forma geral, podemos considerar também que este traço continue acompanhando o Programa, também porque a cada novo processo de seleção outras entidades, por diversos motivos, podem assumir a execução do serviço e isso, de alguma forma, leva a uma descontinuidade das ações de ater nos assentamentos.

b) *A falta de qualificação* dos técnicos que prestam os serviços nos assentamentos:

Se no tempo em que os técnicos das empresas públicas (Ematers) que prestavam os serviços de Ater nos assentamentos recebiam críticas por não estarem capacitados a lidar com o público assentado, pois não olhavam para a dimensão social de seus trabalhos, vimos que hoje (no tempo do Lumiar e do Programa Ates) as críticas em direção à qualificação dos técnicos se modificaram. No que diz respeito a experiência aqui estudada, as críticas giram em torno da falta de experiência e de capacitação técnica (no que diz respeito ao domínio das tecnologias agrícolas e funções administrativas) dos técnicos da Cooptraes. O fato da Cooperativa selecionar assentados (que, na maioria das vezes, não possuem ensino superior) e recém-formados (que, na maioria das vezes, não possui experiência para o trabalho, mesmo que de nível superior) para o seu quadro técnico reforça estas críticas. De alguma forma, tais críticas apontam para uma formação continuada destes técnicos no dia a dia de seu trabalho, considerando todas as suas dimensões (técnica, social, ambiental e porque não, política?).

c) *A falta de infraestrutura* das entidades prestadoras do serviço:

Também um traço constitutivo do tempo em que as Ematers prestavam o serviço nos assentamentos, e do tempo do Projeto Lumiar, como já apontado por Marinho *et. al.*

(1999), que atribuiu este fato ao baixo investimento do Estado nestes aspectos. No caso do Programa Ates, a Cooptraes é um exemplo, pois na sua estrutura, como vimos, faltam transportes, equipamentos (computadores, telefones, impressoras, GPS, etc) e, às vezes, um local adequado para o trabalho dos técnicos.

d) *A alta rotatividade dos técnicos:*

Uma característica presente no projeto Lumiar (MARINHO *et. al.*, 1999), a rotatividade dos técnicos também foi uma característica encontrada na experiência aqui estudada sobre o Programa Ates, o que, por sua vez, pôde ser atribuída aos baixos salários que a Cooptraes paga à seus técnicos, a irregularidade nestes pagamentos, assim como a falta de infraestrutura para o trabalho.

Esses traços da continuidade de questões que limitam a prestação dos serviços de Ater nos assentamentos aponta para uma ausência de reflexão sobre as experiências anteriores e também para uma insuficiência dos investimentos (seja em capacitação, seja em investimento material) voltados para o serviço. Podemos pensar isto também como um traço característico das políticas voltadas para as populações menos favorecidas, com um histórico de exclusão social, como os assentados. Visto que tais ações, na maioria das vezes, não vão à raiz do problema e se caracterizam como paliativas. Seguramente estes traços anunciam o lugar das ações voltadas para a reforma agrária e também para a agricultura familiar nas prioridades do Estado, e de seus governantes.

Apesar disso, a partir da experiência estudada, podemos apontar algumas mudanças trazidas no processo de implementação do Programa Ates: como uma maior acessibilidade das famílias assentadas ao técnico, em primeiro lugar devido ao próprio aumento do número de técnicos por família (em relação às situações anteriores, o tempo das Ematers e o do Lumiar), e em segundo lugar, devido a proximidade dos assentados em relação às equipes técnicas, que, muitas vezes, como no caso estudado, passam a ser coordenadas pelas organizações representativas dos próprios assentados (inovação trazida pelo Lumiar).

Considero que, de alguma forma, a presença de entidades como a Cooptraes – geridas por organizações representativas dos assentados e, portanto, mais próximas às realidades vividas nos assentamentos – contribui para aumentar o compromisso de seus técnicos para com a melhoria de vida dos assentados, o que vem a potencializar o processo de execução Programa. O que nos faz questionar como seria a execução deste

Programa em assentamentos que não possuem esse mesmo histórico de organização política, pois sabemos que esta não é a realidade de todos os assentamentos.

Por fim, esta experiência, ao explicitar a dinâmica do cotidiano de execução de uma política pública por um movimento social, demonstra a complexidade por trás da tentativa de democratizar os processos de decisão e gestão das ações do Estado. Isso porque explicita as tensões e mudanças de posturas do MST e do Incra ao compartilharem o processo de execução do Programa Ates. O que contribuiu para pensarmos o fazer-se de uma política pública também como um aprendizado para os atores envolvidos, visto que práticas e visões de mundo diferenciadas estão dialogando neste processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. Debates agricultura familiar e serviço público. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v. 15, n. 1., p. 137–157, jan./abr., 1998.

ALENTEJANO, P. R. R. A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da Reforma Agrária no Brasil do Século XXI. **AGRÁRIA**, nº 1, p. 2-15, 2004.

ARRETCHE, M. T. S. (1996). Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 31, 1996. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_03.htm> Acesso em 30 jan. 2011.

BECKER, H. Sobre Metodologia. In BECKER, H. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final**. Brasília, 2004.

BRASIL. Norma de Execução/ INCRA/DD/ nº 71, de 12 de maio de 2008. Estabelece critérios e procedimentos referentes à Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATEs. **Diário Oficial [Da República Federativa do Brasil]**, Brasília, ano 2008, nº 20, p. 92, 15 mai., Seção 1. 2008a.

BRASIL. Norma de Execução/ INCRA/DD/ nº 78, de 31 de outubro de 2008. Aprovar o Manual Operacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATEs. **Diário Oficial [Da República Federativa do Brasil]**, Brasília, ano 2008, nº44, 03 nov., 2008b.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no [8.666](#), de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, janeiro de 2010a. **Legislação**. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br>. Acesso em 15 mai. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária – Incra. Referenciais Metodológicos para o Programa de Ates. Aprovado pela **Portaria/INCRA/DD/Nº01**. Brasília, julho de 2010b.

BRUNO, R. A. L.; MEDEIROS, L. S. **Razões da evasão nos assentamentos rurais**. Projeto cooperação técnica MEPF-INCRA/FAO. Brasília, 1998.

_____; DIAS, M. M.. As Políticas Públicas de Crédito para os Assentamentos Rurais no Brasil. **Relatório de Consultoria**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2004.

BUSSINGER, V. V. **Assentamento de Sem Terra**: a importância do papel dos mediadores. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992. v.1, p. 234. Dissertação (Mestrado em Sociologia).

CALDART, R. S. **Educação em Movimento**: Formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 fev. 2011.

CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**, São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAPORAL, F. R. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Rio Grande do Sul, Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria., 1991. 134f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural).

_____. **Política Nacional de Ater**: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. Brasília: 14 ago. 2005. Disponível em: <http://agroecologia.pbworks.com/f/Pnater-+primeiros+passos+....+Caporal.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2010.

CARNEIRO, M. J. Política Pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. n. 8, abril de 1997. p.70-72.

COHEN, J. L. e ARATO, A. Los Movimientos sociales e la sociedad civil. In: **Sociedade Civil y Teoria Política**. Mexico: Fondo de Cultura Económica. 2000.

COMPARATO, B. K. **A ação política do MST**. São Paulo. Expressão Popular, 2000.

DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A.(orgs). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, Campinas – SP: Unicamp, 2006. p. 13 – 92.

DALCOMUNI, Sônia Maria. **A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo: principais interesses em jogo**. Rio de Janeiro-RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1990. Dissertação (Mestrado em Economia).

DELGADO, G. C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. IN: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 81-112.

DIAS, M. M. Extensão Rural para Agricultores Assentados: Uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de Ates”. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília. v. 21, n. 3, set./dez. 2004, p. 499-543.

_____. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos**. Viçosa. v.18, n. 2, p.11-21. 2007a.

_____. **Outras visões sobre a promoção do desenvolvimento e os desafios aos serviços de extensão rural**. Versão não definitiva. Brasília: 2007b. Disponível em: <http://www.contag.org.br/enfoc/imagens/fl166outras-visoes-sobre-promomoo-do-desenvolvimento-e-os-desafios-aos-servios-da-extenso-rural---marcelo-min.pdf>. Acessado em: 30 jul. 2010.

D’INCÃO, M. C. Assentamentos: notas sobre os impasses da assessoria técnica estatal. Campinas: Unicamp/Feagri, jun./1992. *Apud.*: MASSELI, Maria Cecília. **Extensão Rural entre os Sem-Terra**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998.

ELIAS, N. **A sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 2008.

_____. **Escritos e Ensaios: Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

EMBRATER. O Governo Federal e a Assistência Técnica e a Extensão Rural na Década de 90. Uma proposta de Atuação. *Apud.*: CAPORAL, Francisco Roberto. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria, 1991. 134f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural).

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

FERREIRA, R. B. F. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Nortedo Espírito Santo**. São Paulo-SP: Universidade de São Paulo. 2002. 168f. Dissertação (Mestrado em Geografia).

GOHN, M. G. **Cap. I: Teorias Clássicas da Ação Coletiva**: o legado na construção dos estudos sobre movimentos sociais. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. 2a. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009. p. 166.

IBARRA *et al.* Movimientos sociales, políticas públicas y democracia radical: algunas cuestiones introductorias. In: IBARRA, Pedro, MARTÍ, Salvador & GOMA, Ricard. **Creadores de democracia radical**. Movimientos sociales y redes de políticas públicas. Icaria editorial, Barcelona, 2002. p. 9 - 22.

IENO, G. N. **Assentamentos rurais e desenvolvimento**: em busca de sentido – o Projeto Lumiar na Paraíba. p. 386, 1v. Paraíba, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2005. Tese (Doutorado em Sociologia).

INCRA, **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**/ Superintendência Regional do Estado do Espírito Santo – SR (20) ES. Edital de Licitação. Concorrência Pública Nº 01/2008 – Tipo melhor técnica. Contratação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental à reforma agrária (ATES). Dez. 2008.

LEITE, S. *et. al.* **Impactos dos Assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (MDA). São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LERRER, D. F. **Trajectoria de militantes sulistas**: tradição e modernidade do MST. p. 197. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2008. Tese (doutorado)

FERNANDES, B. M. **MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____ ; STÉDILE, J. P. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999.

FONSECA, M. T. L.. **A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. p. 192. São Paulo: Loyola, 1985.

GUANZIROLI, C. E. (Coord.). **Relatório de consultoria**. Assistência técnica para assentamentos rurais: análise a partir do sistema de gerenciamento da reforma agrária (SIGER). Rio de Janeiro/Brasília, set. 2003.

BERGAMIM, M. C. A pequena propriedade Rural no Espírito Santo: CONSTITUIÇÃO. Apresentação de Painel. In: **XLIII Congresso da Sober**, Ribeirão Preto-SP, 2005. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/5/952.pdf> >, acesso em: 12/01/2011.

MARINHO, D. N. (coord.); BARBIEIRO, A. K.; PEREIRA, E. Q.; PÓVOAS, F. de A.; MARQUES, M. I. Projeto Lumiar: uma avaliação qualitativa. **Relatório Final** (versão resumida). INCRA, 1999.

MARQUES, Antonio. *Et. al.* **Análise da evasão nos assentamentos rurais na região de Araçatuba – SP**. Grupo de Estudos Agrários-GEA – Toledo/Araçatuba e ITESP. 2002.

MASSELI, M. C. **Extensão Rural entre os Sem-Terra**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____ & ESTERCI, N. Introdução. In: MEDEIROS, Leonilde *et al* (org). **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: editora Universidade Estadual de São Paulo, 1994.

_____. **Relatório de pesquisa**. Sub-projeto. Política Fundiária: instâncias, conflitos e atores. O papel dos trabalhadores rurais. Programa de Ensino e Pesquisa em Reforma do Estado. CPDA/UFRRJ. Financiada pela Capes, 1999.

_____. **As novas faces do rural e a luta por terra no Brasil contemporâneo**.

Revista Nômadas. nº 20, 2004.

_____. **A luta por terra no Brasil e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.** Rio de Janeiro, março de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/publicacoes/CGEEVF.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2011.

MOREIRA, J. R. Metodologias da Reforma Agrária. **Estudos Sociedade e Agricultura.** p. 163 – 177. UFRRJ/CPDA. Rio de Janeiro: abril de 1997.

_____. Críticas Ambientalistas à Revolução Verde. XXXVII Brazilian Congress of Rural Economic and Sociology – Sober. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/200010-039-052.pdf>>, acesso em: 20/01/2011.

MUCHAGATA, M. (coord.). Perfil das Instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e Assentados no Brasil. **Relatório Nacional.** p. 159. Brasília: MDA/FAO, jul. 2003.

NEVES, D. P. **Assentamento rural:** reforma agrária em migalhas. Niterói: EDUFF, 1997.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura.** p. 88. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, M. M. As circunstâncias da criação da Extensão Rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia.** Brasília, v.16, n.2, p. 97-134. maio/ago, 1999.

PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil** – uma abordagem histórica da legislação Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal Textos para Discussão, vol. 48, ISSN 1983-0645, out. 2008. p. 40. Disponível em: http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao/texto48-marcuspeixoto.pdf. Acesso em: 31 dez. 2010.

_____. **A extensão privada e a privatização da extensão:** uma análise da indústria de defensivos agrícolas. p. 331. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA). Rio de Janeiro, 2009. Tese (Doutorado).

PEREIRA, E. Q. **Assistência Técnica e Extensão Rural ou Assessoria Técnica E Social? Visões Opostas do apoio à Agricultura Familiar.** Universidade Federal da Paraíba Universidade Federal de Campina Grande Centros de Ciências Humanas -

CCHLA /CH Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Campina Grande, 2004. Tese (Doutorado em Sociologia).

PIMENTEL, V. C. **Assentamento é mais que um “projeto”**: a assistência técnica nos assentamentos rurais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). p. 150. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

RAMOS, P. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.

RIBEIRO, J. P. **A saga da Extensão Rural em Minas Gerais**. São Paulo: Annablume; Minas Gerais: CPP/Emater, 2000.

SALDANHA, J. C. **Caminhos da roça**: os assentamentos rurais e os múltiplos sentidos da reforma agrária no Espírito Santo. Projeto de Tese de Doutorado. Mimeo. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, s/d.

_____ ; ANTONGIOVANI, L.; SACRIN, P. C. Diálogos entre a multifuncionalidade da agricultura familiar e os projetos coletivos da educação do campo e da agroecologia do Espírito Santo. IN: CAZELLA, A., BONNAL, P., MALUF, R. S. (orgs.). **Agricultura Familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. p. 137-166. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

SCHNEIDER, S., MATTEI, L., CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K. ; MARQUES, P. E. M. (Orgs.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. p. 21-50. Porto Alegre, 2004.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, A. G.; ARAÚJO, J. P. O dilema da assessoria em assentamentos rurais: entre o ideal concebido e o real praticado. **Revista Extensão Rural**, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XV, Jan – Jun. 2008. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/extensaorural/art5ed15.pdf>> Acesso em 29 jan. 2011.

SOUZA FILHO, H. M. **A modernização violenta**: principais transformações na agricultura capixaba. 1 v., p. 200. Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, 1990. Dissertação (Mestrado).

SOUZA, M. A. **As Formas Organizacionais de Produção em Assentamentos Rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST**. Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, 1999. Tese (doutorado).

SOUZA, A. P. *et. al.* **A reforma agrária e o MST no Espírito Santo: 20 anos de lutas, sonhos, conquista e dignidade!** MST – ES. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Espírito Santo, 2005.

VAZZOLER, M.R. **Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista**. p. 301. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, 2004. Tese (doutorado).

VILLASCHI FILHO, A.; DEUS, A. S. Inovação localizada na economia capixaba: logística de apoio ao comércio exterior. In: **Globalização e Inovação Localizada: experiências de sistemas locais no âmbito do MERCOSUL e proposições de políticas de C&T**. Instituto de Economia da UFRJ. Vitória, abril de 2000. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/P2/textos/NT41.PDF>>, acesso em: 20/02/2011.

ANEXOS

A. Roteiro de entrevista com os (as) assentados (as):

IDENTIFICAÇÃO:

Nome e idade, estado civil, escolaridade, naturalidade;

SOBRE A SUA TRAJETÓRIA

1. Como era a sua vida antes de vir para o assentamento?
2. Onde você morava?
3. Com que você trabalhava?
4. Como e quando você veio para o assentamento?
5. Você participou do processo de ocupação desta área desde o início?
6. Conte sobre os seus primeiros anos aqui no assentamento. Como você conseguiu construir sua casa e começar sua produção?
7. Em que momento e como você conhece o MST?

SOBRE O TRABALHO COMO AGRICULTOR

8. Como é o seu dia-a-dia aqui no assentamento?
9. Você mora com a sua família?
10. Você é o titular do lote?
11. Você trabalha com agricultura? E a sua família?
12. O que você produz?
13. Você trabalha sozinho? Quem mais trabalha com você?
14. Quais são as principais dificuldades que você encontra para produzir?
15. Como você faz para resolvê-las?
16. Você acredita que precise de mais informações sobre como produzir e sobre novas técnicas de produção?

SOBRE O ASSENTAMENTO

17. Como o assentamento se organiza?
18. Para você, como é viver e trabalhar aqui no assentamento?
19. Em sua opinião, quais os principais problemas do assentamento?
20. Em sua opinião, o que seria necessário para resolver esses problemas?

SOBRE A ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

21. Você já teve acesso aos serviços de assistência técnica aqui no assentamento? Desde quando?
22. Como você ficou sabendo desse serviço? Foi em uma reunião ou alguém lhe avisou?
23. Você já participou de algum curso de capacitação? Qual? Quem promoveu o curso?

SOBRE O PROGRAMA ATES:

24. Você conhece o Programa ATES? O que você acha do Programa?
25. Como é a participação dos assentados no programa ATES? Todos participam?
26. Como era antes do Programa ATES?
27. Como é a sua relação com a cooperativa e os técnicos que prestam serviço de assistência técnica?
28. Como é o trabalho dos técnicos?
29. Você coloca as suas demandas para os técnicos de assistência técnica? De que maneira?
30. Você já participou de algum espaço de discussão e/ou avaliação sobre a assistência técnica?
31. Você identifica alguma mudança no assentamento com a assistência técnica?
32. Existem outras entidades ou instituições (além da COOPTRAES) que prestam ou já prestaram serviços de assistência técnica aqui no assentamento?

SOBRE O MST:

33. Você participa de alguma atividade do movimento? Qual?
34. Você quer dizer mais alguma que eu não tenha perguntado?

B) Roteiro de entrevistas com servidor do Incra:

Identificação e trajetória:

1. Nome, idade, naturalidade, estado civil, escolaridade
2. Fale um pouco sobre a sua história antes de vir trabalhar no INCRA (o que fazia, com que trabalhava, se estudava, qual formação).

Trabalho:

3. Quando e como você começa a trabalhar no INCRA? Sempre trabalhou neste setor?
4. Como é o dia a dia do seu trabalho aqui no INCRA? (quais funções desempenha)

INCRA e ES:

5. O que significa falar em Reforma Agrária no Espírito Santo? (histórico da instituição no estado).
6. Quais as principais demandas do estado no que diz respeito à Reforma Agrária?
7. Quais as principais forças sociais (sindicatos, movimentos, etc) que atuam no campo da reforma agrária no estado?
8. Quais são os principais parceiros do órgão no Estado?
9. Como está a implementação dos projetos e programas desenvolvidos pelo INCRA aqui no Estado? Quais são os principais projetos para os assentamentos do estado? (Pronera, Ates, Terra Sol, Luz para Todos, entre outros)

O programa ATEs:

10. Em sua opinião, porque a existência de uma política específica de assistência técnica e extensão rural para assentamentos rurais?
11. Em sua opinião, o que muda quando a assistência técnica em assentamentos rurais passa a ser coordenada pelo INCRA?
12. Podemos dizer que há uma relação entre a assistência técnica e os outros programas ou projetos desenvolvidos nos assentamentos?
13. Em sua opinião quais são os pontos positivos do Programa Ates em relação aos outros programas de assistência técnicas já implementados nos assentamentos?
14. Em sua opinião, quais são os principais limites e/ou possibilidades para a implementação do Programa Ates?

O Programa ATEs no ES:

15. Quem são os executores do programa aqui no Estado (Rede de Ater)?
16. Como ocorre o planejamento das ações de ATEs no estado (alocação dos recursos, localização dos assentamentos)?
17. Você considera que seja suficiente os recursos destinados a este programa aqui no Estado? Por quê?
18. Como ocorre o processo de escolha das entidades ou instituições executoras do serviço de Ates aqui no ES? Qual é o grau de autonomia das superintendências regionais sobre esse processo?
19. Você acredita que exista alguma diferenciação em relação às entidades e instituições públicas e privadas no processo de seleção/licitação? (o caso das cooperativas)
20. Em sua opinião, quais as principais diferenças entre a assistência técnica prestada por instituições públicas, como o INCAPER e cooperativas ligadas às famílias assentadas, como a COOPTRAES?
21. Como ocorre o monitoramento, fiscalização e avaliação das atividades do programa?
22. Como os beneficiários do programa participam desse processo (de monitoramento, fiscalização e avaliação)?
23. Como é a relação do INCRA com os beneficiários do programa (as famílias assentadas)? Existe algum canal direto de comunicação direta?
24. Como é a atuação do Fórum estadual de ATEs? Quais são os participantes do fórum?
25. Você acredita que a formação dos técnicos que atuam no Estado atenda à estas diretrizes colocadas pelo Programa?
26. Como ocorre o monitoramento, fiscalização e avaliação das atividades do programa?
27. Como os beneficiários do programa participam desse processo (de monitoramento, fiscalização e avaliação)?

Como é a relação do INCRA com os beneficiários do programa (as famílias assentadas)? Existe algum canal direto de comunicação direta?

Como é a atuação do Fórum estadual de ATEs? Quais são os participantes do fórum?

Você acredita que a formação dos técnicos que atuam no Estado atenda à estas diretrizes colocadas pelo Programa?

A região norte do ES e o Programa ATEs:

Quais são as especificidades da região Norte do Estado? (é um território da cidadania)

Quais são os principais parceiros do INCRA e executores do programa nesta região?

Como é a relação do INCRA com as organizações sociais da região?

Como é o trabalho da COOPTRAES na região?

Como é a relação do INCRA com a COOPTRAES?

No trabalho de campo que realizei em julho lá no assentamento Zumbi dos Palmares, tive a oportunidade de conhecer o trabalho da COOPTRAES e, em especial, a existência de um tipo de técnico diferenciado, que mora na comunidade, que milita no movimento social (MST). Qual é a sua opinião sobre a existência desse tipo diferenciado de técnico?

Qual a avaliação que você faz dessa relação estreita entre as organizações sociais e as entidades prestadoras de serviços de ATEs?

Por fim, você quer dizer mais alguma que eu não tenha perguntado?

C) Roteiro de entrevistas com responsável do Incra pela coordenação estadual do Programa:

Identificação e trajetória:

1. Nome, idade, naturalidade, estado civil, escolaridade
2. Fale um pouco sobre a sua história antes de vir trabalhar no INCRA (o que fazia, com que trabalhava, se estudava, qual formação).

Trabalho:

3. Quando e como você começa a trabalhar no INCRA? Sempre trabalhou neste setor?
4. Como é o seu dia a dia de trabalho aqui no INCRA? (quais funções desempenha e como)

INCRA e ES:

5. Fale um pouco do histórico do INCRA no Espírito Santo.
6. O que significa falar em Reforma Agrária no Espírito Santo?
7. Qual é a situação fundiária do Espírito Santo hoje? (complementa a anterior)
8. Quais as principais demandas do estado no que diz respeito à Reforma Agrária?
9. Quais as principais forças sociais (sindicatos, movimentos, etc.) que atuam no campo da reforma agrária no estado?
10. Quais são os principais parceiros do órgão no Estado (prefeituras, universidades, etc.)?
11. Como está a implementação dos projetos e programas desenvolvidos pelo INCRA aqui no Estado? Quais são os principais projetos do INCRA desenvolvidos nos assentamentos do estado? (Pronera, Ates, Terra Sol, Luz para Todos, entre outros)

O programa ATEs:

12. Em sua opinião, porque a existência de uma política específica de assistência técnica e extensão rural para assentamentos rurais?
13. Qual a importância da assistência técnica para os assentamentos rurais (complementa a anterior)?
14. Qual a importância da presença dos técnicos de Ates nos assentamentos para o trabalho do INCRA?
15. Em sua opinião, o que muda quando a assistência técnica em assentamentos rurais passa a ser coordenada pelo INCRA?
16. Em sua opinião quais são os pontos positivos do Programa Ates em relação aos outros programas de assistência técnicas já implementados nos assentamentos?
17. Em sua opinião, quais são os principais limites e possibilidades para a implementação do Programa Ates?

O programa ATEs no ES:

18. Como era a assistência técnica nos assentamentos do estado antes do programa ATEs? (projeto Lumiar e trabalho da Incaper).
19. Qual a área de abrangência do programa de ATEs aqui no Espírito Santo?
20. Qual o papel que desempenha este Programa para o desenvolvimento dos assentamentos do estado?
21. Quando é lançado o primeiro edital do programa ATEs aqui no ES?
22. Quem são os executores do programa aqui no Estado (Rede de Ater)?
23. Como você percebe a atuação dos movimentos sociais aqui no ES? Eles se inserem nos fóruns regionais do programa ou participam de outra forma do processo de implementação dos serviços de ATEs?
24. Como ocorre o planejamento das ações de ATEs no estado (alocação dos recursos, localização dos assentamentos)?
25. Você considera que seja suficiente os recursos destinados a este programa aqui no Estado? Por quê?
26. Como ocorre o processo de escolha das entidades ou instituições executoras do serviço de Ates? Qual é o grau de autonomia das superintendências regionais sobre esse processo?
27. Você acredita que exista alguma diferenciação em relação às entidades e instituições públicas e privadas no processo de seleção/licitação?
28. Em sua opinião, quais as principais diferenças entre a assistência técnica prestada por instituições públicas, como o INCAPER e cooperativas ligadas às famílias assentadas, como a COOPTRAES?
29. Como ocorre o monitoramento, fiscalização e avaliação das atividades do programa?
30. Como os beneficiários do programa participam desse processo (de monitoramento, fiscalização e avaliação)?
31. Como é a relação do INCRA com os beneficiários do programa (as famílias assentadas)? Existe

algum canal direto de comunicação?

32. Como é a atuação do Fórum estadual de ATES? Quais são os participantes do fórum?

33. O programa ATES traz em seu escopo uma crítica a extensão rural tradicional difusora de tecnologias. Para tanto traz em suas diretrizes o uso de metodologias participativas, a necessidade de abrangência dos temas sociais, tais como acesso a serviços sociais básicos, o fortalecimento das organizações dos/as agricultores/as, a segurança alimentar, assim como traz também um olhar para a questão ambiental a partir da agroecologia como proposta. Em sua opinião, como esses princípios e diretrizes se efetivam na prática?

34. Você acredita que a formação dos técnicos que atuam no Estado atenda à estas diretrizes colocadas pelo Programa?

A região norte do ES e o Programa ATES:

35. Quais são as especificidades da região Norte do Estado? (é um território da cidadania)

36. Quais são os principais parceiros do INCRA e executores do programa nesta região?

37. Como é o trabalho da COOPTRAES na região?

38. Como é a relação do INCRA com a COOPTRAES?

39. No trabalho de campo que realizei em julho lá no assentamento Zumbi dos Palmares, tive a oportunidade de conhecer o trabalho da COOPTRAES e, em especial, a existência de um tipo de técnico diferenciado, que mora na comunidade, que milita no movimento social (MST). Qual é a sua opinião sobre a existência desse tipo diferenciado de técnico?

40. Você acredita que possa haver alguma vantagem desse tipo diferenciado de técnico realizar seu trabalho do que os técnicos das empresas públicas, por exemplo?

41. Existem assentamentos em que não há a presença de movimentos sociais e organizações de trabalhadores? Como é o processo de implementação do Programa nesses casos em que não havia uma organização prévia ao Programa dos assentados?

42. Qual a avaliação que você faz dessa relação estreita entre as organizações sociais e as entidades prestadoras de serviços de ATES?

43. Você quer dizer mais alguma que eu não tenha perguntado?

D) Roteiro de entrevista dirigente Estadual MST:

INDENTIFICAÇÃO:

1. Nome, idade, estado civil, escolaridade e naturalidade;

TRAJETÓRIA:

2. Fale um pouco sobre a sua história antes de você entrar para o movimento.
3. Quando e como você conhece o MST?
4. Você mora em algum assentamento da região? Qual?
5. Como é o seu trabalho pelo Movimento?

MST e ES:

6. Fale um pouco da história do MST aqui no ES.
7. Em quantos e quais assentamentos do estado o MST está presente?
8. Como é a relação do MST com o poder público aqui no Estado?
9. Como é a relação do MST com a superintendência do Incra aqui no ES?
- 10.

ASSENTAMENTOS:

11. O que significa para o MST desenvolver os assentamentos?
12. Quais são as políticas públicas mais importantes para o desenvolvimento do assentamento?
- 13.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

14. Para o MST qual a importância de uma política de assistência técnica voltada para os assentamentos?
15. Que ações de assistência técnica são primordiais?
16. Para o MST qual é o papel do Estado no que diz respeito à prestação dos serviços de assistência técnica?
17. O programa Ates é apontado por alguns estudos como um desdobramento do projeto Lumiar. O MST participou do processo de formulação do projeto Lumiar?
18. Você saberia me dizer como foi este processo? Quais os pontos mais polêmicos dessa negociação? Que outras organizações participaram da elaboração do projeto Lumiar?
19. Você sabe me dizer se houve alguma ação de assistência técnica, ainda no âmbito do projeto Lumiar aqui no ES? Onde? Como foi essa experiência?

SOBRE O PROGRAMA ATES

20. E no processo de formulação da PNATER e do programa ATES, o MST participou?
21. Se sim, como foi este processo? Quais os pontos mais polêmicos dessa negociação? Que outras organizações participaram da elaboração?
22. A deliberação de que a assistência técnica deva ser executada, preferencialmente, por entidades ligadas à reforma agrária, e à região, foi um ponto apoiado pelo movimento no processo de elaboração do programa ATES? Porque?
23. Quais os principais ganhos e limitações que você observa quando as entidades passam a executar os projetos de assistência técnica?
24. Quais os principais ganhos para a assistência técnica quando ela passa a ser implementada pelas entidades ao invés de ser implementadas por empresas públicas como a EMATER?
25. Alguns estudos consideram que houve um avanço com o programa Lumiar e ATES, no que diz respeito a democratização do processo de transmissão de saberes aos assentados, você concorda? Porque?
26. Em que medida esse arranjo institucional do programa possibilita o diálogo com os assentados e seus representantes (movimentos, organizações, sindicatos entre outros)?
27. Como é a implementação de uma política pública como a assistência técnica em um assentamento em que o MST se faz presente?
28. Há um diálogo para que as ações estejam de acordo com os princípios defendidos pelo movimento?
29. O MST participa dos fórum regional e/ou do fórum nacional do programa ATES?
30. Em sua opinião, esses espaços permitem que seus participantes apontem as principais demandas de assistência técnica na região, que avaliem as ações e também sugira entidades

para a parceria.

31. Como o MST vê a participação nesses espaços?
32. Quais atores participam destes espaços? Como é?
33. Quais são os principais limites/problemas encontrados na execução do programa ATES? (do contrato com o Incra à execução das atividades)
34. Os recursos destinados à este programa são suficientes?
35. Como se dá a gerência sobre estes recursos?
36. Como o MST avalia os quase seis anos de existência do programa ATES?
37. Você gostaria de dizer mais alguma coisa que eu não tenha perguntado?

E) Roteiro entrevista técnica militante:

IDENTIFICAÇÃO:

1. Nome, idade, estado civil, escolaridade, naturalidade;

TRAJETÓRIA: (Fale um pouco da sua história)

2. Onde você nasceu e de onde é a sua família?
3. Em que trabalhavam seus pais?
4. Qual a sua formação?
5. Onde você estudou?
6. Antes de trabalhar como técnica do programa ATES você teve outro trabalho? Qual? Como era?
7. Em que momento você decide trabalhar como assistente técnica? Quais os fatores que contribuíram para essa sua escolha?
8. Porque e como você vem trabalhar na Cooptraes?
9. E o movimento? Quando e como você conhece o MST?
10. Como a sua família vê e entende o seu trabalho?

SOBRE A ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

11. Em sua opinião, qual o papel que a assistência técnica desempenha no meio rural hoje?
12. Qual a sua opinião sobre o papel do Estado na promoção dos serviços de assistência técnica?

SOBRE O PROGRAMA ATES:

13. O que você acha do Programa ATES? Fale um pouco sobre a sua visão do programa para mim.
14. Você considera que o volume de recursos destinados à assistência técnica é compatível com a quantidade de atividades exigidas?
15. Quais são os principais limites/problemas encontrados?
16. Para você, qual o significado dos enfoques social e ambiental do programa ATES? Que ações isso demanda ou proporciona?

SOBRE O TRABALHO COMO TÉCNICO

17. Como é o dia-a-dia do seu trabalho como técnica do programa ATES?
18. Quais são as suas atribuições? Em qual assentamento você trabalha?
19. Quais as principais dificuldades que você enfrenta para promover estas ações?
20. O fato de você não morar no assentamento traz alguma dificuldade para o seu trabalho como técnica?
21. Que fatores facilitam a sua atuação?
22. Você considera que a sua formação acadêmica lhe instrumentalizou para trabalhar como técnica em assentamentos?
23. Qual é a média de tempo que você dedica para o trabalho nos assentamentos? E na sede da cooperativa? Você considera que seja muito trabalho?

SOBRE A RELAÇÃO COM OS ASSENTAMENTOS E ASSENTADOS

24. Para você, o que significa prestar serviços de assistência técnica em assentamentos? Quais são as especificidades?
25. Como é o agricultor com quem você trabalha? Fale sobre suas características.
26. Quais são as principais demandas dos assentados no âmbito da assistência técnica?
27. Como é a sua relação com os assentados?
28. Como é o processo de transmissão de conhecimento para os assentados? Quais as principais dificuldades desse processo?

SOBRE A COOPERATIVA

29. Como é trabalhar na COOPTRAES?
30. O que significa fazer parte de uma cooperativa?
31. Como é a sua relação com os outros técnicos da região?
32. Como você avalia o trabalho da cooperativa nos assentamentos da região?
33. Existe algum tipo de avaliação ou mesmo monitoramento das ações desenvolvidas?
34. Em sua opinião, quais as principais vantagens e ganhos do serviço de assistência técnica ao

serem executados pelas entidades ao invés das empresas públicas de extensão rural (como o INCAPER)?

35. Em sua opinião, quais são as principais dificuldades que as entidades encontram para executar esse serviço?
36. O que seria necessário para resolver essas dificuldades?
37. Em sua opinião, existe alguma diferença em promover ações de assistência técnica em um assentamento que tenha a presença de um movimento social?
38. Você quer dizer mais alguma coisa que eu não tenha perguntado?

F) Roteiro de entrevista militante técnica:

IDENTIFICAÇÃO:

Nome, idade, estado civil, escolaridade, naturalidade;

TRAJETÓRIA:

1. Fale um pouco da sua história, sua família?
2. Qual a sua formação?
3. Onde você mora?
4. Você mora com a sua família?
5. Antes de trabalhar como técnico (a) do programa ATES em que você trabalhava?
6. Como se tornou um técnico (a) do programa ATES?
7. Como a sua família vê seu trabalho como técnico (a)?

SOBRE O TRABALHO COMO TÉCNICO

8. Como é o dia-a-dia do seu trabalho como técnico (a) do programa ATES?
9. Quais são as suas atribuições? Em qual assentamento você trabalha?
10. Quais as principais dificuldades que você enfrenta para promover estas ações?
11. Que fatores facilitam a sua atuação?
12. Que metodologias de trabalho você utiliza no seu dia-a-dia?
13. Você considera que seja muito trabalho?
14. Qual é a média de tempo que você dedica para o trabalho nos assentamentos? Ena sede da cooperativa?

SOBRE A RELAÇÃO COM OS ASSENTAMENTOS E ASSENTADOS

15. Para você, o que significa prestar serviços de assistência técnica em assentamentos? Quais são as especificidades?
16. Como é o agricultor do Zumbi dos Palmares? Fale sobre suas características.
17. Quais são as principais demandas dos assentados do Zumbi dos Palmares no âmbito da assistência técnica?
18. Como é a sua relação com os assentados?
19. Para além da assistência técnica, qual é a relação dos funcionários da COOPTRAES com os assentados?
20. Como é o processo de transmissão de conhecimento para os assentados? Quais as principais dificuldades desse processo?
21. Fale um pouco do processo de elaboração do PDA ou PRA nos assentamentos?
22. Os assentados participam desse processo? De que maneira?

SOBRE A ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

23. Qual é o seu entendimento sobre os serviços de assistência técnica?
24. Qual a sua opinião sobre o papel do Estado na promoção dos serviços de assistência técnica?
25. Você identifica alguma mudança no serviço de assistência técnica e extensão rural, quando executada pelas entidades e cooperativas? Quais?
26. Quais são as principais dificuldades que as entidades encontram para executar esse serviço?
27. O que seria necessário para resolver essas dificuldades?
28. Quais as principais vantagens e ganhos do serviço de assistência técnica ao serem executados pelas entidades ao invés das empresas públicas de extensão rural?
29. Como é a relação da cooperativa com o Incra?

SOBRE O PROGRAMA ATES:

30. O que você acha do Programa ATES? Fale um pouco sobre o programa para a gente?
31. Existe algum tipo de avaliação ou mesmo monitoramento das ações desenvolvidas?
32. Como você avalia o trabalho da cooperativa?
33. Na sua opinião, existe alguma diferença em promover ações de assistência técnica em um assentamento que tenha a presença de um movimento social?
34. Você considera que o volume de recursos destinados à assistência técnica é compatível com a quantidade volume de atividades exigidas?
35. Fale um pouco dos procedimentos burocráticos para a execução de ações de assistência **técnica**

nos assentamentos (do contrato com o Incra à execução das atividades)?

36. Quais são os principais limites/problemas encontrados?

37. Para você, qual o significado dos enfoques social e ambiental do programa ATES? Que ações isso proporciona?

38. Você já participou do fórum nacional e/ou regional do programa ATES?

39. Na sua opinião, qual o papel destes espaços (fóruns)?

SOBRE O MST:

40. E o movimento? Quando e como você conhece o MST?

41. Você mora em um assentamento?

42. Como você administra a militância, o trabalho no lote e o trabalho com assistência técnica?

43. Como era sua relação com os assentados antes de você virar técnico (a)?

44. Como os conhecimentos obtidos a partir das suas experiências como militante do MST contribuem para o seu trabalho como técnico (a)?

45. O fato de você morar no assentamento dificulta ou facilita o seu trabalho como técnico (a)?

46. E você? Como você entende a importância do seu trabalho para o assentamento ou mesmo para a luta do Movimento?

47. Na sua opinião, as ações do programa são compatíveis com os princípios do Movimento? Como você faz dialogar estas duas frentes de atuação?

48. Você quer dizer mais alguma coisa que eu não tenha perguntado?

G) Roteiro de entrevista responsável COOPTRAES:

IDENTIFICAÇÃO:

Nome, idade, estado civil, escolaridade e naturalidade;

TRAJETÓRIA:

1. Fale um pouco de você, como e quando você começou a trabalhar com a Reforma Agrária?
2. Em que você trabalhava antes? Qual é a sua formação?
3. Quando começou a trabalhar na COOPTRAES? Por quê? Como foi? Quem lhe chamou?
4. Qual é o seu trabalho aqui na cooperativa?

SOBRE A HISTÓRIA COOPTRAES:

5. Porque surgiu a COOPTRAES? Quais eram os objetivos?
6. Quando e como surgiu a COOPTRAES?
7. Que pessoas estavam presentes nesse momento?
8. Nesse tempo de existência da cooperativa, houve alguma mudança na orientação e organização?
9. Quais são as atividades da COOPTRAES hoje?
10. Quais são os princípios que norteiam o trabalho da cooperativa?
11. Qual a área de atuação da cooperativa?
12. Vocês prestam assistência técnica também para agricultores que não são assentados?
13. Que tipos de trabalhos a cooperativa já desenvolveu na região?
14. Quantos funcionários são? Quais as áreas de formação desses funcionários?
15. Como a cooperativa escolhe seus técnicos?
16. Quais os critérios?
17. Como é o dia-a-dia de trabalhos na cooperativa?
18. Como é a relação da cooperativa com organizações sociais e outras entidades que prestam a assistência técnica na região? Quem são os parceiros da cooperativa aqui na região?
19. Como é a relação da cooperativa com o poder público?

SOBRE A ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

20. Qual é a visão ou entendimento da COOPTRAES sobre os serviços de assistência técnica?
21. Quais os diretrizes da cooperativa para atuar neste campo da assistência técnica?
22. Qual a sua opinião sobre o papel do Estado na promoção dos serviços de assistência técnica?
23. Você identifica alguma mudança no serviço de assistência técnica e extensão rural, quando executada pelas entidades e cooperativas? Quais?
24. Quais são as principais dificuldades que as entidades encontram para executar esse serviço?
25. O que seria necessário para resolver essas dificuldades?
26. Quais as principais vantagens e ganhos do serviço de assistência técnica ao serem executados pelas entidades ao invés das empresas públicas de extensão rural?

SOBRE O SERVIÇO DE ATES:

27. Conte como foi o primeiro contato da cooperativa com o Incra para atuar no programa ATES?
28. Como era antes do programa ATES?
29. Como é a relação da cooperativa com o Incra?
30. Como é trabalhar com o Incra? Existem dificuldades?
31. O Programa prevê um monitoramento por parte do Incra no que diz respeito as atividades das entidades prestadoras de serviço. Como é esse monitoramento?
32. O que a cooperativa já realizou de ações dentro do programa ATES?
33. Fale um pouco dos procedimentos burocráticos para a execução de ações de assistência técnica nos assentamentos (do contrato com o Incra à execução das atividades)?
34. Quais são os principais limites/problemas encontrados?
35. Quais as condições que as entidades encontram para realizar as atividades do programa tendo em vista sua abrangência?
36. Você considera que o volume de recursos destinados à assistência técnica é compatível com a quantidade de atividades exigidas?
Para você, quais os significados dos enfoques sociais e ambientais do programa ATES? Que ações isso
38. A cooperativa participa do fórum nacional e/ou regional do programa ATES?
39. Em sua opinião, qual o papel destes espaços (fóruns)?
40. Que metodologias de trabalho são utilizadas pela cooperativa?

41. Que tipo de trabalhos realizam os técnicos?
42. Você considera que seja muito trabalho? Os técnicos dão conta do trabalho?

SOBRE OS ASSENTAMENTOS:

43. Para você, o que significa prestar serviços de assistência técnica em assentamentos? Quais são as especificidades?
44. Como é a relação da cooperativa com as famílias dos assentamentos nos quais presta serviço de assistência técnica?
45. Fale um pouco do processo de elaboração do PDA ou PRA nos assentamentos?
46. Os assentados participam desse processo? De que maneira?
47. Qual é a média de tempo que os técnicos dedicam para o trabalho nos assentamentos?
48. Para além da assistência técnica, qual é a relação dos funcionários da COOPTRAES com os assentados?

SOBRE O MST:

49. Qual a diferença faz executar ações de assistência técnica em um assentamento que tenha uma organização interna forte?
50. Como você vê essa relação entre o MST e a cooperativa?
51. Em que medida a estrutura organizativa do MST na região auxiliou a prestação dos serviços de assistência técnica pela cooperativa?
52. Você gostaria de falar mais alguma coisa que eu não tenha perguntado?

H) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr(a) foi selecionado(a) e está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada "Os sem terra e a assistência técnica", de responsabilidade da pesquisadora Jaqueline da Luz Ferreira, como parte da sua dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

O objetivo deste estudo é analisar o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATEs em um assentamento em que o MST esteja presente. A proposta é compreender como esta política se efetiva, quais os limites e possibilidades de seu arranjo institucional, como o MST participa desse processo e como entende sua participação e contribuição enquanto mediador de parte das famílias assentadas no meio rural brasileiro.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas a serem realizadas sob a forma de entrevista. A entrevista será gravada em áudio para posterior transcrição.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase da pesquisa.

Os dados coletados serão utilizados apenas NESTA pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento.

A pesquisadora se compromete em retornar os resultados desta pesquisa.

O Sr(a) receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Desde já agradecemos!

Assinatura da pesquisadora
Jaqueline da Luz Ferreira

Contato pesquisadora:

Jaqueline da Luz Ferreira - jaquelineluzferreira@gmail.com - (21) 87560779

Contato instituição:

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).
Av. Presidente Vargas, nº 417, 6º a 9º andares. CEP: 20071-003. Rio de Janeiro- RJ
Telefone: 21 - 22248577 ramal 205 (secretaria). E-mail instituição: cpda@ufrj.br

Declaro que entendi os objetivos e forma de minha participação na pesquisa, concordo em participar e declaro que cedo os direitos de minha entrevista, gravada em _____ de _____ de 2010, para esta pesquisa, feita com a pesquisadora Jaqueline da Luz Ferreira (RG: 20518183-7), para usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data.

Assinatura do entrevistado (a)